ALESSANDRO BATISTELLA

O BIPARTIDARISMO EM PASSO FUNDO/RS

1965-1982

ACERVUS

Após o golpe civil-militar de 1964, implantou-se no Brasil uma ditadura militar de Segurança Nacional que buscou legitimar-se por meio de uma fachada jurídica, a partir de uma série de Atos Institucionais e de Atos Complementares, além de praticamente outorgar a Constituição de 1967, criando um sistema político híbrido: não foram extintos os poderes Legislativo e Judiciário, embora seus poderes e autonomia tenham sido restringidos consideravelmente; mantiveram-se abertos, embora perifericamente, alguns canais de participação política aos civis, ao mesmo tempo em que se edificou um sistema político extremamente fechado no tocante às decisões essenciais – que ficaram restritas aos militares; não foram eliminadas as eleições parlamentares, mas instituíram-se as eleições indiretas para presidente da República e governadores estaduais.

No que tange ao sistema político-partidário no Brasil, a ditadura militar inicialmente não fechou os partidos políticos em vigência no país desde 1945. Porém, em outubro de 1965, com o Ato Institucional nº 2 (AI-2), a ditadura extinguiu

ALESSANDRO BATISTELLA

O BIPARTIDARISMO EM PASSO FUNDO/RS

(1965-1982)

UPF
PPGH
Programa de Pós-Graduação em História
IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
FAPERGS
CAPES

ACERVUS

PASSO FUNDO
2020

© 2020, Alessandro Batistella

Editoração e capa
Alex Antônio Vanin

Conselho Editorial

Ancelmo Schörner (UNICENTRO)
Eduardo Knack (UFCG)
Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)
Federica Bertagna (Università di Verona)
Gizele Kleidermacher (Universidad de Buenos Aires)
Helion Póvoa Neto (UFRJ)
Humberto da Rocha (UFFS – Campus Erechim)
João Vicente Ribas (UPF)
Roberto George Uebel (ESPM)
Vinícius Borges Fortes (IMED)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

B333b Batistella, Alessandro
O bipartidarismo em Passo Fundo/RS (1965-1982) [recurso eletrônico] / Alessandro Batistella. – Passo Fundo: Acervus, 2020.
1.5MB ; PDF.

ISBN: 978-65-86000-39-9.

1. Partidos políticos - Passo Fundo (RS) - 1965-1982. 2. Bipartidarismo. 3. Aliança Renovadora Nacional (ARENA). 4. Movimento Democrático Brasileiro (MDB). I. Título.

CDU: 981.65

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

A revisão dos textos foi de responsabilidade do autor

As ideias, imagens, figuras e demais informações apresentadas nesta obra são de inteira responsabilidade de seus autores e de seus organizadores

Acervus Editora

Av. Aspirante Jenner, 1274 - Lucas Araújo - 99074-360
Passo Fundo - Rio Grande do Sul - Brasil
Tel.: (54) 99676-9020
acervuseditora@gmail.com
acervuseditora.com.br

Sumário

Introdução **5**

Capítulo I

O contexto político-partidário da Terceira República (1945-1964) e o Golpe Civil-Militar de 1964 **15**

Capítulo II

A gênese e os anos iniciais da ARENA e do MDB (1965-1969) **73**

Capítulo III

A ARENA e o MDB durante os "anos de chumbo" (1969-1974) **143**

Capítulo IV

A ARENA e o MDB na crise da ditadura militar (1974-1979) **183**

Capítulo V

O retorno do pluripartidarismo (1979-1982) **229**

Considerações finais **263**

Referências bibliográficas **265**

Introdução

Após o golpe civil-militar de 1964, implantou-se no Brasil uma ditadura militar de Segurança Nacional[1] que buscou legitimar-se por meio de uma fachada jurídica, a partir de uma série de Atos Institucionais e de Atos Complementares[2], além de praticamente outorgar a Constituição de 1967, criando um sistema político

[1] As ditaduras instauradas na América Latina nas décadas de 1960 e 1970 foram regimes de Segurança Nacional, baseados na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elaborada pelos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria e difundidas nas Escolas de Guerras dos países latino-americanos. De acordo com Ananda Simões Fernandes (2009a, p. 837), "a DSN fundamentava-se na necessidade da segurança nacional para a defesa dos valores cristãos e democráticos do mundo ocidental, como uma resposta ao 'comunismo ateu'". Tendo como base um virulento anticomunismo, todas as manifestações sociais e políticas de contestação passaram a ser identificadas como "subversão comunista", justificando todo e qualquer tipo de repressão. Ananda Simões Fernandes (2009, p. 838) lembra que a flexibilização do conceito de comunismo, ou seja, a sua amplitude, é a base ideológica para fundamentar um dos conceitos-chave da DSN: o do "inimigo interno". Partindo da premissa de que o comunismo não seria estimulado via uma agressão externa, mas, sim, insuflado dentro das fronteiras nacionais de cada país, esse conceito é fundamental para explicar e legitimar as medidas tomadas pelos governos ditatoriais. Mais detalhes sobre a Doutrina de Segurança Nacional, ver os trabalhos de Joseph Comblin (1978), Maria Helena Moreira Alves (1984), Roberto R. Martins (1986), Nilson Borges (2003), João Roberto Martins Filho (2003), Enrique Serra Padrós (2005), Carolina Silveira Bauer (2006 e 2011) e Ananda Simões Fernandes (2009a, 2009b e 2018).

[2] A ditadura decretou 17 Atos Institucionais, 104 Atos Complementares, 11 decretos-secretos e mais de dois mil decretos-leis, que constituíram a tessitura principal do emaranhado de leis que marcaram a consolidação dos princípios autoritários brasileiros (NAPOLITANO, 2014, p. 80).

híbrido: não foram extintos os poderes Legislativo[3] e Judiciário, embora seus poderes e autonomia tenham sido restringidos consideravelmente; mantiveram-se abertos, embora perifericamente, alguns canais de participação política aos civis, ao mesmo tempo em que se edificou um sistema político extremamente fechado no tocante às decisões essenciais – que ficaram restritas aos militares; não foram eliminadas as eleições parlamentares, mas instituíram-se as eleições indiretas para presidente da República e governadores estaduais (KINZO, 1988, p. 15-17).

Esse tortuoso e contraditório arcabouço jurídico visava a camuflar a implantação da ditadura de Segurança Nacional. Afinal, o golpe de 1964 procurou legitimar-se com o discurso de que se tratava de uma "revolução preventiva e redentora", que salvou o Brasil de um suposto golpe comunista em marcha[4], garantindo, assim, a manutenção das liberdades democráticas. Desse modo, assumir declaradamente a quebra da ordem constitucional e a implantação de uma ditadura no país catalisaria reações e não seria facilmente aceita pela opinião pública nacional e internacional. Ademais, deve-se ressaltar a própria natureza do golpe de 1964, cujos conspiradores e apoiadores civis e militares possuíam diferentes aspirações pessoais e projetos políticos, mas uniram-se para derrubar João Goulart, concordando com a necessidade de um governo militar temporário (isto é, até 31 de janeiro de 1966, para completar o mandato de Jango) para "sanear a democracia" e combater a "subversão e a corrupção" (KINZO, 1988, p. 17).

No entanto, contrariando os que imaginaram que se tratava de apenas mais uma breve intervenção militar na história brasileira, o golpe de 1964 instaurou uma longa ditadura, que durou mais de 21 anos (1964-1985). Nesse sentido, concordamos com a análise de

[3] Convém lembrar que, durante a ditadura, o Congresso foi fechado temporariamente em três ocasiões: em 1966, em 1968-1969 e em 1977.

[4] Acerca do imaginário anticomunista no Brasil, ver o trabalho de Rodrigo Patto Sá Motta (2002).

Adriano Nervo Codato (2005) de que a ditadura militar brasileira durou 25 anos (1964-1989) – incluindo o governo civil de José Sarney – e a sua história pode ser dividida em cinco fases:

- Primeira fase: *constituição do regime político ditatorial-militar* (1964-1968): corresponde aos governos Castelo Branco (1964-1967) e Costa e Silva, caracterizada pela decretação de cinco Atos Institucionais, que serviram para a "normatização autoritária".
- Segunda fase: *consolidação do regime ditatorial-militar* (1969-1974): coincide com o governo do general-presidente Emílio Garrastazu Médici e com o auge da ditadura militar e da repressão.
- Terceira fase: *transformação do regime ditatorial-militar* (1974-1979): corresponde ao governo do general-presidente Ernesto Geisel e o projeto de distensão política e institucionalização/constitucionalização do regime.
- Quarta fase: *desagregação do regime ditatorial-militar* (1979-1985): coincide com o governo do general-presidente João Batista Figueiredo e com a continuidade do projeto de distensão política (agora chamado de "abertura"), mas, sobretudo, com o processo de decrepitude da ditadura, que se acentuou a partir de 1983.
- Quinta fase: *transição do regime ditatorial-militar para o regime liberal-democrático* (1985-1989): corresponde ao governo do civil José Sarney (político alinhado com a ditadura), concretizando o processo de *transição pactuada*[5] iniciado em 1983. Nessa fase de transição, sob tutela militar,

[5] Guilhermo O'Donnell distingue duas formas clássicas de transição: a *transição por colapso*: rápida, com forte ruptura com o autoritarismo vigente (ocorreu na Grécia, Argentina e Bolívia, por exemplo); e a *transição pactuada*: lenta e gradual, segura para as forças até então no poder, fruto de acordo entre os setores conservadores no poder e as forças moderadas na oposição (ocorreu na Espanha, Chile e Brasil, por exemplo) (Apud SILVA, 2003, p. 273).

> ocorreu a formação da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), a promulgação da Constituição de 1988 e as eleições diretas de 1989 à presidência da República. Com a posse do presidente eleito Fernando Collor de Mello, em março de 1990, tem efetivamente início o regime liberal-democrático.

Contudo, a ditadura militar brasileira se estruturou a partir das diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), das orientações estratégicas da teoria da contra-insurgência norte-americana[6] e da doutrina de guerra revolucionária francesa[7], instituindo, assim, a noção de "guerra interna". Dessa forma, a ditadura militar de Segurança Nacional implantada no Brasil a partir de 1964 criou o "inimigo interno[8]" – chamado genericamente de "subversivo" –, adotando sistematicamente uma política repressiva baseada no Terrorismo de Estado (TDE).

Conforme Miguel Bonasso (1990, p. 9), o Terrorismo de Estado demarca um modelo de Estado contemporâneo que ultrapassa os limites da "repressão legal" (permitida pelo arcabouço jurídico-

---

[6] Mais detalhes, ver MARTINS FILHO (1999).

[7] A doutrina da guerra revolucionária (*Guerre Révolutionnaire*) foi uma concepção militar francesa desenvolvida a partir da experiência na guerra da Indochina (1946-1954) e aprimorada após a Batalha de Argel (1957). Tratava-se de uma doutrina para uma guerra não convencional e que exigira a adoção de métodos não convencionais. Conforme João Roberto Martins Filho (2004, p. 41), "a principal característica desta forma de conflito era a indistinção entre os meios militares e os não militares e a particular combinação entre política, ideologia e operações bélicas que ela proporcionava", com a utilização coordenada de todos os recursos – militares, políticos, propaganda e informações – no combate ao inimigo invisível e interno. Mais detalhes sobre a doutrina da guerra revolucionária, ver João Roberto Martins Filho (2003, 2004, 2008 e 2009) e Rodrigo Nabuco de Araújo (2008a e 2008b).

[8] Para Ananda Simões Fernandes (2009a, p. 838), a indefinição e a elasticidade do conceito de "inimigo interno" é que gera eficiência à doutrina e às medidas repressivas que são adotadas contra as esquerdas, os oposicionistas, trabalhadores, estudantes, setores progressistas da Igreja, militantes de Direitos Humanos ou qualquer cidadão que simplesmente se opusesse ao regime. Todos poderiam ser enquadrados como "inimigos internos" e "comunistas". E para se defender desse inimigo, não há diferenciação entre violência preventiva e violência repressiva. Assim, passa-se a viver uma guerra interna.

-constitucional) e se utiliza de "métodos não convencionais" (tais como o sequestro, a detenção ilegal, a tortura, o assassinato e o desaparecimento de opositores e seus cadáveres) para aniquilar a oposição política e o protesto social, sejam estes armados ou desarmados. De acordo com Paulo Fagundes Vizentini (2012, p. 93-94), o Terrorismo de Estado refere-se a

> [...] atos generalizados de violência sistemática, praticados por governos contra a sua sociedade, contra minorias internas ou contra povos dominados, com o objetivo de quebrar a resistência à sua autoridade e impor determinado projeto. [...] o Estado tende, normalmente, a usar meios repressivos como parte de suas atribuições. Então, há um limite que é ultrapassado, e a repressão se transforma em terror sistemático.

Para Caroline Silveira Bauer (2006, p. 17), é fundamental compreender o Terrorismo de Estado como uma forma de dominação política e de controle da sociedade, não se caracterizando unicamente pelas práticas repressivas (terror físico e psicológico), mas também abrangendo outras esferas da sociedade, como educação e comunicação, por exemplo. Segundo Enrique Serra Padrós (2014, p. 13), o Terrorismo de Estado foi um sistema específico de poder das ditaduras latino-americanas de Segurança Nacional, no qual a imposição de ações coercitivas ou "pedagógicas" do Estado repressivo produziu o medo dissuasivo através de mecanismos variados e eficientes (físicos, psicológicos, econômicos). Dessa forma,

> [...] O TDE procurou eliminar os focos que ameaçavam os interesses que defendia, enquadrar a sociedade dentro das premissas do novo padrão de comportamento político desejado e moldar as instituições a fim de obter obediência ou apatia ante a imposição de novos princípios gerais tomados, por exemplo, da Doutrina Francesa e da Doutrina de Segurança Nacional.

> Para tanto, impôs a ordem, a autoridade e consagrou a impunidade. No seu funcionamento, flexibilizou a figura do "inimigo interno" e transformou numerosos setores da população em potenciais inimigos, aumentando o desconcerto, perturbando as situações mais cotidianas, alterando pautas de conduta social e naturalizando formas de controle disseminadas tanto na dimensão pública (espaços escolares, profissionais, de lazer), quanto no âmbito privado da cidadania. Além das ações dirigidas a alvos seletivos (a luta armada, os partidos de esquerda, as direções das organizações sociais), sensações de medo e de paralisia atingiram a população em geral [...]. Assim, introspecção, prudência, cautela, dissimulação, autocensura e silêncio foram recursos individuais e cotidianos que, de alguma forma, significaram, em muitos casos e em "tempos cinzentos", a diferença entre o sofrimento e o horror por um lado, e a possibilidade da sobrevivência por outro (PADRÓS, 2014, p. 13-14).

Em suma, a ditadura militar de Segurança Nacional brasileira, por meio do uso sistemático do Terrorismo de Estado, consolidou uma "cultura do medo[9]" (disseminada pela "pedagogia do medo"), a lógica da "suspeição" – isto é, todos eram suspeitos de serem potenciais "inimigos internos[10]" (o "inimigo invisível", o "subversivo") – e

[9] A "pedagogia do medo", estabelecido por meio de práticas coercitivas, "ensina e serve de exemplo", gerando a "cultura do medo", baseada por um medo estrutural e disseminada pelo Estado para a população (FERNANDES, 2009b, p. 20). Assim, a imposição do medo procurou causar paralisia, resignação, silenciamento e graus de colaboracionismo – uma das formas mais desejadas de quebra da espinha moral, política e ética das organizações de resistência e de oposição (PADRÓS, 2014, p. 21).

[10] O conceito de "inimigo interno" era propositalmente difuso, elástico e funcional, ampliando os "círculos de terror": quanto mais indefinido era o seu contorno, mas refém ficava a população dessa lógica, pois qualquer um poderia ser enquadrado como "inimigo" ("subversivo" ou "comunista"). Tal mecanismo oferecia potenciais inimigos e permitia manter um alerta permanente e a coesão forçada da sociedade (contra a "eterna ameaça comunista", por exemplo), além de possibilitar à repressão estatal justificar a sua razão de ser (PADRÓS, 2014, p. 21).

uma política de controle[11] e de restrições às liberdades de expressão (por meio da censura), manifestação e reunião.

No que tange ao sistema político-partidário no Brasil, a ditadura militar inicialmente não fechou os partidos políticos em vigência no país desde 1945, embora tenha expurgado seus elementos considerados "subversivos e corruptos". Porém, em outubro de 1965, com o Ato Institucional nº 2 (AI-2), a ditadura extinguiu os partidos políticos existentes e o próprio sistema pluripartidário. Como a ditadura pretendia implantar um simulacro de democracia, não cairia bem proibir a existência de partidos políticos e nem adotar o modelo de partido único (associado às ditaduras monopartidárias). Desse modo, a alternativa adotada foi a criação de um novo sistema partidário, com dois ou, no máximo, três partidos políticos. No entanto, as exigências legais, na prática, possibilitaram a criação de apenas dois partidos, dando início ao bipartidarismo, que durou até o final de 1979.

Se, por um lado, interessava à ditadura criar um forte partido de apoio ao regime, que lhe garantisse uma base parlamentar sólida, por outro, também era interessante permitir a criação de um pequeno, fraco, dócil e "bem comportado" partido oposicionista. Desse modo, foram organizados o partido governista, denominado de Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e o partido oposicionista, denominado Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Contudo, o bipartidarismo foi um sistema artificial resultante do autoritarismo da ditadura militar, no qual a ARENA, com servilismo, referendava as decisões dos generais-presidentes, enquanto o MDB deveria desempenhar uma inócua oposição. Nesse teatro,

[11] Constituiu na ampliação asfixiante das funções de vigilância (patrulha, seguimento e espionagem). As comunidades de informações acentuaram com sua ação e presença a insegurança e o temor. Violação de privacidade, controle de correspondência, escuta telefônica e rotina ostensiva de seguimentos aumentou a opressão, enquanto um exército de informantes, delatores, espiões e agentes infiltrados se expandiram pelos espaços cotidianos e rotineiros da população (PADRÓS, 2014, p. 22).

quem não cumprisse o papel que lhe foi originalmente destinado a desempenhar era enquadrado pela ditadura, que se utilizou dos Atos Institucionais para cassar parlamentares da ARENA e, sobretudo, do MDB. Ademais, nos momentos em que o Congresso ultrapassou determinados limites impostos pela ditadura, acabou sendo fechado temporariamente em três ocasiões (1966, 1968-1969 e 1977).

Outros elementos amplamente utilizados pela ditadura foram os casuísmos, isto é, as manobras realizadas para garantir o controle do sistema político, como as mudanças das regras eleitorais, para garantir a vitória eleitoral da ARENA. O casuísmo foi utilizado em 1966, para evitar a derrota do candidato arenista ao governo do Rio Grande do Sul nas eleições indiretas. Posteriormente, com o crescimento eleitoral do MDB em 1974, os casuísmos se multiplicaram, com a Lei Falcão, o "Pacote de Abril" e a própria reforma político-partidária de 1979 que determinou o fim do bipartidarismo visando à fragmentação da oposição.

Com o Legislativo e o Judiciário com pouquíssima autonomia, os generais-presidentes tiveram amplos poderes para governar o país de maneira autoritária, inclusive escolhendo os governadores estaduais da sua confiança (que se tornaram uma espécie de interventores). Por sua vez, os governadores tinham a prerrogativa de nomear os prefeitos das capitais e dos municípios considerados áreas de segurança nacional.

No presente livro, pretende-se analisar o bipartidarismo em Passo Fundo/RS, sobretudo a gênese e a trajetória da ARENA e do MDB passo-fundenses. O presente livro está estruturado em cinco capítulos. No primeiro, serão analisadas as repercussões do golpe civil-militar de 1964, contextualizando o cenário político no Rio Grande do Sul e em Passo Fundo no início da década de 1960. Após a consumação do golpe de Estado, analisaremos as disputas pelo poder, a ascensão do marechal Humberto de Alencar Castelo

Branco à presidência da República e as decretações dos Atos Institucionais nº 1 (AI-1) e nº 2 (AI-2), que institucionalizaram o golpe, marcando a passagem para o regime ditatorial.

No segundo capítulo, será analisado o processo de formação da ARENA e do MDB e os anos iniciais dos dois partidos (1965-1969), sobretudo as suas disputas internas e os seus respectivos desempenhos nas eleições parlamentares de 1966 e municipais de 1968. Também serão analisadas as origens e motivações para a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e as suas repercussões no estado.

No terceiro capítulo serão analisados a ARENA e o MDB no período entre 1969 e 1974, caracterizado pelo auge da ditadura militar e da repressão política. No quarto capítulo, que corresponde ao período do governo do general-presidente Ernesto Geisel (1974-1979), pretende-se analisar a crise da ditadura militar, em especial as atuações e os posicionamentos do MDB e da ARENA nessa conjuntura.

No quinto capítulo, que corresponde aos primeiros anos do governo do general-presidente João Batista Figueiredo, serão analisados a Lei de Anistia e a reforma político-partidária que determinaria o fim do bipartidarismo e a extinção da ARENA e do MDB. Além do epílogo da ARENA e do MDB, também serão analisados o retorno do pluripartidarismo, o processo de organização dos novos partidos políticos e as eleições de 1982.

Capítulo I

O contexto político-partidário da Terceira República (1945-1964) e o Golpe Civil-Militar de 1964

Com o fim do Estado Novo e a deposição de Getúlio Vargas, em outubro de 1945, o Brasil ingressaria na Terceira República (1945-1964), que politicamente foi caracterizada pela vigência do pluripartidarismo e pela experiência democrática. Entretanto, no início da década de 1960, durante o auge da Guerra Fria, o Brasil vivenciou um período de grave crise política, cujo desfecho foi o golpe civil-militar de 1964, que levou o país a viver sob a égide da ditadura militar.

No presente capítulo, pretende-se analisar o contexto político-partidário da Terceira República, sobretudo no Rio Grande do Sul e em Passo Fundo, a conjuntura política do início da década de 1960 e o golpe civil-militar de 1964. Após a consumação do golpe de Estado, analisaremos as disputas pelo poder, a ascensão do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco à presidência da República e as decretações dos Atos Institucionais nº 1 (AI-1) e nº 2 (AI-2), que institucionalizaram o golpe, marcando a passagem para o regime ditatorial.

1.1. A democratização de 1945 e o processo de formação dos partidos políticos

A partir de 1942, com o Estado Novo dando seus primeiros sinais de fissura[12], as vozes que clamavam pela democratização do país passaram a ecoar cada vez mais alto, pois diversos setores da sociedade passaram a pressionar Getúlio Vargas pelo fim da ditadura estadonovista. Com as relações com a cúpula militar desgastada e enfrentando pressões internas e externas[13], o governo Vargas – embora contasse com o apoio de uma expressiva parcela da população brasileira, sobretudo dos trabalhadores urbanos – dava claros sinais de esgotamento.

A partir de então, com as articulações da oposição e com a eclosão de manifestações mais veementes a favor do regime democrático, sucederam-se dois acontecimentos emblemáticos, sinalizando que o Estado Novo estava em seu epílogo: a) no final de 1944 é lançado o nome do Brigadeiro Eduardo Gomes como candidato à sucessão de Vargas e começou-se a especular o nome do general Eurico Gaspar Dutra como outro candidato à sucessão; b) em 22 de fevereiro de 1945, José Américo de Almeida, rompendo o cerco da censura, concedeu entrevista aos jornais exigindo eleições livres e exaltando a candidatura de Eduardo Gomes[14].

---

[12] Segundo José Murilo de Carvalho (1990), a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em 1942, ao lado dos americanos, semeou a crise do Estado Novo, pois dentro do governo havia duas alas: uma simpatizante aos americanos (representada pelo embaixador do Brasil em Washington Osvaldo Aranha) e outra simpatizante aos alemães, representada por elementos da cúpula militar, como Eurico Gaspar Dutra e Góis Monteiro, além de Filinto Müller. Dessa forma, a opção pelo lado americano representou o início da cisão entre Vargas e os militares.

[13] A pressão externa pela democratização do Brasil aumentava com a derrocada dos países do Eixo e a iminente vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, comprometidos com os valores da democracia liberal.

[14] Segundo Jorge Ferreira (2003a, p. 16), a entrevista sinalizou à sociedade que os censores do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) se afastaram das redações dos jornais, além de evidenciar que a ditadura dava sinais definitivos de cansaço.

Assim, no início de 1945, o fim do Estado Novo mostrava-se inevitável. No entanto, o governo Vargas buscou planejar e conduzir o processo de transição pelo alto, cujos objetivos eram claros: garantir a manutenção do poder na nova ordem institucional. Desse modo, o governo adotou uma série de medidas estratégicas. Primeiramente, a 28 de fevereiro de 1945, decretou o Ato Adicional nº 9, estabelecendo eleições diretas para a presidência da República e proporcionais para o Congresso Nacional; em seguida, no dia 18 de abril, decretou anistia geral a seus adversários políticos; posteriormente, a 28 de maio de 1945, o governo decretou a chamada Lei Agamenon (ministro da Justiça da época), no qual marcou as eleições para o dia 2 de dezembro e regulamentou o novo código eleitoral e os requisitos para a formação dos partidos políticos. A grande inovação da referida lei era a obrigatoriedade, pela primeira vez na história republicana, da formação de partidos de caráter nacional.

Lucília de Almeida Neves Delgado (2003, p. 134) observa que a Lei Agamenon estabeleceu que os partidos deveriam cumprir três condições para se habilitar eleitoralmente: a) possuir registro em cinco ou mais estados da federação (atuação em âmbito nacional); b) possuir um referendo inicial de 10 mil eleitores; c) possuir personalidade jurídica, de acordo com o Código Civil.

Durante o período pluripartidário de 1945-1965, os três principais partidos políticos brasileiros foram o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN), que estavam se articulando antes mesmo da promulgação da Lei Agamenon e que são considerados "criaturas de Vargas", uma vez que gravitavam – de maneiras distintas – em torno da figura do então ditador estadonovista. Portanto, Vargas é considerado o eixo divisor do sistema partidário que se inaugurava em 1945.

A UDN, oficialmente fundada em 7 de abril[15] de 1945, surgiu como uma grande frente liberal-democrática de oposição ao Estado Novo e a Getúlio Vargas. Inicialmente, a UDN aglutinava grupos políticos bastante heterogêneos – quando não antagônicos – unidos em torno das liberdades democráticas e do combate a um inimigo comum – o ditador estadonovista. Além da oposição sistemática a Vargas, a UDN apoiava a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes à sucessão presidencial.

Maria Victoria Benevides (1981a, p. 28-32) identificou cinco grupos principais que compunham a UDN na época de sua fundação:

1. *Os grupos oligárquicos destronados em 1930:* os oligarcas mineiros liderados por Arthur Bernardes; os oligarcas paulistas liderados por Júlio Prestes; o grupo de Otávio Mangabeira na Bahia; o grupo de José Augusto no Rio Grande do Norte; o grupo de Leandro Maciel em Pernambuco; os clãs estaduais, como os Konder em Santa Catarina, os Caiados em Goiás e os Correia da Costa em Mato Grosso.

2. *Os ex-aliados de Getúlio, marginalizados depois de 1930 ou em 1937*: os tenentes que se sentiram traídos, como Eduardo Gomes e Juraci Magalhães; os membros da Aliança Liberal, como os gaúchos chefiados por Borges de Medeiros e os mineiros Antonio Carlos e Virgílio de Melo Franco; os políticos marginalizados, como José Américo, Flores da Cunha e Lima Cavalcanti; os que integraram o governo no período constitucional, como Pedro Aleixo e Odilon Braga, e saíram em 1937.

3. *Os ex-integrantes do Estado Novo*: são os políticos que apoiaram o golpe e tiveram cargos públicos durante a ditadura, mas romperam com Getúlio antes de 1945. Por exemplo:

[15] "A data de 7 de abril foi escolhida para rememorar o 7 de abril de 1831 (dia da abdicação de D. Pedro I), festejada data do liberalismo brasileiro" (BENEVIDES, 1981b, p. 95).

Osvaldo Aranha, Adhemar de Barros (ex-interventor em São Paulo) e Argemiro de Figueiredo (ex-interventor na Paraíba), entre outros.

4. *Os grupos liberais nos estados*: no Rio Grande do Sul, o grupo liderado por Raul Pilla; em Minas Gerais, o grupo de signatários do *Manifesto dos Mineiros*; entre outros exemplos.

5. *As esquerdas*: os políticos e intelectuais de tendência socialista, que formariam a Esquerda Democrática; os comunistas dissidentes do PCB, como Astrogildo Pereira; e integrantes do movimento estudantil, de tendências socialistas, atuantes nas Faculdades de Direito de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco.

No entanto, como era esperado, não tardou para que houvesse as primeiras cisões no seio dessa grande coalizão oposicionista. Um dos primeiros grupos a romper com a UDN foi a Esquerda Democrática, em agosto de 1945. Formada por políticos e intelectuais socialistas e antigetulistas, a Esquerda Democrática daria origem ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), no início de 1946.

Posteriormente, as dissidências udenistas também deram origem a outros pequenos partidos (todos partidos de menor representatividade em nível nacional e mais ou menos fortes em determinados estados da federação), como o Partido Libertador (PL[16]), o Partido Republicano Progressista[17] – que em junho de 1946 daria

[16] Classificado como um partido conservador na sua orientação política, o Partido Libertador (PL) "possuía suas bases no Rio Grande do Sul, na Bahia e em outros poucos estados" e seu principal expoente era o sul-rio-grandense Raul Pilla (FLEISCHER, 1981, p. 61).

[17] O Partido Republicano Progressista, registrado em novembro de 1945, foi formado pelo ex-interventor de São Paulo Adhemar de Barros, em fusão com o grupo de João Café Filho, do Rio Grande do Norte. Como Adhemar de Barros era visto com extrema desconfiança dentro da UDN por ser um ex-aliado de Getúlio, foi colocado à margem dentro do partido pelas lideranças udenistas de São Paulo. Ambicioso politicamente, Adhemar optou em criar o seu próprio partido, que teve um fraco desempenho nas eleições de 1945, elegendo apenas dois deputados (Café Filho, pelo Rio Grande do Norte, e Campos Vergal, por São Paulo)

origem ao Partido Social Progressista (PSP[18]) – e o Partido Republicano (PR[19]), organizado em 1946.

Com sua gênese relacionada aos movimentos políticos da Igreja católica no início dos anos 1930, o Partido Democrata Cristão (PDC) teve uma origem distinta dos demais partidos do período, uma vez que não era uma "criatura" de Vargas. Com as suas principais bases políticas ancoradas nos "estados de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro" (FLEISCHER, 1981, p. 58), o PDC cresceu significativamente, em âmbito nacional, a partir do final da década de 1950 – inclusive elegendo Jânio Quadros presidente da República nas eleições de 1960.

Conforme Luiz Werneck Vianna (1981, p. 135), após a Segunda Guerra Mundial, o PDC emergiu em países católicos europeus e latino-americanos (como a Itália e o Chile) como um partido reformista, defendendo um "capitalismo social" – de acordo com a *Rerum Novarum* de 1891 – que se tornou atraente para setores da classe média, pequenos proprietários rurais e urbanos, camponeses e operários. Entretanto, no Brasil, o PDC foi um partido conservador e geralmente contrário à modernização, que não contou com o apoio institucional da Igreja e nem dos trabalhadores do campo

(SAMPAIO, 1981, p. 175-176).

[18] "Em junho de 1946, o Partido Republicano Progressista fundiu-se com outros dois pequenos partidos de origem paulista (o Partido Popular Sindicalista e o Partido Agrário Nacional), dando origem ao Partido Social Progressista (PSP)" (SAMPAIO, 1981, p. 176). Foi pela sigla pessepista que Adhemar de Barros elegeu-se, em 1947, governador do estado de São Paulo. Com suas bases políticas ancoradas em São Paulo, o PSP foi um dos mais fortes partidos nesse estado. Entretanto, "fora de São Paulo a sigla pessepista era frequentemente utilizada por políticos a procura de legenda para enfrentar os partidos dominantes (UDN, PSD e às vezes o PTB)" (FLEISCHER, 1981, p. 55). Em âmbito nacional, o partido disputou com o PR e, posteriormente, com o Partido Democrata Cristão (PDC) o posto de quarto maior partido representado na Câmara dos Deputados.

[19] Também classificado como um partido conservador, o Partido Republicano (PR), por sua vez, tem as suas raízes nos antigos PRs da República Velha e aglutinava os remanescentes das antigas oligarquias estaduais do pré-1930. Em nível nacional, seu líder máximo era o ex-presidente Arthur Bernardes, cuja morte, em 1955, marcou o início do declínio do partido (Cf. FLEISCHER, 1981, p. 60-61).

e dos centros urbanos, constituindo-se, assim, em um partido das camadas médias e das elites urbanas (VIANNA, 1981, p. 170-171). Assim, "apesar da sua fraseologia 'democrata-cristã', o PDC se desfez da sua identidade, confundindo-se com a UDN" – uma espécie de "UDN católica", conforme denominou Gláucio Soares (1981).

Outros dois partidos significativos no período pluripartidário de 1945-1965 – e cujas origens não remetem à oposição ou ao apoio a Vargas – foram o Partido de Representação Popular (PRP) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). O PRP, liderado por Plínio Salgado, defendia a mesma ideologia integralista e fascista da Ação Integralista Brasileira (AIB) na década de 1930. Entretanto, "fora do Rio Grande do Sul e do Paraná, o PRP dificilmente operava com legenda própria e sempre em coligação com outros partidos conservadores" (FLEISCHER, 1981, p. 58).

Por sua vez, o PCB – fundado em 1922 e cujas origens são muito mais antigas em relação aos demais partidos do período –, em 1945, sob a liderança de Luiz Carlos Prestes e na legalidade, emergia no cenário político-partidário brasileiro como um partido de massas. Conforme José Antônio Segatto (2003, p. 220-224), o PCB, desde 1943, passou a adotar uma política de união nacional ("dentro da lei e da ordem, assentada num regime republicano, progressista e popular"), que o tornou uma agremiação influente na vida política nacional[20] até 1947, quando foi colocado novamente na ilegalidade.

Já do lado das forças getulistas de continuísmo ocorreu um processo de formação de duas correntes distintas: o PSD e o PTB, "que trariam em suas estruturas e bases organizativas resquícios do Estado Novo" (DELGADO, 1989, p. 27-28). O PSD aglutinava os

[20] Com a política de união nacional, o PCB havia se tornado mais "popular" e menos "operário" e as preocupações com os problemas da "nação" predominavam sobre os da "classe", orientando-o, dessa forma, não mais para o proletariado, mas para os patriotas e democratas, conquistando, assim, inclusive a simpatia de setores das camadas médias (Cf. SEGATTO, 2003).

interventores federais, os integrantes da máquina administrativa dos governos federal e estaduais, além de segmentos das oligarquias estaduais, da burguesia e das classes médias urbanas. Dessa forma, o PSD nasceu com uma sólida estrutura organizacional e uma rede clientelista em todos os estados da federação, o que permitiu ao partido lograr significativos êxitos eleitorais (DELGADO, 2003, p. 138-139).

Considerado um partido clientelista, com forte penetração no meio rural, e intimamente ligado à burocracia federal, o PSD é classificado como um partido conservador que "representava os interesses das oligarquias agrícolas e do grande capital financeiro" (FLEISCHER, 1981, p. 59). Em outras palavras, o PSD excluía, na prática, os segmentos que eram identificados como as bases fundamentais do novo regime: os trabalhadores.

Portanto, a definição do formato do PSD praticamente estabeleceu os contornos do outro partido "situacionista", o PTB, que ancorou as suas bases a partir da estrutura do Ministério do Trabalho, utilizando-se das lideranças sindicais e dos organismos previdenciários (GOMES, 2005, p. 283). Inspirado no modelo do Partido Trabalhista Inglês, o PTB não foi uma "invenção de última hora"; pelo contrário, ele surgiu como a coroação organizacional de um longo e cuidadoso esforço de construção de uma ideologia trabalhista no Brasil, que mobilizou muitos recursos humanos, técnicos e financeiros, particularmente no próprio Ministério do Trabalho, desde o ano de 1942, quando Alexandre Marcondes Filho ocupou aquela pasta (GOMES, 2007, p. 57-58).

Elegendo os sindicatos como o seu principal local de atuação, o objetivo do PTB era atrair e mobilizar as camadas populares, principalmente nos grandes centros urbanos, para a órbita do partido, apresentando-se como a agremiação partidária que levaria os trabalhadores a alcançar os seus direitos. No entanto, o PTB não foi

criado para ser um "partido *dos* trabalhadores"[21], mas um "partido *para* os trabalhadores", pois também objetivava ser um anteparo ao Partido Comunista Brasileiro, que, legalizado, disputaria a simpatia (e os votos) dos assalariados urbanos.

Além da defesa e ampliação das conquistas sociais e trabalhistas, o programa do PTB também se destacava pela posição antiimperialista e pela defesa do desenvolvimento nacional autônomo. "Dessa forma, o PTB teve, desde o seu início, duas características básicas profundamente estimuladas por Vargas: *uma trabalhista e a outra nacionalista* – que se integrariam em um objetivo: o engrandecimento da nação, personificada por Getúlio" (DELGADO, 1989, p. 55). Em suma, "o trabalhismo, tal como se estruturou no Brasil, tinha na figura de Vargas sua referência primeira. A Vargas, à sua obra social e à legislação trabalhista por ele implantada sempre se reportariam os doutrinadores e militantes trabalhistas brasileiros" (DELGADO, 1989, p. 47).

No entanto, após a morte de Vargas, em 1954, o PTB entraria em uma segunda fase da sua história, caracterizando-se por um trabalhismo sem Vargas, tornando-se assim um partido não apenas getulista, mas ancorado em uma doutrina trabalhista, nacionalista e reformista (GOMES, 2007, p. 74-75). Nesta segunda fase da história do partido, o PTB, além de crescer eleitoralmente, também vivenciou uma acirrada disputa interna – que assumiu a forma de uma luta simbólica pelo controle da ideologia trabalhista – e a ascensão de novas lideranças, como os sul-rio-grandenses João Goulart, Leonel Brizola e Fernando Ferrari, entre outros.

A dissidência trabalhista liderada pelo deputado federal sul-rio-grandense Fernando Ferrari daria origem ao Movimento Trabalhista Renovador (MTR), que foi inicialmente uma tendência

[21] Nesse sentido, basta lembrarmos que a grande maioria dos políticos que ingressaram no PTB não eram trabalhadores e sindicalistas, mas advogados, empresários, funcionários públicos e profissionais liberais.

rebelde dentro do PTB. Porém, após as eleições de 1960, Ferrari, que concorreu à vice-presidência da República à revelia do PTB, foi expulso do partido, transformando o MTR em um novo pequeno partido. Segundo Thomas Skidmore (1982, p. 262), Ferrari era um dos mais ativos defensores de um trabalhismo autêntico no seio do PTB. Acuado dentro do partido, optou em fundar um movimento trabalhista reformista.

Contudo, para Maria Celina D'Araújo (1996, p. 128) não se pode supervalorizar que Ferrari estivesse promovendo a formação de "um trabalhismo autêntico", pois a sua dissidência deve ser encarada como o resultado de um conflito de lideranças. Para Suely Bastos (1981), que defende uma posição semelhante, Ferrari fundou o MTR mais por fatores regionais, conjugados aos nacionais, do que por divergências doutrinárias ou programáticas dentro do PTB. Em suma, de acordo com Maria Celina D'Araújo e Suely Bastos, a cisão de Ferrari foi catalisada por conflitos no interior do PTB, revestida por uma roupagem doutrinária.

Por sua vez, Lucília de Almeida Neves Delgado (1989, p. 212) diz que as divergências de Ferrari em relação às orientações que predominavam, ao nível da direção do PTB, estavam ligadas a dois fatores: a) disputas regionais envolvendo o seu grupo, o de João Goulart e o de Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul; e b) discordância quanto à linha política fisiológica que, no seu entendimento, predominava no PTB, levando o partido a afastar-se do trabalhismo autêntico.

De todo modo, o MTR teve uma breve existência, destacando-se por uma plataforma nacionalista e reformista. Em março de 1963, Fernando Ferrari viu aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural – que estendeu os direitos sociais e trabalhistas aos trabalhadores do campo –, projeto de sua autoria. No entanto, em 25 de maio do mesmo ano, Ferrari faleceu em um acidente aéreo nas proximidades do município de Torres (RS) (BRANDALISE; BOM-

BARDELLI, 2013, p.28). Posteriormente, o MTR passou a ser liderado pelo senador Aarão Steinbruch (MTR-RJ), porém o partido não resistiu à morte de seu principal líder e fundador, entrando em declínio.

1.2. A Terceira República (1945-1964) e o pluripartidarismo no Rio Grande do Sul: trabalhismo e antitrabalhismo

No Rio Grande do Sul, segundo Miguel Bodea (1992, p. 17-18), o processo inicial de organização dos partidos políticos assemelha-se ao ocorrido em nível nacional, com Vargas e o Estado Novo constituindo o marco divisor fundamental. Entre os partidos antigetulistas, a UDN sul-rio-grandense nasceu em torno de lideranças políticas tradicionais que havia se incompatibilizado com Vargas, como Flores da Cunha, Oswaldo Aranha e Borges de Medeiros[22]. No entanto, a UDN foi um partido sem grande expressão política no Rio Grande do Sul, sendo, inclusive, superado eleitoralmente pelo Partido Libertador (PL) no estado[23]. Liderado por Raul Pilla, o PL estabeleceu o parlamentarismo como sua base ideológica. De acordo com Carlos E. Cortés (2007, p. 176):

> [...] Semelhante à UDN no seu antigetulismo e nos seus apelos pela moralidade do governo, o PL virou o partido dos parlamentaristas, seguidores pessoais de Pilla, o mais radical opositor de Vargas. Dentro do Rio Grande do Sul, o PL gozava de uma grande vantagem sobre a UDN no recrutamento político gaúcho. Ao contrário da UDN, um partido novo e, consequentemente, sem tradição, o PL oferecia aos novos oposicionistas uma herança orgulhosa de mais de cinquenta anos de luta, começando com o Partido Federalista

[22] Sobre a UDN do Rio Grande do Sul, ver o trabalho de Lisandre Medianeira de Oliveira (2001).

[23] Sobre o PL do Rio Grande do Sul, ver o trabalho de Paulo Roberto Taufer (2008).

> no início da República Velha. Não obstante suas organizações separadas, durante os próximos vinte anos a UDN e o PL, geralmente, funcionaram como um único campo político contra Vargas, reminiscência da Frente Única de 1932-1937.

Do lado das forças getulistas, o PSD sul-rio-grandense teve sua origem semelhante ao PSD nacional: organizou-se a partir da interventoria e da máquina governamental, contando com o apoio do interventor Ernesto Dornelles (primo de Getúlio). Entre as lideranças do PSD estadual, nesta sua fase inicial, despontavam, além de Ernesto Dornelles e Protásio Vargas (irmão de Getúlio), Walter Jobim, Oscar Carneiro da Fontoura e Cylon Rosa (BODEA, 1992, p. 18-19).

Em julho de 1945, o diretório do PSD do Rio Grande do Sul[24] realizou a sua primeira convenção estadual, elegendo Getúlio Vargas presidente da Comissão Executiva e apoiando as candidaturas do general Eurico Dutra à presidência da República e de Walter Jobim para o governo estadual. Contudo, um importante fato da convenção foi a formação da Ala Trabalhista do PSD, liderada por José Diogo Brochado da Rocha (ex-diretor da Viação Férrea do Rio Grande do Sul) e constituída por vários líderes sindicais, como José Vecchio (CÁNEPA, 2005, p. 104).

Por sua vez, o PTB no Rio Grande do Sul surgiu, segundo Miguel Bodea (1992, p. 20-31), da confluência de três vertentes distintas: a corrente sindicalista, a corrente doutrinário-pasqualinista e a corrente pragmático-getulista. A corrente sindicalista tem a sua origem na Ala Trabalhista do PSD, que se distancia da cúpula pessedista (comprometida com a candidatura do general Dutra) e participa ativamente do movimento queremista[25], apoiando o con-

[24] Sobre o PSD do Rio Grande do Sul, ver a obra de Lisandre Medianeira de Oliveira (2008).

[25] O movimento queremista iniciou como um movimento popular favorável ao continuísmo de Vargas e que era discretamente apoiado pelo Ministério do Trabalho, pelo DIP e por empresários, como o paulista Hugo Borghi. Ancorado no lema "Queremos Getúlio", a partir do final de julho e início de agosto o movimento ganhou grande projeção nacional, com ma-

tinuísmo de Vargas. Criticando o PSD como um "partido da classe dominante", as principais lideranças da Ala Trabalhista do PSD, contando com o apoio de Vargas, desligam-se do PSD e fundam, em 14 de setembro de 1945, o diretório do PTB no Rio Grande do Sul (CÁNEPA, 2005, p. 107). Entretanto, a cisão da Ala Trabalhista do PSD manteve-se nos limites dos militantes sindicais, uma vez que nenhuma outra liderança política – nem mesmo seu inspirador, José Diogo Brochado da Rocha, então empenhado em sua campanha para deputado federal pelo PSD – acompanhou os sindicalistas (BODEA, 1992, p. 22-23).

A corrente doutrinário-pasqualinista foi formada por um grupo de intelectuais progressistas, liderada pelo advogado e intelectual Alberto Pasqualini[26], que, após entendimentos com José Vecchio, firmaram uma coalizão entre a União Social Brasileira (USB) pasqualinista e o PTB no final de outubro de 1945. Entretanto, a fusão entre as duas correntes consolidou-se somente em 1946 (BODEA, 1992, p. 23). A consequência disto seria dupla: por um lado, o PTB adquire, desde o início, uma conotação de "partido de esquerda" e não apenas "partido popular", como tendia a ser nos estados do centro do país; por outro, sobrava pouco espaço para o Partido Socialista Brasileiro (PSB) no Rio Grande do Sul (BODEA, 1992, p. 28).

Por fim, a corrente denominada de pragmático-getulista foi composta, essencialmente, por políticos profissionais oriundos do PSD que, sob a orientação direta de Vargas, passaram a ingressar no PTB a partir de 1946 – casos, por exemplo, de José Loureiro da

---

nifestações e comícios em todo o país, no qual defendiam a candidatura de Getúlio Vargas nas eleições de dezembro. Mais detalhes, ver FERREIRA (2003a).

[26] A repercussão do ideário de Pasqualini atraiu diversos adeptos e simpatizantes, que, em junho de 1945, formaram o Movimento Popular em Favor das Idéias Políticas e Sociais de Alberto Pasqualini. Este movimento seria o precursor da União Social Brasileira (USB), agrupamento político dirigido por Pasqualini e lançado no dia 21 de setembro de 1945. A USB era um movimento reformista e democrático de esquerda não-comunista que, ao contrário da Esquerda Democrática, optou por integrar-se ao PTB e não à UDN (Cf. BODEA, 1992).

Silva e José Diogo Brochado da Rocha. Este processo de "transfusão getulista" só se completaria com a formação do PSD Autonomista (PSDA), pró-getulista, em 1950, que se aliou e, em seguida, migrou para o PTB a partir daquele ano (BODEA, 1992, p. 28).

Contudo, as acirradas disputas entre PSD e PTB nas eleições de 1947 e 1950 no Rio Grande do Sul catalisaram o rompimento definitivo entre Getúlio Vargas e o diretório do PSD sul-rio-grandense, que passou a adotar uma orientação fortemente antigetulista. O resultado desse processo foi a polarização entre trabalhismo (PTB) e antitrabalhismo, com o PSD se consolidando como o principal partido antitrabalhista no Rio Grande do Sul, uma vez que a UDN foi um partido sem grande expressão no território sul-rio-grandense. Portanto, ao contrário do que ocorria em nível nacional – caracterizado pelas alianças políticas e eleitorais entre PTB e PSD –, no Rio Grande do Sul os diretórios estaduais do PTB e do PSD foram ferrenhos adversários políticos.

Assim, as eleições para o governo estadual foram polarizadas entre PSD e PTB, que se alternaram no poder: em 1947, Walter Jobim (PSD) derrotou Alberto Pasqualini (PTB); em 1950, Ernesto Dornelles (PTB) derrotou Cylon Rosa (PSD); em 1954, Ildo Meneghetti (PSD) derrotou o senador Alberto Pasqualini (PTB); em 1958, Leonel Brizola derrotou Walter Peracchi Barcelos (PSD); e em 1962, Ildo Meneghetti (PSD) elegeu-se novamente governador por uma grande coalizão antitrabalhista denominada Ação Democrática Popular (ADP), formada por PSD/PL/UDN/PRP/PDC/PSP, derrotando os trabalhistas Egydio Michaelsen (PTB) e Fernando Ferrari, que concorreu pelo Movimento Trabalhista Renovador (MTR).

Apesar da alternância no poder entre o PTB e o PSD (uma das principais características da política sul-rio-grandense do período), o PTB se consolidou como a principal força partidária no Rio Grande do Sul. De fato, a força do PTB é comprovada nas eleições à Câmara dos Deputados e à Assembleia Legislativa, com

o partido elegendo sempre (exceto em 1945) o maior número de parlamentares à Câmara dos Deputados e à Assembleia Legislativa.

Quadro 1

Eleições para o Senado no Rio Grande do Sul (1945-1962)

Ano	Senadores eleitos
1945	Getúlio Vargas (PSD) e Ernesto Dornelles (PSD)
1947	Joaquim Pedro Salgado Filho (PTB)
1950	Alberto Pasqualini (PTB)
1954[27]	Armando Câmara (PL) e Daniel Krieger (UDN)
1958[28]	Guido Fernando Mondin (PRP)
1962[29]	Mem de Sá (PL) e Daniel Krieger (UDN)

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de CÁNEPA (2005).

Quadro 2

Eleições para a Câmara dos Deputados no Rio Grande do Sul (1945-1962)

Partido	1945	1950	1954	1958	1962
PTB	1 (4,5%)	10 (45,8%)	11 (45,6%)	14 (58,3%)	14 (48,2%)
PSD	17 (77,2%)	8 (36,2%)	7 (28,6%)	7 (28,6%)	7 (24,1%)
PL	1 (4,5%)	2 (9%)	3 (12,8%)	2 (8,4%)	3 (10,3%)
UDN	2 (9%)	1 (4,5%)	1 (4,4%)	------	1 (3,4%)
PRP	------	1 (4,5%)	2 (8,6%)	1 (4,4%)	1 (3,4%)
PDC	------	------	------	------	2 (,6,8%)
MTR	------	------	------	------	1 (3,4%)
PCB	1 (4,5%)	------	------	------	------
Total	22 (100%)	22 (100%)	24 (100%)	24 (100%)	29 (100%)

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de CÁNEPA (2005).

[27] Nas eleições de 1954 no Rio Grande do Sul houve uma aliança entre PL/UDN/PSD, denominada Frente Democrática.

[28] Nas eleições de 1958 no Rio Grande do Sul houve novamente uma aliança entre PL/UDN/PSD denominada Frente Democrática. Em oposição, houve uma coalizão entre PTB/PRP/PSP.

[29] Nas eleições de 1962 no Rio Grande do Sul houve uma aliança entre PSD/PL/UDN/PRP/PDC/PSP denominada Ação Democrática Popular.

Quadro 3

Eleições para a Assembleia Legislativa no Rio Grande do Sul (1947-1962)

Partido	1947	1950	1954	1958	1962
PTB	23 (41,8%)	21 (38,2%)	23 (41,8%)	24 (43,7%)	23 (41,8%)
PSD	16 (29,1%)	17 (30,9%)	15 (27,3%)	13 (23,7%)	11 (20%)
PL	5 (9,1%)	6 (10,9%)	7 (12,8%)	7 (12,8%)	6 (10,9%)
UDN	4 (7,3%)	4 (7,3%)	3 (5,4%)	3 (5,4%)	3 (5,4%)
PRP	4 (7,3%)	4 (7,3%)	4 (7,3%)	3 (5,4%)	3 (5,4%)
PCB	3 (5,4%)	------	------	------	------
PSP	------	2 (3,6%)	2 (3,6%)	2 (3,6%)	------
PSB	------	1 (1,8%)	1 (1,8%)	------	------
PDC	------	------	------	2 (3,6%)	4 (7,3%)
PR	------	------	------	1 (1,8%)	------
MTR	------	------	------	------	4 (7,3%)
ARS[30]	------	------	------	------	1 (1,8%)
Total	55 (100%)	55 (100%)	55 (100%)	55 (100%)	55 (100%)

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de CÁNEPA (2005).

Para contrapor-se à maioria do PTB na Assembleia Legislativa estadual, o PSD necessitava aliar-se ao PL e à UDN, formando uma coalizão antitrabalhista que, na década de 1950, foi denominada Frente Democrática.

1.3. O contexto político-partidário em Passo Fundo na Terceira República (1945-1964)

O contexto político-partidário em Passo Fundo durante a Terceira República (1945-1964) foi caracterizado pela hegemonia do PTB, comprovando a força política do getulismo e do trabalhis-

[30] A Aliança Republicana Socialista (ARS) foi uma coalizão entre os comunistas que concorriam pelo Partido Republicano (PR) e parte do Partido Socialista Brasileiro (PSB) nas eleições de 1962 no Rio Grande do Sul.

mo no município. O processo de organização do diretório do PTB de Passo Fundo foi liderado pelo médico César José dos Santos[31], um dos líderes do movimento queremista[32] no município. O diretório municipal do PTB foi oficialmente instalado em novembro de 1945, com César Santos sendo eleito presidente da Comissão Executiva municipal, posto que exerceu por 20 anos, até a extinção do partido, em 1965 (Cf. BENVEGNÚ, 2006). Outros nomes que ingressaram no PTB passo-fundense foram Daniel Dipp, Mário Menegaz, Wolmar Antônio Salton, Benoni Rosado, Ney Menna Barreto, Arthur Culmann Canfield, Romeu Martinelli, Justiniano Augusto de Araújo Trein, Wilson Corrêa Garay, entre outros[33].

O PSD foi o principal partido rival do PTB em Passo Fundo, inclusive aglutinando, desde a sua gênese, lideranças antigetulistas locais, como Nicolau de Araújo Vergueiro[34], Arthur Ferreira Filho,

---

[31] Getulista fervoroso, César Santos (1904-1970) foi uma das principais lideranças trabalhistas em Passo Fundo, sendo eleito, em 1947, deputado estadual e, em 1950, deputado federal. Além do envolvimento com a política local, César Santos foi um dos fundadores da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo (SPU), em 1950.

[32] Mais detalhes sobre o movimento queremista em Passo Fundo, ver Alessandro Batistella (2007).

33 Sobre a trajetória do PTB passo-fundense, ver o trabalho de Sandra Mara Benvegnú (2006).

[34] O médico Nicolau de Araújo Vergueiro (1882-1956) foi um dos políticos mais influentes de Passo Fundo. Em 1908, vinculou-se ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), tornando-se em pouco tempo líder do partido na cidade, ao lado do seu tio Gervásio Lucas Annes. Em 1909, Nicolau Vergueiro foi eleito deputado estadual, sendo reeleito para mais cinco mandatos sucessivos. Foi também intendente municipal de Passo Fundo entre 1920-1924 e 1928-1930. Foi eleito deputado federal em março de 1930 e apoiou Getúlio Vargas na Revolução de outubro de 1930, tendo destacada participação no movimento na região (BRAGA, 1998, p. 577-578). No entanto, em 1932, Nicolau Vergueiro rompeu com Vargas e – a exemplo das correntes republicadas lideradas por Borges de Medeiros e Raul Pilla – apoiou os paulistas na Revolta Constitucionalista, o que resultou na sua prisão e o exílio na Argentina entre os anos de 1933 e 1934. De volta a Passo Fundo após a reconstitucionalização e a anistia política geral decretada por Vargas, em outubro de 1934 foi eleito deputado federal na legenda da Frente Única Gaúcha (FUG), coligação do PRR com o Partido Libertador (PL). Empossado em maio de 1935, exerceu o mandato até 10 de novembro de 1937, quando o golpe do Estado Novo fechou o Congresso (BRAGA, 1998, p. 577-578). Após o fim do Estado Novo e a democratização de 1945, Nicolau Vergueiro foi um dos fundadores e presidente do Partido Social Democrático (PSD) em Passo Fundo, sendo eleito deputado federal consti-

Antonio Bittencourt Azambuja, o jornalista Túlio Fontoura[35] (proprietário do jornal *Diário da Manhã*), entre outros. Por sua vez, o diretório da UDN de Passo Fundo foi liderado por Victor Oscar Graeff (que administrou o município entre 1941-1944). Porém, a UDN foi inexpressiva em Passo Fundo.

Em 1947, na primeira eleição municipal após o fim do Estado Novo, o PTB apoiou a candidatura de Armando Araújo Annes, oriundo de uma tradicional família local e que já havia administrado o município duas vezes (em 1924-1928 e 1932-1934). A opção pelo apoio a Armando Annes, que não pertencia ao PTB, revelou a estratégia do partido, que, inclusive, aliou-se à UDN para enfrentar tradicionais nomes da política local vinculados ao PSD (BENVEGNÚ, 2006, p. 52-54). Assim, por uma pequena diferença de votos, a coligação PTB/UDN elegeu Armando Araújo Annes prefeito e Daniel Dipp vice-prefeito, derrotando Dionísio Lângaro (PSD) e Carlos Galves (PL/PRP – Coligação Democrática Cristã) (DAMIAN, 2010, p. 38). No entanto, o PSD elegeu a maioria dos vereadores no pleito de 1947.

Contudo, as três próximas eleições municipais (1951, 1955 e 1959) consolidaram a hegemonia do PTB em Passo Fundo. Em 1951, Daniel Dipp e Mário Menegaz foram eleitos, respectivamente, prefeito e vice-prefeito, derrotando a chapa formada por Dionísio Lângaro e Elpídio Fialho (PSD/PL/UDN); em 1955, Wolmar Antônio Salton (prefeito) e Benoni Rosado (vice-prefeito) derrotaram a chapa pessedista formada por Gervásio Araújo Annes e Ítalo Benvegnú; e em 1959, Benoni Rosado (prefeito) e Sinval Bernardon (vice-prefeito) derrotaram a chapa formada pelos dissidentes

tuinte em 1945. Nas eleições de outubro de 1950 não se reelegeu.

[35] Aliado político de Nicolau de Araújo Vergueiro, Túlio Fontoura (1905-1979) fundou, em 28 de novembro de 1935, o jornal *Diário da Manhã*, que se tornou um porta-voz do seu grupo político. Em 1945, Túlio Fontoura ingressou no PSD, partido pelo qual se elegeu vereador-suplente em 1947 e em 1951. Nas eleições de 1954 e 1958, Túlio Fontoura concorreu à Assembleia Legislativa Estadual, mas não obteve êxito.

trabalhistas Mário Menegaz e Daniel Dipp (que concorreram pelo PTN – Partido Trabalhista Nacional) e a chapa formada por Antonio Bittencourt Azambuja e Anildo Sarturi (PSD/PL/UDN/PDC). Ademais, o PTB também elegeu, nos três pleitos, a maioria dos vereadores.

Quadro 4

Eleições para a Câmara de Vereadores de Passo Fundo (1947-1963)

Partido	1947	1951	1955	1959	1963
PTB	5 (33,32%)	7 (46,66%)	8 (53,32%)	7 (46,66%)	7 (46,66%)
PSD	9 (60%)	5 (33,32%)	4 (26,66%)	1 (6,66%)	3 (20%)
UDN	------	------	------	------	------
PRP	1 (6,66%)	------	------	------	------
PL	------	2 (13,32%)	1 (6,66%)	1 (6,66%)	1 (6,66%)
PSP	------	1 (6,66%)	2 (13,32%)	2 (13,32%)	------
PDC	------	------	------	1 (6,66%)	1 (6,66%)
PTN	------	------	------	3 (20%)	------
MTR	------	------	------	------	3 (20%)
Total	15 (100%)	15 (100%)	15 (100%)	15 (100%)	15 (100%)

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de DAMIAN (2010) e CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO (1988).

Quadro 5

Relação de vereadores eleitos em Passo Fundo (1947-1963)

Ano	Relação de vereadores eleitos
1947	PSD (9): Elpidio Fialho, Pedro dos Santos Pacheco, Miguel Tabbal, João Gasperin, Mário Goelzer, Arno Fett, Aurélio Eugênio Brunetto, Fabrício Oliveira Pillar e Manoel Araújo Bastos. PTB (5): Wolmar Antônio Salton, Jandyr Lima da Cruz, Tranqüilo Basso, Basílio Osmundo Rambo e Policarpo Vieira. PRP (1): Carino Canalli

Ano	Relação de vereadores eleitos
1951	PTB (7): Wolmar Antonio Salton, Ney Menna Barreto, Aquilino Luigi Translatti, Augusto Pigoso Homrich, Avelino Júlio Pimentel, Theodomiro José Branco e Arthur Culmann Canfield. PSD (5): Lauro Ricieri Bortolon, João Gasperin, Romano Busato, Pedro dos Santos Pacheco e João Jacques. PL (2): Tibério Amantéa e Ernesto Morsch. PSP (1): José Lamaison Porto.
1955	PTB (8): Romeu Martinelli, Theodomiro José Branco, Justiniano Augusto de Araújo Trein, Telmo Corrêa, Arthur Culmann Canfield, Wilson Correa Garay, Aquilino Luigi Translatti e Agenor Francisco de Oliveira. PSD (4): Sady Cavalheiro Marinho, João Junqueira Rocha, Osvaldo Pacheco Gayer e Marciano Pereira da Silva. PSP (2): Centenário Índio Brasileiro do Amaral e Anildo José Sarturi. PL (1): Ernani Seeger Coitinho.
1959	PTB (7): Moacir da Motta Fortes, Ernesto Félix Scortegagna, Carlos de Danilo Quadros, Clicério Antonio Menin, Odilon Soares de Lima, Wilson Correia Garay e Rodolpho Rodrigues de Lara. PTN (3): Romeu Martinelli, Justiniano Augusto de Araújo Trein e Afonso Simões Pires Neto. PSP (2): Centenário Índio Brasileiro do Amaral e Pedro Monteiro da Costa. PSD (1): Fidêncio Garibaldi Franciosi. PL (1): Pery Marzullo. PDC (1): Juarez Teixeira Dihel.
1963	PTB (7): Delmo Alves Xavier, Odilon Soares de Lima, Antonio Augusto Meirelles Duarte, Laury de Jesus Fróes, Gilberto Tubino da Silva, Ernesto Félix Scortegagna e Wilson Corrêa Garay. MTR (3): Hilário Anacleto Rebechi, Romeu Martinelli e Rodolpho Rodrigues de Lara. PSD (3): Ivo Biazus, Fidêncio Garibaldi Franciosi e Octacílio Moura Escobar. PDC (1): Anildo Sarturi. PL (1): Victor Hugo Lacerda.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de DAMIAN (2010) e CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO (1988).

Entretanto, o diretório do PTB de Passo Fundo foi abalado por uma grave crise interna a partir de 1957/1958, com as disputas envolvendo o ex-deputado federal César Santos (presidente do diretório municipal) e o ex-prefeito e então deputado federal

Daniel Dipp, que liderava uma ala dissidente, composta por nomes como o ex-prefeito Mário Menegaz, o ex-deputado estadual e jornalista Múcio Martins de Castro[36] (proprietário do jornal *O Nacional*[37]) e os vereadores Romeu Martinelli, Justiniano Augusto de Araújo Trein, Arthur Culmann Canfield, Theodomiro José Branco, entre outros. A ala dissidente ambicionava conquistar a direção do diretório municipal, porém César Santos, que contava com o apoio de Leonel Brizola e do diretório estadual, manteve-se no controle do PTB passo-fundense (Cf. BENVEGNÚ, 2006).

Na eleição municipal de 1959, a ala dissidente do PTB se insurgiu contra a decisão do diretório municipal – que lançou as candidaturas de Benoni Rosado e Sinval Bernardon aos postos de prefeito e vice-prefeito, respectivamente – e decidiu lançar uma chapa concorrente, composta por Mário Menegaz e Daniel Dipp, que concorreram pelo PTN. Como resposta, o diretório estadual do PTB expulsou os membros da ala dissidente do PTB de Passo Fundo em outubro de 1959. Após o pleito municipal de 1959, os dissidentes trabalhistas – que elegeram três vereadores[38] – deixaram o PTN e aderiram ao MTR de Fernando Ferrari (Cf. BENVEGNÚ, 2006).

Em virtude das rivalidades e ressentimentos, o diretório do

---

[36] O jornalista Múcio Martins de Castro (1915-1981) adquiriu o jornal *O Nacional* no início da década de 1940. Em 1945, Múcio de Castro vinculou-se ao Partido Social Progressista (PSP) e concorreu à Câmara Federal nas eleições de 1950, não obtendo êxito. No início da década de 1950, Múcio de Castro migrou para o PTB, partido pelo qual foi eleito deputado estadual em 1954. Dessa forma, ao longo da década de 1950, Múcio de Castro imprimiu ao jornal *O Nacional* uma posição política pró-trabalhista. Entretanto, após Múcio de Castro romper com a Executiva municipal do PTB, liderada por César Santos, *O Nacional* passou a adotar uma postura de forte oposição ao PTB e a César Santos.

[37] O jornal O Nacional, fundado em 19 de junho de 1925, pertencia a Herculano Araújo Annes (fillho do coronel Gervásio Lucas Annes, líder do Partido Republicano Rio-Grandense na cidade), que, em 1940, vendeu o jornal ao seu funcionário Múcio de Castro (BERTOL; FROSI, 2007, p. 152).

[38] Os três vereadores eleitos pelo PTN em 1959 foram Romeu Martinelli (reeleito), Justiniano Augusto de Araújo Trein (reeleito) e Afonso Simões Pires Neto.

MTR de Passo Fundo adotou uma postura de violenta oposição a César Santos e ao diretório do PTB passo-fundense. Consequentemente, o MTR passo-fundense reforçou o grupo político antipetebista em Passo Fundo, tradicionalmente composto por PSD/PL/UDN/PRP/PDC.

Assim, nas eleições municipais de 1963, o MTR liderou em Passo Fundo a grande coalizão antritrabalhista (formada por MTR/PSD/PL/UDN/PRP/PDC/PSP) denominada de Coligação Popular Passo-Fundense – inspirada na grande aliança antitrabalhista, denominada Ação Democrática Popular (ADP), que elegeu Ildo Meneghetti governador em 1962 –, que lançou as candidaturas do ex-prefeito Mário Menegaz e Adolfo João Floriani. Por sua vez, o PTB concorreu com o então vice-prefeito Sinval Bernardon e João José de Andrade. Embora o PTB tenha elegido novamente o maior número de vereadores neste polarizado pleito, acabou sendo derrotado pelas forças antitrabalhistas, que elegeram Mário Menegaz à prefeitura municipal. Portanto, em 1963, o PTB foi, pela primeira vez, derrotado em Passo Fundo.

1.4. A crise da renúncia de Jânio Quadros e a Campanha da Legalidade[39]

Jânio Quadros assumiu a presidência da República em 31 de janeiro de 1961, governando o país por apenas sete meses, em um período marcado pela grave crise econômica e pela intensa mobilização dos movimentos sociais (urbanos e rurais). Seu curto governo ficaria marcado pelo moralismo extremado e por uma série de ambiguidades e contradições, que desagradaram tanto os setores conservadores quanto as esquerdas.

[39] Sobre a Campanha da Legalidade em Passo Fundo, ver o trabalho de André de Souza Pereira (2019).

Por um lado, Jânio reatou com o Fundo Monetário Internacional (FMI)[40] e buscou empréstimos junto aos norte-americanos. Em virtude da inflação galopante, adotou uma política econômica ortodoxa, envolvendo uma forte desvalorização cambial, contenção de gastos públicos, redução de subsídios, entre outras coisas, o que desagradou às esquerdas. Por outro lado, uma das medidas mais surpreendentes de Jânio foi a adoção da Política Externa Independente, que resultou no reatamento das relações diplomáticas do Brasil com os países do bloco soviético e, posteriormente, na condecoração de Ernesto "Che" Guevara em território brasileiro. Porém, tais medidas atraíram a oposição dos conservadores, sobretudo da UDN. Ademais, o estilo bonapartista e centralizador de Jânio o levaram a uma série de desentendimentos com o Congresso, onde todos condenavam o uso abusivo de vetos do presidente (BENEVIDES, 1982, p. 68-69).

Em suma, por várias razões, Jânio Quadros conseguiu descontentar a maior parte dos setores políticos, pois suas medidas dúbias ora desagradavam os conservadores, ora as esquerdas. Sofrendo a oposição do PTB e do PSD e não gozando da confiança dos setores militares, Jânio passou a enfrentar críticas da UDN, perdendo a sua base de apoio político.

Assim, Jânio também foi alvo dos ataques de Carlos Lacerda. No dia 24 de agosto de 1961, o governador da Guanabara criticou duramente, na televisão, o presidente, o acusando de possuir intenções golpistas. No dia seguinte, surpreendentemente, Jânio renunciou, em uma equivocada manobra política:

> Aparentemente, Jânio esperava voltar "nos braços do povo". [...] Confiava no temor dos militares e da direita em geral com a "ameaça" da posse de João Gou-

[40] Em 1960, JK havia rompido com o FMI e suas políticas econômicas para concretizar o Programa de Metas e a construção de Brasília (MARANHÃO, 1981, p. 96).

> lart. Confiava também no temor da esquerda com a possível instalação de uma junta militar no governo se este fosse declarado acéfalo, pois o vice-presidente encontrava-se em missão oficial na China. Enfim, Jânio esperava contar com a repercussão na opinião pública (afinal, eram seis milhões de votos), entre os militares, na direita e na esquerda, e talvez imaginasse o ressurgimento de um novo "queremismo" (BENEVIDES, 1982, p. 76-77).

Como a maioria do Congresso prontamente aceitou a renúncia, a partir de então a questão da investidura do vice-presidente João Goulart provocou uma grave crise político-militar. Com Jango em missão diplomática na China, o presidente em exercício Ranieri Mazzilli – presidente da Câmara dos Deputados – enviou uma mensagem ao Congresso Nacional "comunicando que os três ministros militares (Odílio Denys, Grum Moss e Sylvio Heck) manifestaram-lhe a inconveniência do regresso de Goulart ao Brasil". Os ministros militares, que viam em João Goulart o herdeiro político de Vargas, o fantasma da república sindicalista e a ameaça comunista, vetaram a sua posse, defendendo abertamente, juntamente com a ala golpista da UDN, a quebra da legalidade constitucional (FERREIRA, 2003b, p. 327).

Ao tomar conhecimento das conspirações golpistas, Leonel Brizola – governador do Rio Grande do Sul, cunhado e principal aliado político de Jango – deu início à Campanha da Legalidade, na qual defendia o cumprimento da legalidade constitucional e a consequente posse de Goulart. Para tais propósitos, Brizola, apoiado na Brigada Militar, mobilizou a população de Porto Alegre e desafiou as Forças Armadas, que, inclusive, ameaçaram bombardear o Palácio Piratini.

Entretanto, nem todos os militares eram favoráveis ao golpe.

Além do marechal Henrique Teixeira Lott[41], o general José Machado Lopes, comandante do III Exército, que tinha ordens para invadir o Palácio do governo sul-rio-grandense, rompeu com o ministro da Guerra Odílio Denys e aliou-se a Brizola na defesa da legalidade. Dessa forma, à resistência civil somou-se à militar, constituindo o Comando Unificado das Forças Armadas do Sul, compreendendo o III Exército, a V Zona Aérea, a Brigada Militar e as Forças Públicas, todas sob o comando do general Machado Lopes[42] (FERREIRA, 2003b, p. 330).

Se, por um lado, apenas o governador goiano Mauro Borges (PSD) acompanhou Brizola na resistência frontal aos ministros militares, por outro eclodiram diversas mobilizações populares em defesa da legalidade em todo o país. Além dos sindicatos, a ordem constitucional também era exigida por outros segmentos sociais, como setores da Igreja católica, a maioria dos partidos políticos, estudantes, intelectuais, associações comerciais e profissionais, frações das Forças Armadas e da imprensa, dentre diversos outros grupos sociais e instituições políticas (FERREIRA, 2003b, p. 333-334). Portanto, com o avanço das forças legalistas, qualquer tentativa de golpe não encontraria o menor respaldo político e social.

Em Passo Fundo, também ocorreram manifestações pela posse de Jango:

> Desde sábado [26/08], quando lançou sua proclamação ao povo, a Câmara de Vereadores tem estado em

[41] O marechal Henrique Teixeira Lott, reformado, mas com grande prestígio político, distribuiu, na noite do dia 25, um manifesto à Nação apoiando a posse de Goulart e convocando o povo a preservar a ordem legal e a Constituição. Acabou preso por ordens do ministro da Guerra, Odílio Denys. In: FERREIRA (2003b, p. 327).

[42] Além de possuir a mais poderosa artilharia e o mais completo parque de manutenção do país, o III Exército contava com importantes regimentos de infantaria, unidades blindadas e 40 mil homens. Somados aos 13 mil da Brigada Militar, armados e entusiasmados, Machado Lopes contava com um poder de resistência que não poderia ser subestimado pelos ministros militares (FERREIRA, 2003b, p. 330).

> sessão permanente, inclusive ontem, domingo, quando fez uma das mais importantes reuniões, perante grande número de assistentes que lotaram completamente o recinto, contando com a presença do prefeito municipal. Também, desde sábado, as patrulhas do 2º Batalhão Policial [Brigada Militar], guarnecem todos os pontos estratégicos de Passo Fundo, notadamente as repartições públicas e jornais, reinando a mais absoluta ordem em toda a cidade.
> Sábado, ainda realizou-se o comício da Federação Universitária Passofundense, às 20:30 horas, no Altar da Pátria, falando vários oradores, no sentido da posse do sr. João Goulart, de conformidade com a Constituição. Usaram da palavra, entre outros, os srs. Samuel Telles Zimmermann, Odilon Soares de Lima, Sólon Silva, Juarez Azevedo, Getúlio Palma, Pery Marzullo, Juarez Teixeira Dielh, dr. César Santos e o prefeito municipal. O comício transcorreu em perfeita ordem. Graças às medidas tomadas pelas autoridades militares e policiais, a cidade de Passo Fundo não registrou qualquer anormalidade, havendo calma nas ruas e nos lares, estando todos confiantes nas medidas das nossas autoridades[43].

Convém ressaltar que também participaram dessas manifestações, além de estudantes, jornalistas e políticos locais, os líderes sindicais e um contingente significativo da população passo-fundense. Ademais, o então prefeito municipal Benoni Rosado (PTB) mostrava-se atuante na defesa da legalidade, chegando a abrir a inscrição de voluntários para lutar pela ordem constitucional[44].

Em nível nacional, com o Congresso não aceitando votar pelo impedimento de Goulart, os ministros militares, isolados politicamente, aceitaram negociar uma solução intermediária, que lhes

[43] Cf. *O Nacional*, 28 ago. 1961, p. 4.

[44] Cf. *Diário da Manhã*, 29 ago. 1961, p. 4; *Diário da Manhã*, 30 ago. 1961, p. 4.

garantisse uma "saída honrosa" do episódio. Assim, a solução encontrada pelo Congresso foi a adoção da emenda parlamentarista, cujo objetivo principal era reduzir os poderes do presidente.

Mesmo contrariado, João Goulart aceitou assumir a presidência da República sob a tutela parlamentarista. No entanto, a emenda parlamentarista previa a realização de um plebiscito, com data a ser definida, no qual a população aprovaria ou não a continuidade do sistema.

1.5. O governo João Goulart e o Golpe-Civil-Militar de 1964[45]

João Goulart assumiu a presidência no dia 7 de setembro de 1961, herdando um país abalado pela grave crise econômica e politicamente dividido entre os setores nacionalistas e de esquerda, que reivindicavam as reformas de base[46], e os setores conservadores, que eram contrários às reformas (sobretudo a reforma agrária) e temiam o avanço dos movimentos sociais (rurais e urbanos) que ganhavam uma enorme dimensão, considerando-os como agitações subversivas que visavam à expansão comunista no país.

No início do seu governo, João Goulart também se deparou com o acirramento das lutas no campo. Por meio das Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, e dos sindicatos rurais dirigidos pelo PCB, os trabalhadores rurais, que viviam um processo

[45] Sobre o golpe civil-militar de 1964 no Rio Grande do Sul, ver, por exemplo, os trabalhos de Cláudia Wasserman (2010); Enrique Serra Padrós e Rafael Lameira (2010); Rafael Lameira (2012); Diorge Konrad e Rafael Lameira (2011 e 2014); e Murilo Zardo (2014).

[46] As reformas de base eram um conjunto de medidas que visavam à alteração das estruturas econômicas, sociais e políticas do país. Entre as principais reformas constavam a bancária, a fiscal, a urbana, a tributária, a administrativa, a agrária, a universitária, além da extensão do voto aos analfabetos e oficiais não graduados das Forças Armadas e a legalização do PCB. O controle do capital estrangeiro e o monopólio estatal de setores estratégicos da economia também faziam parte do programa reformista dos nacionalistas (FERREIRA, 2003c, p. 351-352).

de mobilização crescente desde o governo Juscelino Kubitschek, intensificaram as suas reivindicações, tendo como bandeiras principais a reforma agrária[47] e a extensão dos direitos trabalhistas e sociais aos assalariados rurais[48].

No meio urbano, por sua vez, desde o início da década de 1960, os movimentos reivindicatórios ganhavam um grande impulso, inclusive ocasionando inúmeras greves em todo o país. Embora muitas dessas greves fossem motivadas pela inflação galopante e pela carestia de vida, que solapavam o poder aquisitivo dos trabalhadores, muitas delas não se limitaram apenas às demandas materiais, envolvendo também a demanda pelas reformas de base.

No entanto, não foram apenas os setores reformistas e populares que se mobilizavam nesse período, pois grupos políticos, empresários, militares e setores da Igreja católica se articularam para combater o avanço dos movimentos sociais e reformistas (interpretados como "subversivos e comunistas") e promover uma ampla campanha para desestabilizar o governo Jango por meio do complexo IPES/IBAD[49], financiados pela Central Intelligence Agency (CIA) estadunidense.

Fundado no final de 1961/início de 1962, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES):

> [...] inicialmente, publicava livretos, patrocinava palestras, financiava viagens de estudantes aos EUA e ajudava a sustentar organizações estudantis, femininas

[47] Contudo, a reforma agrária impunha problemas de difícil solução. Como lembra Jorge Ferreira (2003c, p. 349-350), as iniciativas não avançavam principalmente devido ao artigo 141 da Constituição, que previa o "pagamento prévio em dinheiro por desapropriações feitas por interesse público", o que, na prática, inviabilizava, pelos altos recursos a serem despendidos pelo governo, uma ampla redistribuição de terras. E o impasse tendia a acentuar-se com a rejeição dos conservadores em alterar esse artigo constitucional e permitir que o pagamento fosse realizado com títulos da dívida pública, conforme defendiam os reformistas.

[48] No que tange aos direitos trabalhistas e sociais, os trabalhadores rurais somente foram contemplados com a promulgação, em março de 1963, do Estatuto do Trabalhador Rural.

[49] Sobre o complexo IPES/IBAD, ver o trabalho de René Dreifuss (1981).

> e operárias conservadoras. Em fim do mesmo ano, grupos mais conservadores e anticomunistas reorientaram o órgão no sentido de derrubar o governo. Para isso, passaram a se aproximar de setores militares, inclusive recrutando muitos oficiais reformados das Forças Armadas para criar um serviço de inteligência. O IPES passou a estocar armas, inclusive metralhadoras. Entre a sua fundação até março de 1964, gastou cerca de 200 a 300 mil dólares por ano para propagandear mensagens contra o governo na sociedade e entre os militares. Com verbas de grandes empresas estrangeiras, europeias e norte-americanas, a organização estendeu sua influência nos jornais e nas agências de publicidade, orientada, segundo Moniz Bandeira, pela CIA. Sempre batendo na tecla do anticomunismo, assustando, sobretudo, os quartéis com a suposta infiltração esquerdista no governo, o IPES, por meio do general Golbery do Couto e Silva, aproximou-se da Escola Superior de Guerra (FERREIRA, 2003c, p. 359-360).

Criado no final dos anos 1950, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), utilizando-se do discurso de defender a democracia, fez ampla campanha anticomunista e anti-Goulart. Segundo Jorge Ferreira (2003c p. 360):

> [...] Igualmente sob orientação da CIA, subvencionou diretamente candidaturas conservadoras nas eleições de 1962, todas comprometidas em defender o capital estrangeiro, condenar a reforma agrária e recusar a política externa independente. Nessas eleições, os gastos no financiamento de candidatos alcançaram, segundo informações do embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon, a cifra de 5 milhões de dólares. Uma ampla campanha baseada na histeria anticomunista convenceu parcelas significativas da população formada por empresários, políticos, jornalistas,

> religiosos, sindicalistas, profissionais liberais, militares e trabalhadores, de que Goulart teria intenções de comunizar o país.

Conforme Caio Navarro de Toledo (1983, p. 84-85), em julho de 1962, o IBAD uniu-se ao IPES, pois os seus objetivos eram os praticamente os mesmos:

> a) impedir a solidariedade da classe operária; b) conter a sindicalização dos trabalhadores rurais e a mobilização dos camponeses; c) apoiar as facções de direita dentro da Igreja católica; d) dividir o movimento estudantil; e) bloquear as forças nacional-reformistas no Congresso e nas Forças Armadas; f) mobilizar a alta oficialidade militar e as classes médias para a desestabilização do regime [...].

Rodrigo Patto Sá Motta (2002, p. 243) ressalta que a atuação conjunta do IPES/IBAD estimulou a proliferação de organizações anticomunistas, na conjuntura 1961-1964, em diversos setores sociais, notadamente entre as mulheres, estudantes e trabalhadores. Assim, na campanha promovida pelo complexo IPES/IBAD participaram políticos, empresários, militares, religiosos e intelectuais conservadores, realizando uma ampla campanha anticomunista em jornais, rádios, televisão, além de também atuarem em sindicatos rurais e urbanos e no movimento estudantil.

De uma maneira geral, o governo João Goulart, durante o período parlamentarista, foi marcado pelas sucessivas crises ministeriais. Em virtude disso, após as eleições de outubro de 1962, as atenções políticas voltaram-se para a realização do plebiscito de 6 de janeiro de 1963, que definiria se o país continuaria no sistema parlamentarista ou regressaria ao presidencialismo. Porém, não eram somente os trabalhistas e as esquerdas que desejavam a volta do presidencialismo, pois apenas os segmentos antijanguistas, sobretudo os udenistas

e alguns setores militares, insistiam em defender a continuidade da emenda parlamentarista, que se encontrava em descrédito.

Assim, no dia 6 de janeiro de 1963, após uma intensa campanha contra o regime parlamentarista, cerca de 13 milhões de eleitores compareceram às urnas. Numa proporção de cinco votos para um, rejeitou-se o parlamentarismo (TOLEDO, 1983, p. 38-39). No dia 23 de janeiro, o presidencialismo foi homologado e, no dia seguinte, Jango empossou o seu novo ministério[50], procurando conquistar o apoio do centro político. A estratégia procurava conciliar medidas de estabilização econômica com propostas reformistas, mas por meios democráticos (FERREIRA, 2003c, p. 362). O projeto de governo de Goulart ancorava-se no Plano Trienal, formulado por Celso Furtado, ministro extraordinário do Planejamento. Entretanto, o Plano Trienal implicava, em contrapartida, em restrição salarial, limitação de crédito e dos preços, bem como cortes nas despesas governamentais, afetando, assim, interesses tanto dos setores patronais quanto dos trabalhadores (FERREIRA, 2003c, p. 364).

Porém, no início de fevereiro, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)[51] já se mostrava contrário à política financeira do Plano Trienal, declarando que "enquanto este deixava intactos os lucros fabulosos do capital estrangeiro, dos latifundiários e dos grandes grupos econômicos nacionais, por outro lado impunha maiores sacrifícios às classes populares e trabalhadoras" (TOLEDO, 1983, p. 47).

---

[50] De acordo com Moniz Bandeira (2001, p. 99), Jango organizou um ministério de centro-esquerda, nomeando San Tiago Dantas (Fazenda), Celso Furtado (Planejamento) Darcy Ribeiro (Educação), Almino Affonso (Trabalho), João Mangabeira (Justiça), Hermes Lima (Relações Exteriores), Amaury Kruel (Guerra), entre outros.

[51] Segundo Ricardo Antunes (2003, p. 55), o CGT foi, durante o governo de João Goulart, a expressão mais significativa do movimento sindical brasileiro. As linhas mestras da plataforma do CGT eram o nacionalismo, a modernização distributiva e as reformas sociais, traduzidas nas seguintes bandeiras: controle das remessas de lucros para o exterior; restrição aos investimentos estrangeiros; direito de voto aos analfabetos, cabos e soldados; ampliação da organização dos trabalhadores rurais; reforma agrária, urbana, bancária, universitária e da Previdência Social; fortalecimento da presença do Estado na economia e nas empresas nacionais.

Além do CGT, praticamente todos os grupos nacionalistas e reformistas, aglutinados na Frente de Mobilização Popular (FMP)[52], sob a liderança de Leonel Brizola, criticavam duramente o plano de Celso Furtado. De acordo com Lucília de Almeida Neves Delgado (1989, p. 245-246), a Frente de Mobilização Popular pressionava constantemente o Congresso e Jango, exigindo medidas concretas e de curto prazo para implantar as reformas de base.

João Goulart, por sua vez, encontrava-se em dificuldades políticas: sofrendo forte oposição da Frente de Mobilização Popular e pressionado pelo empresariado, viu o Plano Trienal sucumbir ainda no primeiro semestre de 1963, enquanto a crise política acentuava-se: com as reformas de base, sobretudo a agrária, sendo rejeitada pelos conservadores, que representavam a maioria no Congresso, Brizola e a FMP pressionavam o parlamento, enquanto o CGT ameaçava deflagrar greves gerais em todo o país. Ao mesmo tempo, cresciam as conspirações golpistas, articuladas por lideranças civis, governadores estaduais (sobretudo Carlos Lacerda (UDN) da Guanabara, José de Magalhães Pinto (UDN) de Minas Gerais, Adhemar de Barros (PSP) de São Paulo, Ildo Meneghetti (PSD) do Rio Grande do Sul, entre outros) e militares[53].

Ademais, a política conciliatória de Goulart não estava dando resultados, pois, além de afastá-lo de Brizola e das esquerdas, Jango

[52] Criada no final de 1962/início de 1963, a Frente de Mobilização Popular (FMP) era uma frente suprapartidária que aglutinou os heterogêneos grupos nacionalistas e reformistas: os trabalhistas da ala reformista radical e do Grupo Compacto, o PCB, as Ligas Camponesas, a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e organizações de subalternos das Forças Armadas (como sargentos da Aeronáutica e do Exército e marinheiros e fuzileiros da Marinha). Em suma, a FMP era uma grande coalizão das esquerdas que lutavam pelas reformas de base. Sua principal liderança era Leonel Brizola, que ganhava cada vez mais notoriedade nacional como a grande liderança nacionalista e das esquerdas, defendendo um nacional-reformismo radical e com discursos cada vez mais agressivos (Cf. FERREIRA, 2004).

[53] De acordo com Carlos Fico (2014, p. 31), a conspiração para a derrubada de João Goulart começou em 1963, quando diversas "ilhas de conspiração" militares se espalharam pelo Brasil, ainda que sem maior coordenação e isoladas.

também não tinha angariado o apoio dos grupos de centro e conservadores. Dessa forma, Jango encontrava-se, no final de 1963, isolado politicamente. Embora Jango procurasse o caminho da conciliação entre as forças políticas, no final de 1963 estava claro que o presidente não poderia contar com o apoio dos setores conservadores. Conforme Lucília de Almeida Neves Delgado (1989, p. 280), os proprietários rurais estavam assolados pelo fantasma da reforma agrária, os empresários estavam revoltados com as crescentes mobilizações e reivindicações dos trabalhadores urbanos, enquanto os setores militares, influenciados pela Doutrina de Segurança Nacional e por um visceral anticomunismo, interpretavam a expansão dos movimentos populares e reformistas como uma suposta ameaça comunista.

Igualmente isolado à esquerda, Goulart percebeu que a sua estratégia de conciliação havia fracassado. A partir de então, no final de 1963, optou em reaproximar-se, gradativamente, com as organizações à esquerda, restabelecendo contatos com Brizola e adotando, com maior ênfase, medidas nacionalistas e de cunho reformista. Assim, em 24 de dezembro de 1963, Jango assinou uma medida decretando o monopólio da Petrobrás na importação de petróleo e derivados. O decreto impedia sangria considerável de divisas, o que contrariou poderosos investidores norte-americanos (FERREIRA, 2003c, p. 377). Posteriormente, em 17 de janeiro de 1964, Jango assinou outra medida igualmente reclamada pelos setores nacionalistas e reformistas: a regulamentação da Lei de Remessa de Lucros para o Exterior, que estava engavetada desde meados de 1962 (FERREIRA, 2003c, p. 377). E em fevereiro de 1964, Jango passou a prestigiar a Superintendência da Política Agrária (SUPRA)[54], elaborando um decreto que permitia a desapropriação de 20 km de cada lado das rodovias e ferrovias federais, açudes

[54] A Superintendência da Política Agrária (SUPRA) foi criada em novembro de 1962. Tinha por finalidade, dentre outras, planejar e executar a reforma agrária no país.

e rios navegáveis. No entanto, o decreto da SUPRA assustou os setores conservadores, que reagiram com pesadas críticas ao presidente, ao mesmo tempo em que a conspiração dos grupos golpistas civis e militares avançava de maneira acelerada.

A reaproximação de João Goulart com Leonel Brizola, com as esquerdas e com os setores nacionalistas e reformistas foi selada em março de 1964, quando Jango comprometeu-se por um programa máximo de reformas de base. Nesse sentido, foi emblemático o "comício das reformas", realizado no dia 13 na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, que contou com a participação de Jango, Brizola, Miguel Arraes, entre outras lideranças nacionalistas e reformistas. No comício, que reuniu cerca de 100/200 mil pessoas, Goulart fez um discurso moderado, no qual:

> [...] anunciou a encampação das refinarias particulares de petróleo e assinou o decreto da SUPRA, que estabelecia a desapropriação de propriedades rurais superiores a 500 hectares situadas numa faixa de 10 km à margem das rodovias federais, ou propriedades superiores a 30 hectares localizadas às margens de açudes e obras de irrigação efetuadas pelo governo (D'ARAÚJO, 1996, p. 155).

No entanto, Brizola adotou um discurso radical, no qual, além de criticar o Congresso e sugerir o seu fechamento e a realização de um plebiscito para convocar uma Assembleia Nacional Constituinte, conclamou Jango a encerrar a política conciliatória e instalar um governo nacionalista e popular (D'ARAÚJO, 1996, p. 155).

Carlos Fico (2014, p. 48) ressalta que o comício da Central do Brasil acirrou os ânimos dos conspiradores, que não procuraram distinguir as ponderações de Jango dos ataques de Brizola, vendo apenas a presença das massas clamando por reformas, agitando bandeiras comunistas com a foice e o martelo (que nem eram tão

numerosas assim), encontrando, assim, o pretexto que buscavam para a deposição de Goulart. Nesse sentido, Carlos Fico (2014, p. 48) afirma que Goulart facilitaria as coisas, pois as suas três últimas iniciativas foram catastróficas.

A primeira das três ocorreu no dia 15 de março de 1964, quando Goulart enviou ao Congresso Nacional uma Mensagem Presidencial, na qual solicitava a realização das reformas mediante uma ampla revisão constitucional[55]. Ademais, Jango também solicitou duas reformas constitucionais que aumentaram as especulações quanto aos supostos planos golpistas do governo: a) a revogação do princípio da indelegabilidade de poderes, o que significava conferir poderes excepcionais ao Executivo na área decisória; b) anular os impedimentos constitucionais em vigor quanto à reeleição e abrir caminho para a eleição de parentes consanguíneos – o que, na prática, favoreceria tanto o continuísmo de Goulart pela via eleitoral quanto a eleição de Brizola, seu cunhado (D'ARAÚJO, 1996, p. 156). Portanto, após o comício da Central do Brasil e a Mensagem Presidencial ao Congresso, os setores conservadores (civis, eclesiásticos e militares) reagiram com fortes críticas a Jango, acusando o presidente de arquitetar um golpe continuísta e/ou comunista no país.

No dia 20 de março, o governador mineiro Magalhães Pinto lançou um manifesto à nação, declarando-se a favor das reformas de base, mas "repelindo o golpe e o continuísmo, como repelia também a exploração interessada dos radicalismos políticos" (HIPPOLITO, 1985, p. 245). Segundo Lúcia Hippolito (1985, p. 245), o manifesto

[55] Acerca da reforma agrária, Jango solicitou uma reforma constitucional que suprimia a exigência do pagamento em dinheiro nas desapropriações, sugerindo que os pagamentos fossem feitos metade em dinheiro e metade em títulos da dívida pública. Jango também solicitou a extensão do direito de votos aos analfabetos, aos sargentos e praças e a aprovação de um plebiscito para que o povo se pronunciasse em relação às reformas de base. Assim, Jango pretendia mobilizar o apoio das massas urbanas e rurais para a consecução dos seus propósitos (HIPPOLITO, 1985, p. 242-244).

de Magalhães Pinto significou um aviso aos vários grupos conspiradores de que as forças políticas conservadoras mineiras estavam unidas em torno da conveniência de uma rápida deposição do Goulart.

Em São Paulo, no dia 19 de março de 1964, sob a bandeira do anticomunismo, da defesa da fé religiosa, da moral e propriedade privada, cerca de 400 a 500 mil participaram da manifestação conhecida como "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", na qual membros das classes médias e altas protestavam contra o governo de Jango, "pedindo que Deus e aos militares salvassem o Brasil do comunismo". Organizada por movimentos femininos e com a colaboração do governo do estado de São Paulo, de setores da Igreja católica, da FIESP e da Sociedade Rural Brasileira, a Marcha foi encerrada com discursos de deputados do PSD e da UDN contra o governo de Jango. Durante o mês de março, As "Marchas da Família com Deus pela Liberdade" se repetiram em diversas capitais do país, visando a criar um clima favorável à intervenção militar, incitando as Forças Armadas ao golpe de Estado (TOLEDO, 1983, p. 99-100).

Entre os militares, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, então chefe do Estado-Maior do Exército, tomou a iniciativa que faltava para coordenar as forças que conspiravam pela derrubada de Goulart, expedindo um memorando aos seus subordinados, denunciando a possibilidade de fechamento do Congresso por Goulart e da implantação de um regime de esquerda radical (SKIDMORE, 1982, p. 357-358). Conforme Carlos Fico (2014, p. 54):

> [...] Ele lançou dois documentos reservados. O primeiro, datado de 20 de março de 1964, uma "instrução reservada" dirigida aos generais e demais militares do Estado-Maior e organizações subordinadas. O segundo deveria ser entregue aos grupos de tropas por meio de um ofício "da mais absoluta confiança". Intitulava-se "Lealdade ao Exército" e buscava levantar

> opiniões e coligir informações práticas tendo em vista a derrubada de Goulart.

Dessa forma, conforme Rodrigo Patto Sá Motta (2002, p. 268), no final de março as condições para a deposição do presidente estavam dadas, "faltando apenas a fagulha, o elemento para detonar o mecanismo golpista e empurrar à ação os que ainda hesitavam ante a hipótese de rompimento institucional". E o elemento detonador foi a atuação de João Goulart na rebelião dos marinheiros e fuzileiro navais (a segunda ação equivocada de Jango, segundo Carlos Fico), ocorrido no dia 25 de março de 1964[56]. Esse episódio aumentou o número de militares descontentes, que ingressariam ao lado dos conspiradores, sob a liderança do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Segundo Jorge Ferreira (2003c, p. 326), a partir de então, muitos militares das três Armas, até então legalistas, concluindo que a corporação militar estava em risco, cederam aos argumentos da, até então, minoria golpista.

De acordo com Thomas Skidmore (1982, p. 361-362), o ma-

[56] No dia 25 de março, aproximadamente três mil marinheiros e fuzileiros navais reuniam-se no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro, para comemorar o segundo aniversário da proibida Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Liderava o movimento o cabo José Anselmo dos Santos (conhecido como cabo Anselmo), presidente da Associação. Durante o encontro, os marinheiros e fuzileiros navais, além de defender as reformas de base, reivindicaram o reconhecimento da Associação, melhor alimentação e reformulação do regulamento disciplinar da Marinha. Entretanto, o encontro, que havia sido proibido pelo ministro da Marinha, Sílvio Mota, foi considerado uma subversão à hierarquia militar. Em resposta, o ministro Sílvio Mota enviou ao local um destacamento de fuzileiros navais para prender os organizadores da reunião. No entanto, os fuzileiros aderiram ao movimento. João Goulart interviu na crise, proibindo que as tropas atacassem o sindicato, o que deixou os oficiais da Marinha indignados e ocasionou a renúncia do ministro Sílvio Mota. Para negociar a situação, Goulart enviou Amaury Silva, ministro do Trabalho, para negociar com os marinheiros, que foram convencidos a se entregar. Levados presos a um quartel, poucas horas depois foram anistiados pelo novo ministro da Marinha, o almirante Paulo Mário Rodrigues, que era considerado de esquerda. A sublevação dos marinheiros, a anistia e a nomeação de um novo ministro atingiram a alta oficialidade das Forças Armadas como uma "verdadeira bomba". O Clube Militar e o Clube Naval denunciaram com veemência o "ato de indisciplina acobertado pela autoridade constituída, destruindo o princípio da hierarquia". Assim, estava selada a sorte de Goulart (TOLEDO, 1983, p. 101-102; FERREIRA, 2003c, p. 387-391).

rechal Castelo Branco havia dito aos conspiradores civis que a demissão do ministro da Marinha seria o sinal para a deposição de Jango. A partir de agora, o golpe tinha data marcada: 2 de abril, data na qual estava prevista uma grande "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" no centro da Guanabara. Calculava-se que essa manifestação daria a suficiente "cobertura política" para a intervenção militar. No entanto, o golpe, que vinha sendo arquitetado por conspiradores civis e militares, seria "antecipado" pelo general Olímpio Mourão Filho (comandante da IV Região Militar, com sede em Minas Gerais) e pelo governador mineiro Magalhães Pinto para o dia 31 de março[57], contando com a adesão de outros governadores, como Carlos Lacerda, Adhemar de Barros, Ildo Meneghetti, entre outros.

No dia 30 de março, João Goulart compareceu à festa da posse da nova diretoria da Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, no Automóvel Clube, no Rio de Janeiro[58]. Carlos Fico (2014, p. 52) considera esse a terceira decisão equivocada de Jango, pois comparecer à festa de subalternos das Forças Armadas, logo após um motim de marinheiros, representou a gota d'água para muitos militares até então legalistas que, convencidos de que Jango incentivava a indisciplina, instigando os subalternos contra os superiores, passaram para o lado dos conspiradores.

No dia seguinte, vários jornais publicaram pesadas críticas a Jango, pregando a sua deposição. Ao mesmo tempo, o presidente do Senado, o pessedista Auro de Moura Andrade, declarava o rompimento com Goulart e apelava para que as Forças Armadas restabelecessem a ordem (FERREIRA, 2003c, p. 391).

---

[57] Mais detalhes, ver Carlos Fico (2014, p. 68-74).

[58] Apesar de algumas pessoas próximas a Jango desaconselharam a sua participação no evento – que contaria com a presença não apenas de sargentos, mas também de marinheiros e fuzileiros navais, mistura naquele momento explosiva e que poderia ser interpretada como uma provocação às Forças Armadas –, Jango optou em comparecer. Mais detalhes, ver Jorge Ferreira (2011, p. 454-462).

No dia 31 de março, as tropas do general Olímpio Mourão Filho, com o respaldo do governador mineiro Magalhães Pinto e de outros governadores, deram início ao golpe[59], marchando de Juiz de Fora ao Rio de Janeiro. Goulart, informado por San Tiago Dantas de que o governo dos Estados Unidos havia deslocado para o litoral brasileiro um grande aparato militar para intervir no país, caso fosse necessário – a Operação Brother Sam[60] –, ficou receoso em reagir, temendo a eclosão de uma guerra civil com a intervenção norte-americana (FERREIRA, 2011, p. 470-471).

Embora Jango contasse com o apoio de alguns generais legalistas – como Jair Dantas (ministro da Guerra) e Argemiro de Assis Brasil (chefe da Casa Militar) –, a rebelião militar deflagrada pelo general Mourão Filho, respaldada por vários governadores e outras lideranças civis, desencadeou o processo golpista, uma vez que ao movimento aderiram, em poucas horas, os setores conspiradores das três Armas e outros oficiais até então legalistas que foram convencidos, de última hora, que o país e as Forças Armadas estavam em perigo em virtude das sucessivas "agitações subversivas" (FERREIRA, 2003c, p. 373). Nesse sentido, Élio Gaspari (2002, p. 81-83) lembra as palavras do general Osvaldo Cordeiro de Farias, um dos conspiradores: "[...] O Exército dormiu janguista no dia 31 e acordou revolucionário no dia 1º".

No comando do IV Exército (Comando Militar do Nordeste, com sede em Recife), o general Justino Alves Bastos aderiu ao golpe e prendeu o governador pernambucano Miguel Arraes. No II Exército, sediado em São Paulo, o general Amaury Kruel, que era amigo de Jango, optou em apoiar o golpe em virtude da negativa do presidente em se afastar e reprimir as esquerdas[61].

---

[59] Tratava-se da "Operação Popeye", cujo objetivo era entrar na Guanabara e tomar o prédio do Ministério da Guerra (FERREIRA, 2011, p. 470).

[60] Sobre a Operação Brother Sam, ver os trabalhos de Carlos Fico (2008 e 2014).

[61] Mais detalhes, ver Jorge Ferreira (2003c e 2011).

Além dos militares, o golpe também contou com decisivo apoio de vários governadores, como Magalhães Pinto, Carlos Lacerda, Adhemar de Barros, Ildo Meneghetti, entre outros, que autorizaram as polícias militares em seus respectivos estados a prender os "subversivos" e reprimir qualquer possível reação ao golpe.

Particularmente no Rio Grande do Sul, o governador Ildo Meneghetti e outros importantes membros do Executivo estadual retiraram-se para Passo Fundo, pois temiam uma reação das forças legalistas do III Exército em Porto Alegre, assim como também uma eventual manifestação popular contra o golpe em frente ao Palácio Piratini. Conforme ressalta Murilo Zardo (2014, p. 98), a fuga do governador Ildo Meneghetti para Passo Fundo não foi uma ação espontânea e imprevista, mas se tratou da colocação em prática de um plano denominado Operação Farroupilha. Arquitetada previamente pela cúpula da administração estadual em conjunto com frações militares do III Exército, a Operação Farroupilha tinha o objetivo de combater no Rio Grande do Sul qualquer tentativa por parte de João Goulart para estabelecer no país uma "ditadura comunista", cujo "perigo" era amplamente difundido pelos setores conservadores brasileiros. No entanto, a Operação Farroupilha acabou sendo acionado não para evitar um possível golpe de Jango como estava previsto, mas para auxiliar na execução do golpe depôs o presidente da República (Cf. ZARDO, 2014).

Assim, Passo Fundo se tornou a capital provisória do Rio Grande do Sul: durante os dias 1º, 2 e 3 de abril de 1964, Meneghetti governou na sede do atual III Regimento de Polícia Montada da Brigada Militar[62] (localizado à Avenida Presidente Vargas, no bairro São Cristóvão). Passo Fundo, que mais tarde recebeu o título de "capital da liberdade", foi escolhida para receber o governador provavelmente em virtude da correlação de forças político-partidárias

[62] Em 1964 era o 2º Batalhão Policial da Brigada Militar (2º BPM).

favoráveis aos golpistas no município, cujo prefeito Mário Menegaz – que havia rompido com o PTB para se unir, sob a legenda do MTR, ao bloco dos partidos antitrabalhistas – era amigo íntimo de Ildo Meneghetti, que também contou com o apoio do capitão Grey Belles (comandante da unidade do III Exército em Passo Fundo), da Brigada Militar (leais às ordens do governador) e da Igreja Católica (por meio da figura do bispo diocesano Dom Cláudio Colling) (ZARDO, 2014, p. 116-118).

Contudo, na manhã do dia 1º de abril de 1964, Goulart percebeu que estava condenado. Com as tropas mineiras e paulistas marchando ao Rio de Janeiro e com as defecções no I Exército, alguns generais legalistas sugeriram que o presidente deixasse o Palácio Laranjeiras por falta de segurança. A notícia de que Jango deixou o Rio de Janeiro rumo a Brasília foi interpretada pelos setores civis e militares golpistas como a capitulação do presidente. Assim, o sucesso da "revolução[63]" fora comemorado em diversas capitais do país, como no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Belo Horizonte (FERREIRA, 2003c, p. 398).

Portanto, o golpe de 1964 foi o resultado de uma ampla coalizão civil-militar, justificando-se como uma "revolução redentora" que "salvou o Brasil do comunismo" e contando com o apoio de significativos setores militares e civis (inúmeros governadores, parlamentares e lideranças políticas, uma ampla parcela da imprensa e dos meios de comunicação, de setores da Igreja católica, de empresários, latifundiários e das classes médias, etc.).

João Goulart, por sua vez, ficou poucas horas em Brasília no dia 1º de abril de 1964, partindo a Porto Alegre. No mesmo dia, o Congresso aprovou a declaração de vacância da Presidência da República. Na madrugada do dia 2 de abril, Ranieri Mazzilli (PSD/SP), presidente da Câmara dos Deputados, era empossado como

[63] Convém ressaltar que, na época, os golpistas civis e militares chamaram o golpe de 1964 de "revolução" e o governo ditatorial instituído a partir 1964 de "revolucionário".

presidente da República, decisão, inclusive, legitimada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Mesmo com Jango em território nacional, poucas horas depois, o presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson, reconheceu o novo governo brasileiro (TOLEDO, 1983, p. 106). No Rio de Janeiro, a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", programada para o dia 2 de abril, foi rebatizada como a "Marcha da Vitória", levando às ruas cerca de um milhão de pessoas, que comemoram a "salvação do Brasil do comunismo".

Ainda no dia 2 de abril, o general Arthur da Costa e Silva autonomeou-se comandante do Exército Nacional, por ser o mais antigo general de quatro estrelas, e cria o Comando Supremo da Revolução, composto por três membros: o próprio Costa e Silva (Exército), o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo (Aeronáutica) e o vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald (Marinha). Em seguida, o general Costa e Silva autonomeia-se ministro da Guerra e torna-se o homem forte do novo regime.

Enquanto isso, em Porto Alegre, o general Ladário Teles, comandante do III Exército, e Brizola tentavam convencer Jango da necessidade da resistência armada. Porém, Goulart optou em não resistir, pois temia a eclosão de uma guerra civil que contaria com a intervenção estadunidense. Informado pelo general Floriano Machado que tropas de Curitiba deslocavam-se a Porto Alegre, Jango, às 11h30min do dia 2 de abril, acompanhado do general Assis Brasil, partiu para São Borja e, no dia 4 de abril, rumou para o exílio no Uruguai, enquanto Brizola ficou em Porto Alegre na clandestinidade por cerca de um mês, tentando organizar a resistência (FERREIRA, 2003c, p. 399; TOLEDO, 1983, p. 106).

Com a consolidação do golpe de Estado e o enfraquecimento de uma possível resistência com o exílio de Jango, Ildo Meneghetti decidiu retornar a Porto Alegre. Assim, para garantir a segurança do governador no trajeto, foi montada uma grande operação

da Brigada Militar para escoltá-lo, denominada "Caravana da Liberdade[64]", que partiu de Passo Fundo na manhã do dia 3 de abril de 1964. Estava concluída a "Operação Farroupilha". Ao chegar a Porto Alegre à noite, o governador falou à imprensa, anunciando a vitória completa do "movimento revolucionário" (em outras palavras, do movimento golpista) (ZARDO, 2014, p. 127-128).

Após o golpe, iniciaram-se as prisões e as perseguições às principais lideranças nacionalistas e reformistas, oficiais e subalternos das Forças Armadas, líderes sindicais, comunistas, estudantes, professores e demais lideranças progressistas, que foram enquadrados como "subversivos". Porém, convém lembrar que as perseguições não se restringiram somente às questões políticas, uma vez que muitas foram motivadas por revanchismos e desavenças pessoais[65].

No dia 9 de abril de 1964, o Comando Supremo da Revolução – que na prática governava o país – decretou o Ato Institucional nº 1 (AI-1) que, entre outras coisas, reforçou o Poder Executivo e reduziu o campo de ação do Congresso, estabeleceu a eleição de um novo presidente da República por votação indireta do Congresso Nacional e suspendeu as imunidades parlamentares, dando início à série de cassações de mandatos parlamentares e suspensões dos direitos políticos por dez anos – com o objetivo de "limpar" o Congresso, cassando os mandatos de parlamentares acusados de subversão ou de corrupção.

O AI-1 também permitia ao novo regime aplicar uma série de

---

[64] A "Caravana da Liberdade" foi constituída por 12 ônibus e inúmeros outros veículos, nos quais viajaram, além de autoridades estaduais e dos municípios do norte gaúcho, um grande número de apoiadores civis ao golpe, que originalmente haviam se reunido em Passo Fundo para pegar em armas contra os legalistas em Porto Alegre. Partindo de Passo Fundo na manhã de 3 de abril, a caravana do governador se encontrou, em Pantano Grande, com o contingente simbólico do general Mário Poppe de Figueiredo, que se dirigia a Porto Alegre com o intuito de assumir o comando do III Exército, para o qual havia sido nomeado pelo novo ministro da Guerra, o general Artur da Costa e Silva (ZARDO, 2014, p. 127).

[65] Em Passo Fundo, neste sentido, ver os trabalhos de Sandra Benvegnú (2006) e José Ernani de Almeida (2006).

sanções (como exonerar, demitir, aposentar, transferir para a reserva, entre outros) a militares, funcionários públicos, juízes, professores, dando início a "Operação Limpeza", que visava a promover o expurgo de civis e militares alinhados com João Goulart e/ou com as bandeiras reformistas e nacionalistas. No Congresso, o AI-1 inicialmente cassou os mandatos de 40 parlamentares e suspendeu por dez anos os direitos políticos de outros 66 cidadãos. Dentre os cassados estavam João Goulart, Leonel Brizola e os deputados federais Armando Temperani Pereira (PTB/RS) e Paulo Mincaroni (PTB/RS), entre outros.

No dia 11 de abril de 1964, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (o nome definido tanto pelo comando militar quanto pelos governadores) foi eleito indiretamente como o novo presidente da República, sendo empossado no dia 15 de abril e, inicialmente, com mandato até 31 de janeiro de 1966 – para completar o mandato de João Goulart.

No início de maio ocorreu mais uma série de cassações de mandatos e direitos políticos. Dentre os parlamentares sul-rio-grandenses cassados estavam o deputado federal Clay Hardmann de Araújo (PTB), os deputados estaduais Antônio Simão Visintainer (PTB), Beno Orlando Burmann (PTB), João Caruso Scuderi (PTB), José Lamaison Porto (PTB), Justino da Costa Quintana (PTB), Rubens Dario Porciúncula (PTB) e Wilson Vargas da Silveira (PTB), além dos deputados federais suplentes Floriano Maia D'Avila (PTB) e Hélio Carlomagno (PSD), dos deputados estaduais suplentes Alberto Schroeter (ARS), Bruno Segalla (ARS), Carlos de Lima Aveline (ARS), Edson de Medeiros (PTB), Fúlvio Celso Petracco (ARS), Guilherme do Vale Tonniges (PTB), Jair Moura Calixto (PTB), Jorge Alberto Campezatto (ARS), Nelson Amorelli Vianna (PTB), Ottomar Ataliba Dillemburg (ARS) e Vicente Martins Real (ARS) e do vereador de Porto Alegre Hamilton Moojen Chaves (PTB).

Entre os parlamentares cassados estava o deputado estadual passo-fundense José Lamaison Porto, que foi eleito vereador municipal em 1951 pelo PSP e deputado estadual em 1954 e 1958 pelo PSP. Lamaison Porto foi secretário de Saúde durante o governo de Leonel Brizola (1959-1962) e ingressou no PTB, partido pelo qual foi reeleito em 1962. No dia 1º de abril de 1964, Lamaison Porto criticou o golpe durante a sessão na Assembleia Legislativa, caracterizando o momento como "hora dramática" e a sessão como "macabra, tétrica, dramática para o povo rio-grandense", afirmando que os golpistas "procuraram reiteradamente [...] mascarar e mistificar a verdade e confundir a opinião pública" (CATTO, 2017, p. 207).

Em junho de 1964 houve mais uma série de cassações, dentre elas as do ex-presidente Juscelino Kubitschek (acusado de ter enriquecido durante a sua vida pública). Entre os políticos sul-rio-grandenses cassados em junho estavam os deputados estaduais suplentes Flávio da Costa Franco (ARS), Hér Agapito da Luz (ARS), José Teitelrott (ARS) e Ulisses Câmara Villar (ARS), o prefeito de Cruz Alta Alberto Plentz (PTB) e os vereadores Manoel Antônio Mallmann Filho (PTB, de Santa Maria) e Otilo Borgmann (PTB, de Getúlio Vargas). Portanto, as cassações impostas pelo AI-1 em 1964 no Rio Grande do Sul atingiram principalmente o PTB e a ARS.

Em Passo Fundo, nenhum vereador foi cassado pelo AI-1. No entanto, na primeira quinzena de maio de 1964, vereadores e políticos trabalhistas foram detidos temporariamente e enviados a Porto Alegre para averiguações, como os vereadores Wilson Corrêa Garay, Ernesto Félix Scortegagna, Antonio Augusto Meirelles Duarte, Odilon Soares de Lima, Gilberto Tubino da Silva, o vereador suplente Bernardino Sampaio Guimarães e o ex-prefeito Benoni Rosado (BENVEGNÚ, 2006, p. 209). Também foram presos o jornalista João Baptista de Mello Freitas[66] (redator de debates

[66] Conforme José Ernani de Almeida (2006), o jornalista João Baptista de Mello Freitas foi uma das maiores vítimas de repressão em Passo Fundo, sendo novamente preso em 1965 e

da Câmara Municipal e redator-chefe do jornal *O Nacional*, sob a acusação de possuir ligações com o PCB) e Paraguassú de Moura Brizola, telegrafista da Viação Férrea e irmão de Leonel Brizola (ALMEIDA, 2006, p. 151).

1.6. A ascensão do Marechal Castelo Branco à Presidência da República e a cizânia militar

Os primeiros dias de abril de 1964 foram marcados pelas incertezas e pelas disputas pelo poder. Ranieri Mazzilli, o presidente em exercício, não controlava a situação e havia sido "enquadrado" pelo general Costa e Silva, que autoproclamou-se ministro da Guerra e, na prática, detinha o poder.

Contudo, após uma série de reuniões realizadas no início de abril de 1964, no Rio de Janeiro, os "governadores revolucionários" (Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Adhemar de Barros, Ney Braga, Ildo Meneghetti, Mauro Borges, entre outros) definiram-se pela não permanência de Ranieri Mazzilli e pela indicação do nome do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco para a presidência da República. Embora contasse com o apoio da maioria dos oficiais no interior do Exército, o nome de Castelo Branco precisaria da aprovação do general Arthur da Costa e Silva, que se mostrava disposto a aceitar a continuação de Mazzilli como "presidente fantoche", pois assim, na prática, seria o real detentor do poder e teria tempo para promover a "Operação Limpeza". Embora Castelo Branco e Costa e Silva se conhecessem há muitos anos[67] e fossem próximos, naquele momento ambos se afastaram em virtude das suas ambições políticas e pessoais (a presidência da República).

1966. Mais detalhes, ver ALMEIDA (2006, p. 164-220).

[67] Castelo Branco e Costa e Silva foram colegas no Colégio Militar de Porto Alegre na década de 1910.

Desse modo, Costa e Silva evitou o quanto pôde a consolidação do nome de Castelo Branco (Cf. CHAGAS, 1985, p. 60-67).

Durante as tensas reuniões entre os governadores e o ministro do Exército, realizadas nos dias 4 e 5 de abril de 1964, no Rio de Janeiro, Costa e Silva inicialmente insurgiu-se contra o lançamento da candidatura de Castelo Branco, mas, mesmo contrariado, acabou aceitando a candidatura do chefe do Estado-Maior do Exército, após uma reunião do Alto Comando. Assim, Castelo Branco chegaria ao poder graças ao prestígio que desfrutava entre os setores militares e também pelo apoio que recebeu dos "governadores revolucionários" e de outras lideranças civis. Em seguida, o único obstáculo jurídico foi removido pelo AI-1, decretado no dia 9 de abril de 1964 pelo Comando Supremo da Revolução, que, além de dar início à série de cassações parlamentares, estabeleceu a eleição do novo presidente da República por votação indireta do Congresso Nacional, removendo a inelegibilidade para esse pleito. Convém lembrar que Castelo Branco era inelegível, pois era chefe do Estado-Maior do Exército e a Constituição exigia três meses de desincompatibilização antes das eleições (Cf. CHAGAS, 1985, p. 71-76).

Conforme observa Carlos Fico (2014, p. 97-101), a disputa pelo poder, que apareceu em versão condensada na reunião de Costa e Silva e os governadores, e a decretação do AI-1, que institucionalizou o golpe – dando uma aparência de licitude ao novo regime –, marcam a passagem do golpe à ditadura. De fato, "a publicação do Ato Institucional tomou de surpresa as lideranças civis que haviam conspirado contra o governo de Goulart, pois as Forças Armadas não só tomaram a direção do Estado como, também, contavam com um projeto de governo" (BORGES, 2003, p. 39).

No dia 11 de abril, o marechal Castelo Branco foi eleito pelo Congresso como o novo presidente da República, recebendo 361 votos contra 72 abstenções e 37 ausências. No mesmo dia, o depu-

tado federal José Maria Alkmin, do PSD/MG, foi eleito vice-presidente. Castelo Branco foi empossado no dia 15 de abril de 1964. Na composição dos seus ministérios, Castelo Branco não conseguiu deixar de confirmar Arthur da Costa e Silva como ministro da Guerra, mas não manteve os outros dois integrantes do Comando Supremo da Revolução (o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo e o almirante Augusto Rademaker). Outros nomes escolhidos por Castelo Branco foram: o general Ernesto Geisel para o Gabinete Militar; Otávio Gouveia de Bulhões no Ministério da Fazenda; Roberto Campos no Ministério do Planejamento; o senador Milton Campos (UDN/MG) no Ministério da Justiça; Vasco Leitão da Cunha para o Ministério do Exterior; o marechal Juarez Távora para o Ministério da Viação; Flávio Suplicy de Lacerda[68] para o Ministério da Educação e Cultura; Arnaldo Lopes Sussekind para o ministério do Trabalho; Raimundo de Brito para o Ministério da Saúde; o deputado federal Daniel Faraco (PSD/RS) para o Ministério da Indústria e Comércio; Mauro Thibau para o Ministério das Minas e Energia; Oscar Thompson Filho para o Ministério da Agricultura; o deputado federal Luís Viana Filho (UDN/BA) para a Casa Civil; o brigadeiro Nélson Freire Lavenère Wanderley para o Ministério da Aeronáutica; e o almirante Ernesto de Melo Batista para o Ministério da Marinha (CHAGAS, 1985, p. 76-77).

Contudo, após o golpe de 1964 e durante os primeiros meses do governo Castelo Branco percebe-se a existência de divisões e de disputas internas dentro das Forças Armadas entre os "castelistas" – denominados de "Sorbonne militar", esse grupo aglutinava nomes como os generais Golbery do Couto e Silva, Ernesto Geisel, Orlando Geisel e demais militares vinculados às ideias e diretrizes

[68] Flávio Suplicy de Lacerda, então reitor da Universidade do Paraná e grande defensor da "revolução", foi o autor da "Lei Suplicy" (conforme ficou conhecida a lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964), que proibia atividades políticas das entidades estudantis, visando a conter a mobilização estudantil contra o governo.

da Escola Superior de Guerra (ESG)[69] – e os seus opositores, denominados de "linha dura[70]".

De acordo com Maud Chirio (2012, p. 50), a categoria "linha dura" surgiu do vocabulário dos próprios atores e não tinha, no princípio, o sentido de grupo ou facção para os oficiais que a reivindicavam, mas sim de certa interpretação da "revolução", de um "estado de espírito", cuja linha política tinha contornos imprecisos. Portanto, a princípio, a "linha dura" não passava de uma maneira de expressar certa oposição ao governo Castelo Branco. Contudo, foram os jornalistas e analistas políticos que, na mesma época, transformaram em grupo – dotados de chefes, representantes e certa coesão interna – o que não passava de uma expressão de identificação. Os militares somente se apropriaram dessa categoria mais tarde, como um instrumento de luta política, para delimitar as fronteiras dos seus adversários.

Conforme a pesquisadora (2012, p. 50-51), os anos de 1964 e 1965 são considerados o período de incubação da "linha dura", que funcionaria como um forte grupo de pressão. Trata-se de um grupo heterogêneo, que emitia um discurso de extrema-direita e nacionalista. Defendia a proposta de um expurgo radical, "sem consideração pelos procedimentos adotados e nem pela conformidade com a lei". Nesse sentido, após o golpe, os oficiais da "linha dura" são os principais defensores da violência de Estado e da repressão política.

Em suma, a "linha dura" reclamava meios e modos para a tarefa da punição, criticando "a tibieza de Castelo Branco nos tratos dos corruptos e subversivos" (MARTINS FILHO, 1995, p. 57),

---

[69] Criada em 1949 pelos setores do Exército brasileiro que haviam participado, juntamente com as forças norte-americanas, da Segunda Guerra Mundial por meio da Força Expedicionária Brasileira (FEB), a ESG, sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional, se tornou bastião do anticomunismo e elaborou um projeto para o Brasil com base no lema *segurança e desenvolvimento*. Também defendia o livre comércio e uma posição pró-Estados Unidos (BORGES, 2003, p. 36).

[70] Mais detalhes sobre o perfil dos militares da "linha dura", ver o trabalho de Maud Chirio (2012).

opondo-se ao que consideravam uma linha branda e legalista seguida pelo marechal-presidente[71]. Inclusive, a "linha dura" pressionou Castelo Branco para que o prazo das cassações fosse prorrogado – o prazo de vigência do AI-1 era até 15 de junho de 1964. Porém, Castelo Branco não ampliou o prazo do AI-1, mas cassou Juscelino Kubitschek no dia 7 de junho, atendendo às pressões de Costa e Silva e da "linha dura".

Ademais, os militares da "linha dura" também defendiam um conjunto de medidas economicamente nacionalistas e se posicionavam contrários à política econômica adotada pelo governo Castelo Branco, considerada entreguista (CHIRIO, 2012, p. 51).

Na área econômica, os ministros Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões adotaram uma política ultraliberal, de abertura sem freios da economia brasileira ao capital internacional, inclusive revogando a Lei de Remessas de Lucros para o Exterior. Alinhando-se incondicionalmente aos Estados Unidos, o governo Castelo Branco acreditava que a recuperação da economia do país passaria pelo apoio e pelo dinheiro dos estadunidenses. Internamente, lançou o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que previa controlar a inflação por meio do controle dos gastos públicos e do arrocho salarial[72] (Cf. NAPOLITANO, 2014, p. 73-75).

Embora seja considerado um liberal e moderado por alguns

[71] Um dos principais grupos de pressão, identificados com a "linha dura", foram os coronéis e tenentes-coronéis encarregados pelos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), que ficaram conhecidos como "coronéis dos IPMs". (CHIRIO, 2012, p.58). Os "coronéis do IPMs" mostravam-se amplamente inconformados com os *habeas corpus* concedidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

[72] Marcos Napolitano (2014, p. 75) ressalta que a nova política de reajustes salariais era baseada em um complicado cálculo que mesclava a média da inflação passada e a expectativa de inflação futura, cujo resultado foi sempre prejudicial aos trabalhadores, que, com a repressão e com os sindicatos amordaçados, pouco podiam fazer para mudar o quadro. Além disso, com o fim da estabilidade no emprego e a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o mercado de trabalho se tornava mais flexível, permitindo às empresas demitirem seus funcionários a custo baixo.

jornalistas e historiadores[73], não se pode negligenciar o caráter autoritário, violento e repressivo do governo do marechal-presidente Castelo Branco, caracterizado pela construção da ordem jurídico-institucional autoritária. De fato, durante o seu governo foram decretados quatro Atos Institucionais, uma Lei de Imprensa restritiva, criou-se o Serviço Nacional de Informações (SNI)[74], fechou o Congresso por 32 dias e outorgou a Constituição de 1967 (NAPOLITANO, 2014, p. 73). Além disso, ajudou a redigir e assinou a Lei de Segurança Nacional – estruturada nas diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional e na doutrina de guerra revolucionária, instituindo a noção de guerra interna[75] – e foi conivente com a tortura[76],

[73] A partir da memória construída tanto por liberais civis quanto pelos militares alinhados ao castelismo, surgiram as teses da "ditabranda" ou de uma "ditadura envergonhada", salientando o "caráter reativo e brando do regime entre 1964 e 1968. Os defensores dessa tese afirmam que os quatro primeiros anos do regime (até o AI-5) foram caracterizados pela existência do recurso ao *habeas corpus* e por uma relativa liberdade de imprensa, de expressão e de manifestação. Nessa linha de raciocínio, o regime fechou-se, por meio do AI-5, por sucumbir às pressões da extrema direta militar ("a linha dura") e à conjuntura política marcada pelo crescimento da oposição ao governo militar em 1968 (Cf. NAPOLITANO, 2014, p. 69-70).

[74] Idealizado pelo general Golbery do Couto e Silva e criado em junho de 1964, a função do SNI era produzir informações sobre pessoas, movimentos sociais, instituições e grupos políticos legais ou clandestinos, evitando surpresas para o governo. Informações que poderiam, no futuro, produzir a culpabilidade dos vigiados, que poderiam, a qualquer momento, ser acusados de subversão (NAPOLITANO, 2014, p. 131). Confirme Irene de Arruda Ribeiro Cardoso (1990, p. 106), o Serviço Nacional de Informações (SNI) foi a primeira criação legal da Doutrina de Segurança Nacional.

[75] De influência francesa, a doutrina da guerra interna ou guerra revolucionária pressupunha a utilização coordenada de todos os recursos – militares, políticos e de informação – no combate ao inimigo invisível, o "subversivo". De acordo com esta lógica, todos eram suspeitos até que se provasse o contrário (NAPOLITANO, 2014, p. 128). Mais detalhes sobre a doutrina de guerra interna ou guerra revolucionária, ver João Roberto Martins Filho (2003, 2004, 2008 e 2009) e Rodrigo Nabuco de Araújo (2008a e 2008b).

[76] Os casos de torturas no Nordeste e em outras partes do país foram numeroso e acabaram sendo denunciados na imprensa e no livro do jornalista Márcio Moreira Alves (*Tortura e torturados*, publicado em 1966). Castelo Branco teve de dar alguma reposta e enviou o chefe do Gabinete Militar, o general Ernesto Geisel, em missão investigativa. O general Geisel voltou com um discurso evasivo. Assim, a "missão Geisel" marcaria o início de um acordo velado: os militares "moderados" sustentariam a tese de que a tortura decorria dos "excessos" de alguns poucos e escapava o controle dos oficiais-generais, garantindo que o "trabalho sujo" fosse feito sem o seu envolvimento, ao mesmo tempo em que assegurava impunidade aos perpetradores

que já era praticada nos primeiros momentos após o golpe (FICO, 2004, p. 33).

No que tange à repressão, no governo Castelo Branco milhares de oponentes civis e militares foram perseguidos, presos, humilhados em público e torturados, frequentemente sem processo legal, apesar da abertura de centenas de IPMs – supervisionados, a partir de 27 de abril de 1964, por uma Comissão Geral de Investigações (CGI) (CHIRIO, 2012, p. 48). Soma-se a isso o número considerável de mortos e desaparecidos políticos[77], o que demonstra que o Terrorismo de Estado foi implantado desde 1964.

Ademais, no governo Castelo Branco o expurgo foi voraz, sendo o general-presidente que mais aplicou sanções legais[78] aos "inimigos do regime" com base nos Atos Institucionais: dos 5.517 punidos por esse tipo de ato, 65% (3.644) foram durante o seu governo. Convém ressaltar que 90% dos expurgos a militares ocorreram durante o governo de Castelo Branco (NAPOLITANO, 2014, p. 73).

Pressionado pela "linha dura" para que o seu mandato presidencial fosse ampliado, Castelo Branco aceitou que a medida fosse aprovada no Congresso em julho de 1964. Dessa forma, o mandato presidencial de Castelo Branco foi prorrogado por 14 meses, isto é, até março de 1967, o que representou o adiamento das eleições diretas à presidência da República previstas para 1965[79]. Embora procurasse construir uma imagem de "legalista", Castelo Branco rompeu o compromisso assumido em manter as eleições presidenciais de 1965 – promessa que, inclusive, lhe rendeu os votos do

(FICO, 2014, p. 106).

[77] Ver *Relatório da Comissão Nacional da Verdade* (2014) e *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964* (1995).

[78] Entre as sanções estavam: cassação dos mandatos, suspensão dos direitos políticos, aposentadoria, cassação da aposentadoria, transferência para a Reserva, exoneração, demissão, confisco de bens, entre outros.

[79] Além de prorrogar o mandato de Castelo Branco até 15 de março de 1967 e adiar as eleições presidenciais para outubro de 1966, a emenda também implantou a maioria absoluta dos votos e reduziu o mandato presidencial para quatro anos.

senador Juscelino Kubitschek e do PSD em abril de 1964. Tal fato desagradou Carlos Lacerda (favorito para vencer o pleito após a cassação de JK), marcando o início do seu processo de afastamento de Castelo Branco.

Além de Lacerda, posteriormente ocorreram outras dissidências entre os civis e militares que conspiraram e/ou apoiaram o golpe de 1964, que viram anuladas as suas perspectivas políticas, como os governadores Magalhães Pinto, Adhemar de Barros, Mauro Borges e os generais Olímpio Mourão Filho, Carlos Luís Guedes, Amaury Kruel, Justino Alves Bastos, entre outros.

1.7. As eleições de 1965, a crise político-militar e o AI-2

No dia 3 de outubro de 1965[80], estavam previstas eleições diretas para os governos de 11 estados da federação. Contudo, ao longo do ano de 1965, os militares da "linha dura" e os governadores Carlos Lacerda e Magalhães Pinto (que ambicionavam concorrer à presidência em 1966 e temiam perder o controle sobre as máquinas dos governos estaduais para os seus adversários políticos) empreenderam uma forte pressão para que as eleições fossem adiadas e que os mandatos dos governadores fossem prorrogados por mais um ano.

No entanto, o marechal-presidente Castelo Branco optou em manter as eleições diretas de outubro de 1965 para os governos estaduais. No referido pleito, Magalhães Pinto, em Minas Gerais, e Carlos Lacerda, na Guanabara, não conseguiram eleger os seus sucessores. As vitórias de Israel Pinheiro da Silva (PSD), em Minas

[80] As eleições de 3 de outubro de 1965, nas qual seriam eleitos os novos governadores de 11 estados, foram as últimas eleições diretas aos governos estaduais, uma vez que o Ato Institucional nº 3 (AI-3), de 5 de fevereiro de 1966, estabeleceu que as eleições para os governos estaduais seriam indiretas. As eleições diretas para os governos estaduais só retornaram em 1982.

Gerais, e Francisco Negrão de Lima (PSD), na Guanabara, representaram uma derrota ao regime, desencadeando uma crise político-militar. Insuflados por Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, a "linha dura" exigia que os governadores eleitos em Minas Gerais e na Guanabara não tomassem posse, pois não admitia a eleição de candidatos que a "revolução" deveria ter punido (FICO, 2014, p. 118). Embora os candidatos vitoriosos não fossem, de maneira alguma, elementos "perigosos" da oposição – pelo contrário, iriam facilmente adaptar-se e colaborar com o governo Castelo Branco –, eram vistos pelos militares radicais como pessoas ligadas ao ex-presidente Juscelino Kubitschek, cassado pelo AI-1 (KINZO, 1988, p. 24).

Entretanto, o marechal-presidente garantiu a posse dos governadores eleitos. Assim,

> Na noite de 5 de outubro, na Vila Militar no Rio de Janeiro, um movimento para retirar Castelo Branco da presidência começou a ser organizado sob o comando do General Albuquerque Lima, juntamente com coronéis da linha dura. Somente a intervenção do Ministro da Guerra, General Costa e Silva, impediu o êxito da rebelião militar. Dialogando com os rebeldes, ele conseguiu um acordo, garantindo "revigorar a Revolução" (KINZO, 1988, p. 24).

A atuação de Costa e Silva durante a crise político-militar o fortaleceu politicamente no processo sucessório à presidência da República. Superada a ameaça de rebelião militar, as principais reivindicações da "linha dura" foram: a) impedimento da posse de Negrão de Lima e Israel Pinheiro; b) punição aos políticos cassados que insistissem em se manifestar publicamente (sobretudo Juscelino Kubitschek); c) retomada das cassações de parlamentares; d) jurisdição militar para os indiciados em IPMs; e) medidas restritivas da autonomia do Judiciário; f) eleições indiretas em 1966 (MARTINS FILHO, 1995, p. 65).

Para tentar acalmar os ânimos da "linha dura", Castelo Branco tentou aprovar no Congresso uma série de medidas restritivas, que, na prática, fechariam ainda mais o regime[81]. No entanto, tais medidas encontrariam forte resistência no Congresso (KINZO, 1988, p. 24-25).

Prevendo a sua primeira derrota no Congresso, as medidas solicitadas por Castelo Branco não foram submetidas à votação, uma vez que o presidente decretou, no dia 27 de outubro de 1965, o Ato Institucional nº 2 (AI-2):

> [...] Este novo ato institucional, além de implementar medidas que provavelmente seriam rejeitadas pelo Legislativo, outorgava ao presidente o poder de suspender o Congresso, governar por decreto, decretar Estado de sítio, dispensar funcionários públicos, cassar mandatos e suspender direitos políticos, e aumentava significativamente o controle do Executivo sobre os gastos do governo. O novo ato também facilitava à aprovação de emendas constitucionais, tornava indireta a eleição para a Presidência da República e, finalmente, extinguia os partidos políticos existentes (KINZO, 1988, p. 27).

O AI-2 vigorou até o dia 15 de março de 1967, isto é, até o final do mandato presidencial de Castelo Branco. Porém, convém lembrar que posteriormente o AI-2 seria também incorporado na nova Constituição, que passou a vigorar a partir de 15 de março de 1967. Conforme observa Marcos Napolitano (2014, p.78-79), o AI-2 pode ser visto como a passagem para um regime ditatorial e autoritário mais estruturado:

---

[81] Entre essas medidas estavam: a ampliação dos poderes do Executivo, maior controle do governo central sobre os governos estaduais, restrições severas à liberdade de expressão e ação para os cassados, ampliação da jurisdição militar com referência a questões de subversão e de segurança nacional, além da garantia do controle do governo sobre o STF através do aumento do número de juízes, constituíram as principais medidas incluídas na emenda constitucional e no estatuto dos cassados proposta pelo Executivo (KINZO, 1988, p. 24-25).

> [...] Basicamente, reforçava os poderes do presidente da República em matérias constitucionais, legislativas e orçamentárias. O ato ainda reforçava a abrangência e a competência da Justiça Militar na punição dos crimes considerados lesivos à segurança nacional. O presidente da República ainda poderia decretar Estado de sítio por 180 dias, fechar o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores, intervir em estados, cassar deputados e suspender os direitos de cidadãos por dez anos. Na prática, tratava-se de uma reforma constitucional imposta pelo Executivo federal. Se o golpe foi o batismo de fogo da ditadura, o AI-2 é a sua certidão de nascimento definitiva.

Alguns historiadores consideram o AI-2 uma vitória da "linha dura". No entanto, para João Roberto Martins Filho (1995, p.72), o Ato foi um redirecionamento e não uma derrota frontal do projeto castelista de "institucionalizar a revolução". Conforme o autor (1995, p. 66-67):

> [...] diante da inevitabilidade de novo ato institucional, os castelistas mostraram-se capazes de incluir [...] uma série de medidas que vinham considerando há bastante tempo. Com efeito, reforma partidária, modificações no Judiciário, eleições indiretas, restrições às atividades dos cassados não podem ser vistas como medidas estranhas à via da "institucionalização" que vinha sendo discutida em certos círculos do governo.
> Por fim, ao conseguir manter a posse dos governadores eleitos e ao evitar um novo expurgo de parlamentares, ou mesmo o fechamento do Congresso, o grupo castelista mostrou razoável capacidade de resistência às pressões da caserna.

A partir da crise político-militar de outubro de 1965 e da decretação do AI-2, que determinou eleições indiretas à presidência

da República, Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Adhemar de Barros e outros importantes protagonistas civis e militares do golpe de 1964 romperam com Castelo Branco.

Por fim, convém salientar que o AI-2 também implantou uma reforma partidária, extinguindo o sistema pluripartidário em vigência há 20 anos. Embora Castelo Branco não tenha perdido nenhuma batalha no Congresso (tarefa facilitada com a "Operação Limpeza") e contasse com o apoio da UDN, de partidos menores, de considerável parte do PSD e de uma fração do PTB[82], o governo acreditava que não contava com uma base sólida e estável no Congresso. Além disso, as vitórias de Negrão de Lima e Israel Pinheiro alertaram o regime para a força política da aliança entre PSD e PTB.

> A tentativa do regime de trabalhar com os partidos políticos do antigo regime não conseguira assegurar uma base sólida e estável para o governo no Congresso, pois a principal força política de apoio à "revolução" – a UDN – não era suficientemente numerosa para prover sozinha aquela base. Ademais, os problemas que haviam surgido com a candidatura presidencial de Carlos Lacerda, que passou a se opor abertamente a Castelo Branco, tornara indispensável a extinção mesmo daquele partido que havia fornecido o maior respaldo civil ao movimento de 1964 (KINZO, 1988, p. 27).

Como a ditadura pretendia dar um "verniz de democracia" ao regime, não cairia bem adotar o modelo de partido único. Assim, a alternativa adotada foi a criação de um novo sistema partidário, com dois ou, no máximo, três partidos políticos. No entanto, as

[82] Em nível nacional, o PTB, após o golpe, passou a viver um dilema: definir que tipo de relação teria com o governo de Castelo Branco. Nesse sentido, havia dois grupos em embate: os "ortodoxos" (reformistas) – liderados por Doutel de Andrade, líder do PTB na Câmara –, grupo ligado a Jango e que postulava a oposição do partido ao governo militar, denunciando o caráter ditatorial do regime; e os "bigorrilhos" (adesistas, também denominados "dissidência"), que defendiam o apoio a Castelo Branco. Inicialmente, a decisão foi fazer oposição ao governo militar, mas sem o respaldo unânime dos petebistas (D'ARAÚJO, 1996, p. 165-166).

exigências legais, na prática, possibilitaram a criação de apenas dois partidos, dando início ao bipartidarismo. Portanto, o objetivo era a criação de um forte partido de apoio parlamentar ao governo e de um fraco partido oposicionista. Desse modo, foram gestados a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Capítulo II

A gênese e os anos iniciais da ARENA e do MDB (1965-1969)

A partir da implantação do bipartidarismo ocorreu o processo de formação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). No presente capítulo pretende-se analisar o processo de formação da ARENA e do MDB no Rio Grande do Sul e em Passo Fundo e os anos iniciais dos dois partidos, sobretudo as suas disputas internas e os seus respectivos desempenhos nas eleições parlamentares de 1966 e municipais de 1968. Também serão analisadas as origens e motivações para a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e as suas repercussões no estado.

2.1. O processo de formação da ARENA e do MDB

Após a extinção do sistema pluripartidário, em vigência desde 1945, pelo AI-2 (27 de outubro de 1965), o governo planejou um ato complementar visando à regulamentação do funcionamento dos novos grupos políticos, ao passo que os senadores, deputados federais e deputados estaduais inicialmente se organizaram em três blocos parlamentares: um majoritário, de apoio ao governo, um oposicionista e um independente.

Durante as primeiras semanas de novembro de 1965, líderes parlamentares governistas e oposicionistas, governadores e lideranças militares se posicionavam quanto à estruturação do novo sistema partidário. Nesse sentido, convém lembrar que enquanto alguns defendiam a adoção do bipartidarismo, outros defendiam a criação de três partidos políticos: um partido de apoio ao governo, um partido oposicionista e um partido independente.

Entretanto, apesar dos apelos dos congressistas – inclusive de líderes parlamentares governistas – para que fosse deixada ao Congresso a tarefa de definir as regras do novo sistema partidário, em 20 de novembro de 1965 foi decretado o Ato Complementar 4 (AC-4), que estabeleceu as normas para a criação dos novos grupos políticos (KINZO, 1988, p. 27-28).

> [...] O AC-4 determinava que a criação de novas organizações políticas, tarefa a ser realizada pelos membros do Congresso em 45 dias, exigiria o apoio de um terço dos deputados federais e um terço dos senadores. Este requisito, no entanto, não significava que a intenção fosse a criação de um sistema de três partidos. Na verdade, implicava a possibilidade de se estabelecer uma maioria de dois terços a favor do governo, formando-se com os parlamentares restantes uma oposição simbólica. De fato, estas medidas refletiam a intenção do novo regime no sentido de criar um sistema em que houvesse um grande partido de apoio ao governo, e um pequeno partido de oposição formal, que viesse apenas garantir uma fachada democrática. (KINZO, 1988, p. 15).

De acordo com o AC-4, os novos partidos deveriam contar com o apoio de, no mínimo, 120 deputados federais e 20 senadores, o que teoricamente possibilitava a organização de, no máximo, três partidos. Contudo, na prática o ato praticamente instituiu o bipartidarismo, indo ao encontro dos objetivos do governo, con-

forme demonstra a declaração do ex-udenista Juracy Magalhães[83], então ministro da Justiça (Apud KINZO, 1988, p. 28):

> Houve a intenção de forçar o bipartidarismo, que é um sistema válido, democrático e viceja nas democracias saxônicas, como na Inglaterra e nos Estados Unidos. [...] Eu tive influência nessa decisão... Houve uma conveniência politica. Se continuassem vivos o PSD e o PTB, haveria um partido conservador ao lado de um partido progressista, socialista mesmo. Esses dois partidos juntos ganhariam sempre as eleições. Foram consultadas as lideranças politicas. Ouvi vários companheiros da UDN. Assisti à morte da UDN com pesar, porque ela foi grande parte da minha vida. [...] Mas como politico pragmático que sempre fui, cheguei à conclusão de que, para que a Revolução pudesse ter uma possibilidade de vitória eleitoral, ela precisava partir de uma coisa inteiramente nova.

Portanto, interessava ao regime criar um forte partido de apoio ao governo, que lhe garantisse uma base parlamentar sólida. Por outro lado, também era interessante permitir a criação de um pequeno, fraco, dócil e "bem comportado" – isto é, mais propenso a colaborar – partido oposicionista, dando, assim, um verniz de democracia ao regime.

Em 20 de novembro de 1965, quando o AC-4 foi decretado, o nome do partido que aglutinaria todos os parlamentares alinhados com o governo e com a "revolução" já estava praticamente definido: Aliança Renovadora Nacional (ARENA, cuja sigla inicialmente era ARN). Após a promulgação do AC-4, o marechal Castelo Branco concentrou os seus esforços na tarefa de articular o partido go-

[83] Juracy Magalhães assumiu o Ministério da Justiça em outubro de 1965, em substituição a Milton Campos, que renunciou à pasta por não concordar com um novo Ato Institucional. Em janeiro de 1966, Juracy Magalhães assumiu o Ministério das Relações Exteriores.

vernista. Acerca disso, relatou o jornalista Carlos Castelo Branco (1977, p. 369) em 25 de novembro de 1965:

> O marechal Castelo Branco fez sentir pessoalmente ao senador Filinto Muller e ao deputado Peracchi Barcelos que não interessa ao governo a formação de dois partidos na área de apoio à presidência da República. O problema do governo é constituir, unida e coesa, uma base parlamentar, a mais ampla possível, que lhe dê segurança na tramitação da matéria legislativa e política de interesse governamental. Não pretende o presidente continuar à mercê de maiorias eventuais, que se formam em torno de cada medida pleiteada, com desgaste da autoridade política e administrativa da presidência.

Contudo, organizar o partido governista revelou-se uma difícil tarefa, uma vez que era necessário aglutinar, em uma mesma organização partidária, grupos heterogêneos de diferentes tendências políticas, oriundos dos extintos partidos, cujos interesses e rivalidades, sobretudo em nível estadual e local, eram difíceis de conciliar, conforme relatou o então senador Mem de Sá[84] (ex-PL/RS), nomeado ministro da Justiça em janeiro de 1966 (Apud KINZO, 1988, p. 30):

> O caso mais difícil que se deparava ao Governo e ao partido que lhe ia dar amparo era o da conciliação dos interesses eleitorais e partidários entre remanescentes das agremiações, adversários ferrenhos até a véspera, e agora forçosamente reunidos, sobretudo entre os ex-pessedistas, os ex-udenistas e até numerosos ex-

[84] O senador Mem de Sá foi nomeado, em janeiro de 1966, ministro da Justiça em substituição a Juracy Magalhães, que passou a ocupar o Ministério das Relações Exteriores. O marechal-presidente Castelo Branco o escolheu por considera-lo um político capaz de contribuir para a organização do partido governista. (Informações obtidas por meio do verbete eletrônico do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB), do CPDOC/FGV).

> -trabalhistas. Como metê-los todos na mesma canoa e, especialmente, como escolher, dentre eles, os candidatos para as eleições do ano seguinte, 1966? Atuante e desinibido que sou, dei-me a defender, como fórmula salvadora – e, ao meu ver, a única possível – a da instituição do sistema de sublegendas, seguindo o exemplo que tantos frutos há um século dava no Uruguai.

Assim, diante das dificuldades apresentadas, criou-se o sistema de sublegendas[85] – por meio do Ato Complementar 26 (AC-26), de 29 de novembro de 1965 –, que constituía em um mecanismo que comportava a formação de grupos adversários dentro de um mesmo partido para concorrer às eleições majoritárias, isto é, cada partido poderia apresentar até três candidatos – sublegenda 1, sublegenda 2 e sublegenda 3 –, permitindo que as lideranças dos antigos partidos pudessem disputar os votos dos eleitores nas eleições para as prefeituras do interior[86] e para o Senado (GRINBERG, 2009, p. 64). No sistema de sublegendas, os votos dados às sublegendas partidárias eram somados e a totalidade dos votos era atribuída ao candidato mais votado do partido.

No final de novembro, o marechal-presidente Castelo Branco designou uma comissão para organizar a ARENA, da qual faziam parte os ministros Juracy Magalhães, Ney Braga, Luís Vianna Filho e Cordeiro de Farias, além de líderes políticos na Câmara e no Senado, dentre eles o senador Daniel Krieger (ex-UDN/RS) e o deputado Pedro Aleixo (ex-UDN/MG). Assim, Lucia Grinberg (2009, p. 67) observa que as articulações para a formação da ARENA tiveram como resultado a redação, em 30 de novembro de 1965, do Documento Constitutivo da Aliança Renovadora Nacional com o objetivo de "apoiar o Governo da Revolução".

---

[85] O mecanismo da sublegenda existiu até 1986.

[86] Em virtude do AI-3, de 5 de fevereiro de 1966, os prefeitos das capitais passaram a ser nomeados pelos governadores.

> Entre os objetivos da ARENA, encontra-se, em primeiro lugar, lutar "por todas as medidas que visem à consolidação dos ideais saneadores e progressistas que inspiraram a Revolução de Março de 1964". Em segundo lugar, o documento firmava o compromisso de buscar o "aperfeiçoamento da democracia representativa e, consequentemente, contra a fraude, a influência do poder econômico nas eleições e os abusos do poder político" (GRINBERG, 2009, p. 67).

Utilizando-se da estrutura partidária da extinta UDN, a ARENA pretendia incorporar os antigos udenistas e grande parte do antigo PSD, além de políticos, oriundos de outros partidos, alinhados com a "revolução de 1964". Em particular, o governo empenhou-se em atrair para a ARENA a maioria dos membros do antigo PSD, partido cuja estrutura – composta de homens e diretórios em todo o país – era um capital político indispensável ao governo (GRINBERG, 2009, p. 64). No início de dezembro de 1965, a imprensa já noticiava que a ARENA havia alcançado e ultrapassado o número de assinaturas mínimas exigidas pelo AC-4 e que a expectativa era aglutinar no partido entre 230 e 250 deputados federais e dois terços do Senado.

No que tange ao partido oposicionista, denominado inicialmente Ação Democrática Brasileira e posteriormente Movimento Democrático Brasileiro[87] (MDB, cuja sigla inicialmente era MODEBRA), organizá-lo não seria uma tarefa fácil, uma vez que a oposição encontrava-se fragilizada após as séries de cassações empreendidas pelo AI-1. Assim, os oposicionistas formavam um pequeno e heterogêneo grupo que reunia desde liberais até comunistas (MOTTA, 2008, p. 96), incluindo também descontentes com

[87] O nome Ação Democrática Brasileira era defendida pelo deputado federal Ulysses Guimarães (do extinto PSD paulista), enquanto o deputado federal Tancredo Neves (do extinto PSD mineiro) defendia o nome Movimento Democrático Brasileiro, que acabou sendo escolhido (Cf. KINZO, 1988, p. 233).

o governo. Além das divergências político-ideológicas, outro fator que dificultava a criação de um partido oposicionista era o fato que este "não seria muito atraente para aqueles que buscavam pelo menos alguma proximidade com o poder, ou que não queriam correr o risco de ter seu mandato cassado em virtude de algum discurso imprudente" (KINZO, 1988, p. 29). Ademais, o MDB era visto como uma organização imposta artificialmente e inútil para fins oposicionistas, tendo sido autorizado a funcionar apenas para dar legitimidade ao sistema e atender aos pruridos liberais de parte dos apoiadores da ditadura militar (MOTTA, 2007, p. 286). Contudo, foi somente a contragosto que os grupos oposicionistas e descontentes se conformaram com a necessidade de conviverem em uma mesma organização (MOTTA, 2008, p. 96).

Por sua vez, o governador Carlos Lacerda, um dos expoentes do golpe de 1964, optou em não ingressar na ARENA e tentou articular a criação de um terceiro partido, denominado Partido da Renovação Democrática (PAREDE). Porém, por não atender às exigências do AC-4, o partido teve o seu registro indeferido pela Justiça Eleitoral em maio de 1966.

Contudo, ARENA e MDB, durante o final de 1965 e início de 1966, procuraram se organizar a partir da filiação dos deputados federais e senadores, conforme a exigência do AC-4. Dessa forma, a ARENA contou com a adesão de 257 deputados federais e 44 senadores, enquanto ingressaram no MDB 149 deputados federais e 21 senadores[88]. Em suma, a ARENA deteve 62,8% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 67,7% dos senadores, ao passo que o MDB contava com 36,5% dos deputados federais e 32,3% dos

[88] Entretanto, o reduzido número de senadores oposicionista gerou uma situação constrangedora, pois o governo precisou auxiliar na formação do MDB, convencendo um senador a assinar a ficha de inscrição no MDB, possibilitando, assim, o seu registro (MOTTA, 2008, p. 96). De acordo com a pesquisa de Maria Kinzo (1988, p. 233), trata-se do senador paraibano Rui Carneiro, do extinto PSD, que era amigo próximo do marechal Castelo Branco e aderiu ao MDB após uma solicitação feita pessoalmente pelo presidente.

senadores. Desse modo, a ARENA controlava dois terços do Congresso, correspondendo aos objetivos do governo.

Quadro 6

Filiação à ARENA e ao MDB na Câmara dos Deputados (1965-1966)

Partidos Extintos	ARENA	MDB	Não Filiados	Total
Partido Social Democrático (PSD)	78	43	---	121
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	38	78	---	116
União Democrática Nacional (UDN)	86	9	1 (MG)	96
Partido Social Progressista (PSP)	18	2	1 (SP)	21
Partido Democrata Cristão (PDC)	13	6	---	19
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	8	4	---	12
Partido de Representação Popular (PRP)	5	---	---	5
Partido Republicano (PR)	4	---	---	4
Partido Republicano Trabalhista (PRT)	2	2	---	4
Partido Libertador (PL)	3	---	1 (RS)	4
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	---	3	---	3
Partido Social Trabalhista (PST)	2	---	---	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	---	2	---	2
Total	257 (62,8%)	149 (36,5%)	3 (0,7%)	409 (100%)

Fonte: KINZO, 1988, p. 32 e 34-35.

Na Câmara dos Deputados observa-se que 89,6% dos deputados udenistas e 64,5% da bancada pessedista ingressaram na ARE-

NA, totalizando 164 deputados. Portanto, 63,8% da bancada arenistas era oriunda da UDN (33,5%) e do PSD (30,3%). Também convém lembrar que 14,8% da bancada arenista era constituída por ex-petebistas, uma vez que 32,7% (quase um terço) dos deputados do PTB (os "bigorrilhos" ou adesistas) optaram em filiar-se ao partido governista. Tal situação também foi semelhante no Senado, uma vez que 70,5% da bancada arenista era constituída por udenistas (31,8%) e pessedistas (38,7%). E mais, também se observa que cinco senadores petebistas (o que corresponde a 33,3%, ou 1/3) alinharam-se à ARENA.

Quadro 7

Filiação à ARENA e ao MDB no Senado (1965-1966)

Partidos Extintos	ARENA	MDB	Total
Partido Social Democrático (PSD)	17	5	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	5	10	15
União Democrática Nacional (UDN)	14	1	15
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	3	2	5
Partido Social Trabalhista (PST)	1	2	3
Partido Libertador (PL)	2	---	2
Partido Democrata Cristão (PDC)	1	---	1
Partido de Representação Popular (PRP)	1	---	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	---	1	1
Total	44 (67,7%)	21 (32,3%)	65[89] (100%)

Fonte: KINZO, 1988: 32 e 34-35.

[89] Na época eram 66 cadeiras no Senado, três para cada uma das 22 unidades da Federação. Porém, havia uma vaga em aberto na senatoria do Ceará, em virtude do falecimento, em outubro de 1965, do senador petebista Antônio Jorge de Queiroz Jucá – suplente efetivado após o falecimento, em maio de 1963, do senador Carlos Jereissati (PTB).

Por sua vez, o MDB, na Câmara dos Deputados, contou com o ingresso de 67,3% dos deputados petebistas e 35,5% dos deputados pessedistas, além de 9,4% da bancada udenista e 31,6% da bancada pedecista. Assim, 52,4% da bancada do MDB era oriunda do PTB, 28,8% do PSD, 6% da UDN, 4% do PDC e 8,8% dos outros partidos. No Senado, 47,6% dos senadores emedebistas eram oriundos do PTB e 23,8% do PSD.

> Como pode se perceber pelos dados os partidos tiveram núcleos formadores bastante diferentes. A base principal da ARENA foi constituída por elementos provenientes da UDN, partido de onde saíram os maiores líderes da luta contra os governos reformistas do período anterior. Os udenistas tiveram participação destacada na preparação do movimento de 1964 e, portanto, é natural que fossem os principais articuladores do partido fiel aos governos militares. Os outros parlamentares da ARENA tinham origem diversa: muitos vieram do PSD e havia até egressos do PTB, mas eram os ex-udenistas os mais numerosos e os mais influentes.
> Quanto ao MDB, seu núcleo foi formado por deputados vindos do PTB, principal organização do bloco reformista nos anos 1950 e 1960. Evidentemente, os políticos radicais do PTB, em sua maioria, haviam sido cassados após 1964 e não estavam mais no Congresso para insuflar o ânimo da bancada oposicionista. Mesmo assim, sobraram uns poucos petebistas ideológicos que, aliados a figuras do antigo PSD fiéis aos ideais democráticos, constituíram a base da liderança do MDB (MOTTA 2008, p. 99).

De acordo com David Fleischer (1981, p. 186):

> [...] Numericamente, a UDN foi o maior bloco dentro da ARENA, e veio a ter um papel desproporcional

> na política e nos governos (federal e estadual) após 1964 – fato este que levou o então deputado Tancredo Neves a caracterizar a "Revolução" como a "ditadura da UDN". Em 1966, a UDN chegou a comandar as bancadas da ARENA somente nos estados de Alagoas, Sergipe e Guanabara, e nos outros estados viu-se forçada a compartilhar a liderança, ora com o PSD (Minas Gerais, Santa Catarina e Piauí), ora com o PSD e PTB (Bahia, São Paulo, Pernambuco, Ceará e Pará).
> O PSD se dividiu um pouco mais equitativamente: 64,5% foram para a ARENA e 35,5% para o MDB. Estes mais em função das lealdades a Juscelino Kubitschek e por questões regionais. Em certos estados o PSD se tornou o "carro chefe" da ARENA, como no Rio Grande do Sul e Maranhão; em outros, ele dividiu a ARENA com a UDN.
> [...] Quase 70% dos petebistas foram para o MDB. [...] O PTB comandava a liderança do MDB do Rio Grande do Sul, Paraná Santa Catarina, Guanabara e Amazonas; e dividia o comando partidário com o PSD em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. [...].

Portanto, embora a UDN tenha constituído o maior bloco dentro da ARENA e o PTB o maior bloco dentro do MDB, deve-se ressaltar a importância que os ex-pessedistas tiveram dentro dos dois partidos. De toda forma, em virtude do modo pelo qual foi estabelecido o bipartidarismo, tanto a ARENA quanto o MDB foram caracterizados pela confluência das mais variadas tendências que, por razões de sobrevivência politica, eram obrigadas a conviver dentro de um mesmo partido (KINZO, 1988, p. 31).

Durante o período de novembro de 1965 a março de 1966, ambos os partidos procuraram organizar os seus diretórios nacionais e estaduais, além das Comissões Executivas e dos programas e estatutos partidários. Em 24 de março de 1966, ARENA e MDB foram legalmente reconhecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O MDB foi oficialmente instalado no dia 30 de março de 1966, enquanto a ARENA foi oficialmente instalada no dia seguinte, 31 de março, no aniversário de dois anos da "revolução de 1964". Acerca da estrutura organizativa da ARENA, Lucia Grinberg (2009, p. 69) observa que:

> A Arena era dirigida por uma Comissão Diretora Nacional e, em cada estado ou território, por Comissões Diretoras Regionais, cujos membros poderiam ser parlamentares ou não. Entre as atribuições das Comissões Diretoras Regionais, encontrava-se a de "convocar convenções regionais para a escolha de candidatos a governador e vice-governador do estado" e de "escolher candidatos a senador, deputados federais e estaduais". Nos municípios, havia Comissões Diretoras Municipais, às quais também se atribuiu a competência de escolher os candidatos a prefeito, vice-prefeito, vereadores e juiz de paz. Das convenções nacionais participavam os senadores, os deputados federais e três representantes de cada uma das Comissões Diretoras Regionais.

O primeiro diretório nacional da ARENA reuniu 56 políticos[90], representando as 22 unidades da Federação e os três Territórios Federais (Amapá, Rondônia e Roraima) (Cf. GRINBERG, 2009, p. 71-75). O senador Daniel Krieger (ex-UDN/RS) foi eleito o primeiro presidente do diretório nacional da ARENA, cuja primeira Executiva Nacional ficou assim constituída:

[90] Representando o Rio Grande do Sul no primeiro Diretório Nacional da ARENA estavam o senador Daniel Krieger (ex-UDN) e os deputados federais Tarso Dutra (ex-PSD) e Euclides Triches (ex-PDC) (GRINBERG, 2009, p. 71-75).

Quadro 8
Primeira Comissão Executiva Nacional da ARENA

Presidente	Daniel Krieger (senador, ex-UDN/RS)
Vice-Presidentes	Filinto Müller (senador, ex-PSD/MT) Teódulo Lins de Albuquerque (deputado federal, ex-PTB/BA) Wilson Gonçalves (senador, ex-PSD/CE)
Secretário Geral	Rondon Pacheco (deputado federal, ex-UDN/MG)
Tesoureiro	Antônio Feliciano (deputado federal, ex-PSD/SP)
Vogais (membros com direito de voto)	Raimundo Padilha (deputado federal, ex-UDN/RJ) Paulo Sarazate (deputado federal, ex-UDN/CE) Leopoldo Peres Sobrinho (deputado federal, ex-PSD/AM) Miguel Couto Filho (senador, ex-PSP/RJ) Jarbas Passarinho (coronel)

Fonte: GRINBERG, 2009, p. 70.

Por sua vez, o MDB procurou organizar o seu Diretório Nacional provisório integrando todos os parlamentares que assinaram o manifesto de fundação do partido. A partir do Diretório Nacional formou-se a primeira Comissão Executiva Nacional, cujos membros assumiram as funções de organização e decisão das atividades do partido (KINZO, 1988, p. 37).

Acerca da primeira Executiva Nacional do MDB, Maria Kinzo (1988, p. 37-38) faz duas importantes observações. Primeiro, o fato do primeiro presidente, o senador Oscar Passos, ser um militar, um general da reserva, influenciou na sua escolha[91]. Segundo, o fato da Executiva do partido não possuir nenhum parlamentar

[91] De acordo com o depoimento de Ulysses Guimarães à pesquisadora (1988, p 234), a escolha de Oscar Passos foi "para não parecer que nós tínhamos qualquer prevenção ou discriminação contra os militares".

ex-petebista do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e da Guanabara, apesar de quase a metade dos ex-petebistas filiados ao MDB serem oriundos destes estados, o que foi, na época, interpretado como uma estratégia para dissociar o novo partido de oposição do grupo de parlamentares trabalhistas identificados com João Goulart e Leonel Brizola.

Quadro 9

Primeira Comissão Executiva Nacional do MDB

Presidente	**Oscar Passos (senador, ex-PTB/AC)**
Primeiro Vice-Presidente	Oswaldo C. da Costa Lima Filho (deputado federal, ex-PTB/PE)
Segundo Vice-Presidente	Ulysses Silveira Guimarães (deputado federal, ex-PSD/SP)
Terceiro Vice-Presidente	André Franco Montoro (deputado federal, ex-PDC/SP)
Secretário Geral	José Martins Rodrigues (deputado federal, ex-PSD/CE)
Tesoureiro	José Ermírio de Moraes (senador, ex-PTB/PE)
Vogais	Pedro Ludovico Teixeira (senador, ex-PSD/GO) Argemiro de Figueiredo (senador, ex-PTB/PB) Antônio de Barros Carvalho (senador, ex-PTB/PE) Antônio Ferreira de Oliveira Brito (deputado federal, ex-PSD/BA) Cândida Ivete Vargas Tatsch Martins (deputada federal, ex-PTB/SP)

Fonte: KINZO, 1988, p. 38.

Acerca da primeira Executiva Nacional do MDB, Maria Kinzo (1988, p. 37-38) faz duas importantes observações. Primeiro, o fato do primeiro presidente, o senador Oscar Passos, ser um militar, um general da reserva, influenciou na sua escolha[92]. Segundo,

[92] De acordo com o depoimento de Ulysses Guimarães à pesquisadora (1988, p 234), a escolha de Oscar Passos foi "para não parecer que nós tínhamos qualquer prevenção ou discriminação contra os militares".

o fato da Executiva do partido não possuir nenhum parlamentar ex-petebista do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e da Guanabara, apesar de quase a metade dos ex-petebistas filiados ao MDB serem oriundos destes estados, o que foi, na época, interpretado como uma estratégia para dissociar o novo partido de oposição do grupo de parlamentares trabalhistas identificados com João Goulart e Leonel Brizola.

Acerca do programa do MDB, Rodrigo Patto Sá Motta (2008, p. 99-100) faz a seguinte observação:

> O programa do partido das oposições revelava também discrepâncias com as posturas governistas, ao mesmo tempo que trazia a marca das propostas reformistas. O eixo da pregação emedebista girava em torno de três questões. Em primeiro lugar vinha o único ponto consensual, responsável pela união efetiva dos parlamentares oposicionistas em torno do MDB: a defesa do Estado de direito, ou seja, o retorno da democracia.
>
> Os pontos restantes do programa não eram partilhados por todos, diziam mais respeito à ala esquerda. De um lado o compromisso nacionalista, ligado à pregação em favor de proteção para a economia nacional contra a entrada de investimentos estrangeiros. E é bom lembrar que os governos pós-1964 acirraram os ânimos nacionalistas, pois acentuaram e patrocinaram a entrada de capitais estrangeiros. De outro havia a defesa por parte do MDB de medidas de proteção social, embora de maneira vaga e imprecisa. Na verdade, sua sensibilidade para a questão social se exercia com mais frequência na denúncia da perda de direitos sociais, provocada pelas ações governamentais (o fim da estabilidade no emprego, por exemplo).

Portanto, a defesa do retorno da democracia foi o único ponto consensual entre os oposicionistas que ingressaram no MDB,

tornando-se a principal bandeira defendida pelo partido durante toda a sua existência, desde a sua gênese, como fica evidenciado no *Manifesto da Oposição*, aprovado na primeira reunião do Diretório Nacional e do Comitê Executivo do MDB e lido pelo deputado Vieira de Melo, primeiro líder do MDB na Câmara dos Deputados, no dia 10 de fevereiro de 1966, conforme observou Maria Kinzo (1988, p. 30). Segundo a pesquisadora,

> [...] Dirigido ao povo brasileiro, o texto definia como meta do partido a luta pelo restabelecimento do sistema democrático-representativo com eleições diretas em todos os níveis e autonomia legislativa e judiciária, e criticava as práticas antidemocráticas do governo, sua política econômico-financeira, além de convocar todos os setores da sociedade brasileira para que "identificados conosco nos mesmos sentimentos, proclamem sua inconformidade com a violência, o arbítrio e a subversão da ordem democrática, certos todos de que, sem esta, jamais teremos paz, desenvolvimento e progresso".

Convém lembrar que *O Manifesto da Oposição* foi produzido logo após a decretação do AI-3 (5 de fevereiro de 1966), que estabeleceu eleições indiretas para governadores e a nomeação para as prefeituras das capitais, complementando, assim, a obra iniciada com o AI-2.

2.1.1. A organização da ARENA e do MDB no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, a polarização PTB/anti-PTB – que marcou o período pluripartidário de 1945 a 1965 no estado – permitiu que as novas siglas se acomodassem com menos artificialis-

mo que nos outros estados (NOLL; TRINDADE, 2004, p. 95-96). Desse modo, os grupos anti-trabalhistas – que haviam formado a Ação Democrática Popular (PSD/PL/UDN/PRP/PDC/PSP) nas eleições de 1962 – ingressaram na ARENA, enquanto o MDB foi organizado pelos trabalhistas (PTB e MTR) e pelos integrantes da Aliança Republicana Socialista (ARS)[93]. Entretanto, as únicas exceções foram o deputado federal Raul Pilla (ex-PL), que não se vinculou a nenhum partido e se retirou da política ao final do seu mandato, e o deputado estadual Heitor Silveira Campos (ex-MTR), cuja adesão à ARENA garantiu ao partido governista a maioria dos deputados na Assembleia Legislativa.

Quadro 10

Alinhamento dos parlamentares sul-rio-grandenses à ARENA e ao MDB (1965-1966)

	Senado	Câmara Federal	Assembleia Legislativa
ARENA	3	13	28
MDB	----------	15	27
Não Filiados	----------	1	----------
Total	3	29	55

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

[93] A Aliança Republicana Socialista (ARS) foi uma coalizão entre os comunistas que concorriam pelo Partido Republicano (PR) e parte do Partido Socialista Brasileiro (PSB) nas eleições de 1962 no Rio Grande do Sul.

Quadro 11

Filiação à ARENA e ao MDB dos deputados federais sul-rio-grandenses (1965-1966)

Partidos Extintos	ARENA	MDB	Não Filiados	Total
PTB	---	14	---	14
PSD	7	---	---	7
PL	2	---	1	3
PDC	2	---	---	2
UDN	1	---	---	1
PRP	1	---	---	1
MTR	---	1	---	1
Total	13	15	1	29

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Quadro 12

Filiação à ARENA e ao MDB dos deputados estaduais sul-rio-grandenses (1965-1966)

Partidos Extintos	ARENA	MDB	Total
PTB	----------	23	23
PSD	11	----------	11
PL	6[94]	----------	6
PDC	4	----------	4
UDN	3	----------	3
PRP	3	----------	3
MTR	1	3	4
ARS	----------	1	1
Total	28	27	55

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

[94] No segundo semestre de 1966, dois deputados estaduais do antigo PL deixaram a ARENA e ingressaram no MDB: Paulo Brossard de Souza Pinto e Honório Pereira Severo. Nas eleições parlamentares de novembro de 1966, Paulo Brossard foi eleito deputado federal pelo MDB, enquanto Honório Severo não conseguiu a reeleição à Assembleia Legislativa.

Em suma, conforme Leônidas Xausa e Francisco Ferraz (1981, p. 186), no Rio Grande do Sul a ARENA e o MDB foram desaguadouros naturais de grupos anteriormente consolidados, confirme demonstra a constituição dos primeiros diretórios estaduais dos dois partidos.

Quadro 13

Origem partidária dos membros dos primeiros diretórios do MDB e da ARENA do Rio Grande do Sul (1966)

MDB		ARENA	
Partido de origem	Número de membros	Partido de origem	Número de membros
PTB	70 membros	PSD	24 membros
MTR	18 membros	PL	14 membros
PSD	10 membros	UDN	10 membros
PDC	3 membros	PDC	10 membros
		PRP	9 membros
		PSP	5 membros
		MTR	1 membro
Total	101 membros	Total	73 membros

Fonte: XAUSA; FERRAZ, 1981, p. 186.

Constituído por trabalhistas (PTB e MTR), o primeiro diretório do MDB também contou com a adesão de dissidentes do PSD e do PDC. De acordo com Leônidas Xausa e Francisco Ferraz (1981, p. 186), os dissidentes do PSD correspondem ao minoritário grupo juscelinista divergente da orientação oficial do PSD do Rio Grande do Sul, enquanto os dissidentes do PDC correspondem ao grupo minoritário alinhado com a orientação, em nível nacional, do deputado federal André Franco Montoro (PDC/SP).

Portanto, tendo em vista a predominância dos trabalhistas, o MDB do Rio Grande do Sul pode ser interpretado como a continuação do antigo PTB, sobretudo se observarmos que a sua primei-

ra Comissão Executiva estadual foi composta principalmente por ex-petebistas, como o deputado estadual Siegfried Emanuel Heuser, último presidente do PTB do Rio Grande do Sul e primeiro presidente do MDB sul-rio-grandense[95] (RODRIGUES, 2018, p. 118-119).

Por sua vez, o primeiro diretório da ARENA do Rio Grande do Sul foi composto por membros oriundos da Ação Democrática Popular (PSD/PL/UDN/PRP/PDC/PSP) e de um membro oriundo do MTR. Contudo, no Rio Grande do Sul, em virtude da fragilidade da UDN, foi o PSD – principal partido anti-trabalhista no estado – que formou o "núcleo duro" da ARENA sul-rio-grandense, com os ex-pessedistas constituindo o grupo majoritário dentro do partido, cujo primeiro presidente foi o deputado estadual Francisco Solano Borges (ex-PL).

No entanto, o domínio dos ex-pessedistas na ARENA sul-rio-grandense iria catalisar a dissidência de alguns deputados oriundos do PL e do PDC, que se insurgiram contra as candidaturas dos ex-pessedistas Walter Peracchi Barcelos e Tarso Dutra à eleição indireta ao governo estadual e apoiaram a candidatura do jurista e professor Rui Cirne Lima, conforme abordaremos adiante.

2.1.2. A organização da ARENA e do MDB em Passo Fundo

A organização da ARENA e do MDB em Passo Fundo não destoou do ocorrido em nível estadual, isto é, os grupos anti-traba-

[95] Márcio Soares Rodrigues (2018, p. 119) observa que na primeira Comissão Executiva do MDB do Rio Grande do Sul, além de elegerem Siegfried Emanuel Heuser presidente, os ex-petebistas também ocupam os principais cargos, como a primeira vice-presidência (com Marcírio Goulart Ribeiro), a secretária geral (com o deputado estadual Aldo Fagundes) e a tesouraria (com Valdir Antônio Lopes), enquanto alguns cargos de menor relevância foram ocupados por líderes oriundos de outros partidos, como o caso da segunda e terceira vice-presidência, que foram ocupadas, respectivamente, por Hermes Pereira de Souza (ex-PSD) e Walter Von Muhlen (ex-MTR).

lhistas – que haviam vencido as eleições municipais de 1963, por meio da coalizão denominada Coligação Popular Passo-Fundense (que aglutinou os mesmos partidos da Ação Democrática Popular – PSD/PL/UDN/PRP/PDC/PSP – e mais o MTR) – vincularam-se à ARENA, enquanto os petebistas organizaram o MDB. Contudo, convém observar que, em Passo Fundo, uma significativa fração de membros do antigo MTR, em virtude das rivalidades e ressentimentos catalisados pela dissidência trabalhista ocorrida no final da década de 1950, optou em se alinhar à ARENA.

Além do prefeito Mário Menegaz (ex-MTR), ingressaram na ARENA sete vereadores: três do PSD (Ivo Biazus, Fidêncio Garibaldi Franciosi e Octacílio Moura Escobar), dois do MTR (Romeu Martinelli e Rodolpho Rodrigues de Lara), um do PL (Victor Hugo Lacerda) e um do PDC (Anildo José Sarturi). Em novembro de 1965, os vereadores situacionistas organizaram o Bloco Popular Passo-fundense[96].

Por sua vez, o MDB de Passo Fundo foi estruturado a partir do PTB local, contando com o ingresso de oito vereadores – os sete vereadores petebistas (Delmo Alves Xavier, Odilon Soares de Lima, Antonio Augusto Meirelles Duarte, Laury de Jesus Fróes, Ernesto Félix Scortegagna, Wilson Corrêa Garay e Gilberto Bastos Morsch[97]) e um vereador do MTR (Hilário Anacleto Rebechi) –, que inicialmente organizaram, em novembro de 1965, o Bloco Parlamentar Democrático Independente[98]. Desse modo, o MDB em Passo Fundo contava com a maioria dos vereadores na Câmara municipal.

---

96 Cf. *Diário da Manhã*, 5 nov. 1965, p. 6.

97 Suplente efetivado em 1965, após a renúncia de Gilberto Tubino da Silva (ex-PTB).

98 Cf. *Diário da Manhã*, 5 nov. 1965, p. 6.

Quadro 14

Filiação à ARENA e ao MDB dos vereadores de Passo Fundo (1965-1966)

Partidos Extintos	ARENA	MDB	Total
PTB	----------	7	7
MTR	2	1	3
PSD	3	----------	3
PL	1	----------	1
PDC	1	----------	1
Total	7	8	15

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

As articulações para a organização da ARENA passo-fundense tiveram sequência em fevereiro de 1966, com as reuniões envolvendo os representantes dos partidos que formavam a Coligação Popular Passo-Fundense (PSD/PL/UDN/PRP/PDC/PSP e parte do MTR)[99]. Entretanto, a organização do diretório arenista foi bastante tumultuada, uma vez que o lançamento do nome do coronel Wilson de Assis Ferreira Lopes (ex-UDN) para a presidência da Comissão Executiva municipal enfrentava algumas resistências dentro do partido[100].

No dia 28 de maio de 1966 estava prevista uma reunião da ARENA passo-fundense para a definição da Comissão Diretora municipal. Porém, o deputado estadual Francisco Solano Borges (presidente da ARENA sul-rio-grandense) havia solicitado que o encontro fosse adiado, pois nenhum membro da Executiva estadual conseguiria comparecer à reunião. No entanto, mesmo sem a presença de representantes do diretório estadual, um grupo (formado por membros da UDN, PRP, PSP, PL, PDC e alguns pessedistas) decidiu realizar a convenção, elegendo a primeira

[99] Cf. *O Nacional*, 18 fev. 1966, p. 1.

[100] Cf. *O Nacional*, 26 maio 1966, p. 1; *O Nacional*, 27 maio 1966, p. 1.

Comissão executiva da ARENA passo-fundense, que ficou assim constituída:

Quadro 15

Primeira Comissão Executiva da ARENA de Passo Fundo (eleita em maio de 1966)

Presidente	Coronel Wilson de Assis Ferreira Lopes (ex-UDN)
Vice-Presidente	Erny Nunes Olsen (ex-PSD)
Secretário Geral	Mário Daniel Hoppe (ex-PSP)
Vogais	Alfredo Torriani (ex-PL) Anísio Silva (ex-PRP) Antônio de Morais Gentil (ex-UDN) Erno Roberto Hoffmann (ex-PDC) Henrique Rebechi (ex-PDC)

Fonte: Diário da Manhã, 29 maio 1966, p. 6; O Nacional, 30 maio 1966, p. 1.

O primeiro diretório municipal da ARENA foi constituído por 30 membros, cinco de cada partido (PSD, PL, PDC, UDN, PRP e PSP). Entretanto, os membros do antigo MTR, incluindo o prefeito Mário Menegaz, os sete vereadores situacionistas e alguns membros do antigo PSD não haviam participado da convenção e não reconheceram a legitimidade da Comissão Executiva arenista eleita[101]. Inclusive, os vereadores afirmaram que não integrariam a ARENA enquanto não fosse realizada uma nova convenção para a escolha de uma nova Executiva, encaminhando, posteriormente, um recurso ao diretório estadual do partido, no qual solicitavam a anulação da eleição realizada no final de maio[102]. Contudo, o diretório estadual da ARENA não aceitou o recurso e homologou a Comissão Executiva municipal[103]. Desse modo, a ARENA em Passo Fundo nasceu sob a égide de uma crise interna, pois o prefeito Má-

[101] Cf. *O Nacional*, 30 maio 1966, p. 1.

[102] Cf. *O Nacional*, 2 jun. 1966, p. 3.

[103] Cf. *O Nacional*, 22 jun. 1966, p. 1; *Diário da Manhã*, 22 jun. 1966, p. 6.

rio Menegaz, os sete vereadores governistas e importantes líderes do antigo PSD e MTR local encontravam-se em rota de colisão com a Executiva municipal.

Por sua vez, a organização do diretório municipal do MDB foi aparentemente mais tranquila. No início de junho, o deputado estadual Siegfried Emanuel Heuser (presidente do MDB do Rio Grande do Sul) esteve em Passo Fundo para tratar da organização do diretório emedebista[104], que contaria com o ingresso dos antigos membros do PTB e de uma fração do MTR.

Posteriormente, no dia 20 de junho de 1966, ocorreu uma reunião, realizada na Câmara dos Vereadores, presidida pelo jornalista Múcio de Castro (ex-MTR, deputado estadual suplente e representante do diretório estadual no encontro) para a definição da primeira Comissão Executiva do MDB passo-fundense, que ficou assim constituída:

Quadro 16

Primeira Comissão Executiva do MDB de Passo Fundo (eleita em junho de 1966)

Presidente	Carlos Mader Annes
Vice-Presidente	Raul Lima Lângaro
Secretário Geral	Ernesto Félix Scortegagna (vereador, ex-PTB)
Vogais	Anulfo Velloso de Linhares Eleodoro Antunes Fernandes Manoel Garrido Marcilio Hamel Pedro Walter Mader

Fonte: O Nacional, 27 jun. 1966, p. 1.

Entretanto, convém lembrar que algumas das principais lideranças do antigo PTB passo-fundense, como César José dos Santos,

[104] Cf. *O Nacional*, 3 jun. 1966, p. 1; *O Nacional*, 6 jun. 1966, p. 1.

Wolmar Antônio Salton e Daniel Dipp (ex-MTR) somente ingressariam no MDB alguns meses depois.

2.2. As eleições indiretas de 1966

A partir do final de 1965, o tema da sucessão presidencial acentuou-se. O general Arthur da Costa e Silva, que ambicionava a presidência desde o golpe que derrubou João Goulart e articulava a sua candidatura por meio do Ministério da Guerra, fortaleceu-se politicamente após a sua atuação na crise político-militar de outubro de 1965, uma vez que obteve êxito em se apresentar como candidato da unidade militar.

Apoiado por uma frente heterogênea de militares insatisfeitos com o governo Castelo Branco – que incluía a "linha dura", oficiais costistas[105] e vários setores militares contrariados –, no início de 1966, a candidatura de Costa e Silva despontava como irreversível (MARTINS FILHO, 1995, p. 74-75). Entretanto, o nome de Costa e Silva contrariava as perspectivas do grupo castelista para a sucessão presidencial. Para Castelo Branco e seus companheiros da "Sorbonne militar",

> [...] Costa e Silva era incapaz de compreender a profunda reorganização política que a Revolução começara. Os ministros Campos e Bulhões receavam que ele abandonasse sua politica econômica por um nacionalismo impensado ou por uma "prematura" redistribuição de renda (SKIDMORE, 1988, p. 110).

[105] Conforme salienta João Roberto Martins Filho (1995, p. 74), é preciso considerar a existência de um grupo "costista", que se distingue dos "duros" e mantém certas divergências com estes. Assim, o grupo de Costa e Silva deveria ser chamado de "nacionalistas autoritários" e não "linha dura".

Contudo, a candidatura de Costa e Silva estava praticamente solidificada na área militar, uma vez que o ministro da Guerra era visto como a única solução capaz de manter a unidade das Forças Armadas. Nada podendo fazer contra isso, Castelo Branco propôs que o único canal legítimo para o encaminhando das candidaturas deveria ser via ARENA (MARTINS FILHO, 1995, p.75). Nesse sentido, entre o final de março e o início de abril de 1966, Castelo Branco articulou uma última cartada: após reunir-se com seus aliados militares e civis, decidiu que a ARENA deveria realizar uma consulta nos seus diretórios regionais para indicar os seus candidatos em uma lista (definida no dia 14 de abril) composta por Costa e Silva, Ney Braga, Bilac Pinto, Adhemar de Queiroz, Etelvino Lins e Osvaldo Cordeiro de Farias (que posteriormente pediu para o seu nome ser retirado das consultas). Na referida lista não aceitaram ser incluídos Juracy Magalhães, Jurandir Mamede e Daniel Krieger (CHAGAS, 1985, p. 101).

No entanto, a candidatura de Costa e Silva era irreversível e as consultas aos diretórios estaduais da ARENA tinham um final previsível. Obrigado a aceitar a candidatura de Costa e Silva, o marechal-presidente Castelo Branco, no início de maio, indicou Pedro Aleixo (deputado federal, ex-UDN/MG e ministro da Educação) para a vice-presidência. Costa e Silva a aceitou sem maiores ponderações (CHAGAS, 1985, p. 102). Posteriormente, a convenção nacional da ARENA, realizada no dia 26 de maio de 1966 em Brasília, homologou as candidaturas de Costa e Silva e Pedro Aleixo.

Além da eleição indireta à presidência da República (prevista para outubro), em 1966 também ocorreriam eleições indiretas para governadores de 12 estados, onde a vitória dos candidatos governistas era certa, exceto no Rio Grande do Sul, onde o MDB e um grupo de deputados dissidentes arenistas lançaram a candidatura do jurista e professor Rui Cirne Lima ao governo estadual.

Embora não fosse vinculado a nenhum partido político, Rui

Cirne Lima havia sido secretário da Fazenda por seis meses, em 1964, do governo Meneghetti, e o seu nome foi lançado pelos dissidentes arenistas – o deputado federal Carlos de Brito Velho (ex-PL) e os deputados estaduais Paulo Brossard de Souza Pinto (ex-PL), Honório Pereira Severo (ex-PL), Dario Beltrão (ex-PL) e José Sperb Senseverino (ex-PDC) – como oposição ao domínio pessedista na ARENA sul-rio-grandense, que se inclinava a escolher entre os deputados federais Walter Peracchi Barcelos (então ministro do Trabalho do governo Castelo Branco) e Paulo de Tarso de Morais Dutra, ambos ex-PSD. No entanto, os deputados estaduais dissidentes arenistas recusavam-se a apoiar qualquer um dos dois ex-pessedistas (CORTÉS, 2007, p. 309.).

Na convenção da ARENA do Rio Grande do Sul, realizada no início de julho de 1966, por influência do marechal-presidente Castelo Branco, Peracchi Barcelos derrotou Tarso Dutra, obtendo 252 votos contra 236, enquanto Cirne Lima recebeu 15 votos. Dessa forma, o coronel Walter Peracchi Barcelos foi oficializado como candidato da ARENA ao governo estadual (CORTÉS, 2007, p. 310).

Por sua vez, o MDB do Rio Grande do Sul – ciente de que a ditadura não permitiria que um emedebista assumisse o governo estadual – procurou tirar vantagem da divisão da ARENA, concedendo o seu apoio oficial a Rui Cirne Lima. Dessa forma, os 27 deputados estaduais emedebistas e os quatro deputados dissidentes da ARENA convidaram Cirne Lima a ser seu candidato em nome da maioria da Assembleia[106]. Após o aceite de Cirne Lima, o MDB oficializou a sua candidatura[107] (CORTÉS, 2007, p. 310.).

No entanto, para evitar a vitória de Cirne Lima, que contava com o apoio de 32 deputados estaduais (27 do MDB e cinco da ARENA[108]), o marechal-presidente Castelo Branco, para impedir

[106] Cf. *O Nacional*, 27 jun. 1966, p. 1.

[107] Cf. *O Nacional*, 13 jul. 1966, p. 1.

[108] Além dos quatro deputados arenistas dissidentes (Paulo Brossard, Honório Severo, Dario

a vitória da oposição, utilizou o AI-2 e cassou os mandatos de sete deputados estaduais do MDB do Rio Grande do Sul[109], que teve a sua bancada na Assembleia reduzida para 20 deputados[110]. Ademais, Castelo Branco também decretou o Ato Complementar 16 (AC-16, de 19 de julho de 1966), implantando a fidelidade partidária – que considerava nulo o voto de todo parlamentar que, nas eleições indiretas, votasse em um candidato de outro partido. Dessa maneira, os cinco votos arenistas ao candidato emedebista Cirne Lima seriam considerados nulos.

Em consequência à medida casuística da ditadura, Cirne Lima, renunciou à sua candidatura e o diretório nacional do MDB, em protesto, decidiu que não participaria das eleições indiretas à presidência da República, recomendando aos diretórios estaduais que também se abstivessem de participar das eleições indiretas aos governos estaduais.

Assim, no dia 3 de setembro de 1966, Walter Peracchi Barcelos foi eleito indiretamente governador do Rio Grande do Sul, recebendo 23 votos. Em protesto, a bancada do MDB e os deputados dissidentes arenistas Paulo Brossard e Honório Pereira Severo não compareceram à sessão – inclusive, os dois desligaram-se da ARENA e ingressaram no MDB. Os outros três deputados dissidentes arenistas (Dario Beltrão, José Senseverino e Nelson Marchezan) votaram em branco (XAUSA; FERRAZ, 1981, p. 161). Portanto, nas eleições indiretas de setembro de 1966, a ARENA elegeu os governadores dos 12 estados: Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de

---

Beltrão e José Senseverino), posteriormente o deputado estadual Nelson Marchezan (ex-PDC) também garantiu o seu apoio à candidatura Cirne Lima.

[109] Foram cassados os deputados emedebistas Álvaro Petracco da Cunha (ex-PTB), Darcy Von Hoonholtz (ex-ARS), Hélio Ricardo Carneio da Fontoura (ex-PTB), Cândido Norberto dos Santos (ex-MTR), Osmar Lautenschleiger (ex-MTR), Seno Frederico Ludwig (ex-PTB), Wilmar Corrêa Taborda (ex-PTB) e o deputado suplente Clóvis Moraes Rodrigues (ex-ARS).

[110] Convém lembrar que, a partir do AI-2, os parlamentares cassados não poderiam mais ser substituídos pelos suplentes.

Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Ceará, Alagoas, Sergipe, Piauí, Amazonas e Acre.

No que tange à eleição presidencial indireta, realizada em 3 de outubro de 1966, no Congresso Nacional, Costa e Silva foi eleito com 295 votos. O MDB, que não havia apresentado candidato, não compareceu em sinal de protesto. No entanto, o deputado federal Anísio Rocha (MDB/GO), desobedecendo à orientação partidária, compareceu à sessão e votou em Costa e Silva, o que resultou na sua expulsão do MDB. Contudo, contrariando o AC-16, o voto de Anísio Rocha não foi anulado, sendo contabilizado a Costa e Silva[111].

Após a eleição presidencial indireta de outubro, o governo Castelo Branco enfrentou uma crise política com o Congresso, após as cassações de seis deputados federais oposicionistas (entre eles Doutel de Andrade) no dia 12 de outubro. No entanto, Adauto Lúcio Cardoso, presidente da Câmara dos Deputados e a quem caberia colocar em prática a decisão do governo, num gesto de rebeldia, determinou que os seis deputados cassados permanecessem no Congresso, inclusive permitindo que quatro deles discursassem e criticassem duramente Castelo Branco na sessão do dia 17 de outubro. Embora fosse próximo do marechal-presidente, Adauto Cardoso não concordou com a atitude de Castelo Branco, que havia lhe assegurado que não ocorreriam mais cassações, defendendo que as cassações deveriam ser votadas em plenário, mediante votação secreta. Tal posição foi apoiada por Auro de Moura Andrade, presidente do Senado. "Esse foi o primeiro episódio no qual se levantaram argumentos sobre a inviolabilidade de mandatos parlamentares, a independência e a autonomia do Legislativo" (GRINBERG, 2009, p. 101).

Em resposta, no dia 20 de outubro, Castelo Branco decretou, por meio do AC-23, o recesso do Congresso até o dia 22 de novem-

[111] Cf. *Gazeta do Povo*, 4 out. 1966, p. 1 e 3;

bro. Dessa forma, o Congresso permaneceu fechado e ocupado por militares por 32 dias. Posteriormente, no dia 10 de novembro, Castelo Branco cassou os direitos políticos de 18 candidatos a cargos eletivos, entre eles dois deputados federais, que tiveram seus mandatos cassados automaticamente.

E foi nesse clima de crise política (e com o Congresso fechado) que ocorreram as eleições parlamentares, em 15 de novembro. Nesse pleito, a ARENA obteve um excelente resultado eleitoral, ampliando ainda mais o número de cadeiras em relação ao MDB. Para o Senado, a ARENA elegeu 18 senadores contra quatro do MDB. Na Câmara dos Deputados, a ARENA elegeu 277 (67,7%) deputados contra 132 (32,2%) do MDB[112] (KINZO, 1988, p. 74).

2.3. As eleições parlamentares de 1966 no Rio Grande do Sul

Em 1966, a ARENA do Rio Grande do Sul homologou as candidaturas do senador Guido Mondin (ex-PRP, que concorria à reeleição) e dos deputados estaduais Sinval Guazzelli (ex-UDN) e Mário Mondino (ex-PDC) ao Senado. Por sua vez, o MDB concorreu com o deputado estadual Siegfried Emanuel Heuser (presidente do diretório estadual).

Nas eleições parlamentares de 1966 no Rio Grande do Sul, a ARENA, por meio da sublegenda, reelegeu Guido Mondin à senatoria, pois os três candidatos arenistas totalizaram 42,6% dos votos, contra 40,4% de Siegfried Heuser[113] (CÁNEPA, 2005, p. 386).

[112] Após o realinhamento partidário, a ARENA contava com 257 (62,8%) deputados contra 149 (36,5%) do MDB. Havia ainda três não alinhados (0,7%), totalizando, assim, 409 deputados na Câmara Federal. Após a eleição de 1966, a ARENA ampliou a sua vantagem em 20 cadeiras, enquanto o MDB perdeu 17.

[113] Guido Mondin obteve 322.901 votos, Sinval Guazzelli obteve 206.917 e Mário Mondino obteve 142.662. Dessa forma, a ARENA totalizou 672.480 votos, enquanto o emedebista Siegfried Heuser obteve 638.140 votos. Cf. *O Nacional*, 1º dez. 1966, p. 5.

Por outro lado, o MDB elegeu mais deputados, tanto em nível federal quanto em nível estadual. Portanto, o Rio Grande do Sul foi um dos poucos estados onde o MDB elegeu mais deputados (federais e estaduais), garantindo, assim, a maioria dos parlamentares na Assembleia Legislativa.

Quadro 17

Composição da bancada sul-rio-grandense na Câmara dos Deputados (1966)

	1966 (Pós-AI-2)	Eleições de 1966
ARENA	13 (44,8%)	14 (48,3%)
MDB	15 (51,7%)	15 (51,7%)
Não Filiados	1 (3,5%)	----------
Total	29 (100%)	29 (100%)

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Quadro 18

Composição da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1966)

	1966 (Pós-AI-2)	Eleições de 1966
ARENA	28 (50,9%)	27 (49,1%)
MDB	27 (49,1%)	28 (50,9%)
Total	55 (100%)	55 (100%)

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

No pleito de 1966, o deputado federal mais votado no Rio Grande do Sul foi o emedebista Floriceno Paixão, seguido do arenista Paulo de Tarso de Morais Dutra. Por sua vez, a emedebista Terezinha Gisela Irigaray Chaise foi a deputada estadual mais votada no estado, enquanto o emedebista Pedro Jorge Simon foi o segundo mais votado[114].

[114] Cf. *O Nacional*, 1º dez. 1966, p. 5.

Entre os candidatos de Passo Fundo que concorreram à Câmara dos Deputados, o emedebista Victor Loureiro Issler (ex-PTB) foi reeleito[115], enquanto o emedebista Daniel Dipp (ex-PTB e ex-MTR, ex-prefeito e ex-deputado federal) não obteve êxito, ficando na suplência (DAMIAN, 2010, p. 149).

Para a Assembleia Legislativa concorreram três candidatos de Passo Fundo: os vereadores Ernesto Félix Scortegagna (MDB) e Anildo José Sarturi (ARENA, deputado estadual suplente) e o jornalista Múcio Martins de Castro (MDB, deputado estadual suplente). Porém, nenhum dos três foi eleito (DAMIAN, 2010, p. 162).

2.4. Os últimos meses do governo Castelo Branco e o início do governo Costa e Silva

Após a eleição indireta de Costa e Silva, o governo Castelo Branco acelerou o seu projeto de "institucionalização da Revolução". Dessa forma, era necessário substituir a Constituição de 1946 por uma nova carta, que vinha sendo arquitetada pelo governo desde abril de 1966.

Procurando manter a aparência de "legalista", Castelo Branco manobrou para evitar que a nova Constituição ficasse com a imagem de outorgada. Assim, decretou o AI-4, em 7 de dezembro de 1966, convocando o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, entre 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, para discutir e votar o projeto da nova Carta.

Portanto, o governo praticamente impôs uma nova Constituição, "promulgada" no dia 24 de janeiro de 1967[116], que incor-

[115] Victor Loureiro Issler foi eleito deputado federal em 1954, 1958 e 1962 pelo PTB e em 1966 pelo MDB. Em 1950, foi eleito suplente de deputado federal pelo PTB, tendo sido convocado temporariamente em 1952.

[116] A nova Carta passou a vigorar a partir de 15 de março de 1967, mesma data da posse do general Costa e Silva e dos parlamentares no Congresso Nacional.

porou os Atos Institucionais, estabelecendo eleições indiretas para a presidência da República e para os governos estaduais, além de consagrar o fortalecimento do Executivo, facultando ao presidente da República a possibilidade de propor emendas constitucionais.

Em seguida, no dia 9 de fevereiro de 1967, foi sancionada uma Lei de Imprensa restritiva:

> [...] A lei anunciava regular a "liberdade de manifestação do pensamento e de informação", mas permitia a censura quando se tratasse de propaganda de "processos de subversão da ordem política e social". O segundo parágrafo do artigo inicial informava que televisão, música, cinema e teatro estavam sujeitos à censura "na forma da lei". Livros e periódicos não poderiam ser "clandestinos" ou atentar contra a "moral e os bons costumes". De modo que tudo poderia ser censurado, bastando ao governo lançar mão desta ou daquela dubiedade da legislação (FICO, 2003, p. 188).

No dia 13 de março de 1967, apenas dois dias antes da posse de Costa e Silva, Castelo Branco sancionou uma nova Lei de Segurança Nacional, substituindo a lei de 1953, tornando todo cidadão, ao mesmo tempo, um vigilante e um suspeito, instituindo a noção de "guerra interna" (NAPOLITANO, 2014, p. 80).

Desse modo, o marechal-presidente Castelo Branco foi fundamental para a construção da ordem jurídico-institucional autoritária, isto é, a "institucionalização da Revolução". Porém, Castelo Branco terminou o seu mandato bastante impopular[117] em virtude da inflação, sofrendo críticas de setores militares e civis e assistindo ao crescimento da oposição, que articulou a criação da Frente Ampla, que abordaremos mais adiante.

Por outro lado, a posse do general Arthur da Costa e Silva

[117] Castelo Branco faleceu poucos meses após deixar a presidência em um acidente aéreo ocorrido em 18 de julho de 1967.

na presidência da República, em 15 de março de 1967, foi inicialmente vista com alguma simpatia e otimismo por setores civis e militares, sobretudo pela sua retórica nacionalista de defesa e apoio à indústria nacional e à política externa independente, além de prometer a "normalização institucional", gerando uma perspectiva de abertura política e redemocratização (KINZO, 1988, p. 108).

No que tange à composição do governo, Costa e Silva nomeou um ministério completamente novo[118]. No Ministério da Fazenda, o economista Antônio Delfim Netto injetou crédito na economia, baixou as taxas de juros que inibiam o consumo e controlou o aumento dos preços, que deveriam ser aprovados pelo governo. Ademais, o governo também se tornou mais intervencionista na política salarial (Cf. SKIDMORE, 1988, p. 141-147). Na política externa, o ministro José de Magalhães Pinto (ex-governador de Minas Gerais) retomou uma posição nacionalista, afastando-se do alinhamento automático com os Estados Unidos (NAPOLITANO, 2014, p. 86).

No MDB, por sua vez, a nova legislatura, iniciada em mar-

[118] Os ministérios do governo Costa e Silva ficaram assim distribuídos: o economista Antônio Delfim Netto assumiu o Ministério da Fazenda; Hélio Marcos Penna Beltrão o Ministério do Planejamento; Luís Antônio da Gama e Silva o Ministério da Justiça; José de Magalhães Pinto o Ministério das Relações Exteriores; o general Aurélio Lyra Tavares o Ministério do Exército; o almirante Augusto Rademaker, expoente da "linha dura" na Armada e ex-integrante do Comando Supremo da Revolução, assumiu o Ministério da Marinha; o brigadeiro Márcio de Souza e Mello (vinculado à "linha dura") o Ministério da Aeronáutica; o general Jayme Portella de Mello o Gabinete Militar; Rondon Pacheco a Casa Civil; o coronel Mário David Andreazza o Ministério dos Transportes; o coronel Jarbas Gonçalves Passarinho o Ministério do Trabalho; o coronel José Costa Cavalcanti o Ministério das Minas e Energia; o general Affonso Augusto de Albuquerque Lima o Ministério do Interior; Leonel Tavares de Miranda e Albuquerque assumiu o Ministério da Saúde; Tarso de Morais Dutra o Ministério da Educação e Cultura, Carlos Furtado Simas o Ministério das Comunicações; Ivo Arzua, o ex-prefeito de Curitiba, assumiu o Ministério da Agricultura; o então desconhecido general Emílio Garrastazu Médici, amigo íntimo de Costa e Silva, assumiu o Serviço Nacional de Informações (SNI); o general Orlando Geisel o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA); o almirante Adalberto de Barros Nunes o Estado-Maior da Armada; o general Adalberto Pereira dos Santos o Estado-Maior do Exército; e o brigadeiro Carlos Alberto Huet de Oliveira Sampaio o Estado-Maior da Aeronáutica (SKIDMORE, 1988, p. 139-140).

ço de 1967, trouxe ao Congresso um grupo de deputados jovens, de primeiro mandato, que ficariam conhecidos como "imaturos", tanto por sua juventude quanto por sua disposição em assumir o risco de lutar contra a ditadura militar (MOTTA, 2007, p. 289). Conforme Maria Kinzo (1988, p. 108-109): "a atuação deste grupo que, embora, pequeno em número, era ativo e incisivo em suas críticas ao regime, teve um impacto importante na revitalização do MDB". Assim, já no início de 1967, dois grupos dividiam o MDB: de um lado, os "moderados", formados pela maioria dos políticos; de outro, "os imaturos ou radicais". De acordo com Maria Kinzo (1988, p. 109-110):

> [...] A divisão do MDB em dois grupos, somando-se as antigas divisões relacionadas com os velhos partidos, não levava, no entanto, a dissensões permanentes. Embora os moderados tenham inicialmente assumido uma postura intransigente ao resistir a qualquer diminuição de seu domínio sobre a direção do partido, logo reconheceram que a linha mais combativa do grupo dos imaturos era justamente uma fonte de credibilidade para a oposição, passando, assim, a responder à maior parte das reivindicações do grupo. Na convenção nacional do partido em junho de 1967 não apenas um novo programa e um estatuto foram aprovados, mas também a direção partidária abriu espaço para os novos parlamentares que conquistaram representação nos Diretórios Nacional e Regionais. Nesta convenção foi também criada uma comissão de "Mobilização Popular", com a finalidade de estabelecer contato mais permanente com o eleitorado, de forma a ampliar a base popular do partido. A convenção nacional de 1967 foi o primeiro passo no caminho da reorientação do MDB em direção a uma oposição mais atuante, passando de uma postura de mera aceitação ou complacência [...]. Foi também consequência da própria desilusão e descontentamento do grupo moderado quanto às perspectivas de redemocratização do país.

A partir do segundo semestre de 1967, a inércia do governo Costa e Silva em realizar as promessas de "normalização institucional", mantidas apenas na retórica, e as dificuldades econômicas desiludiram os otimistas. Dessa forma, o governo passou a sofrer críticas do MDB e se defrontaria com algumas dificuldades na relação com parte da bancada arenista no Congresso. A oposição ao governo Costa e Silva também ganharia volume com o fortalecimento da Frente Ampla, movimento liderado por Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart, que abordaremos mais adiante.

2.5. A crise no diretório municipal arenista e a renovação da comissão executiva em 1967

Em fevereiro de 1967, a crise na ARENA de Passo Fundo tornou-se mais aguda, uma vez que a maioria dos membros do diretório municipal decidiu destituir de suas funções na Comissão Executiva municipal o coronel Wilson de Assis Ferreira Lopes (presidente) e Mário Daniel Hoppe (secretário). O motivo teria sido a relação de proximidade e de apoio dos dois dirigentes arenistas aos irmãos Santos (César e Reissoly, vinculados ao antigo PTB e ao MDB) durante as disputas envolvendo a direção da Sociedade Pró-Universidade (SPU)[119], fato que desagradou a maioria dos arenistas, sobretudo ao prefeito Mário Menegaz[120], inimigo dos irmãos Santos.

No final de abril, o deputado estadual Francisco Solano Borges (presidente do diretório estadual da ARENA) esteve em Passo Fundo para solucionar a situação. Após uma reunião realizada no dia 26 de abril, o prefeito Mário Menegaz teve decisiva influência

[119] Mais detalhes acerca das disputas envolvendo a SPU, ver os trabalhos de Sandra Benvegnú (2006) e José Ernani de Almeida (2006).

[120] Cf. *O Nacional*, 9 fev. 1967, p. 1; *O Nacional*, 13 fev. 1967, p. 1.

na escolha do vereador Fidêncio Garibaldi Franciosi para assumir a presidência da ARENA passo-fundense, cuja Comissão Executiva ficou assim constituída:

Quadro 19

Comissão Executiva da ARENA de Passo Fundo (eleita em abril de 1967)

Presidente	Fidêncio Garibaldi Franciosi (vereador)
Primeiro Vice-Presidente	Anildo José Sarturi (vereador)
Segundo Vice-Presidente	Juarez Teixeira Dihel (ex-vereador)
Secretário Geral	Luiz Juarez Nogueira de Azevedo
Primeiro Secretário	Paulo Roberto Sandri Pires
Tesoureiro	Ademar Cabeda

Fonte: O Nacional, 28 abr. 1967, p. 8.

Após a escolha da nova Comissão Executiva da ARENA passo-fundense, os sete vereadores governistas integraram-se efetivamente no partido[121], cujo novo diretório não incluía os nomes do coronel Wilson de Assis Ferreira Lopes e Mário Daniel Hoppe, que foram completamente alijados. No entanto, Wilson Lopes e Mário Hoppe tinham o apoio do governador Walter Peracchi Barcelos, que não reconhecia a nova Executiva da ARENA passo-fundense[122]. Assim, Passo Fundo temporariamente passou a ter duas ARENAs: uma presidida por Fidêncio Franciosi e apoiada pelo prefeito Mário Menegaz, pelos sete vereadores e pelo diretório estadual (por meio do deputado estadual Francisco Solano Borges); e a outra presidida por Wilson Lopes, que contava com o apoio do governador[123], que, por tal razão, foi duramente criticado pelos vereadores arenistas de Passo Fundo[124].

[121] Cf. *O Nacional*, 18 maio 1967, p. 1; *O Nacional*, 23 maio 1967, p. 1.

[122] Cf. *Diário da Manhã*, 21 maio 1967, p. 1; *Diário da Manhã*, 13 jun. 1967, p. 6.

[123] Cf. *Diário da Manhã*, 23 maio 1967, p. 2.

[124] Cf. *Diário da Manhã*, 27 jun. 1967, p. 6; *Diário da Manhã*, 29 jun. 1967, p. 6.

A conturbada situação na ARENA passo-fundense foi definitivamente resolvida somente em 9 de julho de 1967, quando a nova Comissão Executiva, presidida pelo vereador Fidêncio Franciosi, foi oficialmente empossada pelo diretório estadual, durante uma convenção estadual realizada em Erechim[125].

2.6. A Frente Ampla (1966-1968) e as suas repercussões no Rio Grande do Sul

Carlos Lacerda, um dos principais articuladores do golpe civil-militar de 1964 e que ambicionava chegar à presidência da República, rompeu com o marechal-presidente Castelo Branco a partir do momento que viu as suas pretensões serem ceifadas, sobretudo a partir do AI-2 e com o estabelecimento das eleições indiretas à presidência da República.

No entanto, as desavenças entre Lacerda e Castelo Branco tiveram início em julho de 1964, com o adiamento das eleições presidenciais de outubro de 1965 para outubro de 1966 e a prorrogação do mandato presidencial de Castelo Branco. Conforme Márcio de Paiva Delgado (2013, p. 102-103), a reação de Lacerda, que estava em viagem no exterior, foi violenta. Em declarações, discursos, entrevistas e correspondências, Lacerda afirmava que havia sido traído e posto à margem da UDN, denunciando aquilo que ele entendia ser um "golpe contra a democracia, contra as eleições e contra o povo". Ironicamente, Lacerda expressava o medo de que a "revolução" se transformasse em uma ditadura.

Em 1965, Carlos Lacerda entrou em conflito com o marechal-presidente Castelo Branco ao criticar sistematicamente a política econômica liberal do governo – sobretudo o Plano de Ação

[125] Cf. *O Nacional*, 10 jul. 1967, p. 1 e 4.

Econômica do Governo (PAEG) – coordenada pelos ministros Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões[126].

Após a crise de outubro de 1965 e a promulgação do AI-2, Lacerda optou em não ingressar na ARENA – e nem no MDB – e ensaiou organizar um terceiro partido: o Partido da Renovação Democrática (PAREDE). Porém, por não atender às exigências do AC-4, o PAREDE teve o seu pedido indeferido pela Justiça Eleitoral em maio de 1966.

A partir do segundo semestre de 1966, Lacerda ingressou definitivamente ao lado das forças oposicionistas e passou a ser um dos principais articuladores de um movimento de oposição à ditadura denominado Frente Ampla. No entanto,

> A ideia da constituição de um movimento político pacífico contra a ditadura militar não tem uma única paternidade. Essa "união dos contrários" não será formada em um único ato e sequer no mesmo ano. Ficou consolidado na memória política nacional que a Frente Ampla foi um movimento formado em meados de 1966 com Lacerda, Jango e JK. Erro cronológico e factual que esconde o longo e difícil processo de negociações marcado por avanços e recuos.
> A Frente Ampla nasceria de duas "frentes" de conversações de grupos de oposição. Uma delas, envolvendo trabalhistas e comunistas, iniciada antes mesmo das eleições estaduais de 1965. A segunda, envolvendo juscelinistas e lacerdistas, começaria em meados de 1966, com Lacerda já em franca oposição ao governo federal. O processo de união destas duas "frentes" será apenas consolidado em fins de 1967, com a entrada oficial de João Goulart na Frente Ampla (DELGADO, 2013, p. 138).

[126] De forma contraditória, Lacerda, alinhado ao pensamento liberal, passou a defender o nacionalismo econômico. Mais detalhes, ver DELGADO (2013, p. 104-109).

Assim, no segundo semestre de 1966, enquanto os contatos entre Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek (em autoexílio em Lisboa), intermediados pelo deputado federal Renato Archer (MDB/MA), avançaram, os entendimentos entre Lacerda e Jango (exilado no Uruguai), conduzidos pelo deputado federal Doutel de Andrade (MDB/SC, cassado em outubro de 1966), mostravam-se mais difíceis.

A Frente Ampla nasceu oficialmente no dia 28 de outubro de 1966, por meio de um manifesto, assinado por Carlos Lacerda. Conforme Marcos Napolitano (2014, p. 84-85):

> O longo Manifesto da Frente Ampla fazia uma bela ginastica retórica para explicar como Carlos Lacerda e Juscelino (com vistas também a Jango), antes mortais inimigos, eram aliados contra o regime. Conforme o documento, os três estavam juntos em nome de uma luta maior que ameaçava o país, a ditadura, chamada assim mesmo com todas as letras. O Manifesto era uma dura crítica à ditadura e à defesa do processo democrático interrompido em 1964. Criticava duramente a política recessiva de Castelo e apelava aos trabalhadores, estudantes, mulheres, empresários delineando um campo de mobilização que mais tarde seria chamado de "sociedade civil", termo que ainda não aparece no documento. Apelava até aos sentimentos patrióticos dos militares, que, segundo o documento, estavam sendo traídos pelo caráter antinacional e antidemocrático do regime. Apesar das críticas, o tom era de apelo ao diálogo, na esperança de uma saída negociada para o impasse e isolamento político no qual o regime parecia mergulhar.

O *Manifesto da Frente Ampla* foi publicado no jornal carioca *Tribuna da Imprensa*, do jornalista Hélio Fernandes, maior propagandista da Frente Ampla no setor. Posteriormente, Hélio Fernandes, que disputava uma vaga à Câmara Federal pelo MDB da Guanabara,

teve os seus direitos políticos cassados no dia 10 de novembro de 1966, cinco dias antes das eleições parlamentares e um dia antes da viagem de Lacerda a Lisboa para o encontro com JK (DELGADO, 2013, p. 151).

Após o encontro, realizado no dia 19 de novembro de 1966, Lacerda e Juscelino divulgaram uma nota conjunta conhecida como *Declaração de Lisboa*. Conforme Márcio de Paiva Delgado (2013, p. 152), "a declaração, em linhas gerais, reafirmava o tom de união e superação das diferenças do passado, a necessidade do desenvolvimento econômico e a volta da democracia, já explicitado no manifesto assinado por Lacerda"[127]. Outra novidade foi a proposta de formação de um "grande partido popular de reforma democrática", uma vez que que o AI-2 possibilitava a criação de um terceiro partido, embora as chances fossem muito remotas (DELGADO, 2013, p. 153).

De fato, as articulações para a criação de um terceiro partido não avançaram muito. Primeiro, pela experiência de Lacerda com o PAREDE; segundo, essa questão dificultava a aliança entre emedebistas e frentistas. Assim, se a Frente Ampla se apresentasse como um movimento teria maiores chances de conseguir a adesão de elementos do MDB do que se apresentasse como um projeto de terceiro partido – pois o MDB temia que a Frente Ampla fomentasse o esvaziamento do partido e a pulverização da oposição (DELGADO, 2013, p. 165-166).

No início do governo Costa e Silva, a Frente Ampla inicialmente adotou uma trégua, que terminou em julho de 1967, após a prisão do jornalista Hélio Fernandes[128]. A partir de então, a Frente

---

[127] Mais detalhes sobre o *Manifesto da Frente Ampla* e a *Declaração de Lisboa*, ver DELGADO (2013).

[128] Após o falecimento de Castelo Branco, vitimado por um acidente aéreo no dia 18 de julho de 1967, Hélio Fernandes – que havia sido cassado em novembro de 1966 – publicou um rancoroso necrológico ao ex-presidente no seu jornal *Tribuna da Imprensa*, dizendo que "Com a morte de Castelo Branco, a humanidade perdeu pouca coisa, ou melhor, não perdeu coisa alguma. Com o ex-presidente, desapareceu um homem frio, impiedoso, vingativo, implacável, desumano, calculista, ressentido, cruel, frustrado, sem grandeza, sem nobreza,

Ampla passou a criticar fortemente o governo Costa e Silva. Contudo, a Frente Ampla não conseguia encorpar-se, sobretudo porque a maioria dos emedebistas desconfiava que Lacerda estivesse usando o movimento para fortalecer a sua candidatura à presidência da República.

No dia 4 de setembro de 1967, houve uma grande reunião da Frente Ampla na residência de Renato Archer, que contou com a presença de Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek (que voltou do autoexílio em abril de 1967), Mário Covas (líder do MDB na Câmara dos Deputados), entre outros. Dentre as resoluções desta reunião destacam-se: a) abandono da ideia inicial, lançada em Lisboa, sobre a formação de um terceiro partido; b) a não cogitação em se lançar, pelo menos naquele momento, qualquer candidatura à presidência da República; c) a oficialização de Renato Archer como Secretário Geral da Frente Ampla; d) os juristas Barbosa Lima Sobrinho e Nestor Duarte Guimarães foram indicados para formar uma comissão para a elaboração de um programa para o movimento; e) buscar arregimentar lideranças politicas e intelectuais nos estados; f) consolidação das entradas de João Goulart e Jânio Quadros no movimento (DELGADO, 2013, p. 170-171).

Juscelino se encontrou com Jânio Quadros no dia 6 de setembro em São Paulo, porém Jânio reafirmou a sua posição de não participar de uma composição com Lacerda. Por sua vez, Jango ingressou oficialmente na Frente Ampla após reunir-se com Lacerda em Montevidéu[129].

---

seco por dentro e por fora, com um coração que era um verdadeiro deserto do Saara". Os militares consideraram o artigo de Hélio Fernandes uma ofensa à memória de Castelo Branco e o ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, o condenou à prisão e ao desterro na ilha de Fernando de Noronha, onde ficou confinado por cerca de dois meses (SKIDMORE, 1988, p. 149).

[129] Entre janeiro e setembro de 1967, João Goulart recebeu vários emissários (dentre eles, Doutel de Andrade e Renato Archer). Porém aconselhado por Darcy Ribeiro e pressionado por Leonel Brizola, Jango tendeu a não receber Lacerda. A situação modificou-se a partir da intermediação realizada pelo ex-petebista José Gomes Talarico, que convenceu Jango a receber Lacerda. Dessa forma, em setembro, participaram das conversações em Montevi-

Esse encontro resultou na divulgação, em 25 de setembro de 1967, do Pacto de Montevidéu.

O Pacto de Montevidéu foi duramente criticado por Leonel Brizola, Jânio Quadros, pela família Vargas e teve forte repercussão negativa entre os parlamentares arenistas[130] e entre os setores militares. Por outro lado, é inegável que a entrada efetiva de João Goulart na Frente Ampla revigorou o movimento, impulsionando a adesão dos trabalhistas. Embora o senador Oscar Passos (presidente nacional do MDB e maior crítico da Frente Ampla fora da ARENA) oferecesse resistência, a Executiva nacional do MDB, embora não declarasse apoio oficial à Frente Ampla, liberou o ingresso dos membros do partido ao movimento.

No Rio Grande do Sul, a Frente Ampla foi liderada pelo deputado federal José Mariano de Freitas Beck (MDB), o deputado estadual Rubens Machado Lang (MDB) e o sindicalista José Vecchio. Porém, o diretório estadual do MDB estava dividido quanto ao apoio ou não ao movimento, que contou com a adesão oficial dos deputados federais Henrique Henkin e Matheus José Schmidt Filho e do deputado estadual Mozart Bianchi Rocha. Por sua vez, na ARENA sul-rio-grandense, que foi uma forte opositora do movimento, apenas o deputado federal Alcides Flores Soares Júnior, vinculado a Carlos Lacerda, aderiu à Frente Ampla (Cf. DELGADO, 2013).

Entre os meses de novembro de 1967 e fevereiro de 1968, Lacerda foi constantemente convidado por instituições de ensino, associações profissionais e Câmaras Municipais de diversos esta-

---

déu Jango, Lacerda, Renato Archer, José Gomes Talarico, Amaury de Oliveira e Silva, entre outros. Não participaram do encontro Darcy Ribeiro (que foi convidado, mas se recusou a participar) e Brizola, que não foi convidado para a reunião. Posteriormente, Brizola criticaria Lacerda, Jango e a Frente Ampla (Cf. DELGADO, 2013, p. 175-178).

[130] Por exemplo, o senador Daniel Krieger, presidente nacional da ARENA, em discurso no Senado, referiu-se à Frente Ampla como um movimento tipicamente subversivo e negativista (DELGADO, 2013, p. 189).

dos para realizar conferências divulgando a Frente Ampla, no qual geralmente criticava o governo (DELGADO, 2013, p. 197). Em março de 1968, a Frente Ampla realizou os primeiros comícios, nas cidades de São Caetano do Sul/SP (no dia 23) e em Maringá/PR (no dia 30).

Contudo, o final do mês de março de 1968 também seria marcado com a eclosão de uma série de protestos estudantis em todo o país, catalisados pela morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, baleado pela polícia durante uma manifestação no Rio de Janeiro no dia 28. Dois dias depois, o governo Costa e Silva proibiu as manifestações estudantis, inclusive autorizando a repressão[131]. Porém, os estudantes foram às ruas em todo o país protestar, sendo reprimidos violentamente. No dia 2 de abril, Lacerda divulgou um manifesto, apoiando o movimento estudantil e criticando a violência policial[132].

No dia 4 de abril, o público que compareceu à missa de sétimo dia de Edson Luís, na Igreja da Candelária, foi violentamente espancado pela polícia nas ruas do Rio de Janeiro. Temendo que as manifestações estudantis pudesse se somar à Frente Ampla, as pressões dos ministros militares, receosos de um possível crescimento do movimento, levaram a ditadura a tomar uma atitude. Assim, no dia 5 de abril de 1968, o ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, publicou a portaria nº 177, proibindo qualquer manifestação da Frente Ampla. Desse modo, qualquer manifestação pública, declarações, entrevistas ou publicações em nome da Frente Ampla seriam consideradas ilegais e os responsáveis seriam presos e responderiam a inquéritos baseados na Lei de Segurança Nacional.

Márcio de Paiva Delgado (2013, p. 202-203) observa que, nas semanas seguintes, políticos frentistas – como Renato Archer, Oswaldo Lima Filho (deputado federal pelo MDB/PE), Hermano

[131] Cf. *Gazeta do Povo*, 31 mar. 1968, p. 1.

[132] Cf. *Gazeta do Povo*, 3 abr. 1968, p. 3.

Alves (deputado federal pelo MDB/GB), Mário Covas e Josaphat Marinho (senador pelo MDB/BA) – defenderam a Frente Ampla por meio da imprensa e de discursos parlamentares, enquanto juristas e jornalistas criticaram a ilegalidade da portaria. Por sua vez, Carlos Lacerda, no dia 20 de abril, partiu para uma viagem a Europa que duraria mais de dois meses.

Conforme veremos a seguir, muitos integrantes da Frente Ampla foram cassados pelo AI-5, como Carlos Lacerda, Renato Archer, Mário Covas e os sul-rio-grandenses José Mariano de Freitas Beck, Rubens Machado Lang, Henrique Henkin, Matheus José Schmidt Filho, Mozart Bianchi Rocha, Alcides Flores Soares Júnior, entre outros.

2.7. As manifestações contra a ditadura e o agravamento da crise política e militar em 1968

A partir do final de 1967, capitaneado pela Frente Ampla, a oposição ao governo Costa e Silva começou a ganhar volume. Porém, a proibição da Frente Ampla, em abril de 1968, não estacou o crescente movimento oposicionista à ditadura militar durante o ano de 1968, caracterizado pela intensificação do movimento estudantil, pela eclosão de movimentos grevistas e pelas críticas de setores da Igreja e de parlamentares emedebistas. A crise política foi ainda agravada com a crise interna da ARENA nacional e com a insatisfação dos militares da "linha dura", cujas expectativas se viram frustradas diante da postura adotada até então pelo general-presidente Costa e Silva, considerada por eles como moderada frente ao crescimento do movimento oposicionista.

O movimento estudantil, que desde 1965 realizava protestos contra a ditadura militar, passou para o enfrentamento a partir do assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto, em 28 de mar-

ço de 1968, no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. A morte do jovem estudante secundarista – de origem humilde, que veio do Pará para estudar no Rio de Janeiro e que havia completado 18 anos em fevereiro –, cujo corpo foi levado pelos estudantes à Assembleia Legislativa estadual, onde foi velado, teve ampla repercussão nacional, comovendo grande parte da opinião pública. Portanto, a morte de Edson Luís foi o estopim para a explosão das tensões entre os estudantes e a polícia, amplificando as críticas e as manifestações do movimento estudantil contra a ditadura[133]. No dia seguinte ao assassinato eclodiram manifestações e greves estudantis em todo o país. Segundo Maria Ribeiro do Valle (2008, p. 48), o enterro de Edson Luís foi a maior mobilização popular após o golpe de 1964, concentrando mais de 50 mil pessoas.

Por outro lado, desde o final de março de 1968, o país passou a viver sob a iminente ameaça da decretação do Estado de sítio e de fechamento do regime. De acordo com o jornalista Carlos Castelo Branco (1978, p. 329), o ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, possuía um esboço de um ato institucional e de um decreto de Estado de sítio e tentava convencer Costa e Silva a adotá-los. O ministro Gama e Silva era considerado um aliado dos militares da "linha dura" e exercia pressão para que Costa e Silva fechasse o regime.

No dia 30 de março, o governo Costa e Silva proibiu as manifestações estudantis, inclusive autorizando a repressão. Contudo, os estudantes continuaram indo às ruas em todo o país protestar, sendo reprimidos com violência. Dessa forma, o público que compareceu, no dia 4 de abril, à missa de sétimo dia de Edson Luís,

[133] Em Passo Fundo também ocorreram manifestações estudantis durante o ano de 1968. As principais lideranças estudantis em Passo Fundo no período foram os secundaristas Solon Viola e João Carlos Bona Garcia (respectivamente, presidente e vice-presidente da União Passo-fundense de Estudantes – UPE) e os universitários Ivaldino Antônio Tasca e Argeu Rigo Santarém. Mais detalhes sobre o movimento estudantil em Passo Fundo em 1968, ver os trabalhos de Hérica de Matos Frandoloso (2019).

na Igreja da Candelária, foi violentamente espancado pela polícia militar carioca.

No dia 5 de abril de 1968, conforme abordamos anteriormente, o governo proibiu qualquer atividade da Frente Ampla por meio da portaria nº 177, temendo que a oposição civil se unisse ao movimento estudantil. No entanto, no mês de abril as manifestações estudantis continuaram nas principais cidades do país, enquanto o movimento operário, mesmo duramente reprimido e controlado desde o golpe de 1964, surpreendeu o regime com a eclosão da primeira greve decretada no período ditatorial: no dia 16 de abril de 1968, os metalúrgicos de Contagem/MG paralisaram suas atividades contra o arrocho salarial, reivindicando reajuste salarial de 25%. Ameaçados pelo ministro do Trabalho, o coronel Jarbas Passarinho, de demissões sumárias e de processos pela Lei de Segurança Nacional, o movimento grevista terminou no dia 26 de abril[134] com um resultado positivo aos trabalhadores, que conquistaram um aumento salarial de 10% (Cf. ANTUNES; RIDENTI, 2007).

No Congresso Nacional o clima de inquietação era evidente não apenas nos discursos da oposição e nas suas tentativas de obstruir os projetos do governo, mas também na emergência de dissidências na ARENA (KINZO, 1988, p. 115). Em maio de 1968, esteve em pauta na Câmara dos Deputados a votação do projeto das sublegendas, um dos projetos mais importantes e discutidos nesse período. O MDB era totalmente contrário ao projeto e procurou abster-se de discuti-lo e votá-lo, pois o mesmo reduzia consideravelmente as suas chances de vitórias em eleições majoritárias. No início de junho de 1968, após a aprovação da lei da sublegenda no Congresso, a Executiva nacional do MDB divulgou um manifesto denunciando o cerco do governo contra a oposição.

Por sua vez, na ARENA, em virtude das divergências internas e

[134] http://memorialdademocracia.com.br/card/greve-de-contagem-fura-o-arrocho-salarial. Acesso em 25-10-2018.

das dificuldades nas relações entre o partido e o governo Costa e Silva, o senador Daniel Krieger, no final de maio de 1968, renunciou à presidência nacional do partido. Entretanto, durante a II Convenção Nacional da ARENA, realizada nos dias 26 e 27 de junho de 1968, em Brasília, Daniel Krieger retornou à presidência da ARENA após conversações com o general-presidente Costa e Silva[135].

Em maio de 1968, prosseguiram as manifestações estudantis nas principais cidades do país. No contexto das revoltas estudantis parisienses de maio de 1968, o movimento estudantil no Brasil ganhou um novo impulso e as manifestações ganharam amplitude em junho. Os dias 19, 20 e 21 de junho foram marcados pelos violentos confrontos entre estudantes e populares contra a polícia e agentes do DOPS nas ruas do Rio de Janeiro. Assim, o dia 21 de junho de 1968 ficou conhecido como a "Sexta-Feira Sangrenta", com o saldo de inúmeros mortos, centenas de feridos e de presos.

No Rio de Janeiro, os estudantes programaram voltar às ruas no dia 26 de junho, exigindo a libertação dos colegas presos e protestando contra a repressão policial. Contando com a solidariedade e a adesão de vários setores da sociedade civil – mães de estudantes, artistas, professores, intelectuais, jornalistas, populares, advogados pela OAB e membros da Igreja, a Passeata dos Cem Mil – conforme ficou conhecida – ocorreu pacificamente e sem a presença da polícia (VALLE, 2008, p. 122-123).

No final de junho e início de julho ocorreram algumas passeatas estudantis no país – como no dia 4 de julho, a última grande passeata estudantil no Rio de Janeiro sem incidentes com a polícia. No entanto, no dia 5 de julho, o ministro da Justiça, Gama e Silva, decretou a proibição de qualquer tipo de manifestação no país, que vivia novamente a iminência da decretação do Estado de sítio. Contudo, no dia 16 de julho, eclodiu um segundo movimento

[135] Mais detalhes, ver o trabalho de Lucia Grinberg (2009, p. 118-123).

grevista: a greve dos metalúrgicos de Osasco/SP, liderada por José Ibrahim, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos. No entanto, o movimento durou apenas três dias, pois houve a intervenção do Exército, que prendeu mais de 400 grevistas[136]. Portanto, a greve de Osasco teve um resultado diferente da greve de Contagem, pois a ditadura militar, decidida em não fazer mais nenhuma concessão aos trabalhadores, reprimiu duramente o movimento paredista (ANTUNES; RIDENTI, 2007, p. 85).

Com as passeatas expressamente proibidas, as manifestações estudantis diminuíram em julho. Porém, após a prisão do líder estudantil Vladimir Palmeira (presidente da União Metropolitana dos Estudantes e um dos líderes da Passeata dos Cem Mil) no início de agosto, as manifestações estudantis retornaram novamente no Rio de Janeiro e em outras cidades do país, apesar da forte repressão. Uma das principais reivindicações dos estudantes era a libertação dos seus colegas presos. Ao mesmo tempo, o Congresso discutia uma lei de anistia (de autoria do deputado Paulo Macarini, do MDB/SC) a todos os estudantes e operários presos durante as manifestações ocorridas a partir da morte de Edson Luís. No entanto, a anistia foi negada no Congresso no dia 20 de agosto, embora tenha contado com o apoio de 35 deputados da ARENA, o que desagradou o governo e setores militares.

Em agosto de 1968, as manifestações estudantis e a repressão policial continuaram, tendo como exemplo maior a violenta ocupação militar da Universidade de Brasília (UnB), no dia 29 de agosto, que resultou em um estudante baleado na cabeça, inúmeros feridos, dezenas de prisões e, inclusive, agressões físicas a parlamentares emedebistas que tentavam apaziguar a situação.

No Congresso, o deputado Márcio Moreira Alves (MDB/GB), indignado com as violências cometidas durante a invasão da UnB,

---

136 http://memorialdademocracia.com.br/card/exercito-reprime-a-greve-de-osasco#-card-72. Acesso em 25-10-2018.

fez um discurso, no dia 2 de setembro, no qual criticou o Exército e os abusos praticados pelos órgãos de segurança. O deputado, que era jornalista e autor do livro *Torturas e torturados*[137], solicitou que os estudantes boicotassem o desfile do dia 7 de setembro e que as moças boicotassem os jovens oficiais. Além disso, em seu discurso, Márcio Moreira Alves chamou os policiais de bando de facínoras e fez referência ao Exército como um valhacouto de torturadores (MOTTA, 2018, p. 201). Entretanto, os ministros militares das três Armas, no dia 13 de setembro de 1968, consideraram o discurso ofensivo às Forças Armadas e exigiram que os deputados Márcio Moreira Alves e Hermano Alves (MDB/GB) – acusado de ter publicado artigos, no jornal carioca *Correio da Manhã,* também considerados difamatórios às Forças Armadas – fossem processados na Lei de Segurança Nacional. Aliás, convém ressaltar que os deputados Márcio Moreira Alves e Hermano Alves integravam o grupo do MDB que ficou conhecido como "imaturos", formado por jovens parlamentares de primeiro mandato que, embora pequeno numericamente, se distinguiam pela incisiva retórica crítica ao regime (KINZO, 1988, p. 108). Desse modo, a partir de setembro de 1968, o governo passou a pressionar a Câmara dos Deputados para conceder a licença – conforme previa a Constituição de 1967 – para processar os deputados emedebistas, dando início a uma crise entre os poderes Executivo e Legislativo.

Em setembro prosseguiram as manifestações estudantis em várias cidades do país. Contudo, em outubro houve outros episódios marcantes na história do movimento estudantil, como a "batalha da rua Maria Antônia": no dia 2 de outubro, em São Paulo, ocorreu um confronto entre os estudantes da Faculdade de Filosofia da USP e os estudantes da Mackenzie ligados ao Comando de Caça

[137] Publicado em 1966, o livro referia-se às torturas sofridas pelos presos políticos a partir de 1964, causando a reação dos oficiais militares, que determinaram a sua apreensão e proibição.

aos Comunistas (CCC)[138], que culminou na morte do estudante secundarista José Guimarães, vitimado por um tiro. Os estudantes de Filosofia da USP acusaram a polícia, que estava no meio dos estudantes da Mackenzie (Cf. VALLE, 2008, p. 180-200).

A morte do estudante José Guimarães gerou protestos estudantis em várias cidades do Brasil. No dia 8 de outubro, a passeata de protesto organizada por parte dos estudantes da USP para "denunciar mais um crime da ditadura" foi reprimida com violência pela polícia, enquanto na rua Maria Antônia ocorreram confrontos entre os estudantes de Filosofia da USP e a "tropa de choque" da Mackenzie, ligada ao CCC, que contava com o apoio da Guarda Civil. O confronto resultou na ocupação policial e na destruição do prédio da Faculdade de Filosofia da USP (Cf. VALLE, 2008, p. 180-200).

Outro episódio marcante na história do movimento estudantil foi a realização do XXX Congresso da UNE, em Ibiúna/SP, no dia 11 de outubro. Porém, o encontro clandestino foi descoberto pela polícia e todos os estudantes (aproximadamente 920) foram presos[139], incluindo os principais líderes do movimento estudantil, como Luís Travassos (presidente da UNE), Vladimir Palmeira (que em setembro foi solto por um *habeas corpus*), José Dirceu, entre outros (Cf. VALLE, 2008). As prisões dos estudantes e dos principais líderes estudantis fomentaram uma nova série de protestos estudantis em todo o país.

---

[138] O CCC foi uma organização ou grupo paramilitar de extrema-direita criado no início da década de 1960 em São Paulo. No final da década de 1960 foram criados CCCs em todo o país. O CCC foi formado majoritariamente por civis (inclusive estudantes), atuando de forma auxiliar ao aparato repressivo da ditadura. As características das ações do CCC variaram de pichações, atentados à bomba, destruições, ameaças, sequestros e até assassinatos. Em 1968, a revista *O Cruzeiro* realizou uma entrevista com alguns membros do CCC. Mais detalhes sobre o CCC, ver o trabalho de Clarissa Brasil (2010).

[139] Foram presos no Congresso de Ibiúna cinco estudantes universitários de Passo Fundo: Argeu Rigo Santarém, Ivaldino Antônio Tasca, Carlos Alceu Machado, Vera Zulma Strazullas e Gilberto Borges. Os estudantes ficaram cinco dias detidos e tiveram seus nomes fichados no DOPS. Cf. *Diário da Manhã*, 18 out. 1968, p. 1; *O Nacional*, 19 out. 1968, p. 6; *Diário da Manhã*, 20 out. 1968, p. 6.

Nesse contexto de protestos contra as prisões de Ibiúna ocorreu, no dia 22 de outubro, o "Dia Estadual do Protesto" no Rio de Janeiro e em São Paulo, que foram violentamente reprimidos. Durante as manifestações no Rio de Janeiro, o estudante de medicina Luiz Paulo Cruz Nunes foi morto com um tiro na cabeça disparado pelas forças policiais da Guanabara, em frente ao Hospital das Clínicas (Cf. VALLE, 2008). No dia seguinte ocorreram protestos no Rio de Janeiro pelo assassinato de mais um estudante, porém, mais uma vez, a repressão à manifestação foi violenta.

Outro episódio que teve ampla repercussão politica foi a crise na Força Aérea Brasileira (FAB) em virtude das denúncias do "Caso Para-Sar". No dia 1º de outubro, o deputado federal Maurílio Ferreira Lima (MDB/PE) denunciou, na Câmara dos Deputados, um plano liderado pelo brigadeiro João Paulo Burnier, que consistia em detonar uma série bombas em prédios públicos no Rio de Janeiro, causando um grande número de vítimas. A intenção era atribuir os atentados às organizações de esquerda para justificar o fechamento do regime e legitimar a repressão (e mesmo o extermínio) aos "comunistas" (isto é, não somente os militantes de esquerda, mas a todos os oposicionistas do regime), assim como aproveitar o clima de terror no país para sequestrar e assassinar lideranças políticas (como Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek, líderes da Frente Ampla), estudantis e demais opositores (civis e militares) do governo, que seriam jogados no mar. Para realizar o plano pretendia-se utilizar os oficiais do Para-Sar, grupo de elite da Aeronáutica especializado em busca e salvamento. Os contatos entre o brigadeiro Burnier e os integrantes do Para-Sar teriam ocorrido em junho de 1968. Porém, o capitão Sérgio Miranda de Carvalho (conhecido como "Sérgio Macaco") denunciou o plano aos oficiais superiores da Aeronáutica, que abriram uma sindicância para apurar os fatos. A sindicância, conduzida pelo brigadeiro Itamar Rocha, concluiu os trabalhos no final de setembro, confirmando a denúncia do capitão

Sérgio. Porém, após levar o caso ao ministro da Aeronáutica (o brigadeiro Márcio de Souza e Mello), o brigadeiro Itamar Rocha foi punido e a versão do brigadeiro Burnier, negando o caso, prevaleceu (Cf. GASPARI, 2002, p. 291-293; 302-304; 318-321).

Evitando aqui utilizar uma versão da "teoria dos dois demônios[140]", verifica-se que em 1968 ocorreram processos de radicalizações por parte de grupos da extrema-esquerda (com o surgimento de organizações que defendiam a luta armada contra a ditadura[141]) e da extrema-direita, seja civil (como o CCC) ou militar (vinculados à "linha dura"). Nesse sentido, vale ressaltar que em 1968 ocorreram inúmeras explosões e atentados a bombas, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em março de 1968, o atentado ao Consulado dos Estados Unidos em São Paulo foi assumido pela Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighella. (NAPOLITANO, 2014, p. 92). Porém, convém ressaltar que tam-

[140] De origem argentina, a "teoria dos dois demônios", segundo Carlos Demasi (2004, p. 67), é uma ferramenta conceitual utilizada para explicar como a sociedade foi vítima de um conflito entre duas forças opostas: a guerrilha e as Forças Armadas, cujo desfecho inevitável foi o golpe de Estado.

[141] Após o golpe de 1964 surgiram algumas organizações de extrema-esquerda que passaram a defender a luta armada contra a ditadura. Entre as principais organizações que tiveram atuação antes do AI-5 estão: a) Aliança Libertadora Nacional (ALN): criada em 1968 e liderada por Carlos Marighella, dissidente do PCB. b) Movimento Nacional Revolucionário (MNR): movimento organizado a partir de 1966 por intelectuais e militares expurgados, que contava com o apoio de Leonel Brizola, exilado no Uruguai. O MNR procurou organizar uma guerrilha na serra do Caparaó (1966-1967), mas foi desarticulado pelo Exército. Posteriormente, alguns dos seus membros fundaram a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). c) Vanguarda Popular Revolucionária (VPR): criada em 1968 por ex-integrantes do MNR e por dissidentes da Política Operária (POLOP), a VPR contou com a adesão de estudantes e ex-militares, como o capitão Carlos Lamarca, que, em janeiro de 1969, desertou do Exército e ingressou no grupo. Em meados de 1969, a VPR se fundiu com o Comando de Libertação Nacional (Colina), dando origem à Vanguarda Armanda Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares). No entanto, em virtude de divergências internas, a maioria dos seus integrantes se afastaram da VAR-Palmares e retomaram à sigla da VPR d) Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR): criado em 1968 por dissidentes do PCB, suas primeiras ações foram assaltos a bancos para obtenção de fundos. e) Partido Comunista do Brasil (PCdoB): partido de orientação maoísta criado no início da década de 1960 por dissidentes do PCB que, a partir de 1967, procurou organizar núcleos de guerrilhas na região do Araguaia, no sul do Pará. Mais detalhes, ver ROLLEMBERG (2003) e RIDENTI (1993 e 2007).

bém houve atentados que foram praticados por grupos de militares da extrema-direita[142] (autodenominado de "terrorismo branco"), cujo objetivo era atribuí-los às "organizações terroristas de esquerda" para pressionar o general-presidente Costa e Silva ao fechamento do regime. (Cf. GASPARI, 2002, p. 301-302 e 309-314).

Apesar da repressão e da violência policial empreendida contra as manifestações estudantis, havia setores militares da "linha dura" que criticavam as "ações moderadas" do general-presidente Costa e Silva diante do crescimento do movimento oposicionista, tanto no Congresso como na sociedade civil (KINZO, 1988, p. 114). Diante da intensificação das ações dos movimentos oposicionistas, Costa e Silva era pressionado pelos militares da "linha dura" – e seus aliados civis – para adotar uma posição mais forte no sentido de conter a "subversão social e política que ameaçava a Revolução". Tais grupos desejavam novos instrumentos de exceção para reprimir os movimentos sociais, estudantis e oposicionistas e completar a "limpeza" iniciada em 1964 (MOTTA, 2018, p. 208).

O processo contra o deputado Márcio Moreira Alves tramitou quase dois meses no Judiciário, chegando à Câmara no dia 19 de novembro de 1968. Porém, o governo tinha fortes indícios de que encontraria grande resistência, inclusive da própria ARENA, para obter a permissão para processar o deputado, uma vez que tal permissão representaria um precedente perigoso contra o próprio Congresso (KINZO, 1988, p. 116-117). Afinal, o que estava em jogo era o princípio da inviolabilidade do mandato parlamentar.

Por sua vez, o MDB recorreu à obstrução como estratégia para protelar a decisão para o ano seguinte, uma vez que o Congresso entraria em recesso no início de dezembro. O MDB espera-

[142] Acerca dos atentados praticados por grupos de extrema-direita, ver o trabalho de José Argolo, Kátia Ribeiro e Luiz Alberto Fortunato (1996). Ver também a ação de Aladino Félix, responsável por vários atentados terroristas praticados por extremistas de direita em São Paulo, em 1968, na dissertação de Cláudio Suenaga (1999).

va que com o longo recesso parlamentar de verão ganharia tempo para esfriar a temperatura superaquecida que a crise política havia atingido. No entanto, em virtude das pressões exercidas pelos setores militares da "linha dura", Costa e Silva decidiu convocar o Congresso em sessão extraordinária para votar o pedido contra Márcio Moreira Alves (KINZO, 1988, p. 117). Porém, no dia 12 de dezembro de 1968, o Congresso negou o pedido para processar Márcio Moreira Alves: foram 216 votos contra o pedido, 141 a favor e 12 votos em branco. Entre os votos contrários, 122 eram do MDB e 94 da ARENA. Além disso, 35 deputados arenistas não compareceram à votação, assim como quatro deputados do MDB (GRINBERG, 2009, p. 125).

Derrotado no Congresso, pressionado nos quarteis e criticado pelos oposicionistas, Costa e Silva decidiu agir, convocando, no dia 13 de dezembro, o Conselho de Segurança Nacional (NAPOLITANO, 2014, p. 94). A reunião, que contou com a presença do general-presidente Costa e Silva, do vice-presidente Pedro Aleixo e mais 22 membros do governo[143], foi batizada como "a missa negra", pois dela resultou a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), de autoria do ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva. O principal argumento para a promulgação do Ato foi a "subversão social e política" (isto é, o crescente movimento de oposição ao regime durante praticamente todo o ano de 1968, com a intensificação do movimento estudantil, os movimentos grevistas, as críticas de setores da Igreja e de parlamentares emedebistas) que ameaçava a "Revolução". A derrota do governo no caso Márcio Moreira Alves foi apenas o pretexto que faltava para o aprofundamento da ditadura.

De acordo com Marcos Napolitano (2014, p. 94), a promulgação do AI-5 deve-se não exclusivamente à pressão exercida pelos militares da "linha dura", mas principalmente pela leitura conver-

[143] Participaram da reunião todos os ministros de Estado e chefes militares.

gente que os vários grupos militares fizeram das mobilizações sociais, estudantis e da crise politica de 1968, interpretadas como "perigosos elementos de desestabilização da 'revolução'", "comprometida por processos subversivos e de guerra revolucionária" em marcha (CODATO, 2004, p. 28). Em outras palavras, o AI-5 foi mais o produto da união do que da desunião militar[144], visando a revigorar a "revolução" contra uma suposta ameaça de "insurreição subversiva e comunista", em uma "ofensiva imaginada como uma espécie de retorno às fontes originais de 1964, tendo em vista também unificar as Forças Armadas na defesa do regime" (MOTTA, 2018, p. 211).

2.8. A eleição municipal de 1968 em Passo Fundo

Em 1967, por meio do Ato Complementar 37 (AC-37), de 14 de março, os mandatos dos prefeitos municipais e dos vereadores foram prorrogados por mais um ano, isto é, até 31 de janeiro de 1969. Dessa forma, as eleições municipais que ocorreriam em 1967 em várias cidades do país (incluindo Passo Fundo) foram adiadas para 1968.

Posteriormente, uma nova lei (Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968) instituiu que os municípios considerados áreas de interesse da Segurança Nacional (municípios localizados em regiões de fronteira com outros países ou em áreas estratégicas) passariam a ter os seus prefeitos nomeados pelos governadores. Portanto, as capitais dos estados, os municípios considerados como estâncias hidrominerais e os municípios das áreas de Segurança Nacional somente

[144] O denominador comum, que permitiu a união dos vários grupos militares, era o anticomunismo. Conforme Adriano Nervo Codato (2004, p. 29), "o anticomunismo consistia, provavelmente, no elemento ideológico mais renitente da visão militar de mundo desde 1935 e funcionou, na conjuntura, como um mínimo denominador comum a todas as correntes castrenses".

teriam eleições para vereadores, pois os eleitores estavam privados de escolherem os seus prefeitos nestes municípios.

O Rio Grande do Sul foi o estado mais atingindo, com 25 munícipios sendo considerados como área de Segurança Nacional: Alecrim, Bagé, Canoas[145], Crissiumal, Dom Pedrito, Erval, Horizontina, Itaqui, Jaguarão, Osório[146], Porto Lucena, Porto Xavier, Quaraí, Rio Grande, Roque Gonzales[147], Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento, São Borja, São Nicolau, Tenente Portela, Tramandaí[148], Três Passos, Tucunduva, Tuparendi e Uruguaiana. Em suma, se incluirmos a capital – Porto Alegre –, e os dois municípios considerados como estância hidromineral – Iraí e Vicente Dutra –, no Rio Grande do Sul havia 28 municípios[149] cujos prefeitos seriam nomeados pelo governador.

Como Passo Fundo não foi incluído entre os municípios considerados áreas de Segurança Nacional, em 1968 foram realizadas eleições municipais para prefeito. Para o referido pleito, a ARENA passo-fundense, por meio da sublegenda, homologou as candidaturas do advogado e ex-vereador Justiniano Augusto de Araújo Trein (ex-PTB, ex-PTN e ex-MTR), do vereador Anildo José Sarturi e do vice-prefeito Adolfo João Floriani. Por sua vez, o MDB passo-fundense também concorreu com três candidatos: o médico e ex-deputado César José dos Santos (ex-presidente do diretório do

---

145 Canoas foi incluída na Lei nº 5.449/1968 e declarada município de interesse da Segurança Nacional por meio do Decreto Lei nº 435, de 24 de janeiro de 1969.

146 Osório foi incluído na Lei nº 5.449/1968 e declarado município de interesse da Segurança Nacional por meio do Decreto Lei nº 435, de 24 de janeiro de 1969.

147 Roque Gonzales foi declarado município de interesse da Segurança Nacional por meio do Decreto Lei nº 1.183, de 22 de julho de 1971.

148 Tramandaí foi incluído na Lei nº 5.449/1968 e declarado município de interesse da Segurança Nacional por meio do Decreto Lei nº 435, de 24 de janeiro de 1969.

149 Posteriormente, o município de Catuípe – onde houve eleição para prefeito em 1968 – foi também considerado como estância hidromineral. Dessa forma, o prefeito municipal de Catuípe foi nomeado em 1972 pelo governador. Porém, em 1976 ocorreu novamente a eleição para a prefeitura municipal de Catuípe, uma vez que o município deixou de ser considerado como estância hidromineral.

PTB de Passo Fundo e presidente de honra do MDB passo-fundense[150]), o ex-prefeito Wolmar Antônio Salton (ex-PTB) e o ex-vice-prefeito Sinval Bernardon (ex-PTB).

Nas eleições realizadas no dia 15 de novembro de 1968, Augusto Trein (ARENA) foi o candidato mais votado. Porém, em virtude do mecanismo da sublegenda, os três candidatos do MDB obtiveram juntos 14.037 votos, enquanto a soma dos candidatos da ARENA totalizaram 10.945 votos. Desse modo, César Santos, o candidato mais votado do MDB, elegeu-se prefeito de Passo Fundo.

Quadro 20

Eleição para prefeito em Passo Fundo (1968)

Partido	Prefeito / vice-prefeito	Número de votos
ARENA	Justiniano Augusto de Araújo Trein / Romeu Martinelli	7.839
ARENA	Anildo José Sarturi / Fidêncio Garibaldi Franciosi	2.156
ARENA	Adolfo João Floriani / Ney Vaz da Silva	950
	Total de votos da ARENA	10.945
MDB	César José dos Santos / Guaracy Barroso Marinho	5.559
MDB	Wolmar Antônio Salton / Nilo Zimermann	4.365
MDB	Sinval Bernardon / Hilário Anacleto Rebechi	4.113
	Total de votos do MDB	14.037

Fonte: DAMIAN, 2010, p. 57.

Para a Câmara de Vereadores, o MDB elegeu nove vereadores, enquanto a ARENA elegeu seis. Portanto, o MDB conquistou

[150] No final de julho de 1968, por indicação de Carlos Mader Annes (presidente do diretório municipal), César Santos foi eleito presidente de honra do diretório do MDB de Passo Fundo. Cf. *Diário da Manhã*, 28 jul. 1968, p. 6.

60% das cadeiras, garantindo ao prefeito Cesar Santos a maioria no legislativo municipal. O vereador mais votado foi o emedebista Antonio Augusto Meirelles Duarte.

Quadro 21

Relação de vereadores eleitos em Passo Fundo em 1968

Partido	Relação de vereadores eleitos (em ordem de votação)
MDB	Antonio Augusto Meirelles Duarte: jornalista e radialista. Em 1968, foi reeleito para a segunda legislatura (eleito em 1963 pelo PTB e em 1968 pelo MDB). Nasceu em 1934, em Passo Fundo.
	Ernesto Félix Scortegagna: técnico contábil e comerciante. Em 1968, foi reeleito para a terceira legislatura (eleito em 1959 e 1963 pelo PTB e em 1968 pelo MDB). Nasceu em 1926, em Passo Fundo. Durante a legislatura, foi presidente da Câmara Municipal de Vereadores (1971-1973).
	Delmo Alves Xavier: funcionário público municipal e empresário. Em 1968, foi reeleito para a segunda legislatura (eleito em 1963 pelo PTB e em 1968 pelo MDB). Nasceu em 1927, em Passo Fundo. Durante a legislatura, foi presidente da Câmara Municipal de Vereadores (1969-1971).
	Odilon Soares de Lima: funcionário público municipal. Em 1968, foi reeleito para a terceira legislatura (eleito em 1959 e 1963 pelo PTB e em 1968 pelo MDB). Nasceu em 1924, em Vacaria/RS.
	Thereza Zulmira Araújo Almeida: professora estadual, formada em Pedagogia. Nasceu em 1929, em Santiago/RS.
	Centenário Índio Brasileiro do Amaral: bancário e contabilista. Em 1968, foi reeleito para a terceira legislatura (eleito em 1955 e 1959 pelo PSP e em 1968 pelo MDB). Nasceu em 1922, em Passo Fundo. Renunciou ao mandato em março de 1971, pois havia fixado residência no estado do Mato Grosso.
	Jorge Alberto Pilar Bandarra: advogado. Nasceu em 1934, em Canguçu/RS.
	Noé Pereira Machado: advogado. Nasceu em 1931, em Alegrete/RS.
	Leopoldino Rosa: radialista. Nasceu em 1935, em Passo Fundo.

Partido	Relação de vereadores eleitos (em ordem de votação)
MDB: suplente efetivado	Wilson Corrêa Garay: funcionário público municipal e advogado. Suplente efetivado em março de 1971, após a renúncia de Centenário Índio Brasileiro do Amaral. Anteriormente havia sido eleito vereador em 1955, 1959 e 1963 pelo PTB. Nasceu em 1930, em Passo Fundo.
ARENA	Ivo Biazus: funcionário público municipal e comerciante. Em 1968, foi reeleito para a segunda legislatura (eleito em 1963 pelo PSD e em 1968 pela ARENA). Nasceu em 1921, em São Francisco de Paula/RS.
	Paulo Roberto Sandri Pires: jornalista, advogado e procurador do Estado. Nasceu em 1940, em Passo Fundo.
	Victor Hugo Lacerda: economista e professor. Em 1968, foi reeleito para a segunda legislatura (eleito em 1963 pelo PL e em 1968 pela ARENA). Nasceu em 1937, em Lagoa Vermelha/RS.
	Rodolpho Rodrigues de Lara: empresário. Em 1968, foi reeleito para a terceira legislatura (eleito em 1959 pelo PTB, em 1963 pelo MTR e em 1968 pela ARENA). Nasceu em 1916, em Passo Fundo.
	Linda do Brasil Degrazia Sarturi: advogada. Esposa do vereador e candidato a prefeito Anildo Sarturi. Nasceu em 1931, em Itaqui/RS.
	Caxiense Gayer: delegado de polícia, bacharel em Direito. Nasceu em 1931, em Caxias do Sul/RS.

Fonte: DAMIAN, 2010, p. 57-58; CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO, 1988.

Contudo, convém ressaltar que, pela primeira vez, duas mulheres foram eleitas à Câmara municipal[151]: a professora Thereza Zulmira Araújo Almeida (MDB) e a advogada Linda do Brasil Degrazia Sarturi (ARENA), esposa de Anildo Sarturi. Ademais, observa-se que ocorreu uma significativa renovação na Câmara municipal de Passo Fundo em 1968, uma vez que sete (46,7%) vereadores foram eleitos pela primeira vez. Entre os vereadores estreantes, quatro eram do MDB e três da ARENA.

[151] A primeira mulher a atuar como vereadora em Passo Fundo foi a professora Olga Adélia Poletto, eleita suplente pelo PL em 1955 e convocada temporariamente durante a legislatura 1956-1959.

2.9. O AI-5 e as cassações de parlamentares sul-rio-grandenses

Após a derrota no caso Márcio Moreira Alves, o general-presidente Costa e Silva convocou, no dia 13 de dezembro de 1968, o Conselho de Segurança Nacional, porém a decisão pela decretação do Ato Institucional nº 5 já estava tomada. Em reunião preliminar, às 11h, Costa e Silva se reuniu com os três ministros militares, o ministro da Justiça, Gama e Silva (que se encarregou de elaborar dois atos institucionais), e os chefes do Gabinete Militar e do Serviço Nacional de Informação. Na reunião, Gama e Silva apresentou um Ato mais radical, propondo o fechamento definitivo do Legislativo e o recesso do Supremo Tribunal Federal. O Ato apresentado era tão radical que foi desaconselhado pelo general Lyra Tavares, ministro do Exército. Diante dessa situação, Gama e Silva tirou da pasta o rascunho de outro Ato, menos drástico (VENTURA, 2008, p. 238-239). Segundo Zuenir Ventura (2008, p. 239):

> A reunião não ofereceu surpresas. Costa e Silva levara anotações das medidas a serem tomadas e, no final, pediu ao ministro da Justiça e ao deputado Rondon Pacheco [Chefe da Casa Civil] que transformassem o esboço no que viria a ser o Ato Institucional nº 5. Mas, antes, por sugestão de Rondon, mandou chamar os ministros do Planejamento [Hélio Beltrão] e da Fazenda [Delfim Netto] para saber se a medida provocaria repercussões negativas na política econômico-financeira do governo. Jayme Portella [Chefe do Gabinete Militar], o emissário da convocação, relata: "Os ministros Hélio Beltrão e Delfim Netto declararam que nada a afetava, podendo ser o ato editado tranquilamente".
> Logo depois da reunião preliminar, às 13h, o presidente autorizou que as decisões ali tomadas fossem comunicadas, em "caráter sigiloso", aos escalões subordinados.

De acordo com Elio Gaspari (2002, p. 333-334), quando a reunião do Conselho de Segurança Nacional começou, às 17h, cada ministro tinha uma cópia do AI-5 em frente ao seu lugar na mesa. Ao iniciar a reunião, Costa e Silva discursou, oferecendo um decisão optativa: "ou a Revolução continua, ou a Revolução se desagrega", batendo na mesa e anunciando que a decisão estava tomada. Em seguida, Costa e Silva suspendeu a reunião por 20 minutos, para que cada ministro lesse o texto e dissesse o que pensava a respeito.

Quando a reunião foi retomada, o primeiro a ter a palavra foi o vice-presidente Pedro Aleixo, que argumentou a favor da decretação do Estado de sítio dentro do modelo constitucional. Embora o vice-presidente tenha denunciado a ditadura, em nenhum momento condenou o Ato. Em seguida, teve a palavra o ministro da Marinha, a almirante Augusto Rademaker, expoente da "linha dura" na Armada e um dos principais apoiadores do AI-5, que "discordou absolutamente" da fala de Pedro Aleixo, defendendo o Ato e o uso da repressão (Cf. GASPARI, 2002, p. 334-335).

Em seguida, tiveram a palavra o general Aurélio Lyra Tavares (ministro do Exército), José de Magalhães Pinto (ministro das Relações Exteriores), Antônio Delfim Netto (ministro da Fazenda), o coronel Mário David Andreazza (ministro dos Transportes), Ivo Arzua (ministro da Agricultura), o coronel Jarbas Gonçalves Passarinho (ministro do Trabalho), Leonel Tavares de Miranda e Albuquerque (ministro da Saúde), o brigadeiro Márcio de Souza e Mello (ministro da Aeronáutica), Paulo de Tarso de Morais Dutra (ministro da Educação e Cultura), o coronel José Costa Cavalcanti (ministro das Minas e Energia), o general Affonso Augusto de Albuquerque Lima (ministro do Interior), Hélio Marcos Penna Beltrão (ministro do Planejamento), Carlos Furtado Simas (ministro das Comunicações), o general Emílio Garrastazu Médici (Chefe do Serviço Nacional de Informações – SNI), o general Orlando Geisel

(Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas – EMFA), o almirante Adalberto de Barros Nunes (Chefe do Estado-Maior da Armada), o general Adalberto Pereira dos Santos (Chefe do Estado-Maior do Exército), o brigadeiro Carlos Alberto Huet de Oliveira Sampaio (Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica), Rondon Pacheco (Chefe da Casa Civil), o general Jayme Portella de Mello (Chefe do Gabinete Militar) e Luís Antônio da Gama e Silva (ministro da Justiça), autor do AI-5, que foi estrategicamente o último a falar, rebatendo os argumento de Pedro Aleixo e a ideia proposta por Rondon Pacheco de limitar a vigência do Ato (Cf. GASPARI, 2002, p. 335-338; VENTURA, 2008, p.240-249).

Portanto, exceto o vice-presidente Pedro Aleixo, todos votaram favoráveis ao AI-5, que acentuou ainda mais o caráter ditatorial do regime que havia iniciado em 1964, dando amplos poderes discricionários ao presidente da República por tempo ilimitado[152]. Em outras palavras, a partir do AI-5, o presidente da República passou a gozar de amplos poderes para legislar por decreto, cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos, decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por Ato Complementar, entre outras medidas autoritárias, como, por exemplo, a suspensão do *habeas corpus* em crimes políticos[153] e o julgamento de crimes políticos em tribunais militares sem direito a recurso. Composto por 12 artigos, o AI-5 representou o aprofundamento da ditadura e a amplificação do recurso à repressão (que já vinha sendo praticada e estruturada desde 1964) a qualquer movimento social e oposicionista, uma vez que se tornou um instrumento punitivo a ser utilizado a qualquer momento e contra quem

[152] O AI-5 vigorou até o final de 1978.

[153] Três meses depois da edição do AI-5 estabeleceu-se que os encarregados de inquéritos políticos podiam prender qualquer cidadão por 60 dias, dez dos quais em regime de incomunicabilidade. Em termos práticos, esses prazos destinavam-se a favorecer o trabalho dos torturadores (GASPARI, 2002, p. 341).

quer que fosse considerado inimigo do regime. Ademais, Rodrigo Patto Sá Motta (2018, p. 209) ressalta que o AI-5 também visava a enquadrar os segmentos dissidentes da elite, que se mostravam rebeldes ao poder militar, permitindo a cassação de parlamentares da ARENA, aposentar servidores públicos incômodos para o governo, como juízes que impediam a "justiça revolucionária" de agir livremente, ou professores universitários acusados de estimular a rebeldia estudantil.

No final da noite do dia 13 de dezembro, o ministro Gama e Silva anunciou, em cadeia de rádio e televisão, a decretação do AI-5 e do Ato Complementar 38 (AC-38), que decretou o recesso do Congresso por tempo indeterminado[154]. No mesmo dia teve início à série de prisões de líderes políticos (como Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek), jornalistas, intelectuais, artistas, etc[155].

No dia 14 de dezembro, o senador Daniel Krieger (presidente da Executiva nacional da ARENA) e mais 20 senadores[156] arenistas protestaram contra o AI-5 por meio de um telegrama enviado a Costa e Silva:

> Na impossibilidade de usar a tribuna parlamentar, os senadores que participam de encontro nesse instante realizado no Palácio Monroe, hoje, dia 14 de dezembro, vimos manifestar a V. Exa. a nossa discordância da solução adotada pelo poder Executivo, através do Ato Institucional nº 5. Assim procedemos porque, permanecendo fiéis aos princípios democráticos, temos a convicção de que os postulados do movimento de 31

[154] O Congresso ficou em recesso de dezembro de 1968 a outubro de 1969.

[155] Mais detalhes, ver: VENTURA, 2008.

[156] Assinaram o documento os senadores arenistas Daniel Krieger, Ney Braga, Carvalho Pinto, Milton Campos, Gilberto Marinho (presidente do Senado), Eurico Resende, Manoel Vilaça, Wilson Gonçalves, Aloísio de Carvalho Filho, Antônio Carlos Konder Reis, Mem de Sá, Rui Palmeira, Teotônio Vilela, José Cândido Ferraz, Leandro Maciel, Vitorino Freire, Arnon de Mello, Clodomir Millet, José Guiomard, Waldemar Alcântara e Júlio Leite (GRINBERG, 2009, p. 127-128).

> de março de 1964 acham-se satisfatoriamente incorporados à Constituição de 24 de janeiro de 1967, não nos parecendo justificável, portanto, um retrocesso politico de consequências imprevisíveis. Cumprindo o impostergável dever, a nós imposto pela representação popular de que estamos investidos, de assinalar as dimensões da responsabilidade assumida com a edição desse ato. Temos a certeza de que somente a prevalência do Estado de Direito assegura a estabilidade e o desenvolvimento do Brasil, hipótese em que vossa excelência poderá contar com a nossa decidida atuação. Apresentamos a V. Exa. os protestos de elevada consideração (BRAGA, 1996, p. 228).

Posteriormente, temendo represálias, alguns dos senadores signatários enviaram outro telegrama a Costa e Silva apoiando o AI-5. Porém, Daniel Krieger, que renunciaria à presidência da Executiva nacional da ARENA no início de 1969, não estava entre os signatários do novo telegrama.

No dia 20 de dezembro de 1968, o governo decretou o AC-39, que regulamentava as cassações de mandatos, aposentadorias, demissões e suspensão dos direitos políticos por 10 anos. Assim, no dia 30 de dezembro, teve início a série de cassações de mandatos e suspensão dos direitos políticos por dez anos, com a publicação das cassações de Carlos Lacerda, do desembargador Joaquim de Souza Neto (que foi aposentado) e de 11 deputados federais, sendo dois do Rio Grande do Sul: Márcio Moreira Alves (MDB/GB), Hermano Alves (MDB/GB), Renato Archer (MDB/MA), Maurílio Ferreira Lima (MDB/PE), Celso Passos (MDB/MG), David José Lerer (MDB/SP), Gastone Righ (MDB/SP), Hélio Henrique Navarro (MDB/SP), José Lurtz Sabiá (MDB/SP) e os sul-rio-grandenses Henrique Henkin (MDB/RS) e Matheus José Schmidt Filho

(MDB/RS)[157]. Convém lembrar que os 11 deputados cassados tiveram alguma ligação com a Frente Ampla (Cf. DELGADO, 2013, p. 212-216).

No dia 31 de dezembro de 1968, Costa e Silva divulgou uma *Mensagem ao povo brasileiro*, transmitida pela Agência Nacional em rede de rádio e televisão, responsabilizando, em grande parte, os parlamentares da ARENA pela decretação do AI-5, uma vez que o partido não seguia à sua orientação no Congresso (GRINBERG, 2009, p. 128). De acordo com Lucia Grinberg (2009, p. 132-133), o fato de Costa e Silva culpar a ARENA pelo AI-5 agravou a crise interna dentro do partido. O senador Daniel Krieger renunciou à presidência arenista no início de janeiro de 1969[158], argumentando que havia divergências de orientação política entre ele e o governo, agravadas pelo caso Márcio Moreira Alves. Além disso, Krieger não aceitou as críticas do presidente à atuação do partido, nem o discurso oficial de que o AI-5 era resultado da irresponsabilidade da ARENA.

Em 1969, teve reinício a série de cassações de parlamentares. Até o final de 1969 foram cassados 98 deputados federais e suplentes (67 do MDB e 31 da ARENA) e cinco senadores do MDB[159]. Portanto, o principal alvo foi o MDB, cujas cassações reduziram em cerca de 50% a sua bancada na Câmara dos Deputados. Além de senadores e deputados federais, o AI-5 também cassou inúmeros deputados estaduais, prefeitos e vereadores. Convém lembrar que os políticos cassados pelo AI-5 geralmente não tinham conhecimento sobre os motivos das punições, uma vez que os processos eram sigilosos.

---

157 Cf. *Gazeta do Povo*, 31 dez. 1968, p. 1.

158 Após a renúncia de Daniel Krieger, o senador Filinto Müller (ARENA/MT) foi designado como presidente em exercício do partido. Em março de 1969, Filinto Müller foi oficializado presidente da Executiva nacional arenista.

159 Mais detalhes, ver o trabalho de Débora B. de Azevedo e Márcio Nuno Rabat (2012).

No dia 16 de janeiro de 1969, foram cassados os senadores Aarão Steinbruch (MDB/RJ) e João Abrahão Sobrinho (MDB/GO), três ministros do Supremo Tribunal Federal, um ministro do Supremo Tribunal Militar e 33 deputados federais, entre eles Mário Covas (MDB/SP, líder da bancada emedebista na Câmara) e os sul-rio-grandenses José Mariano de Freitas Beck (MDB), Unírio Carrera Machado (MDB), Zaire Nunes Pereira (MDB) e Alcides Flores Soares Júnior (ARENA).

No dia 7 de fevereiro de 1969, foram cassados mais dois senadores[160], 30 deputados federais e, por meio do AC-47, o governo decretou o recesso das Assembleias Legislativas de São Paulo, do Rio de Janeiro, da Guanabara, de Pernambuco e de Sergipe. Posteriormente, no dia 27 de fevereiro de 1969, por meio do AC-49, foi decretado o recesso das Assembleias de Goiás e do Pará. As sete referidas Assembleias Legislativas ficaram em recesso por mais de um ano.

No dia 13 de março de 1969, ocorreram novas cassações, atingindo três deputados federais e 92 deputados estaduais. Entre os cassados estavam sete deputados estaduais do MDB do Rio Grande do Sul: Mozart Bianchi Rocha, Rubem Machado Lang, Terezinha Gisela Chaise, Darcilio Ivo Giacomazzi, João Brusa Netto, Pedro Gomes Nunes e Lauro Hagemann.

No dia 29 de abril de 1969, uma nova série de cassações atingiram 15 deputados federais (incluindo Floriceno Paixão, do MDB/RS) e 59 deputados estaduais, entre eles três do MDB do Rio Grande do Sul: Flávio Antônio Lopes Ramos, Renato Souza e o suplente Moab Caldas. No mesmo dia, 29 de abril de 1969, também foram cassados nove prefeitos em todo o país, entre eles Walter Bertolucci (MDB), prefeito de Gramado.

---

[160] Trata-se dos senadores Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho (MDB/AM) e Mário de Souza Martins (MDB/GB). Também foi cassado o suplente de senador Marcelo Nunes de Alencar (MDB/GB). Os três tiveram vínculos com a Frente Ampla.

Posteriormente, em maio de 1969 foi cassado o deputado estadual Ary da Silva Delgado (ARENA) e em julho o deputado estadual suplente Rubens Clair Viana (MDB) e os prefeitos de Cachoeirinha (Rui da Silva Teixeira, do MDB), Canguçu (Emir Squeff, do MDB), Barracão (Estevam Malinoski, do MDB), Feliz (Kurt Walter Graebin, do MDB), além dos vice-prefeitos de Alegrete (Adão Conceição Dornelles Faraco, do MDB) e Estância Velha (Victor Kurt Schuck, do MDB)[161]. Em outubro de 1969, o ex-deputado estadual Siegfried Emanuel Heuser, presidente do MDB do Rio Grande do Sul, também foi cassado pelo AI-5.

Portanto, em 1969 foram cassados pelo AI-5 sete deputados federais do Rio Grande do Sul (seis deputados do MDB e um da ARENA) e dez deputados estaduais (nove deputados do MDB e um da ARENA), além de dois suplentes do MDB. Como os parlamentares cassados não poderiam ser substituídos pelos suplentes, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul passou a ter 45 deputados: 26 da ARENA e 19 do MDB. Dessa forma, o MDB sul-rio-grandense (assim como ocorreu com o partido em nível nacional) foi duramente atingido pelas cassações impostas pelo AI-5, pois as cassações dos deputados oposicionistas permitiu à ARENA deter a maioria das cadeiras na Assembleia.

Além das cassações de políticos em nível nacional, estadual e municipal, com o AI-5 ocorreu uma série de aposentadorias compulsórias ou demissões de cerca de 500 profissionais, como juízes, embaixadores, militares, professores universitários, jornalistas, funcionários públicos, entre outros, que perderam os seus empre-

[161] Entre os vereadores de municípios sul-rio-grandenses cassados pelo AI-5 em 1969 estão: Índio Brum Vargas e Dilamar Valls Machado, de Porto Alegre; Carlos Fonseca Brum, Manoel Goulart, Waldir Rangrab Taborda e o suplente Paulo Rocha, de Uruguaiana; Elehu Rosa de Menezes e Honório Cardoso Paines, de Alegrete; Euclydes Gonçalves, Francisco Paulo dos Santos Lemes e Otávio Tomazzi Filho, de Santa Maria; Ruy Favali Bastide e Nelson de Aquino Silveira Machado, de Dom Pedrito; Antonio Apoitia Neto, de Santana do Livramento; e Artigas Castilhos Puignau, de Rosário do Sul.

gos e os seus direitos políticos. Ademais, a perseguição política a todos os que eram considerados inimigos da "Revolução" se exacerbou, com a amplificação do Terrorismo de Estado, que fez uso sistemático da tortura e do assassinato. Soma-se a isso a censura a todos os meios de comunicação, aos artistas, intelectuais e a todos os cidadãos. O Brasil vivenciaria um dos períodos mais sombrios da sua história.

Capítulo III

A ARENA e o MDB durante os "anos de chumbo" (1969-1974)

Após a decretação do AI-5, a repressão política atingiu o seu auge no início da década de 1970, período em que a ditadura militar se consolidaria durante o governo do general-presidente Emílio Garrastazu Médici em uma conjuntura marcada pelo "milagre brasileiro" e por uma intensa propaganda ufanista, que angariou elevados índices de popularidade ao regime, "dourando os anos de chumbo".

Com a reabertura do Congresso após dez meses de recesso, ARENA e MDB voltaram às suas atividades parlamentares. No Rio Grande do Sul, os dois partidos procuraram se reorganizar, sobretudo o MDB, duramente atingido com o AI-5. Em suma, no presente capítulo pretende-se analisar a ARENA e o MDB no Rio Grande do Sul e em Passo Fundo no período entre 1969 e 1974, caracterizado pelo auge da ditadura militar e da repressão política.

3.1. A reorganização da ARENA e do MDB

Apesar da decretação do AI-5, do recesso do Congresso Nacional e de sete Assembleias estaduais e da série de cassações de parlamentares durante o ano de 1969, os dois partidos políticos

não foram extintos, o que indicava que, mesmo com o fechamento do sistema político, a ditadura não pretendia privar totalmente os civis de desempenhar algum papel no quadro político e não dispensaria os mecanismos formais da política parlamentar. Assim, havia a esperança de que, em algum momento, o Congresso seria reaberto e ocorreria a normalização política (KINZO, 1988, p. 120).

Por outro lado, no primeiro semestre de 1969, com o Congresso fechado e a ditadura empreendendo o seu "processo de saneamento", o MDB e a ARENA vivenciaram um período difícil. Em nível nacional, o MDB foi duramente atingido com as cassações de 50% dos seus deputados federais e de importantes lideranças. A ARENA, por sua vez, também teve parlamentares cassados e atravessou uma crise interna, com a renúncia de Daniel Krieger à presidência da Executiva nacional.

Nesse período, tanto a ARENA quanto o MDB evitaram convocar os seus diretórios nacionais, apesar das reivindicações de arenistas e emedebistas. Na ARENA, o presidente Filinto Müller optou em aguardar as decisões do governo (Cf. GRINBERG, 2009, p. 134-135). No MDB, o presidente Oscar Passos queria evitar uma situação em que pudessem surgir protestos contra a série de cassações, temendo que a situação se tornasse ainda mais difícil para o partido (Cf. KINZO, 1988, p. 131).

Desse modo, ambos os partidos procuraram sobreviver e se reorganizar naquele contexto político, sobretudo a partir da decretação do AC-54, em 20 de maio de 1969, que estabeleceu as novas datas para as eleições dos diretórios municipais, estaduais e nacionais dos partidos. De acordo com o cronograma estabelecido pelo AC-54, as convenções municipais seriam no dia 10 de agosto de 1969, as convenções estaduais em 14 de setembro e as convenções nacionais em 12 de outubro[162].

[162] Cf. *O Nacional*, 21 maio 1969, p. 1.

3.1.1. As convenções municipais do MDB e da ARENA de Passo Fundo em 1969

Em 1969, o MDB assumiu o controle político do município de Passo Fundo, com a posse do prefeito eleito César Santos[163] e de nove vereadores, o que, em tese, garantiria ao novo prefeito contar com a maioria na Câmara de Vereadores. No entanto, o MDB passo-fundense vivenciou uma crise interna, catalisada pela disputa pela presidência da Câmara entre os vereadores emedebistas Jorge Alberto Pilar Bandarra (escolhido pelo diretório municipal do partido) e Delmo Alves Xavier, que, contando com o apoio de seis vereadores arenistas e do emedebista Odilon Soares de Lima, foi eleito presidente do legislativo municipal[164].

O fato de Delmo Xavier e Odilon Soares de Lima terem desobedecido à orientação partidária causou um grande mal-estar dentro do MDB e os dois vereadores quase passaram por um processo de expulsão por infidelidade partidária – o que acarretaria na perda dos seus mandatos[165]. Porém, o MDB passo-fundense acabou optando em não levar o processo de expulsão adiante.

Posteriormente, realizou-se a convenção municipal do MDB passo-fundense, no dia 10 de agosto, no qual foi eleito o novo diretório municipal e a nova Comissão Executiva do partido, que ficou assim constituída:

---

[163] No entanto, César Santos faleceu em maio de 1970, vitimado por um câncer. Desse modo, o vice-prefeito Guaracy Barroso Marinho assumiu a prefeitura municipal de Passo Fundo.

[164] Cf. *Diário da Manhã*, 30 jan. 1969, p. 6.

[165] Cf. *Diário da Manhã*, 3 fev. 1969, p. 6; *Diário da Manhã*, 5 fev. 1969, p. 6.

Quadro 22

Comissão Executiva do MDB de Passo Fundo (eleita em agosto de 1969)

Presidente	Ernesto Formighieri
Vice-Presidente	Raul Lima Lângaro
Secretário	Ernesto Félix Scortegagna (vereador)
Tesoureiro	Anulfo Velloso de Linhares
Procurador	Sinval Bernardon

Fonte: Diário da Manhã, 11 ago. 1969, p. 6; O Nacional, 11 ago. 1969, p. 5.

Ernesto Formighieri, o novo presidente do MDB de Passo Fundo, foi vinculado ao antigo PTB e era próximo do prefeito César Santos. Ademais, observa-se que a nova Executiva do MDB passo-fundense manteve três integrantes da antiga Executiva: Raul Lima Lângaro manteve-se no posto de vice-presidente, Ernesto Scortegagna manteve-se no posto de secretário, enquanto Anulfo Linhares passou de vogal para tesoureiro.

Por sua vez, na convenção municipal da ARENA de Passo Fundo, realizada também no dia 10 de agosto de 1969, primeiramente foram eleitos os membros do diretório municipal e, posteriormente, a nova Comissão Executiva, que ficou assim composta:

Quadro 23

Comissão Executiva da ARENA de Passo Fundo (eleita em agosto de 1969)

Presidente	Justiniano Augusto de Araújo Trein (ex-vereador)
Vice-Presidente	Fidêncio Garibaldi Franciosi (ex-vereador)
Secretário	Paulo Roberto Sandri Pires (vereador)
Tesoureiro	Erion Loch Einloft
Procurador	Luiz Juarez Nogueira de Azevedo

Fonte: O Nacional, 13 ago. 1969, p. 1.

Na convenção arenista, Justiniano Augusto de Araújo Trein venceu a disputa contra Thadeu Nedeff e foi eleito presidente da ARENA passo-fundense, cuja nova Executiva manteve alguns nomes da antiga, como o ex-presidente Fidêncio Franciosi, que assumiu a vice-presidência, Paulo Roberto Sandri Pires, que foi mantido na secretária, e Luiz Juarez Nogueira de Azevedo, que passou de secretário geral para procurador.

3.1.2. As convenções estaduais da ARENA e do MDB sul-rio-grandenses em 1969

De acordo com o AC-54, nas convenções estaduais, que deveriam ser realizadas no dia 14 de setembro de 1969, seriam definidos os 30 membros[166] dos diretórios estaduais e as Comissões Executivas. Na ARENA sul-rio-grandense, um acordo estabeleceu que o governador Walter Peracchi Barcelos indicasse 15 nomes e o partido os outros 15 nomes para a composição do novo diretório, que passou a ser presidido pelo deputado estadual Otávio Badui Germano (ex-PSD)[167].

Por sua vez, no MDB do Rio Grande do Sul, Siegfried Emanuel Heuser foi reeleito presidente do partido, cujo predomínio dos ex-petebistas ampliou-se no diretório estadual, composto principalmente por deputados federais e estaduais eleitos em 1966[168] (RODRIGUES, 2018, p. 119).

No entanto, um mês após a convenção emedebista, Siegfried Emanuel Heuser foi cassado pelo AI-5, em 17 de outubro de 1969. Em protesto, os membros da Comissão Executiva do MDB do Rio

[166] Conforme as novas exigências legais, os diretórios estaduais deveriam possuir, no máximo, 30 membros.

[167] Cf. *O Nacional*, 23 ago. 1969, p. 1.

[168] Conforme observado por Márcio Soares Rodrigues (2018, p. 119), 26 dos 30 membros do diretório do MDB do Rio Grande do Sul são deputados federais e estaduais.

Grande do Sul renunciam aos seus cargos. Desse modo, no dia 15 de novembro, o MDB sul-rio-grandense realizou uma convenção extraordinária, na qual o deputado estadual Pedro Jorge Simon[169] foi eleito presidente estadual do MDB (RODRIGUES, 2018, p. 120).

Após a reorganização dos diretórios estaduais, o AC-54 estabelecia que as convenções nacionais partidárias devessem ocorrer no dia 12 de outubro, porém os referidos conclaves acabaram sendo realizados em 20 de novembro de 1969, em Brasília. Na convenção nacional do MDB, o senador Oscar Passos foi reeleito presidente nacional do partido[170]. Por sua vez, na convenção nacional da ARENA, o deputado federal Rondon Pacheco foi eleito o novo presidente nacional do partido, em substituição ao senador Filinto Müller[171].

3.2. A reabertura do Congresso e a eleição indireta de Emílio Médici

No final de agosto de 1969, o estado de saúde do general-presidente Costa e Silva se agravou em decorrência de uma trombose, que resultou em um derrame[172]. Impossibilitado de governar, no dia 31 de agosto, Costa e Silva foi substituído temporariamente por uma junta militar formada pelos três ministros militares – o general Aurélio Lyra Tavares (ministro do Exército), o almirante Augusto Rademaker (ministro da Marinha) e o brigadeiro Márcio de Souza e Mello (ministro da Aeronáutica) –, que por meio de um Ato Institucional (o AI-12, de 1º de setembro de 1969), "legitimaram" a sua ação. Dessa forma, o vice-presidente Pedro Aleixo

[169] Pedro Simon era cunhado de Siegfried Heuser. Mais detalhes, ver o trabalho de Gustavo Henrique Kunsler Guimarães (2019).

[170] Cf. *Gazeta do Povo*, 21 nov. 1969, p. 3.

[171] Cf. *Gazeta do Povo*, 21 nov. 1969, p. 3.

[172] Com o estado de saúde debilitado, Arthur da Costa e Silva faleceu em 17 de dezembro de 1969.

– considerado suspeito por ter sido o único membro do Conselho de Segurança Nacional a votar contra a decretação do AI-5 – foi impedido pelos militares de assumir a presidência, conforme previsto pelo dispositivo constitucional, sendo definitivamente alijado do processo sucessório[173] (SKIDMORE, 1988).

No dia 4 de setembro de 1969, com o país sendo comandado por uma junta militar, ocorreu, no Rio de Janeiro, o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick por membros da Aliança Libertadora Nacional (ALN) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), que exigiram a libertação de 15 presos políticos[174] em troca do embaixador. Em resposta, o governo editou o AI-13 e o AI-14, em 5 de setembro de 1969, que versavam, respectivamente, sobre o banimento e a adoção no país da prisão perpétua e da pena de morte. No dia 6 de setembro, os 15 presos políticos embarcaram para o exílio no México e o embaixador norte-americano libertado logo em seguida[175].

O sequestro do embaixador dos Estados Unidos, que forneceu o argumento para o recrudescimento da repressão, foi um dos

---

[173] Após ser impedido de assumir a presidência pelos militares, Pedro Aleixo desligou-se da ARENA, mas não aceitou o convite de ingressar no MDB, passando a dedicar-se ao projeto de organização de um terceiro partido: o Partido Democrático Republicano (PDR), cujo manifesto e programas foram lançado em 31 de março de 1971. No entanto, Pedro Aleixo não obteve êxito na tentativa de registrar o terceiro partido, pois o governo não permitiu a sua legalização e o seu pedido de registro foi indeferido pela Justiça Eleitoral. Pedro Aleixo faleceu em março de 1975.

[174] Entre os 15 presos políticos estavam os líderes estudantis Luís Travassos, Vladimir Palmeira e José Dirceu, o jornalista Flávio Tavares, o líder sindical José Ibrahim, além de Gregório Bezerra, Onofre Pinto, entre outros.

[175] Posteriormente, ocorreram outros três sequestros de diplomatas estrangeiros no Brasil. Em março de 1970, militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) sequestraram o cônsul japonês em São Paulo, que foi trocado por cinco presos políticos, que se exilaram no México. Em junho de 1970, militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e da Aliança Libertadora Nacional (ALN) sequestraram o embaixador da Alemanha Ocidental no Rio de Janeiro, trocando-o por 40 presos políticos, que se exilaram na Argélia. O último sequestro ocorreu em dezembro de 1970, quando militantes da VPR sequestraram o embaixador da Suíça no Rio de Janeiro, que, após mais de 40 dias de negociações, foi trocado por 70 presos políticos, que se exilaram no Chile (Cf. SKIDMORE, 1988, p. 234-239).

fatores que contribuíram para agravar a crise político-militar em setembro de 1969, juntamente com as incertezas sobre o retorno do general-presidente Costa e Silva e pelas disputas pela sucessão presidencial, que ameaçava dividir as Forças Armadas. No final do mês, o nome do general Emílio Garrastazu Médici foi escolhido de uma lista tríplice – que também continha os nomes dos generais Orlando Geisel e Antônio Carlos Muricy – para a sucessão de Costa e Silva. Conforme Thomas Skidmore (1988, p. 211), Médici foi o escolhido não porque os militares achassem que ele tinha a visão ou os conhecimentos de que um presidente precisava, mas porque era o único general de quatro estrelas que podia impedir o aprofundamento da divisão no Exército.

No início de outubro, Emílio Médici é oficialmente anunciado como o futuro general-presidente e o almirante Augusto Rademaker (ministro da Marinha e membro da junta militar) como futuro vice-presidente. Posteriormente, é decretado o AI-16 (de 14 de outubro de 1969), que declarava a vacância da presidência (em virtude do estado de saúde de Cota e Silva) e vice-presidência da República, marcando para o dia 25 de outubro as eleições indiretas no Congresso Nacional.

Dessa forma, após mais de dez meses em recesso, o Congresso Nacional voltou a funcionar em 22 de outubro de 1969 para, no dia 25 de outubro, eleger indiretamente o general Emílio Médici e o almirante Augusto Rademaker, respectivamente, presidente e vice-presidente da República por 293 votos favoráveis contra 76 abstenções (do MDB)[176].

Empossado no dia 30 de outubro de 1969, o general-presidente Emílio Garrastazu Médici manteve o economista Antônio Delfim Netto no Ministério da Fazenda[177], dando continuidade à

[176] Cf. *Gazeta do Povo*, 26 out. 1969, p. 1.

[177] Além de Antônio Delfim Netto no Ministério da Fazenda, os ministérios do governo Emílio Médici ficaram assim distribuídos: João Paulo dos Reis Veloso no Ministério do Pla-

política econômica que resultaria em uma breve fase de controle inflacionário e de crescimento econômico, conhecido como "milagre brasileiro" (1968-1973). Nesse período, caracterizado pelos investimentos em obras de infraestrutura – como, por exemplo, a rodovia Transamazônica e a ponte Rio-Niterói – e pelo endividamento externo – pois havia oferta abundante de recursos nos mercados financeiros internacionais –, o Brasil obteve uma taxa média de crescimento anual de 11%, chegando a quase 14% em 1973 (FICO, 2015, p. 80-81).

No entanto, convém ressaltar os limites do "milagre brasileiro", caracterizado pelo aumento da concentração de renda e pelo arrocho salarial[178], que teve um alto custo social, pois o projeto "Brasil Grande Potência" não levou em consideração questões como equidade ou melhoria das condições de vida da população, caracterizando-se, por exemplo, pelos altos índices de extrema pobreza, mortalidade infantil e analfabetismo. Ademais, o "milagre brasileiro" durou pouco, pois, a partir do segundo semestre de 1973, a inflação voltaria a crescer – uma vez que a economia brasileira sentiu os efeitos da crise internacional do petróleo[179] – e a dívida externa

---

nejamento; o advogado Alfredo Buzaid no Ministério da Justiça; o general Orlando Geisel no Ministério do Exército; o almirante Adalberto de Barros Nunes no Ministério da Marinha; o brigadeiro Márcio de Souza e Mello (vinculado à "linha dura") foi mantido no Ministério da Aeronáutica; o general João Batista de Oliveira Figueiredo na Casa Militar; João Leitão de Abreu na Casa Civil; o coronel Mário David Andreazza foi mantido no Ministério dos Transportes; o diplomata Mário Gibson Barbosa no Ministério das Relações Exteriores; o coronel Jarbas Gonçalves Passarinho no Ministério da Educação e Cultura; o médico Francisco de Paula Rocha Lagoa no Ministério da Saúde; Júlio de Carvalho Barata no Ministério do Trabalho; Antônio Dias Leite no Ministério das Minas e Energia; Fábio Riodi Yassuda no Ministério da Indústria e Comércio; Luiz Fernando Cirne de Lima no Ministério da Agricultura; o coronel Higino Corsetti no Ministério das Comunicações; e o general Carlos Alberto Fontoura para a chefia do Serviço Nacional de Informações (SNI). Cf. SKIDMORE, 1988, p. 213-214.

[178] Carlos Fico (2015, p. 81) lembra que as negociações salariais eram restritas em virtude do caráter autoritário do regime. Assim, entre 1964 e 1974, o salário mínimo não cresceu e houve perda do poder aquisitivo. Nesse sentido, Marcos Napolitano (2014, p. 149) ressalta que o salário mínimo teve uma perda real de 25% entre 1964 e 1966 e 15% entre 1967 e 1973.

[179] Em outubro de 1973 ocorreu a quarta guerra árabe-israelense (Guerra de Yon Kippur).

tornou-se um problema – passando de US$ 4,5 bilhões em 1966 para US$ 12,6 bilhões em 1973 (FICO, 2015, p. 81).

Contudo, o "milagre brasileiro" foi amplamente capitalizado pelo general-presidente Emílio Médici, que, utilizando de uma intensa propaganda ufanista – exaltando, por exemplo, o crescimento econômico, as grandes obras do governo, o sesquicentenário da Independência e o tricampeonato da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 1970 –, angariou elevados índices de popularidade (FICO, 2015, p. 82). As campanhas publicitárias do governo[180] – que criou conhecidos *slogans*, como "Ninguém segura o Brasil", "Este é um país que vai para frente", "O Brasil é feito por nós" e "Brasil: ame-o ou deixe-o" – visavam a "dourar" os "anos de chumbo", enquanto a censura ocultava a intensa e brutal repressão política.

Alinhado à "linha dura", o governo do general-presidente Emílio Médici correspondeu ao período de auge da repressão política, no qual a máquina repressiva, montada nos anos anteriores e baseada no tripé vigilância/censura/repressão, seria aperfeiçoada e funcionaria a todo vapor. As bases teóricas que nortearam a montagem desta máquina repressiva foram a Doutrina de Segurança Nacional e o conceito de guerra interna ou guerra revolucionária[181], de influência francesa, que pressupunha a utilização coordenada de todos os recursos – militares, políticos e de informação – no combate ao inimigo invisível, o "subversivo" (NAPOLITANO, 2014, p. 128).

A vigilância era um aspecto estratégico para o regime. Sua função central era produzir informações sobre pessoas, movimen-

---

Em retaliação aos Estados Unidos e aos países europeus que apoiaram Israel, a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) quadriplicou o preço do petróleo (PRADO; EARP, 2003, p. 234). A crise econômica internacional acarretou drásticas repercussões no modelo econômico brasileiro, essencialmente dependente das importações, do sistema financeiro internacional e do mercado das exportações (KINZO, 1988, p. 153).

[180] Mais detalhes, ver os trabalhos de Carlos Fico (1997 e 2003).

[181] Mais detalhes sobre a doutrina de guerra interna ou guerra revolucionária, ver João Roberto Martins Filho (2003, 2004, 2008 e 2009) e Rodrigo Nabuco de Araújo (2008a e 2008b).

tos sociais, instituições e grupos políticos legais ou ilegais, evitando surpresas para o governo. Informações que poderiam, no futuro, produzir a culpabilidade dos vigiados. O eixo do sistema de informações era o Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em junho de 1964 (NAPOLITANO, 2014, p. 131). Idealizado pelo general Golbery do Couto e Silva, o SNI passou a espionar e controlar a vida de milhares de brasileiros, que podiam, a qualquer momento, ser acusados de subversão e, em decorrência disso, ser presos (FICO, 2015, p. 68).

No entanto, o SNI era uma estrutura informativa, mas não operativa no combate à "subversão". Já os serviços de inteligência militar – Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), criado em 1955; Centro de Informações do Exército (CIE), criado em 1967; Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), criado em 1968 –, assim como também os DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) estaduais, eram informativos e operativos (NAPOLITANO, 2014, p. 132-133).

Desse modo, até o final dos anos 1960, os serviços de inteligência militar – sob a responsabilidade dos respectivos ministros militares – e os DOPS estaduais eram os principais responsáveis pelas operações de repressão política, não havendo um sistema nacional, militarizado e integrado de repressão. Entretanto, o crescimento da luta armada contra a ditadura, a partir de 1968, gerou a criação do DOI-CODI (Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna) em 1970[182]. De natureza militar, o sistema DOI-CODI estava sob o controle direto dos comandos de cada Exército ou região militar e poderia se comunicar com os serviços de inteligência de cada força, que conti-

[182] O DOI era o braço armado do CODI. Os DOIs eram destacamentos de combate, captura e interrogatório, no qual a tortura era frequentemente utilizada. Por sua vez, os CODIs visavam a articular todos os quadros e agências encarregadas da repressão em uma determinada área (NAPOLITANO, 2014, p. 134-135).

nuavam existentes e atuantes (NAPOLITANO, 2014, p. 133-134). Assim, o país foi dividido em seis "zonas de defesa interna" (ZDIS), sob a responsabilidade do comandante do Exército de cada região (FICO, 2015, p. 72).

O DOI-CODI foi inspirado na OBAN (Operação Bandeirante). Criada em São Paulo em julho de 1969, a OBAN visava a perseguir os "subversivos", conceito amplo que englobava tanto os combatentes da luta armada quanto os oposicionistas que não tinham aderido à luta armada. Subordinada ao II Exército, a OBAN tinha uma estrutura flexível, composta por militares, policiais civis e policiais militares, que agiam com "ampla liberdade de ação", cujo método principal era o uso da tortura e execuções extrajudiciais com requintes de crueldade. Sem contar com verbas públicas, mas financiada por empresários, a OBAN utilizava como modelo os esquadrões da morte que já atuavam em São Paulo desde o início da década de 1960, extorquindo e eliminando criminosos comuns. Na OBAN ganhou notoriedade o delegado Sergio Paranhos Fleury, responsável por emboscar e matar, com a sua equipe, Carlos Marighella em novembro de 1969 (NAPOLITANO, 2014, p. 133-134).

A partir do sistema DOI-CODI, a máquina repressiva esmagou a luta armada[183] e as ações civis de oposição ao regime. Além do uso brutal da tortura – que desprezou qualquer limite jurídico e humanitário, além da própria ética militar, que prega o tratamento digno aos prisioneiros –, a ditadura militar brasileira, sobretudo a partir de 1971, inventou o "desaparecido político":

> Se, num primeiro momento, o regime [...] forjava incidentes e fugas para justificar as mortes sob tortura, a partir de 1971, incrementou-se outra solução: o desaparecimento. Para o sistema repressivo, essa solução

[183] Em setembro de 1971, Carlos Lamarca foi morto no interior da Bahia. Entre 1972-1974, o governo aniquilou os guerrilheiros do PCdoB na região do Araguaia, no sul do Pará. Desse modo, em 1975 a luta armada estava definitivamente derrotada no Brasil.

> tinha a vantagem de desobrigar o governo e as autoridades como um todo de qualquer informação oficial sobre o militante desaparecido. Oficialmente, nem preso, nem morto. Logo, o sistema repressivo, parte estrutural do regime, elaborou uma sofisticada técnica de desaparecimento, cujo primeiro momento era o desaparecimento físico do corpo, seja por incineração, esquartejamento, sepultamento como anônimo ou com nomes trocados (NAPOLITANO, 2014, p. 135).

No que tange à censura, a ditadura militar não a inventou, mas a ampliou. À existente censura moral – que visava a coibir "atentados à moral e aos bons costumes" – foi implementada a censura política para "impedir a divulgação de notícias ou comentários contrários ao regime e às instituições". Desse modo, não havia uma, mas duas censuras, que enquadraram jornais, revistas, livros, rádio, televisão, cinema, teatro, música e as demais atividades artísticas e culturais[184] (FICO, 2015, p. 82-83).

3.2.1. A ARENA e o MDB na reabertura do Congresso Nacional (1969-1970): submissão à ditadura

Em outubro de 1969, após mais de dez meses em recesso, o Congresso Nacional retornou às suas atividades significativamente mutilado pelo AI-5, uma vez que foram cassados 98 deputados federais e suplentes (67 do MDB e 31 da ARENA) e cinco senadores do MDB.

Para o MDB, o AI-5 caiu como uma bomba, pois o partido foi o

[184] Conforme Carlos Fico (2015, p. 84), as censuras da ditadura militar expressavam a paranoia anticomunista existente entre militares e civis que sustentavam o regime. Para eles, a imprensa e a TV eram vítimas de "infiltração comunista", que poderia levar à "comunização da sociedade brasileira". Inclusive, em alguns casos, entendiam que mudanças comportamentais típicas dos anos 1960 e 1970, sobretudo a sexualidade e o uso de drogas, seriam portas de entrada para o comunismo.

principal alvo das cassações, tendo a sua bancada na Câmara dos Deputados reduzida em cerca de 50%. Assim, o MDB, no período entre 1969 e 1970, apenas "vegetou" (MOTTA, 2007, p. 288). De fato, após a reabertura do Congresso, o MDB adotou uma postura política demasiadamente moderada e "bem comportada". Com as principais lideranças oposicionistas e críticas à ditadura cassadas pelo AI-5, a maioria dos emedebistas que retornaram às atividades parlamentares, temendo a cassação, aceitaram passivamente as condições restritivas e o papel que lhes foi originalmente destinado a desempenhar quando da criação do bipartidarismo (KINZO, 1988, p. 129-130).

Embora nas primeiras sessões no Senado e na Câmara dos Deputados os líderes do MDB tenham lançado críticas sobre o AI-5, o partido optou pela prudência e pela moderação. Membros da cúpula partidária passaram a defender que "o MDB não deveria opor-se à 'revolução', e sim aceitar as regras do jogo a fim de se tornar um partido confiável, capaz de concorrer ao poder", isto é, adotar uma postura de bom comportamento e de colaboração com a ditadura (KINZO, 1988, p. 132).

Dessa forma, a postura submissa adotada pelo MDB em 1969-1970 praticamente não o diferenciava da ARENA, pois ambos eram obedientes e dóceis à ditadura. Em virtude disso, nessa época passou a circular uma anedota irônica, na qual o MDB seria o partido do "sim", enquanto a ARENA seria o partido do "sim senhor", isto é, os dois partidos se dobravam à vontade do poder, mas a ARENA o fazia com mais servilismo e menos pudor (MOTTA, 2008, p. 97). De acordo com Maria Kinzo (1988, p. 133), tal comportamento excessivamente conformista e submisso do MDB foi certamente um dos fatores que contribuíram para a derrota eleitoral do partido em 1970, que abordaremos adiante.

Por sua vez, a ARENA, que havia perdido 31 deputados federais e suplentes com as cassações decorrentes do AI-5, também retornou ao Parlamento adotando uma postura bastante prudente

e totalmente submissa, uma vez que Costa e Silva havia responsabilizado grande parte dos parlamentares arenistas, que não seguiam à sua orientação no Congresso, pela decretação do AI-5. Assim, embora tal situação desagradasse alguns arenistas, o partido passou a limitar-se apenas a homologar as decisões do Alto Comando das Forças Armadas. No Senado, Filinto Müller substituiu Daniel Krieger na liderança arenista, enquanto Geraldo Freire permaneceu na liderança governista na Câmara dos Deputados (Cf. GRINBERG, 2009, p. 145-149).

3.3. A sucessão estadual no Rio Grande do Sul e as eleições parlamentares de 1970

Desde 1969, o deputado federal Tarso Dutra (ministro da Educação e Cultura no governo Costa e Silva) articulava a sua candidatura para eleição indireta ao governo do Rio Grande do Sul. No entanto, como os governos estaduais eram importantes posições estratégicas no sistema político, o general-presidente Emílio Médici decidiu intervir nas sucessões estaduais de 1970, restringindo as candidaturas aos governos estaduais a parlamentares ou a novatos na política partidária – certamente donos de escasso capital político e com pouco potencial de autonomia – e escolhendo os futuros governadores (GRINBERG, 2009, p. 148).

Desse modo, Médici solicitou que o deputado Rondon Pacheco, presidente nacional da ARENA, a partir de novembro de 1969, percorresse todos os estados para obter informações acerca dos contextos políticos regionais. A partir das informações de Rondon Pacheco e do Serviço Nacional de Informações (SNI), Médici definiria os nomes dos futuros governadores.

Em março de 1970, o general-presidente Emílio Médici indicou o deputado federal Euclides Triches (ex-PDC) como futuro go-

vernador do Rio Grande do Sul, cuja candidatura foi homologada pela ARENA em julho[185]. Posteriormente, no dia 3 de outubro de 1970, Euclides Triches e Edmar Fetter foram eleitos indiretamente governador e vice-governador, respectivamente, do Rio Grande do Sul pela Assembleia Legislativa, recebendo 25 votos da ARENA, enquanto os deputados do MDB não compareceram à sessão, exceto Pedro Simon, que esteve presente para ler uma nota de protesto do partido[186].

Preterido pelo general-presidente Emílio Médici ao governo do Rio Grande do Sul, Tarso Dutra lançou-se candidato ao Senado em 1970, juntamente com o senador Daniel Krieger, que concorreria à reeleição. Por sua vez, o MDB sul-rio-grandense homologou as candidaturas de Paulo Brossard de Souza Pinto e Geraldo Brochado da Rocha.

No pleito realizado no dia 15 de novembro de 1970, a ARENA sul-rio-grandense obteve grande êxito, elegendo os dois senadores (Tarso Dutra e Daniel Krieger[187]) e a maioria dos parlamentares (14 deputados federais e 27 deputados estaduais).

Quadro 24

Composição da bancada sul-rio-grandense na Câmara dos Deputados (1966-1970)

	1966 (Pós-AI-2)	Eleição de 1966	Eleição de 1970
ARENA	13 (44,8%)	14 (48,3%)	14 (53,8%)
MDB	15 (51,7%)	15 (51,7%)	12 (46,2%)
Não Filiados	1 (3,5%)	---	---
Total	29 (100%)	29 (100%)	26 (100%)

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

185 Cf. *O Nacional*, 20 jul. 1970, p. 1.

186 Cf. Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Seção Plenária Especial, 3 de outubro de 1970.

187 Tarso Dutra obteve 929.461 votos e Daniel Krieger obteve 864.505, enquanto Paulo Brossard obteve 833.630 e Geraldo Brochado da Rocha obteve 809.296 (Fonte: TRE/RS).

Quadro 25

Composição da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1966-1970)

	1966 (Pos-AI-2)	Eleição de 1966	Eleição de 1970
ARENA	28 (50,9%)	27 (49,1%)	27 (54%)
MDB	27 (49,1%)	28 (50,9%)	23 (46%)
Total	55 (100%)	55 (100%)	50 (100%)

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

No pleito de 1970, o deputado federal mais votado no Rio Grande do Sul foi o arenista Sinval Guazzelli, seguido do emedebista Alceu Collares. Para a Assembleia Legislativa, o emedebista Pedro Simon (presidente do MDB sul-rio-grandense) foi o deputado estadual mais votado, seguido do arenista Otávio Germano (presidente da ARENA sul-rio-grandense)[188].

Entre os candidatos de Passo Fundo que concorreram à Câmara dos Deputados, o emedebista Victor Loureiro Issler (ex-PTB) foi reeleito[189], enquanto o emedebista Daniel Dipp (ex-PTB, ex-prefeito e ex-deputado federal) e o arenista Anildo José Sarturi (ex-vereador) não obtiveram êxito (DAMIAN, 2010, p. 150).

Para a Assembleia Legislativa concorreram três candidatos de Passo Fundo, sendo eleito o ex-vereador Justiniano Augusto de Araújo Trein (presidente da ARENA passo-fundense). Por sua vez, os vereadores emedebistas Jorge Alberto Pilar Bandarra e Ernesto Félix Scortegagna não foram eleitos (DAMIAN, 2010, p. 162).

Em nível nacional, o MDB teve uma dura derrota nas eleições de 1970, conseguindo eleger apenas cinco das 46 vagas senatoriais disputadas e 28% das cadeiras na Câmara dos Depu-

188 Cf. *O Nacional*, 26 nov. 1970, p. 2; e TRE/RS.

189 Victor Loureiro Issler foi eleito deputado federal em 1954, 1958 e 1962 pelo PTB e em 1966 e 1970 pelo MDB. Em 1950, foi eleito suplente de deputado federal pelo PTB, tendo sido convocado temporariamente em 1952.

tados[190]. Aliás, inúmeros líderes emedebistas que concorreram à reeleição não obtiveram êxito, incluindo o presidente nacional do partido, Oscar Passos, que não se reelegeu ao Senado (KINZO, 1988, p. 133-134). De acordo com a observação de Maria Kinzo (1988, p. 133-134), um dos fatores que contribuíram para a derrota do MDB em 1970 foi o seu comportamento moderado, que provavelmente contribuiu para o aumento do número de votos brancos e nulos (que chegaram a 30% na eleição para a Câmara dos Deputados, superando os 21% das eleições de 1966). Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2008, p. 97), a conduta conformista e submissa adotada pelo MDB contribuiu para que setores da sociedade, simpáticos às posturas oposicionistas, preferissem anular os seus votos a dá-lo aos MDB, pois, naquele contexto, muitos achavam que apoiar o MDB era prestar um serviço aos militares (MOTTA, 2007, p. 286). Portanto, os votos brancos e nulos eram, ao mesmo tempo, um protesto contra a ilegitimidade do sistema e uma demonstração de falta de confiança no MDB, considerada tanto quanto a ARENA um produto do autoritarismo (MOTTA, 2008, p. 97).

Ademais, Maria Kinzo (1988, p. 134-135) também aponta outros fatores que ajudam a compreender o sucesso da ARENA e o fracasso do MDB nas eleições parlamentares de 1970:

> [...] O controle exercido pelo governo sobre o processo eleitoral talvez tenha sido o mais estrito jamais ocorrido no Brasil. A máquina governamental, desde o nível local até o federal, foi extensivamente utilizada para atrair votos para a ARENA. Isto fez com que o MDB chegasse a protestar contra a interferência dos governadores estaduais na campanha eleitoral, vista

[190] Para o Senado, a ARENA elegeu 41 senadores contra apenas cinco do MDB. Assim, a bancada emedebista no Senado caiu de 19 para sete senadores. Por sua vez, na Câmara dos Deputados, a ARENA elegeu 223 (71,9%) deputados federais contra 87 do MDB (28,1%) (KINZO, 1988, p. 74).

> pela oposição como meio de pressão e instrumento de corrupção e violência contra o eleitorado. […].
> O controle do governo sobre o pleito foi exercido também através da censura à imprensa, rádio e televisão durante a campanha eleitoral, e através da repressão policial. O governo intimidava a oposição não apenas através de ameaças de "fechamento total", caso a campanha fosse utilizada como meio de agitação política contra o regime, como também recorria à repressão física. Em 4 de novembro – dez dias antes das eleições – a polícia política deflagrou uma onda de prisões em larga escala no país, sob pretexto de caça a terroristas. A ampla operação prendia indiscriminadamente todos os que fossem considerados "suspeitos", desde escritores, artistas e advogados até candidatos do MDB.
> Para contrabalançar as medidas repressivas contra a oposição, o regime mostrava ao eleitorado as altas taxas de crescimento econômico geradas pelo assim chamado "milagre brasileiro". A propaganda do governo, maciçamente intensificada durante a campanha eleitoral através do rádio e da televisão, mostrava os feitos da "Revolução" e apresentava uma imagem do presidente Médici como grande empreendedor, que faria do Brasil uma futura Grande Potência. […]. Toda essa propaganda acrescentaria otimismo à atmosfera de euforia geral produzida pela vitória do Brasil na Copa do Mundo. […].

Para o MDB, a derrota eleitoral de 1970 foi maior do que a derrota de 1966, gerando um período de incertezas e de crise interna dentro do partido. Após as eleições, Oscar Passos, que não se reelegeu para o Senado, mostrou-se disposto a renunciar à presidência nacional do MDB, mas inicialmente a Executiva nacional não aceitou[191]. Porém, Oscar Passos estava irredutível na sua decisão e convocou, para o início de fevereiro de 1971, uma convenção

[191] Cf. *Gazeta do Povo*, 25 nov. 1970, p. 3; *Gazeta do Povo*, 27 nov. 1970, p. 3.

nacional para eleger a nova Executiva nacional[192]. No referido encontro, o deputado federal Ulysses Guimarães (MDB/SP) foi eleito o novo presidente nacional emedebista.

Na ARENA, por sua vez, também houve uma alteração na presidência nacional do partido: após a renúncia de Rondon Pacheco, eleito indiretamente governador de Minas Gerais, o deputado federal João Batista Ramos (ARENA/SP), então primeiro vice-presidente, assumiu a presidência arenista em fevereiro de 1971 (GRINBERG, 2009, p.151).

3.4. A gênese do grupo "autêntico" no MDB

Em fevereiro de 1971, além da ascensão do deputado Ulysses Guimarães à presidência do MDB, o deputado Oscar Pedroso Horta (MDB/SP) foi indicado como líder da oposição na Câmara dos Deputados. Reeleito com um significativo número de votos, Pedroso Horta era um dos poucos emedebistas – entre os que não foram cassados – que criticava fortemente a ditadura. Foi em torno da sua liderança que se articulou no MDB um grupo de parlamentares que adotaram uma postura oposicionista mais combativa, sendo conhecidos como "grupo autêntico", composto basicamente por deputados de primeiro mandato, representando aproximadamente 25% dos parlamentares emedebistas na Câmara Federal (KINZO, 1988, p. 138-141).

Os "autênticos" caracterizavam-se por ser um pequeno grupo dentro do MDB que pretendia fazer uma oposição real, "autêntica", à ditadura militar e não apenas uma oposição consentida. Os "autênticos" discordavam da orientação moderada imposta pela direção do partido, chegando, inclusive, a denunciar a existência de uma ala adesista ao governo Médici (MOTTA, 1997, p. 140).

[192] Cf. *Gazeta do Povo*, 2 dez. 1970, p. 3; *Gazeta do Povo*, 13 dez. 1970, p. 3; *Gazeta do Povo*, 23 dez. 1970, p. 3.

De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2007, p. 290):

> [...] parte dos autênticos não tinha perfil de esquerda, eram liberais ou democratas que assumiram atitude de oposição radical ao autoritarismo. A marca principal do grupo não era a afinidade ideológica, mas a atitude aguerrida e corajosa num contexto de extrema repressão.

Entre os principais deputados que integraram o "grupo autêntico" estavam Oscar Pedroso Horta, Fernando Lyra (Pernambuco), Marcos Freire (Pernambuco) Francisco Pinto (Bahia), Lysâneas Maciel (Guanabara), José Freitas Nobre (São Paulo), Nadyr Rossetti (Rio Grande do Sul), Amaury Muller (Rio Grande do Sul), Alceu Collares (Rio Grande do Sul), José Alencar Furtado (Paraná), entre outros.

Na Câmara dos Deputados, os "autênticos" adotaram uma atuação combativa e os seus discursos ganharam destaque nas tribunas, caracterizados pelo tripé democracia, nacionalismo e reivindicações sociais (MOTTA, 1997, p. 141). Os "autênticos" também se notabilizaram pela defesa dos direitos humanos, denunciando casos de prisões arbitrárias, torturas, desaparecimentos e mortes de opositores da ditadura (PALMEIRA, 2017, p. 55).

Durante o II Seminário de Estudos e Debates da Realidade Brasileira, encontro organizado pelo MDB e realizado em julho de 1971 em Recife, os "autênticos" conseguiram incluir a luta pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte no manifesto publicado após a reunião, conhecido como a *Carta de Recife*. Porém, a bandeira da Assembleia Constituinte praticamente não seria lembrada após a publicação da *Carta de Recife* e somente se tornaria efetivamente defendida pelo MDB a partir de 1977 (KINZO, 1988, p. 140).

De certa forma, os "autênticos" continuaram o perfil oposicionista iniciado com os "imaturos" na legislatura anterior, porém

em condições bem mais restritivas. Assim como os "imaturos", os "autênticos" não apenas partiram para uma atuação mais agressiva, como também passaram a pressionar a cúpula do partido para a adoção de uma linha oposicionista mais incisiva, dando início a um período de conflitos internos dentro do MDB entre "autênticos" e "moderados" (KINZO, 1988, p. 141).

Portanto, o "grupo autêntico" surgiu em um momento crucial para o MDB, quando o partido, combalido, definhava. Sua atuação contribuiu significativamente para revitalizar o MDB, dando novamente ao partido, paulatinamente, a coragem de fazer oposição (MOTTA, 1997, p. 140-141).

3.5. As convenções partidárias do MDB e da ARENA de 1972

Em 1972 ocorreram as convenções municipais, estaduais e nacionais da ARENA e do MDB, sendo que as convenções municipais estavam programadas para o dia 16 de janeiro. No MDB de Passo Fundo, duas chapas concorreram na convenção, sendo uma liderada pelos vereadores (capitaneada por Delmo Alves Xavier) e outra pelos atuais membros da Executiva municipal. Durante o conclave emedebista, compareceram 278 filiados, sendo que a chapa liderada pelos vereadores venceu com 154 votos. Dessa forma, o novo diretório do MDB de Passo Fundo foi constituído por 55% dos membros da chapa vencedora[193].

No dia 18 de janeiro, os membros do diretório municipal do MDB se reuniram eleger a nova Comissão Executiva municipal, que foi completamente renovada, ficando assim definida:

[193] Cf. *O Nacional*, 17 jan. 1972, p. 1.

Quadro 26

Comissão Executiva do MDB de Passo Fundo (eleita em janeiro de 1972)

Presidente	Ruy do Amaral Martins
Vice-Presidente	Odilon Soares de Lima (vereador)
Secretário	Nelson Lanza
Tesoureiro	Miguel Lopes dos Santos

Fonte: O Nacional, 20 jan. 1972, p. 1.

Por sua vez, na convenção municipal da ARENA de Passo Fundo, realizada no dia 16 de janeiro, concorreu apenas uma chapa, sendo no mesmo dia eleito o diretório municipal do partido e a Comissão Executiva municipal, que ficou assim constituída:

Quadro 27

Comissão Executiva da ARENA de Passo Fundo (eleita em janeiro de 1972)

Presidente	Justiniano Augusto de Araújo Trein (deputado estadual)
Vice-Presidente	Fidêncio Garibaldi Franciosi (ex-vereador)
Secretário	Luiz Juarez Nogueira de Azevedo[194]
Tesoureiro	Caxiense Gayer (vereador)

Fonte: O Nacional, 17 jan. 1972, p. 1.

Além da manutenção de Justiniano Augusto de Araújo Trein (eleito deputado estadual em 1970) na presidência da ARENA passo-fundense, observa-se que Fidêncio Garibaldi Franciosi também foi mantido na vice-presidência, enquanto Luiz Juarez Nogueira de Azevedo foi remanejado para o posto de secretário. A única novidade na nova Executiva municipal arenista foi o vereador Caxiense Gayer no cargo de tesoureiro.

[194] Em fevereiro de 1973, Luiz Juarez Nogueira de Azevedo renunciou ao posto de secretário, sendo substituído por Moysés Marinho Ribas. Cf. *Diário da Manhã*, 13 fev. 1973, p. 2.

No que tange às convenções estaduais, realizadas no dia 26 de março de 1972, o deputado estadual Pedro Simon foi reeleito presidente do MDB do Rio Grande do Sul. Na ARENA sul-rio-grandense, João Dentice (ex-PSD, Chefe da Casa Civil durante o governo de Walter Peracchi Barcelos e ex-prefeito de Bento Gonçalves) foi eleito presidente da Comissão Executiva estadual[195].

Por sua vez, nas convenções nacionais, realizadas nos dias 22 e 23 de abril de 1972 em Brasília, o deputado federal Ulysses Guimarães foi reeleito presidente nacional do MDB, enquanto o senador Filinto Müller retornou à presidência nacional da ARENA[196].

3.6. A Eleição municipal de 1972 em Passo Fundo

Após o período de convenções partidárias, a ARENA e o MDB mobilizaram-se, durante o ano de 1972, para as eleições municipais de novembro. Para o referido pleito, ARENA e MDB realizaram convenções municipais no dia 27 de agosto, para definir e homologar os seus respectivos candidatos à prefeitura municipal e à Câmara de Vereadores.

Após a convenção, a ARENA oficializou as candidaturas do vereador Ivo Biazus e do tenente-coronel Edu Villa de Azambuja (que comandava, desde 1969, o 1º Esquadrão do 20º Regimento de Cavalaria de Passo Fundo). Por sua vez, o MDB oficializou as candidaturas do ex-prefeito Wolmar Salton e do vereador Odilon Soares de Lima[197].

Nas eleições realizadas no dia 15 de novembro de 1972, Wol-

[195] Cf. *O Nacional*, 27 mar. 1972, p. 1.

[196] Filinto Müller presidiu a Comissão Executiva Nacional da ARENA até a sua morte, ocorrida em 11 de julho de 1973 em um acidente aéreo na França. Para sucedê-lo, o senador piauiense Petrônio Portela Nunes (primeiro vice-presidente) assumiu a presidência provisória do partido, sendo efetivado como presidente em agosto de 1973, após um encontro do diretório nacional da ARENA.

[197] Cf. *O Nacional*, 28 ago. 1972, p. 1; *Diário da Manhã*, 30 ago. 1972, p. 6.

mar Salton (MDB) foi o candidato mais votado. Porém, em virtude do mecanismo da sublegenda, os dois candidatos da ARENA obtiveram juntos 15.131 votos, enquanto a soma dos dois candidatos do MDB totalizaram 14.147 votos. Dessa forma, o tenente-coronel Edu Villa de Azambuja, o candidato mais votado da ARENA, elegeu-se prefeito de Passo Fundo.

Quadro 28

Eleição para prefeito em Passo Fundo (1972)

Partido	Prefeito / vice-prefeito	Número de votos
ARENA	Edu Villa de Azambuja / Juarez Paulo Zílio	9.315
ARENA	Ivo Biazus / Darcy Fauth da Silva[198]	5.816
	Total de votos da ARENA	15.131
MDB	Wolmar Antônio Salton / Sebastião Rocha	11.773
MDB	Odilon Soares de Lima / Walter Vieira	2.374
	Total de votos do MDB	14.147

Fonte: DAMIAN, 2010, p. 60.

Quadro 29

Câmara de Vereador de Passo Fundo (1965-1972)

Partido	Após o AI-2	1968	1972
MDB	8 (53,3%)	9 (60%)	9 (47,4%)
ARENA	7 (46,7%)	6 (40%)	10 (52,6%)
Total	15 (100%)	15 (100%)	19 (100%)

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

[198] Darcy Fauth da Silva substituiu a professora Delma Rosendo Ghem, que desistiu da sua candidatura por motivos de saúde. Cf. *O Nacional*, 30 set. 1972, p. 1.

Para a Câmara de Vereadores, a ARENA elegeu dez vereadores, enquanto o MDB elegeu nove. Portanto, a ARENA conquistou 52,6% das cadeiras, garantindo ao prefeito Edu Villa de Azambuja a maioria no legislativo municipal. O vereador mais votado foi o arenista Jesus Almeida.

Observa-se que ocorreu uma renovação significativa na Câmara municipal de Passo Fundo em 1972, uma vez que 11 (57,9%) vereadores foram eleitos pela primeira vez. Nesse sentido, a bancada da ARENA na Câmara de Vereadores sofreu a maior renovação, pois apenas um vereador foi reeleito, enquanto os outros nove estreavam no legislativo municipal. Situação oposta no MDB, que possuía sete vereadores com experiência legislativa anterior e apenas dois estreantes.

Em suma, as eleições municipais de 1972 foram amplamente favoráveis à ARENA em Passo Fundo. Tal situação também ocorreu em nível nacional, com a ARENA conquistando as prefeituras de 87% das cidades e o MDB não apresentando candidatos a prefeito em mais da metade dos municípios do país onde ocorreram eleições (KINZO, 1988, p. 145). No Rio Grande do Sul, a ARENA elegeu 148 prefeitos – e teve 29 prefeitos nomeados[199], passando a controlar 177 (76,3%) municípios sul-rio-grandenses –, enquanto o MDB conquistou apenas 55 prefeituras (23,7%) – e não concorreu à prefeitura de 64 (27,6%) municípios[200]. Além do problema estrutural, Maria Kinzo (1988, p. 145) também aponta outro fator que prejudicou o MDB no pleito: o clima repressivo existente nas eleições de 1970 repetiu-se em 1972.

---

199 Foram nomeados pelo governador os prefeitos de Porto Alegre (capital), dos 25 municípios considerados área de Segurança Nacional (Alecrim, Bagé, Canoas, Crissiumal, Dom Pedrito, Erval, Horizontina, Itaqui, Jaguarão, Osório, Porto Lucena, Porto Xavier, Quaraí, Rio Grande, Roque Gonzales, Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento, São Borja, São Nicolau, Tenente Portela, Tramandaí, Três Passos, Tucunduva, Tuparendi e Uruguaiana) e os três municípios considerados como estância hidromineral (Catuípe, Iraí e Vicente Dutra).

200 Cf. Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – Dados estatísticos das eleições municipais de 1972.

Quadro 30

Relação de vereadores eleitos em Passo Fundo em 1972

Partido	Relação de vereadores eleitos (em ordem de votação)
ARENA	Jesus Almeida: advogado. Nasceu em 1936, em Alegrete/RS.
	Romeu Gaspar Salles Pithan: advogado e jornalista. Nasceu em 1938, em Passo Fundo. Renunciou ao mandato em 1974 para assumir o cargo de Promotor Público Estadual.
	Adirbal da Silva Corralo: advogado. Nasceu em 1943, em Espumoso/RS.
	Cândido Guarany Camargo de Rezende: técnico em contabilidade. Nasceu em 1928, em Passo Fundo.
	Antonio Lourenço Pires de Oliveira: advogado. Nasceu em 1946, em Getúlio Vargas/RS. Durante a legislatura, foi presidente da Câmara Municipal de Vereadores (1973-1977).
	Airthon Colossi: advogado. Nasceu em 1920, em General Osório/RS. Faleceu em outubro de 1976.
	Caxiense Gayer: delegado de polícia, bacharel em Direito. Em 1972, foi reeleito para a segunda legislatura (eleito em 1968 e 1972 pela ARENA). Nasceu em 1931, em Caxias do Sul/RS.
	Olímpio Oro: funcionário público. Nasceu em 1920, em Erechim/RS.
	Nelson Rossetto: comerciante. Formado em Administração. Nasceu em 1938, em Passo Fundo.
	Jabs Paim Bandeira: advogado e empresário. Nasceu em 1939, em Passo Fundo.
ARENA: suplentes efetivados	Elluhyr José Reschke: advogado e empresário. Nasceu em 1927, em Veranópolis/RS. Foi efetivado em 1974, após a renúncia de Romeu Pithan.
	Jacó Stein: advogado. Nasceu em 1923, em Porto Alegre. Foi efetivado em outubro de 1976, após o falecimento de Airthon Colossi.

MDB	Delmo Alves Xavier: funcionário público municipal e empresário. Em 1972, foi reeleito para a terceira legislatura (eleito em 1963 pelo PTB e em 1968 e 1972 pelo MDB). Nasceu em 1927, em Passo Fundo.
	Ernesto Félix Scortegagna: técnico contábil e comerciante. Em 1972, foi reeleito para a quarta legislatura (eleito em 1959 e 1963 pelo PTB e em 1968 e 1972 pelo MDB). Nasceu em 1926, em Passo Fundo.
	Leopoldino Rosa: radialista. Em 1972, foi reeleito para a segunda legislatura (eleito em 1968 e 1972 pelo MDB). Nasceu em 1935, em Passo Fundo.
	Pedro Monteiro da Costa: funcionário público municipal e advogado. Anteriormente, havia sido eleito vereador em 1959 pelo PSP. Nasceu em 1927, em Passo Fundo.
	Jorge Alberto Pilar Bandarra: advogado. Em 1972, foi reeleito para a segunda legislatura (eleito em 1968 e 1972 pelo MDB). Em 1974, foi eleito deputado estadual, renunciando em 1975 ao seu mandato de vereador. Nasceu em 1934, em Canguçu/RS.
	Ivo Pacheco: empresário. Nasceu em 1936, em Passo Fundo.
	Wilson Corrêa Garay: funcionário público municipal e advogado. Em 1972, foi reeleito para a quinta legislatura (eleito em 1955, 1959 e 1963 pelo PTB; eleito suplente em 1968 pelo MDB, sendo efetivado em 1971; e eleito em 1972 pelo MDB). Nasceu em 1930, em Passo Fundo.
	Miguel Lopes dos Santos: funcionário público municipal e comerciante. Nasceu em 1938, em Cruz Alta/RS.
	Augusto Pigoso Homrich: funcionário da Câmara Municipal. Anteriormente, havia sido eleito vereador em 1951 pelo PTB. Nasceu em 1921, em Passo Fundo.
MDB: suplente efetivado	Pedro Walter Mader: professor. Foi efetivado em 1975, após a renúncia de Jorge Alberto Pilar Bandarra. Nasceu em 1932, em Passo Fundo.

Fonte: DAMIAN, 2010, p. 60-61; CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO, 1988.

3.7. A eleição indireta de Ernesto Geisel e a anticandidatura de Ulysses Guimarães à Presidência da República

Em junho de 1973, o general-presidente Emílio Médici anunciou o general Ernesto Geisel – irmão de Orlando Geisel, ministro do Exército – como o seu sucessor. A indicação do nome de Ernesto Geisel à presidência da República deve-se às articulações tecidas pelos "castelistas", sobretudo pelo seu irmão, o general Orlando Geisel[201], que, na condição de ministro do Exército, controlou eventuais dissensões na oficialidade (SKIDMORE, 1988, p. 299).

Antes de anunciar Ernesto Geisel, o general-presidente Emílio Médici, atendendo à "linha dura", verificou se o futuro general-presidente ainda era próximo do general Golbery do Couto e Silva – mal visto pelo próprio Médici e pela "linha dura" –, perguntando ao general João Batista Figueiredo (então chefe do Gabinete Militar), que respondeu: "estão completamente separados". Médici não suspeitou da mentira de Figueiredo, que era do círculo de confiança do grupo castelista-geiselista[202] (NAPOLITANO, 2014, p. 236; CHAGAS, 1985, p. 215).

Dessa forma, o nome de Ernesto Geisel obteve o consenso militar e a sua indicação à sucessão presidencial ocorreu de forma tranquila, sem os agudos conflitos que caracterizaram as sucessões anteriores.

> Na realidade, a ascensão do general Ernesto Geisel à Presidência não resulta da vitória de um partido militar sobre o outro. Pertencer a determinada facção não

[201] Orlando Geisel gozava, nessa época, de uma incrível autoridade institucional: tem a imagem de um homem forte, duro, que assustava os adversários e cativava os adeptos. Seu papel foi central tanto na repressão política dos anos de chumbo quanto nos embates entre as facções militares (CHIRIO, 2012, p. 169).

[202] A fidelidade do general João Batista Figueiredo ao grupo castelista-geiselista lhe garantiu a futura indicação para a presidência da República e um constrangimento público no velório de Emílio Médici (em outubro de 1985), quando o filho e o neto do ex-general-presidente chamaram Figueiredo de "canalha" (NAPOLITANO, 2014, p. 236).

> constitui o único quesito na atribuição de cargos, nem resume a maneira pela qual os militares concebem a distribuição da legitimidade política em sua corporação: o prestígio profissional, a personalidade do oficial e sua reputação, bem como seu passado político e, naturalmente, sua posição hierárquica, são elementos essenciais. Assim, Geisel é reconhecido até por seus oponentes como um brilhante oficial. Tem a imagem de um homem severo, antipático, autoritário, mas honesto, como sugerem seu apelido de "Alemão" e a menção sistemática à sua religião, o protestantismo, nos depoimentos militares. [...] Por outro lado, seu trânsito fácil na instituição, ao qual se acrescenta o de seu poderoso irmão, constrói, a partir de relações interpessoais, o consenso. [...] Por fim, as reticências que sua proximidade com figuras de proa do castelismo, principalmente Golbery, suscitam na oficialidade radical são superadas com a aprovação do ministro Orlando, que todos imaginam permanecerá em seu cargo (CHIRIO, 2012, p. 170-171).

No final de junho, o general Adalberto Pereira dos Santos foi anunciado como vice-presidente[203]. Em setembro de 1973, os generais Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos foram homologados como candidatos da ARENA à sucessão presidencial.

Por sua vez, o MDB, pela primeira vez, optou em lançar um candidato à sucessão presidencial. Ciente de que não teria nenhuma chance de vitória no pleito indireto, o objetivo do MDB era desenvolver, em âmbito nacional, uma campanha oposicionista para denunciar a farsa das eleições indiretas à presidência da República. Apesar das divergências entre "autênticos" e "moderados", o diretório nacional do partido aprovou por unanimidade, no início de

[203] De acordo com Carlos Chagas (1985, p. 218), Ernesto Geisel indicou o general João Batista Figueiredo para ser o seu vice. Porém, não teve como evitar a escolha de Adalberto Pereira dos Santos, indicado por Médici.

setembro de 1973, os nomes de Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho como respectivos candidatos do MDB à presidência e à vice-presidência. Posteriormente, em 22 de setembro de 1973, a convenção nacional do partido aprovou a candidatura de Ulysses Guimarães, que denominou a campanha do MDB de "anticandidatura" à presidência (KINZO, 1988, p. 145-146).

Sob o lema "Navegar é preciso, viver não é preciso", a "anticandidatura" do MDB era uma campanha simbólica, na qual negavam a legitimidade das eleições indiretas e denunciavam a censura, a tortura, o abandono dos trabalhadores e o favoritismo a interesses econômicos estrangeiros (SKIDMORE, 1988, p. 302). Assim, durante três meses, Ulysses Guimarães e o MDB realizaram uma série de comícios pelo país – pois não lhes foi permitido o acesso ao rádio e à televisão –, no qual criticaram, sobretudo, as eleições indiretas, o arrocho salarial e a inflação, que voltou a crescer a partir do segundo semestre de 1973. Apesar das limitações e da série de restrições impostas[204], a "anticandidatura" de Ulysses Guimarães conquistou a simpatia de significativas parcelas da população brasileira e contribuiu para a criação de uma imagem mais positiva para o partido de oposição, cujos frutos foram colhidos nas eleições parlamentares de 1974 (Cf. KINZO, 1988, p. 148-151).

No entanto, os "autênticos" defendiam que os "anticandidatos" emedebistas deveriam renunciar alguns dias antes da eleição, para não legitimar a nomeação de Ernesto Geisel. Porém, prevaleceu a posição da maioria "moderada" de manter as candidaturas até a eleição. Assim, como era previsível, no dia 15 de janeiro de 1974, o general Ernesto Geisel foi eleito indiretamente presidente da República, recebendo 400 votos. Ulysses Guimarães recebeu 76 votos, porém não recebeu todos os votos do seu partido, pois 21

[204] A polícia esvaziava as praças antes dos comícios do MDB. Dessa forma, os comícios emedebistas não reuniram grandes públicos, pois muitas pessoas também temiam serem vistas nas manifestações oposicionistas (CHAGAS, 1985, p. 221).

deputados vinculados ao grupo dos "autênticos" se abstiveram de votar, lançando um manifesto:

> Devolvemos nosso voto ao grande ausente: o povo brasileiro, cuja vontade afastada do processo, deveria ser fonte de todo o poder. [...] Por isso que o gesto de nossa recusa ao voto homologatório deste colégio se constitui na expressão de inconformidade dos que não votam, dos que não escolhem, dos que não decidem e até dos que não podem falar (KINZO, 1988, p. 149-150).

Alguns meses após assumir a presidência, em 15 de março de 1974, o general-presidente Ernesto Geisel anunciou o projeto de distensão política lento, gradual e seguro que visava à institucionalização/constitucionalização das leis de exceção (KINZO, 1988, p. 152). Portanto, o projeto de distensão política (conhecido como Projeto Geisel-Golbery) era uma autorreforma que visava à institucionalização da ordem autoritária (isto é, a saída da excepcionalidade com a integração dos atos discricionários na Constituição, entendida pelos militares como "normalidade democrática") e não exatamente a redemocratização do país. Assim, o projeto de distensão política, lento, gradual e seguro pretendia descomprimir[205] paulatinamente o regime por meio de uma limitada liberalização[206], porém sem abrir mão de "mecanismos de segurança", ou seja, de instrumentos de repressão, que deveriam ser institucionalizados.

De acordo com Maud Chirio (2012, p. 172):

---

[205] A tese da descompressão política lenta e gradual foi inspirada nos contatos e trabalhos do cientista político norte-americano Samuel Huntington. Mais detalhes sobre o tema, ver os trabalhos de Thomas Skidmore (1988) e Renato Luís do Couto Neto e Lemos (2018).

[206] Essa limitada liberalização significava abrandar o controle sobre a sociedade civil, abrindo espaços institucionais e canais de diálogos com vozes seletivas e autorizadas, porém sem necessariamente dar a elas espaço político efetivo no processo decisório e sem abrandar a repressão à esquerda e aos movimentos sociais (NAPOLITANO, 2014, p. 238 e 251-252).

> Trata-se de um antigo projeto autoritário de conciliação com as reformas liberais que o general Castelo Branco já tentara implantar: a elaboração de um sistema político híbrido, securitário e elitista, tomando da democracia representativa alguns de seus elementos de legitimação, mas também de funcionamento efetivo.

Desse modo, a "institucionalização revolucionária" pretendia construir um sistema político duradouro, uma "democracia" adaptada aos atrasos e imperfeições do Brasil e comportar garantias básicas de uma passagem negociada, em um futuro incerto, para um governo civil identificado com as "doutrinas revolucionárias". Em suma, sempre tomando as iniciativas e nunca perdendo o controle da situação, tratava-se de um projeto estratégico de "institucionalização do autoritarismo e da tutela" com o retorno organizado para os quarteis *sine die* (NAPOLITANO, 2014, p. 234-235; CHIRIO, 2012, p. 173-174; MOTTA, 2008, p. 102).

Entre as garantias básicas aspiradas no projeto de distensão estavam:

> [...] evitar o retorno de pessoas, instituições e partidos anteriores a 1964; proceder-se em um tempo longo – seu caráter lento –, de mais de dez anos, o que implicaria a escolha ainda segura do sucessor do próprio Geisel e a incorporação a uma nova Constituição – que não deveria de maneira alguma ser fruto de uma constituinte – das chamadas salvaguardas do regime, as medidas necessárias para manter no futuro uma determinada ordem, sem o recurso à quebra da constitucionalidade (SILVA, 2003, p. 262-263).

Entretanto, convém ressaltar que o general-presidente explicitou os limites da distensão, quando declarou, em 1º de agosto de 1975, que não pretendia revogar o AI-5 e o Decreto-Lei nº 477,

nem revisar a Lei de Segurança Nacional, nem promulgar a anistia e nem reduzir as prerrogativas do poder Executivo (NAPOLITANO, 2014, p. 247).

No âmbito da política econômico-financeira, Geisel optou pelo intervencionismo econômico e por uma postura nacionalista em relação à política externa, abandonando a relação exclusivista com os Estados Unidos e o bloco ocidental. Assim, distanciou-se da orientação ultraliberal e de alinhamento automático aos Estados Unidos adotados por Castelo Branco (CHIRIO, 2012, p. 175). No entanto, Geisel precisou enfrentar a crise econômica e o retorno do crescimento da inflação.

No que tange à composição do governo, Ernesto Geisel nomeou um ministério[207] majoritariamente vinculado ao grupo "castelista-geiselista" ou "Sorbonne militar", com destaque para o general Golbery do Couto e Silva para a Casa Civil da Presidência, cuja nomeação desagradou a "linha dura".

[207] Além de Golbery do Couto e Silva para a Casa Civil, os demais ministérios do governo Ernesto Geisel ficaram assim distribuídos inicialmente: o economista Mário Henrique Simonsen no Ministério da Fazenda; João Paulo dos Reis Veloso permaneceu no Ministério do Planejamento; Armando Falcão no Ministério da Justiça; o general Hugo de Andrade Abreu na chefia do Gabinete Militar – em substituição ao general Dilermando Gomes Monteiro, que não pôde assumir ao posto em virtude de um acidente de bicicleta; o general Vicente de Paula Dale Coutinho no Ministério do Exército; o almirante Geraldo de Azevedo Hening no Ministério da Marinha; o brigadeiro Joelmir de Araripe Macedo no Ministério da Aeronáutica; o general Dirceu de Araújo Nogueira no Ministério dos Transportes e Obras Públicas; o diplomata Antônio Francisco Azevedo da Silveira no Ministério das Relações Exteriores; Ney Braga no Ministério da Educação e Cultura; o médico Paulo de Almeida Machado no Ministério da Saúde; o deputado Arnaldo da Costa Pietro no Ministério do Trabalho e Previdência Social; Shigeaki Ueki no Ministério das Minas e Energia; Severo Fagundes Gomes no Ministério da Indústria e Comércio; Alysson Paulinelli no Ministério da Agricultura; o general Euclides Quandt de Oliveira no Ministério das Comunicações; Maurício Rangel Reis no Ministério do Interior; e o general João Batista Figueiredo para a chefia do Serviço Nacional de Informações (SNI) (SKIDMORE, 1988, p. 318-319).

3.8. A sucessão estadual no Rio Grande do Sul e as eleições parlamentares de 1974

Assim como ocorreu em 1970 com o general-presidente Emílio Médici, em 1974 o general-presidente Ernesto Geisel também escolheria os governadores dos estados. Dessa forma, Geisel solicitou que o senador Petrônio Portela Nunes, presidente nacional da ARENA, percorresse todos os estados para obter informações acerca dos contextos regionais. Em suma, a "missão Portela" repetia a "missão Rondon" de 1970.

No Rio Grande do Sul, o então vice-governador Edmar Fetter contava com o apoio da maioria dos arenistas para suceder o governador Euclides Triches. No entanto, Triches vetou veementemente o nome de Fetter e apoiou a indicação do deputado federal Sinval Guazzelli, que foi escolhido pelo general-presidente Geisel. Para vice-governador, o indicado foi o deputado federal José Augusto Amaral de Souza (MADEIRA, 2002, p. 91-92; NERY, 1975, p. 39-40). Posteriormente, no dia 3 de outubro de 1974, Sinval Guazzelli e José Augusto Amaral de Souza foram eleitos indiretamente pela Assembleia Legislativa, recebendo os votos da bancada arenista, enquanto o MDB, em protesto, não participou da sessão.

Para o Senado, a ARENA homologou a candidatura do ex-deputado federal Nestor Jost (que presidia o Banco do Brasil desde março de 1967), enquanto o MDB homologou a candidatura do ex-deputado federal Paulo Brossard de Souza Pinto, que concorreria novamente ao Senado pelo partido oposicionista.

Explorando o agravamento da situação socioeconômica nacional e o aumento vertiginoso da inflação em 1974, o MDB dedicou atenção especial à organização da sua campanha eleitoral, sobretudo no rádio e na televisão. De acordo com Maria Kinzo (1988, p. 155-156):

> [...] Como a legislação eleitoral dava direitos aos partidos políticos de utilizar as redes de rádio e televisão em sua campanha eleitoral durante os dois meses que antecediam o pleito, o MDB tentou fazer uso destes [...] da maneira mais efetiva possível. Deve-se ressaltar que, de modo geral, esses programas eleitorais tinham pouco impacto sobre a população. [...] Para solucionar este problema, o MDB tentou modificar o formato convencional da propaganda dos partidos nos meios de comunicação; os candidatos foram instruídos a fazerem discursos curtos, nos quais deveriam enfatizar a crítica às políticas socioeconômicas do governo, ao invés de discorrer sobre suas características pessoais. Além disso, foram elaborados filmes curtos, nos quais aparecia a sigla do partido acompanhada por mensagens didáticas que focalizavam temas específicos da campanha. Em Pernambuco, por exemplo, os canais de televisão apresentavam a sigla do MDB seguida de filmes que mostravam trabalhadores cortando cana-de-açúcar e a mensagem: "um dia de trabalho na zona da mata vale oito cruzeiros; um quilo de charque custa 26, mais de três dias de trabalho".

Desse modo, o MDB obteve em 1974, em nível nacional, um excelente desempenho eleitoral, elegendo 16 senadores contra apenas seis da ARENA[208]. Na Câmara dos Deputados, o MDB quase duplicou a sua bancada, elegendo 160 deputados federais. O resultado eleitoral surpreendeu a ARENA, que acreditava que alcançaria tranquilamente o mesmo êxito dos pleitos anteriores.

[208] O MDB elegeu os senadores nos seguintes estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Guanabara, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo, Goiás, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Paraíba, Amazonas e Acre. Por sua vez, a ARENA elegeu os senadores na Bahia, Piauí, Alagoas, Maranhão, Pará e Mato Grosso. Mais detalhes, ver o trabalho de Sebastião Nery (1975).

Quadro 31

Desempenho eleitoral da ARENA e do MDB nas eleições para o Senado e Câmara dos Deputados (1966-1974)

Eleição/ano	Senado		Câmara dos Deputados	
	ARENA	MDB	ARENA	MDB
1966	18 (81,8%)	4 (18,2%)	277 (67,7%)	132 (32,2%)
1970	41 (89,1%)	5 (10,9%)	223 (71,9%)	87 (28,1%)
1974	6 (27,3%)	16 (72,7%)	204 (56%)	160 (44%)

Fonte: KINZO, 1988, p. 74.

De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2008, p. 100-101), alguns fatores explicam os resultados eleitorais de 1974: a) a agressividade do MDB, que adotou posturas críticas mais contundentes; b) o fim do otimismo em relação ao crescimento econômico em virtude do esgotamento do "milagre econômico"; c) a eficiência do MDB na campanha, utilizando com inteligência a televisão, que, pela primeira vez, teve um papel importante nas disputas eleitorais; d) o fato das eleições terem sido relativamente abertas, com menor índice de repressão desde 1965[209].

No Rio Grande do Sul, o MDB também alcançou uma expressiva vitória eleitoral, elegendo Paulo Brossard para o Senado[210], além da maioria dos deputados: 19 deputados federais e 33 deputados estaduais. Além do Rio Grande do Sul, o MDB também elegeu a maioria dos deputados estaduais em outras cinco Assembleias Legislativas: São Paulo, Rio de Janeiro, Guanabara, Amazonas e Acre (KINZO, 1988, p. 251).

209 Nos períodos eleitorais eram comuns as prisões de militantes oposicionistas, bem como a cassação de alguns candidatos antes mesmos da disputa (MOTTA, 2008, p. 100-101).

210 Paulo Brossard obteve 1.383.288 votos, enquanto Nestor Jost obteve 897.803 votos (Fonte: TRE/RS).

Quadro 32
Composição da bancada sul-rio-grandense na Câmara dos Deputados (1966-1974)

	1966 (Pós-AI-2)	1966	1970	1974
ARENA	13 (44,8%)	14 (48,3%)	14 (53,8%)	13 (40,6%)
MDB	15 (51,7%)	15 (51,7%)	12 (46,2%)	19 (59,4%)
Não Filiados	1 (3,5%)	---	---	---
Total	29 (100%)	29 (100%)	26 (100%)	32 (100%)

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de MADEIRA (2002).

Quadro 33
Composição da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1966-1974)

	1966 (Pós-AI-2)	1966	1970	1974
ARENA	28 (50,9%)	27 (49,1%)	27 (54%)	23 (41,1%)
MDB	27 (49,1%)	28 (50,9%)	23 (46%)	33 (58,9%)
Total	55 (100%)	55 (100%)	50 (100%)	56 (100%)

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de HEINZ (2005).

No pleito realizado no dia 15 de novembro de 1974, o deputado federal mais votado no Rio Grande do Sul foi o emedebista Alceu Collares, seguido do também emedebista Antônio Bresolin. Para a Assembleia Legislativa, o emedebista Pedro Simon (presidente do MDB sul-rio-grandense) foi o deputado estadual mais votado (alcançando a histórica marca de mais de 141 mil votos), seguido do emedebista Lélio Miguel Antunes de Souza[211].

Em 1974, apenas um candidato de Passo Fundo concorreu à Câmara dos Deputados: o então deputado estadual Justiniano Augusto de Araújo Trein (presidente da ARENA passo-fundense), que se elegeu deputado federal (DAMIAN, 2010, p. 150). Para a Assembleia Legislativa concorreram quatro candidatos de Passo

[211] Cf. TRE/RS.

Fundo, sendo eleito o vereador Jorge Alberto Bandarra, do MDB. Por sua vez, o vereador emedebista Delmo Alves Xavier e os ex-vereadores arenistas Romeu Martinelli e Anildo José Sarturi não obtiveram êxito (DAMIAN, 2010, p. 162).

Segundo Maria Kinzo (1988, p. 159-160), além do otimismo exagerado, dois outros fatores contribuíram para a derrota arenista:

> [...] O primeiro tem a ver com a falta de apelo da campanha da ARENA. Acostumada a caminhar à sombra do governo, a sua plataforma eleitoral nada mais era do que a defesa de vagas declarações de princípios econômicos e sociais, bem como a reiteração de que seu programa era o do governo e de que a ARENA era o partido da "Revolução". [...] Sem qualquer apelo ou argumento para contra-atacar as críticas do MDB dirigidas às políticas do governo, a ARENA lançava mão de sua velha técnica de intimidação, acusando a oposição de extremista e culpando-a por tentar prejudicar o processo de distensão política. [...].
> O segundo fator que influenciou os resultados eleitorais em 1974 tem a ver com as dissensões internas da ARENA. Contrariamente ao MDB, que conseguira superar seus problemas internos e partira unido para a campanha eleitoral, a cúpula da ARENA foi incapaz de resolver as divergências provocadas pelo processo de nomeação dos governadores e seleção de candidatos para o Senado.

Portanto, a vitória eleitoral do MDB em 1974 representou um duro golpe para o governo e um aviso da insatisfação social com a inflação e a carestia. A ditadura militar entraria em crise, desgastada pelo agravamento da crise econômica e pelas manifestações de setores da sociedade civil e da Igreja católica pelo retorno à democracia, conforme abordaremos no próximo capítulo.

Capítulo IV

A ARENA e o MDB na crise da ditadura militar (1974-1979)

Paralelamente ao projeto de distensão política, lento, gradual e seguro, que pretendia descomprimir paulatinamente o regime por meio de uma limitada liberalização, o general-presidente Ernesto Geisel precisou lidar com situações que não faziam parte dos seus planos. Durante o seu governo (1974-1979), a ditadura militar foi abalada por sucessivas crises. No âmbito econômico, o esgotamento do "milagre brasileiro" foi acompanhado por uma grave crise econômica e o crescimento significativo da inflação e da dívida externa. No âmbito político, a vitória do MDB em 1974 (denominada pelos oposicionistas de "ressaca cívica nacional") representou um duro golpe para o governo e um aviso da insatisfação social. No interior das Forças Armadas, surge uma "segunda linha dura" (ou "direita radical"), que se articula nas comunidades de informações (CIEs), nos DOI-CODIs e no interior do Ministério do Exército, com o general Sylvio Couto Coelho da Frota – nomeado ministro em maio de 1974, após o falecimento do general Vicente de Paula Dale Coutinho.

Ademais, a repressão continuou violenta durante o governo Geisel, com as práticas de torturas, assassinatos e desaparecimentos[212] de oposicionistas – tidas pelo "moderado" e "liberal" gene-

[212] Durante o governo Geisel houve 39 opositores desaparecidos e 42 mortos pela repressão

ral-presidente Ernesto Geisel como um "mal necessário" (FICO, 2015, p. 86). Com a esquerda armada aniquilada, a repressão, sobretudo a partir de 1975, voltou-se contra o PCB, que, apesar de não ter aderido à luta armada, foi dizimado, acusado pelo governo de ter tido influência na vitória da oposição nas eleições de 1974.

Contudo, alguns casos de torturas, desaparecimentos de oposicionistas e assassinatos (como do jornalista Vladimir Herzog, morto em outubro de 1975) passaram a ter ampla repercussão na sociedade civil e na opinião pública, gerando reações da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e de setores da Igreja católica. As denúncias dos casos de torturas, assassinatos e desaparecimentos da oposição armada e desarmada se acentuaram e ultrapassaram as fronteiras do país, com os Estados Unidos (no governo de Jimmy Carter) reconhecendo que o Brasil praticava violações dos direitos humanos.

No âmbito das relações internacionais, o governo Geisel, que adotou uma política externa heterodoxa, entrou em rota de colisão com os Estados Unidos – do qual o Brasil estava fortemente alinhado desde 1964 – em virtude do acordo nuclear com a Alemanha Ocidental, anunciado em maio de 1975. Os norte-americanos suspeitavam que o Brasil ambicionasse construir a bomba atômica e, assim, se firmar como uma potência com dinâmica própria na geopolítica mundial (NAPOLITANO, 2014, p. 253).

Durante o governo Geisel, as manifestações de setores da sociedade civil e da Igreja católica pelo retorno à democracia ganharam volume, sobretudo a partir de 1977, aglutinando um significativo número de políticos liberais, políticos de esquerda, empresários, profissionais liberais, intelectuais, professores, estudantes, setores da Igreja católica e movimentos sociais numa frente oposicionista que contribuiu para o desgaste da ditadura militar.

(NAPOLITANO, 2014, p. 234).

Além de analisarmos a crise da ditadura militar, o presente capítulo pretende estudar as atuações e os posicionamentos do MDB e da ARENA nessa conjuntura, sobretudo no Rio Grande do Sul e em Passo Fundo.

4.1. As convenções partidárias do MDB e da ARENA de 1975

Em 1975 ocorreram as convenções municipais, estaduais e nacionais da ARENA e do MDB, sendo que as convenções municipais estavam programadas para o dia 13 de julho. Contudo, o início do ano foi caracterizado pelas fortes críticas tecidas ao prefeito arenista Edu Villa de Azambuja, tanto pelo MDB quanto pela ARENA, em virtude de um significativo aumento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Além dos ataques dos emedebistas, o diretório municipal da ARENA rompeu com o prefeito e ameaçou expulsá-lo do partido[213].

No que tange às convenções municipais de julho, no MDB e na ARENA passo-fundenses, que buscavam a unidade partidária, formaram-se apenas chapas únicas para a formação dos novos diretórios. Assim, nas últimas semanas que antecederam as convenções foram marcadas pelas negociações para a definição dos novos presidentes dos dois partidos[214].

Na convenção municipal do MDB de Passo Fundo, realizada no dia 13 de julho na Câmara de Vereadores, dois nomes concorreram à presidência do diretório municipal: o vereador Wilson Corrêa Garay e o advogado Ruy do Amaral Martins, então presidente do MDB passo-fundense, que foi reeleito, obtendo 11 votos contra dez. Desse modo, a nova Comissão Executiva municipal ficou assim constituída:

---

[213] Cf. *O Nacional*, 20 mar. 1975, p. 6; *O Nacional*, 25 mar. 1975, p. 1; *O Nacional*, 26 mar. 1975, p. 1; *O Nacional*, 1º abr. 1975, p. 1.

[214] Cf. *O Nacional*, 13 jun. 1975, p. 6; *O Nacional*, 3 jul. 1975, p. 4; *O Nacional*, 11 jul. 1975, p. 1.

Quadro 34

Comissão Executiva do MDB de Passo Fundo (eleita em julho de 1975)

Presidente	Ruy do Amaral Martins (reeleito)
Vice-Presidente	Guaracy Barroso Marinho (ex-prefeito)
Secretário	Pedro Monteiro da Costa (vereador)
Tesoureiro	Firmino da Silva Duro

Fonte: O Nacional, 14 jul. 1975, p. 1; Diário da Manhã, 14 jul. 1975, p. 6.

Portanto, observa-se que a nova Comissão Executiva do MDB de Passo Fundo manteve apenas um remanescente da antiga Executiva: o presidente Ruy do Amaral Martins.

Por sua vez, na convenção municipal da ARENA de Passo Fundo, realizada também no dia 13 de julho, no Clube Comercial, o ex-vereador Ivo Biazus foi eleito por unanimidade o novo presidente do diretório municipal, cuja Comissão Executiva ficou assim composta:

Quadro 35

Comissão Executiva da ARENA de Passo Fundo (eleita em julho de 1975)

Presidente	Ivo Biazus (ex-vereador)
Vice-Presidente	Luiz Juarez Nogueira de Azevedo
Secretário	Elluhyr José Reschke (vereador – suplente efetivado em 1974)
Tesoureiro	Joel Rosso

Fonte: O Nacional, 14 jul. 1975, p. 1; Diário da Manhã, 14 jul. 1975, p. 6.

Em suma, a nova Comissão Executiva da ARENA de Passo Fundo foi amplamente renovada e contou com o retorno de Luiz Juarez Nogueira de Azevedo – que havia renunciado ao posto de secretário da Executiva em 1973. Próximo de Ivo Biazus, Luiz Jua-

rez Nogueira de Azevedo assumiu a vice-presidência do diretório municipal.

No que tange às convenções estaduais, realizadas no dia 24 de agosto de 1975, o deputado estadual Pedro Simon foi reeleito presidente do MDB do Rio Grande do Sul[215]. Na ARENA sul-rio-grandense, o senador Paulo de Tarso de Morais Dutra foi eleito presidente da Comissão Executiva estadual[216].

Por sua vez, nas convenções nacionais, realizadas nos dias 20 e 21 de setembro de 1975 em Brasília, o deputado federal Ulysses Guimarães foi reeleito presidente nacional do MDB, enquanto o deputado federal Francelino Pereira dos Santos (ARENA/MG) foi eleito presidente nacional do partido, em substituição ao senador Petrônio Portela[217].

4.2. A Lei Falcão e a eleição municipal de 1976 em Passo Fundo

Após a derrota eleitoral de 1974, o general-presidente Ernesto Geisel passou a priorizar a vitória da ARENA nas eleições municipais de 1976. Desse modo, visando a enfraquecer o MDB, a ditadura militar arquitetou uma série de mudanças nas regras eleitorais, que ficaram conhecidas como Lei Falcão (em referência ao ministro da Justiça, Armando Falcão, seu idealizador), que foram aprovadas em junho de 1976 pelo Congresso, mesmo sob os pro-

[215] Em maio de 1977, o governo prorrogou automaticamente por mais dois anos os mandatos das Executivas nacionais, estaduais e municipais dos partidos políticos. Dessa forma, a Comissão Executiva do MDB sul-rio-grandense, eleita em agosto de 1975, exerceu as suas funções até a convenção estadual de outubro de 1979.

[216] Em maio de 1977, o governo prorrogou automaticamente por mais dois anos os mandatos das Executivas nacionais, estaduais e municipais dos partidos políticos. Dessa forma, a Comissão Executiva da ARENA sul-rio-grandense, eleita em agosto de 1975, exerceu as suas funções até o fim do bipartidarismo.

[217] Cf. *Gazeta do Povo*, 21 set. 1975, p. 1 e 3.

testos do MDB[218]. Promulgada no início de julho, a Lei Falcão (Lei 6.339/76) proibia os candidatos de realizar qualquer tipo de pronunciamento no rádio e na televisão. Desse modo, os partidos poderiam apenas divulgar, nas campanhas eleitorais, os nome, os números e as fotos dos candidatos, acompanhado da leitura dos seus currículos. Dessa forma, a Lei Falcão esvaziou a campanha eleitoral no rádio e na televisão, transformando-a em um modorrento e inócuo desfile de currículos e fotografias[219].

> A justificativa apresentada pelo autor do projeto, o ministro da Justiça Armando Falcão, foi a impossibilidade de se permitir igual acesso aos meios de comunicação a todos os candidatos e a todos os municípios, já que o número de estações de rádio e canais de televisão era limitado. Ele também argumentava que as transmissões por rádio e televisão normalmente atingiam uma grande área, ou seja, diferentes municípios com diferentes problemas. E se a discussão de problemas específicos de grandes cidades, onde normalmente se localizavam as estações de transmissão, fosse veiculada para outros municípios, o eleitorado iria receber informações erradas que acabariam por confundi-lo ainda mais. Sua conclusão foi: "Dar a poucos municípios o direito de discutir seus problemas específicos, em campanha de rádio e televisão cujo raio de ação abrange muitos deles, é favorecer alguns e prejudicar a maioria". Assim, em nome da "igualdade de direitos" e da "informação", o governo estava propondo a extinção do direito dos políticos de falar através dos meios de comunicação de massa (KINZO, 1988, p. 172).

[218] Em 24 de junho de 1976, após uma tumultuada sessão que durou sete horas, a Lei Falcão foi aprovada com os votos de 186 deputados e 36 senadores, todos da ARENA. O MDB participou da discussão, mas abandonou o plenário quando o projeto foi colocado em votação, registrando, assim, o seu protesto e deixando para a ARENA toda a responsabilidade pela adoção desta legislação restritiva (KINZO, 1988, p. 174).

[219] A Lei Falcão vigorou até 1985.

Em suma, apresentada como um "aperfeiçoamento democrático", a Lei Falcão foi mais um casuísmo da ditadura, que modificou as regras do jogo eleitoral para silenciar o MDB, que, em 1974, obteve êxito na sua campanha política denunciando a inflação, o arrocho salarial e o agravamento da situação socioeconômica do país. No entanto, as chances de êxito do MDB nas eleições municipais de 1976 já eram reduzidas antes mesmo da promulgação da Lei Falcão, pois o partido não dispunha de diretórios municipais em cerca de 800 municípios (20%) do interior do país, ao contrário da ARENA, que estava organizada em todos[220] (KINZO, 1988, p. 172).

Em Passo Fundo, a ARENA, após a convenção realizada no dia 18 de agosto de 1976, decidiu concorrer com três candidatos à prefeitura municipal: o atual vice-prefeito Juarez Paulo Zílio, o vereador Jesus Almeida e o engenheiro Fernando Machado Carrion[221]. Por sua vez, o MDB, após a sua convenção realizada no dia 26 de agosto, também optou em concorreu com três candidatos: o ex-prefeito Wolmar Salton (que concorreria à prefeitura pela terceira vez consecutiva), o advogado Ruy do Amaral Martins (presidente do MDB de Passo Fundo) e o comerciante Raul Lima Lângaro (ex-presidente do MDB de Passo Fundo)[222].

Nas eleições realizadas no dia 15 de novembro de 1976, Wolmar Salton (MDB) foi o candidato mais votado – e como os três candidatos emedebistas juntos obtiveram maior votação do que a soma dos três candidatos arenistas –, elegendo-se prefeito de Passo Fundo. Dessa forma, Salton retornava à prefeitura municipal após 21 anos, pois havia sido eleito em 1955 pelo PTB.

---

[220] Em 1976 havia no Brasil cerca de 4.000 municípios. A ARENA tinha diretórios municipais em todos, enquanto o MDB possuía diretórios em cerca de 3.200 municípios..

[221] Cf. *O Nacional*, 18 ago. 1976, p. 8; *O Nacional*, 19 ago. 1976, p. 8; *Diário da Manhã*, 19 ago. 1976, p. 6.

[222] Cf. *O Nacional*, 26 ago. 1976, p. 8; *O Nacional*, 27 ago. 1976, p. 8; *Diário da Manhã*, 27 ago. 1976, p. 6.

Quadro 36

Eleição para prefeito em Passo Fundo (1976)

Partido	Prefeito / vice-prefeito	Número de votos
ARENA	Juarez Paulo Zílio / Osvaldo Rodrigues de Lara	8.284
ARENA	Fernando Machado Carrion / Elluhyr José Reschke	5.880
ARENA	Jesus Almeida / Polidoro Mendes da Costa	4.414
	Total de votos da ARENA	18.578
MDB	Wolmar Antônio Salton / Firmino da Silva Duro	17.809
MDB	Raul Lima Lângaro / Ilmo Santos	1.225
MDB	Ruy do Amaral Martins / Sinval Bernardon	841
	Total de votos do MDB	19.875

Fonte: DAMIAN, 2010, p. 63.

Quadro 37

Câmara de Vereador de Passo Fundo (1965-1976)

Partido	Após o AI-2	1968	1972	1976
MDB	8 (53,3%)	9 (60%)	9 (47,4%)	12 (57,1%)
ARENA	7 (46,7%)	6 (40%)	10 (52,6%)	9 (42,9%)
Total	15 (100%)	15 (100%)	19 (100%)	21 (100%)

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

Portanto, a eleição municipal de 1976 marcou o retorno do MDB ao poder em Passo Fundo, uma vez que o partido elegeu o novo prefeito municipal e 12 vereadores, garantindo a maioria das cadeiras (57,1%) no legislativo municipal. Inclusive, o vereador mais votado foi o emedebista Miguel Lopes dos Santos.

Quadro 38

Relação de vereadores eleitos em Passo Fundo (1976)

Partido	Relação de Vereadores eleitos (em ordem de votação)
MDB	Miguel Lopes dos Santos: funcionário público municipal e comerciante. Em 1976, foi reeleito para a segunda legislatura (eleito em 1972 e 1976 pelo MDB). Nasceu em 1938, em Cruz Alta/RS. Durante a legislatura, foi presidente da Câmara Municipal de Vereadores (1979-1983).
	Ivo Pacheco: empresário. Em 1976, foi reeleito para a segunda legislatura (eleito em 1972 e 1976 pelo MDB). Nasceu em 1936, em Passo Fundo.
	Delmo Alves Xavier: funcionário público municipal e empresário. Em 1976, foi reeleito para a quarta legislatura (eleito em 1963 pelo PTB e em 1968, 1972 e 1976 pelo MDB). Nasceu em 1927, em Passo Fundo.
	Ernesto Félix Scortegagna: técnico contábil e comerciante. Em 1976, foi reeleito para a quinta legislatura (eleito em 1959 e 1963 pelo PTB e em 1968, 1972 e 1976 pelo MDB). Nasceu em 1926, em Passo Fundo. Durante a legislatura, foi presidente da Câmara Municipal de Vereadores (1977-1979).
	Ivo Francisco Ferrão: operário (auxiliar industrial). Nasceu em 1931, em Campos Novos/SC.
	Ulisses Vieira Camargo: funcionário público. Nasceu em 1928, em Passo Fundo.
	Leopoldino Rosa: radialista. Em 1976, foi reeleito para a terceira legislatura (eleito em 1968, 1972 e 1976 pelo MDB). Nasceu em 1935, em Passo Fundo.
	Nervilho Piovesan: funcionário público. Nasceu em 1922, em Sertão/RS. Faleceu em julho de 1982.
	Wilson Corrêa Garay: funcionário público municipal e advogado. Em 1976, foi reeleito para a sexta legislatura (eleito em 1955, 1959 e 1963 pelo PTB; eleito suplente em 1968 pelo MDB, sendo efetivado em 1971; e eleito em 1972 e 1976 pelo MDB). Nasceu em 1930, em Passo Fundo.
	Odilon Soares de Lima: funcionário público municipal. Em 1976, foi eleito para a quarta legislatura (eleito em 1959 e 1963 pelo PTB e em 1968 e 1976 pelo MDB). Nasceu em 1924, em Vacaria/RS.
	Argeu Rigo Santarém: jornalista. Formado em Estudos Sociais, foi líder estudantil. Em outubro de 1968, foi preso pela ditadura por participar do XXX Congresso da UNE, realizado em Ibiúna/SP. Nasceu em 1944, em Passo Fundo.
	Heloísa Goelzer Almeida: funcionária pública. Nasceu em 1927, em Passo Fundo.

Partido	Relação de Vereadores eleitos (em ordem de votação)
MDB Suplente efetivado	Pedro Monteiro da Costa: funcionário público municipal e advogado. Foi eleito vereador em 1959 pelo PSP e em 1972 pelo MDB. Nasceu em 1927, em Passo Fundo. Foi efetivado em julho de 1982, após o falecimento de Nervilho Piovesan.
ARENA	Adirbal da Silva Corralo: advogado. Em 1976, foi reeleito para a segunda legislatura (eleito em 1972 e 1976 pela ARENA). Nasceu em 1943, em Espumoso/RS.
	Antonio Lourenço Pires de Oliveira: advogado. Em 1976, foi reeleito para a segunda legislatura (eleito em 1972 e 1976 pela ARENA). Nasceu em 1946, em Getúlio Vargas/RS.
	Fidêncio Garibaldi Franciosi: proprietário rural. Em 1976, foi eleito para a terceira legislatura (eleito em 1959 e 1963 pelo PSD e em 1976 pela ARENA). Nasceu em 1922, em Não-Me-Toque/RS.
	Anoel Simplício Portella: advogado e funcionário público. Nasceu em 1942, em Passo Fundo.
	Nelson Rossetto: comerciante. Formado em Administração. Em 1976, foi reeleito para a segunda legislatura (eleito em 1972 e 1976 pela ARENA). Nasceu em 1938, em Passo Fundo.
	Hildo Wolmann: funcionário público e advogado. Nasceu em 1932, em Candelária/RS.
	Antônio Albery dos Santos: funcionário público. Nasceu em 1932, em Soledade/RS.
	Cândido Guarany Camargo de Rezende: técnico em contabilidade. Em 1976, foi reeleito para a segunda legislatura (eleito em 1972 e 1976 pela ARENA). Nasceu em 1928, em Passo Fundo.
	José Mário Lima Cruz: funcionário público e advogado. Nasceu em 1938, em Passo Fundo.

Fonte: DAMIAN, 2010, p. 63-64; CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO, 1988.

Observa-se que na bancada do MDB havia cinco estreantes no legislativo passo-fundense, incluindo Heloísa Almeida, a terceira mulher a eleger-se vereadora em Passo Fundo. Por sua vez, a bancada da ARENA possuía apenas quatro vereadores estreantes.

Não obstante a vitória eleitoral do MDB em Passo Fundo, os resultados das eleições municipais de 1976 foram favoráveis à ARENA, que elegeu a maioria dos prefeitos e vereadores em todo o país, inclusive no Rio Grande do Sul, onde a ARENA elegeu 115 prefeitos – e teve 28 prefeitos nomeados[223], passando a controlar 143 (61,6%) municípios sul-rio-grandenses –, enquanto o MDB conquistou 89 prefeituras (38,4%)[224].

4.3. A oposição militar ao governo Geisel e a "segunda linha dura"

Após a vitória eleitoral do MDB em 1974, o projeto de institucionalização do regime dos generais Geisel e Golbery passou a ser contestado pelos militares da "linha dura". De acordo com Maud Chirio (2012, p. 234), tratava-se de uma "segunda linha dura" ou "direita radical" dos anos 1970, que se articulava nas comunidades de informações (CIEs), nos DOI-CODIs e no interior do próprio Ministério do Exército, com o general Sylvio Frota, que se recusavam a sair da "excepcionalidade revolucionária", alegando a eterna "ameaça subversiva". Compostos de uma nova geração de oficiais

[223] Foram nomeados os prefeitos de Porto Alegre (capital), dos 25 municípios considerados área de Segurança Nacional (Alecrim, Bagé, Canoas, Crissiumal, Dom Pedrito, Erval, Horizontina, Itaqui, Jaguarão, Osório, Porto Lucena, Porto Xavier, Quaraí, Rio Grande, Roque Gonzales, Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento, São Borja, São Nicolau, Tenente Portela, Tramandaí, Três Passos, Tucunduva, Tuparendi e Uruguaiana) e os dois municípios considerados como estância hidromineral (Iraí e Vicente Dutra). Convém lembrar que em 1976 ocorreram eleições para prefeito de Catuípe, que deixou de ser considerado município de estância hidromineral.

[224] Cf. Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – Boletim Eleitoral: resultado das eleições municipais de 1976.

contestadores, cuja maioria atuava no aparelho repressivo, essa "segunda linha dura" lutava para conservar sua posição dentro do Estado policial. De acordo com a pesquisadora (2012, p. 234-235):

> Logo, não existe uma facção única de "linha dura", enraizada na jovem oficialidade e sustentada pela "opinião dos quarteis", que constituiria a força motriz do autoritarismo militar. Existem, na realidade, duas gerações de contestadores que se reconhecem sob a bandeira de "linha dura" [...]. A primeira é desfeita pelo "regime dos generais", que, não obstante, ela contribui para definir e consolidar nos anos seguintes ao golpe. Baldadas suas pretensões, alguns desses oficiais dão início a um discreto processo de dissidência, enquanto outros integram os arcanos do aparelho repressivo. [...] A segunda "linha dura" é, ao contrário, produto do próprio regime. Embora os agentes da repressão que a povoam sejam em parte extremistas ou mesmo militantes de longa data, sua mobilização política decorre de seu lugar no aparelho de Estado e não questiona mais a supremacia dos generais no jogo político [...].

A "segunda linha dura" visava à preservação do aparelho repressivo e da estrutura ditatorial, uma vez que a guerra contra o comunismo – que justificou a sua criação – ainda não havia terminado. Aliás, para a "direita radical" a ameaça subversiva era eterna (CHIRIO, 2012, p. 195). Desse modo, por meio de panfletos virulentos, a "segunda linha dura" demonstrava a sua insatisfação com o projeto de distensão política de Geisel-Golbery, interpretando a sua limitada liberalização como uma fraqueza do governo que possibilitaria o retorno da "subversão comunista", infiltrada no MDB. A autoria desses panfletos era do Grupo Secreto (CHIRIO, 2012, p. 184).

Ademais, tanto para a "primeira linha dura" quanto para a "segunda linha dura", a classe política era considerada inapta para

o exercício de um poder visto como intrinsecamente corruptor (CHIRIO, 2012, p. 190). Em alguns panfletos, a equipe ministerial de Geisel era chamada de "comuno-corruptos":

> [...] Trata-se do imaginário que essa direita militar associa ao campo getulista e, de modo especial, aos membros do governo João Goulart, ao mesmo tempo decadentes moralmente e simpáticos à causa comunista. As comparações entre a equipe presidencial de Geisel e a de Goulart são infindáveis, bem como o paralelismo entre os avanços da subversão sob os dois governos (CHIRIO, 2012, p. 192).

No entanto, a "segunda linha dura" era controlada pelo general-presidente Ernesto Geisel, que contemporizava a repressão política e os numerosos casos de torturas, assassinatos e desaparecimentos de oposicionistas que continuaram a ocorrer durante o seu governo. Afinal, para Geisel o "porão" ainda era útil, desde que não atrapalhasse o projeto de institucionalização do regime e não desafiasse abertamente a sua autoridade (NAPOLITANO, 2014, p. 252).

Com a esquerda armada aniquilada, a repressão, sobretudo a partir de 1975, voltou-se contra o PCB, que, apesar de não ter aderido à luta armada, foi dizimado, acusado pelo governo de ter tido influência na vitória da oposição nas eleições de 1974. Contudo, alguns casos de torturas, desaparecimentos de oposicionistas e assassinatos (como do jornalista Vladimir Herzog, morto em outubro de 1975 no DOI-CODI de São Paulo) passaram a ter ampla repercussão na sociedade civil e na opinião pública, gerando reações da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e de setores da Igreja católica.

Em janeiro de 1976, o assassinato do sindicalista Manuel Fiel Filho no DOI-CODI de São Paulo levou Geisel a substituir o general Ednardo D'Ávila Mello do comando do II Exército, desa-

gradando ao general Sylvio Frota, ministro do Exército e considerado porta-voz da "linha dura" (NAPOLITANO, 2014, p. 269). O general Ednardo D'Ávila Mello foi responsabilizado por Geisel, que, retomando um princípio da hierarquia militar, o considerava responsável pelo que se passava sob seu comando. No entanto, a substituição do general Ednardo D'Ávila Mello não encerrou a repressão política, assim como também não se buscaram os culpados pelas mortes de Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho no DOI-CODI de São Paulo (SILVA, 2003, p. 266).

Segundo Maud Chirio (2012, p. 186-187), a substituição do comando do II Exército sinalizava que general-presidente Ernesto Geisel decidiu intervir e controlar o aparelho repressivo. De acordo com a pesquisadora:

> Essa constatação lança uma nova luz no problema da autonomia operacional dos órgãos de repressão: a partir do momento em que existiu uma real vontade política imposta pelo canal da hierarquia militar de pôr em termo aos atentados mais exacerbados aos direitos humanos, estes foram suspensos. Isso não significa que esses serviços não tenham funcionado em larga escala, independentemente da cadeia de comando e a despeito de regulamentos ao longo dos seis anos precedentes. Mas o pouco controle que a hierarquia então exercia sobre as manobras desses homens era, enquanto tal, uma escolha política. O poder militar parece ter optado durante longos anos pelo não controle de seu próprio aparelho repressivo.

Em suma, havia um acordo velado no qual a cúpula militar era conivente com o "porão", permitindo que os órgãos de repressão fizessem o "trabalho sujo" sem o seu envolvimento, ao mesmo tempo em que assegurava a impunidade aos perpetradores. Desse modo, a justificativa era que as torturas e mortes decorriam dos "excessos"

de alguns poucos militares, escapando do controle dos oficiais-generais (FICO, 2014, p. 106).

Contudo, a tentativa de Geisel de controlar o "porão" gerou a reação da "segunda linha dura", que considerava o general-presidente, juntamente com o general Golbery do Couto e Silva, "traidores da Revolução". Dessa forma, a "direita radical", por meio do Grupo Secreto, voltou a distribuir violentos panfletos contra Geisel e Golbery.

> [...] os textos são marcados por uma ideia obsessiva: o poder estabelecido não é apenas fraco e covarde em relação a um suposto ressurgimento da "subversão comunista", como a incentiva, estimula e adere a ela. Segundo os militares contestadores, o presidente Geisel e seu fiel assessor Golbery revelam, com seu projeto de abertura ou distensão, a ambição secreta do conjunto da "Sorbonne militar" desde antes do golpe: a entrada do Brasil no campo socialista. Essa teoria delirante não é exclusiva de um grupelho de ativistas fanáticos: ela transparece igualmente numa parte dos relatórios emitidos pelos órgãos de informações e é partilhada pelo ministro do Exército, Sylvio Frota (CHIRIO, 2012, p. 189-190).

Portanto, observa-se que a extrema-direita militar acreditava e difundia uma teoria absurda: que os generais Geisel, Golbery e o grupo da "Sorbonne militar" planejavam à suprema traição: a adesão ao comunismo. Influenciado pela paranoia anticomunista, o Grupo Secreto não seria o único a promover agitações de extrema-direita, surgindo o grupo paramilitar Aliança Anticomunista Brasileira (AAB). Inspirada no seu homólogo argentino, a Triple A – que, a partir de 1973, praticou milhares de assassinatos de militantes de esquerda –, a AAB foi apontada como responsável pelas bombas plantadas no dia 19 de agosto de 1976, no Rio de

Janeiro, nas sedes da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Somente as bombas na ABI explodiram, sem fazer vítimas. Nos meses seguintes, a AAB praticaria novos atentados a bombas e atos de violência: no dia 4 de setembro, explodem bombas na sede do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) em São Paulo; no dia 22 de setembro, o bispo de Nova Iguaçu/RJ, Dom Adriano Hipólito, é sequestrado, espancado e abandonado nu em uma estrada; no dia 23 de setembro, ocorre um atentado na residência do jornalista Roberto Marinho, no Rio de Janeiro; em 15 de novembro, a sede do jornal alternativo *Opinião*, no Rio de janeiro, também sofreu um atentado a bombas. Os principais alvos da AAB foram pessoas, associações e órgãos considerados pelos extremistas como "inimigos da Revolução" e até mesmo comunistas (CHIRIO, 2012, p. 188).

Posteriormente, entre 1978 e 1981, no final do governo Geisel e início do governo Figueiredo (considerado pela extrema-direita o maior "traidor da Revolução") nasce ou renasce inúmeros grupos paramilitares que irão perpetrar inúmeros atentados e ações de violência, como os conhecidos Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e Movimento Anticomunista (MAC), que agiam desde a década de 1960, e os novos grupos, como o Comando Delta (batizado em homenagem às seções encarregadas das execuções na Organização do Exército Secreto francês, de extrema-direita e hostil à independência argelina), a Falange Pátria Nova e as Brigadas Moralistas (CHIRIO, 2012, p. 188). Todos esses grupos paramilitares de extrema-direita se consideravam "defensores da Revolução de 1964 e combatentes do inimigo comunista". Seus principais alvos foram pessoas, órgãos da imprensa, universidades e demais instituições identificadas com a oposição, além de livrarias e bancas que vendiam jornais alternativos.

4.4. A crise política e o "Pacote de Abril"

Após as eleições parlamentares de 1974, o MDB passou a deter 44% da representação na Câmara dos Deputados e 30% do Senado. Embora permanecesse como minoria, esta representação deu ao partido a possibilidade de formar Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e influenciar na decisão sobre projetos de emendas constitucionais propostos pelo governo, uma vez que tais projetos necessitavam ser aprovados por dois terços dos parlamentares. Dessa forma, as emendas constitucionais propostas pelo general-presidente Ernesto Geisel somente seriam aprovadas se contassem com algum apoio do MDB (KINZO, 1988, p. 163).

No entanto, o MDB continuava a exercer uma influência tão limitada quanto anteriormente, pois o partido atuava sob os mesmos constrangimentos antes vigentes. Assim, o dilema do MDB seria desempenhar o seu papel de oposição, porém sem avançar nos imprecisos limites tolerados pela ditadura (KINZO, 1988, p. 163-164).

No início do novo período legislativo, em março de 1975, o MDB posicionou-se pela defesa dos direitos humanos e solicitou a presença do ministro Armando Falcão na Câmara dos Deputados para prestar informações sobre o paradeiro dos desaparecidos políticos[225]. Como o tema da violação dos direitos humanos e da repressão era tratado pela ditadura como "território proibido", a temperatura política no Congresso entrou em ebulição e o governo incumbiu a ARENA de bloquear qualquer iniciativa do MDB, tarefa rigorosamente cumprida pelo seu líder na Câmara, o deputado José Bonifácio (ARENA/MG), cuja agressividade em relação ao MDB contribuiu para o agravamento de um clima político já bastante tenso. Em declaração à imprensa, José Bonifácio classificou a

[225] Vários familiares de presos políticos haviam recorrido ao MDB para que investigasse o destino dos desaparecidos. Acerca disso, o movimento em defesa dos desaparecidos tinha como força atuante a Comissão de Justiça e Paz da Igreja Católica, liderada pelo arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns (KINZO, 1988, p. 164 e 252).

iniciativa do MDB como provocação, acusando a oposição de estar fazendo o jogo dos comunistas (KINZO, 1988, p. 164-166).

Em resposta, o governo passou a "denunciar" o apoio do PCB a alguns candidatos emedebistas eleitos em 1974, acusando o partido de estar acobertando deputados comunistas, em uma tentativa de intimidação ao partido. Em defesa dos deputados acusados, o MDB divulgou uma nota de protesto, negando as acusações e fornecendo garantias de que todos os seus candidatos estavam comprometidos com o programa do partido, cujo princípio fundamental era a defesa de um regime democrático (KINZO, 1988, p. 164-166).

Em suma, durante o ano de 1975, o MDB enfrentou obstáculos que o impediam de ter uma atuação mais efetiva no Congresso, com seus projetos sendo sistematicamente rejeitados pela maioria arenista ou arquivados com o decurso do prazo de 60 dias. Nos casos de projetos referentes a temas de relevância social ou política, em que fosse conveniente para a ARENA não ser responsabilizada por sua rejeição – vistas como impopulares –, o partido governista obstruía os projetos do MDB até o término dos prazos, resultando no arquivamento do projeto (KINZO, 1988, p. 170).

A partir de 1976, o general-presidente Ernesto Geisel utilizou o AI-5 para enquadrar o MDB, cassando os mandatos de deputados emedebistas. Em 5 de janeiro, foram cassados o deputado federal Alberto Marcelo Gatto e o deputado estadual Nelson Fabiano, ambos do MDB/SP, acusados de possuírem vínculos com o PCB. No dia 29 de março, foram cassados os deputados federais Amaury Muller e Nadyr Rossetti, ambos do MDB/RS e vinculados ao grupo dos "autênticos", por terem criticado as Forças Armadas em um comício em Palmeira das Missões/RS. Três dias depois, em 1º de abril, foi cassado o "autêntico" Lysâneas Maciel, do MDB/RJ, devido ao seu discurso na Câmara dos Deputados em protesto à cassação dos seus colegas. O MDB protestou às cassações e lançou um manifesto, reivindicando a supressão do AI-5. Em suma, a di-

tadura explicitava ao MDB quais eram os limites que não deveriam ser ultrapassados pela oposição.

A crise política tornou-se ainda mais acentuada no final de 1976, quando o general-presidente Ernesto Geisel enviou ao Congresso, em novembro, um projeto de emenda constitucional para reformar o sistema judiciário. O projeto, que foi amplamente criticado pela OAB (que defendia o restabelecimento do *habeas corpus* e da autonomia do Judiciário) e por notórios juristas, foi examinado por uma comissão parlamentar composta por membros dos dois partidos, que fez sérias críticas à proposta do Executivo e propôs alterações no projeto, que foram rechaçadas pelo governo, que mostrava-se intransigente e não aceitava negociar o projeto de reforma do Judiciário (KINZO, 1988, p. 175- 176).

Na verdade, o projeto de reforma do Judiciário foi uma espécie de "balão de ensaio" para avaliar a situação e a receptividade à introdução de outras reformas políticas, que seriam mais tarde enviadas ao Congresso, visando ao projeto de institucionalização do regime (KINZO, 1988, p. 176). Nesse sentido, inclusive, o governo designou o senador Petrônio Portela Nunes (ex-presidente nacional da ARENA) para mediar as negociações com o MDB. Em fevereiro de 1977, Portela foi conduzido à presidência do Senado, iniciando a "Missão Portela", nome dado aos contatos oficiais entre o governo e a oposição (NAPOLITANO, 2014, p. 256).

No entanto, o diálogo entre o governo e a oposição tornou-se muito difícil. A posição intransigente do general-presidente Ernesto Geisel em não aceitar negociar o projeto de reforma do Judiciário levou o MDB a posicionar-se contrário ao projeto, impossibilitando, assim, qualquer chance de que o mesmo fosse aprovado. Assim, no dia 30 de março de 1977, o projeto foi votado no Congresso, recebendo 241 votos a favor e 156 contra, não alcançando o quórum de dois terços (283 votos) necessários para ser aprovado (KINZO, 1988, p. 181).

No dia seguinte, 31 de março, durante as comemorações do 13º aniversário da "revolução", o general-presidente Ernesto Geisel reagiu proferindo um discurso criticando a "ditadura da minoria" que impossibilitou a aprovação da reforma do Judiciário (KINZO, 1988, p. 181). No dia 1º de abril de 1977, Geisel usou o AI-5 e emitiu o Ato Complementar 102 (AC-102), decretando o recesso do Congresso, fechado pela terceira vez pela ditadura.

Durante o recesso do Congresso, que durou 15 dias, Geisel e seus auxiliares decretaram um conjunto de medidas sem o debate parlamentar, como as Emendas Constitucionais número 7 (a reforma do Judiciário) e número 8, além de seis decretos-leis, que introduziram várias medidas políticas e econômicas, que se tornaram conhecidas como "Pacote de Abril", cujas principais medidas impostas foram elencadas por Maria Kinzo (1988, p. 182-183):

1. Eleições indiretas para governadores em 1978 por meio de um Colégio Eleitoral composto de membros das Assembleias estaduais e de delegados das Câmaras municipais – impossibilitando, assim, o MDB de eleger cinco governadores, uma vez que os emedebistas detinham a maioria em cinco Assembleias estaduais (São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Acre e Amazonas).

2. Eleições indiretas para um terço das cadeiras no Senado (criando os chamados "senadores biônicos") por meio do mesmo Colégio Eleitoral que escolheria os governadores, o que garantiria à ARENA 21 cadeiras senatoriais.

3. A Lei Falcão – inicialmente criada apenas para as eleições municipais – passou a abranger também as eleições legislativas.

4. Extensão do mandato (de cinco para seis anos) do próximo presidente da República.

5. Derrubada da exigência dos votos de dois terços do Congresso para aprovação dos projetos de emendas constitucionais, que poderiam ser aprovados com a maioria simples, possibilitando que o governo conseguisse aprovar projetos de emendas constitucionais apenas com os votos da ARENA.

6. O Executivo poderia introduzir novos impostos, que passariam a vigorar imediatamente.

7. Ampliação para 30 dias do período de férias remuneradas para os trabalhadores – projeto de autoria do MDB, que foi sistematicamente bloqueado pela ARENA durante cinco anos, mas que foi transformado em decreto-lei para que a ditadura capitalizasse seus benefícios políticos e eleitorais.

Responsabilizando a oposição por não "colaborar", o general-presidente Ernesto Geisel utilizou o AI-5 para fechar o Congresso e impor o "Pacote de Abril", cujas medidas casuísticas visavam a impedir o MDB de eleger cinco governadores e de ter a possibilidade de obter a maioria no Senado a partir de 1978. Apesar dos protestos dos emedebistas, a ditadura explicitava à oposição quais eram os seus limites.

Nas semanas seguintes ao "Pacote de "Abril" Geisel multiplicou as declarações sobre a "democracia relativa", expressão que apareceu pela primeira vez em uma entrevista concedida pelo general-presidente a jornalistas franceses no início de maio de 1977:

> Quando se fala em democracia, muitos consideram a democracia no sentido absoluto. Esta democracia eu acho que não existe em parte nenhuma. Todas as coisas no mundo, exceto Deus, são relativas. Então, a democracia que se pratica no Brasil não pode ser a mesma que se pratica nos Estados Unidos da América,

> na França ou na Grã-Bretanha. [...] (CHIRIO, 2012, p. 174).

A declaração de Geisel de que a "democracia é relativa" foi uma resposta às manifestações do MDB e de setores da sociedade civil e da Igreja católica pela imediata democratização do país. No entanto, não foram suficientes para frear o crescente movimento oposicionista dos diversos setores da sociedade civil pela redemocratização, reforçados pelo ressurgimento do movimento estudantil e dos movimentos sociais, conforme abordaremos posteriormente.

Contudo, convém salientar que havia, no governo e nos diversos setores da sociedade civil, várias interpretações do que significava democracia. Conforme observa Marcos Napolitano:

> Para o governo, o país já era democrático, posto que fiel aos valores cristãos e ocidentais e defensor da liberdade individual e da livre-iniciativa contra o "totalitarismo de esquerda". [...] O governo entendia democracia como mero debate de ideias e "críticas construtivas" (2014, p. 241).

> [...] Para as associações profissionais identificadas com a tradição liberal, como a OAB e a ABI, democracia era o Estado de Direito, marcado pelo império da lei, pelo equilíbrio dos poderes de Estado, pelas liberdades civis (reunião, manifestação, expressão) e pela igualdade jurídica entre os indivíduos. Para os movimentos sociais de esquerda, era isso e algo mais, configurando a chamada "democracia substantiva", marcada pela efetiva participação popular nas decisões dos governos, pela construção de políticas de distribuição de renda e limites ao direito de propriedade. [...] (2014, p. 248).

> Para o conjunto das oposições, começou a se definir um conceito de democracia "participativa", que tentava criar uma zona de convergência entre os conceitos

> elitistas e formais de democracia liberal e a democratização da sociedade com base na afirmação dos direitos sociais e da participação efetiva (2014, p. 242).

No entanto, naquele momento tais divergências estavam em segundo plano, constituindo o retorno à democracia um ponto de convergência que aglutinou um significativo número de políticos liberais, políticos de esquerda, empresários, profissionais liberais, intelectuais, professores, estudantes, setores da Igreja católica e movimentos sociais numa frente oposicionista que contribuiu para o desgaste da ditadura militar (NAPOLITANO, 2014, p. 248).

No dia 15 de abril de 1977, o Congresso Nacional foi reaberto e o deputado José Alencar Furtado (MDB/PR), então líder da oposição, discursou criticando duramente o pacote de reformas imposto pelo governo. Posteriormente, um grupo de parlamentares do MDB (dentre eles os senadores Marcos Freire, Paulo Brossard, João Gilvan Rocha e os deputados José Alencar Furtado, Fernando Lyra, entre outros) propôs uma redefinição da estratégia do partido, defendendo a promoção de uma grande campanha para denunciar a situação política do país e a mobilizar a opinião pública em favor de uma Assembleia Nacional Constituinte. Assim, o tema da Constituinte passou a fazer parte do debate político, embora ultrapassasse os limites da tolerância da ditadura (KINZO, 1988, p. 191).

No entanto, em maio de 1977, a ditadura congelou momentaneamente o MDB, que novamente foi atingindo por uma nova série de cassações, com o deputado do grupo "autêntico" Marcos Tito (MDB/MG). Acusado de ler um discurso no plenário com longas passagens retiradas do jornal *Voz Operária* do PCB[226] e de ser

[226] Em dezembro de 2018, o jornalista Marcelo Godoy publicou no jornal *O Estado de São Paulo* uma matéria sobre o complô para cassar o deputado Marcos Tito. Ver: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,o-complo-para-cassar-o-deputado,70002638323

porta-voz dos comunistas, Marcos Tito foi cassado pelo AI-5 em 14 de junho de 1977.

Posteriormente, no dia 30 de junho de 1977, foi cassado o deputado federal José Alencar Furtado (MDB/PR), vinculado ao grupo dos "autênticos" e líder da oposição na Câmara dos Deputados[227]. No dia 27 de junho, durante um programa do MDB na televisão e no rádio, que obteve um grande índice de audiência, José Alencar Furtado protestou contra as cassações dos seus colegas de partido e criticou a repressão e o desaparecimento de presos políticos:

> Hoje, menos que ontem, ainda se denunciam prisões arbitrárias, punições injustas e desaparecimento de cidadãos. O programa do MDB defende a inviolabilidade dos direitos da pessoa humana para que não haja lares em prantos; filhos órfãos de pais vivos – quem sabe?; mortos? – talvez. Órfãos do talvez e do quem sabe. Para que não haja esposas que enviúvem com maridos vivos, talvez; ou mortos, quem sabe? Viúvas do quem sabe e do talvez (Apud NAPOLITANO, 2014, p. 265).

O presidente nacional do MDB, o deputado Ulysses Guimarães, também participou do programa, criticando o governo. Porém, por ser "moderado" e presidir o partido oposicionista, não foi cassado, sendo processado nos termos da Lei de Segurança Nacional, responsabilizado pelo uso indevido do horário gratuito. O processo contra Ulysses acabou sendo posteriormente arquivado, mas a intenção era intimidar a cúpula do MDB, num momento de ebulição política em virtude das greves e passeatas estudantis e pela disputa pela sucessão presidencial (KINZO, 1988, p. 193).

[227] José de Alencar Furtado foi o último parlamentar cassado pelo AI-5.

4.5. A crise da ditadura e as manifestações da sociedade civil pelo retorno à democracia

Durante o governo Geisel, as manifestações de setores da sociedade civil e da Igreja católica pelo retorno à democracia ganharam volume, sobretudo a partir de 1977, aglutinando um significativo número de políticos liberais, políticos de esquerda, empresários, profissionais liberais, intelectuais, professores, estudantes, setores da Igreja católica e movimentos sociais numa frente oposicionista que contribuiu para o desgaste da ditadura militar.

Associações de profissionais liberais, como a OAB e a ABI, manifestavam-se pelo retorno do Estado de Direito, pelo fim do AI-5, pelo fim da censura e pelo retorno à democracia. Em agosto de 1977, 200 juristas subscreveram um manifesto intitulado *Carta aos Brasileiros*, exigindo o reestabelecimento do Estado de Direito e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte (KINZO, 1988, p. 188).

A cúpula da Igreja católica, desde o fim da década de 1960, criticava a ditadura pelas violações dos direitos humanos – inclusive com as prisões, torturas e assassinatos de membros do clero progressista. Destacando-se a atuação dos arcebispos Dom Hélder Câmara (presidente da CNBB), de Recife, e Dom Paulo Evaristo Arns, de São Paulo, a Igreja tornou-se opositora institucional do regime, defendendo temas como os direitos humanos, a justiça social, a democracia e a anistia política. Outro fator de tensão entre o governo e a Igreja foi a aprovação da lei do divórcio, no final de 1977.

Acerca das violações dos direitos humanos e das vítimas da repressão, convém ressaltar a atuação do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), organizado em 1975 por mães, esposas e filhas de presos políticos, desaparecidos e exilados. Presidido e liderado por Therezinha Zerbini, o Movimento Feminino pela Anistia ganharia

força a partir de 1977, com a eclosão de manifestações estudantis em diversas cidades do país. Assim, surgiram os Dias Nacionais de Protesto e Luta pela Anistia e formaram-se os Comitês Primeiro de Maio pela Anistia. Posteriormente, em fevereiro de 1978, formou-se, no Rio de Janeiro, o Comitê Brasileiro pela Anistia (FICO, 2015, p. 96). Apoiado pela Igreja e por setores da esquerda, o Comitê passou a organizar uma campanha em âmbito nacional reivindicando "anistia ampla, geral e irrestrita" (KINZO, 1988, p. 188).

Por outro lado, setores do empresariado brasileiro, defendendo o liberalismo econômico e posicionando-se contra a estatização, também se afastaram do regime, engrossando as vozes que defendiam a democracia política[228]. Assim, uma significativa fração dos magnatas da indústria se colocou como críticos do governo[229] (NAPOLITANO, 2014, p. 266-267).

O desgaste da ditadura militar ficaria também evidenciando pela insatisfação das classes médias urbanas, descontentes com o esgotamento do "milagre brasileiro" e atingidas pela crise econômica. Desse modo, criticado por setores do empresariado e das classes médias urbanas, a ditadura gradativamente perdia suas principais bases de apoio político na sociedade civil, o que contribuiu decisivamente para o seu isolamento político.

Contudo, a grande novidade foi o ressurgimento dos movimentos sociais e estudantis, silenciados desde 1968. Entre março e setembro de 1977 eclodiram manifestações estudantis em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Brasília, Recife e Salvador, entre outras cidades, marcando o início de uma série de passeatas e greves que se disseminaram pelo país, reivindicando soluções para problemas específicos dos estudantes, como

[228] Cf. CODATO (1997).

[229] No entanto, convém lembrar que nem todo o empresariado brasileiro inclinou-se para o projeto de redemocratização, pois havia uma velha guarda empresarial que não era simpática à causa democrática (NAPOLITANO, 2014, p. 267).

também anistia política e democratização substantiva[230] (KINZO, 1988, p. 187-188).

No início de setembro de 1977, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, liderado por Luís Inácio Lula da Silva, organizou uma ampla campanha pela reposição salarial. Era o prelúdio do ressurgimento do movimento sindical, que ganhou maior expressão a partir das greves dos metalúrgicos na região do ABC paulista em maio de 1978 (KINZO, 1988, p. 188).

> As greves não estouraram com data marcada, nem foram convocadas pelos sindicatos, mas a coesão dos trabalhadores em torno dos movimentos indicava um acúmulo de experiências de resistência nas fábricas, um profundo descontentamento com a política salarial da ditadura e um nível razoável de representatividade do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, que negociou os acordos para a volta ao trabalho, representando os operários nas diversas empresas. Essa representatividade maior do sindicato derivava de uma atuação dos dirigentes mais próximas dos interesses das bases, anunciada um ano antes [...]. Com a campanha de 1977, Luís Inácio Lula da Silva, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, tornou-se nacionalmente conhecido e passou a ser apontado como a mais importante liderança desse grupo de sindicalistas que se identificavam como "autênticos". Para estes, um "novo sindicalismo" dependeria da ruptura com a estrutura sindical, que atrelava sindicatos ao Estado e dificultava uma mobilização consciente dos trabalhadores (MATTOS, 2003, p. 62-63).

A greve, que contou com a adesão de aproximadamente 40 mil operários, adotou uma estratégia diferente, com os trabalha-

[230] Mais detalhes sobre o ressurgimento do movimento estudantil em 1977 e a reestruturação da UNE, ver o trabalho de Angélica Müller (2016).

dores cruzando os braços dentro das fábricas. Sem piquetes e sem "agitação", os grevistas conseguiram driblar a Lei de Segurança Nacional vigente[231] e obtiveram êxito nas suas reivindicações salariais (NAPOLITANO, 2014, p. 275-276).

A greve no ABC paulista deu início ao "novo sindicalismo" (como se autodenominou o movimento em oposição ao "velho sindicalismo pelego do período 1930-1964") e passou a servir de referencial de combatividade, sendo o marco de uma série de greves que eclodiram em vários locais do país nos meses seguintes, mobilizando metalúrgicos, motoristas e cobradores de ônibus, operários da construção civil, garis, bancários, professores, médicos, entre outras categorias profissionais. Se em 1978 ocorreram mais de 100 greves no país, em 1979 o número de movimentos paredistas duplicou[232] (MATTOS, 2003, p. 63).

Em suma, com o aumento das manifestações da sociedade civil pela redemocratização, a ditadura militar dava claros sinais de desgaste. Porém, sem abrir mão do seu projeto de distensão política lenta, gradual e segura, o general-presidente Ernesto Geisel anunciou, em agosto de 1977, sua intenção de dialogar com a oposição acerca de uma reforma constitucional de teor liberalizante, designando o senador Petrônio Portela Nunes (presidente do Senado e ex-presidente nacional da ARENA) para mediar as negociações – ressuscitando, assim, a "Missão Portela", que havia fracassado na crise do projeto de reforma do Judiciário. Entretanto, a "Missão Portela" não se restringia em negociar apenas com o MDB, abrangendo também os representantes da sociedade civil (KINZO, 1988, p. 193).

---

[231] Conforme será abordado posteriormente, no final de 1978 a Lei de Segurança Nacional foi reformada, passando a enquadrar os movimentos grevistas como ameaça à segurança nacional.

[232] De acordo com Adriano Codato (2005, p. 96), no Brasil ocorreram 118 greves em 1978 e 246 greves em 1979.

4.6. A Convenção Nacional do MDB de 1977 e a campanha pela Constituinte

Com o anúncio da "Missão Portela", o MDB mostrou-se pouco receptivo a dialogar com o governo, pois se encontrava impactado com as medidas casuísticas do "Pacote de Abril" e com as cassações de Marcos Tito e José Alencar Furtado. Foi neste clima que se realizou a convenção nacional do MDB, em 14 de setembro de 1977. Como o governo havia, em maio de 1977, prorrogado automaticamente, por mais dois anos, os mandatos das Executivas nacionais, estaduais e municipais dos partidos políticos, na convenção nacional emedebista o principal tema debatido foi a campanha pela Assembleia Constituinte.

Durante a convenção, o MDB decidiu adotar definitivamente o tema da defesa pela Constituinte, além de posicionar-se contrário à proposta de diálogo com o governo e pela defesa da anistia política. De acordo com Maria Kinzo (1988, p. 194):

> [...] No documento dali resultante, deixava-se claro que o diálogo ou negociações políticas somente seriam possíveis através de uma Assembleia Constituinte pela qual o partido lutaria através da mobilização da opinião pública. O documento reiterava também a posição do partido em defesa da anistia e concluía afirmando ser uma Assembleia Nacional Constituinte o único fórum capaz de estabelecer uma ordem verdadeiramente democrática no país.

O posicionamento do MDB revela a vitória dos setores mais combativos do partido – os grupos dos "autênticos" e dos "neoautênticos", ou simplesmente o "grupo autêntico", como passaria a ser chamado (KINZO, 1988, p. 194). Após a convenção, o MDB lançou oficialmente a campanha pela Constituinte no dia 20 de setembro.

No entanto, as chances de êxito da campanha do MDB por uma Constituinte eram praticamente nulas, pois o partido foi proibido de realizar na televisão e no rádio qualquer menção à campanha, assim como também de realizar comícios sobre o tema. Desse modo, a campanha da Constituinte – duramente criticada pelos arenistas – limitou-se a discursos parlamentares no Congresso e nas Assembleias estaduais e à publicação de um Manual do Constituinte, que explicava em linguagem simples à população o que significava uma Assembleia Nacional Constituinte. Assim, no final de 1977, a campanha pela Constituinte já havia morrido, tornando-se apenas mais um item na agenda do partido (KINZO, 1988, p. 194-195).

Outro fator que contribuiu para enfraquecer a já debilitada campanha pela Constituinte foi a "Missão Portela", que, entre o segundo semestre de 1977 e o primeiro semestre de 1978, reuniu-se com representantes da sociedade civil – líderes de várias associações profissionais e empresariais, representantes da Igreja católica, etc. – com o objetivo de dialogar sobre as reformas políticas a serem promovidas pelo governo. O MDB apenas passou a negociar oficialmente com Petrônio Portela em junho de 1978, quando Ulysses Guimarães reuniu-se com o senador arenista (KINZO, 1988, p. 195).

4.7. A renúncia coletiva da Executiva do MDB de Passo Fundo e a convenção municipal de 1978

Com a prorrogação automática dos mandatos das Executivas nacionais, estaduais e municipais, os diretórios da ARENA e do MDB de Passo Fundo não realizaram as suas convenções municipais de 1977. No entanto, o MDB passo-fundense, contrariado com a decisão governamental, decidiu pela renúncia coletiva dos

membros da Comissão Executiva municipal, presidida por Ruy do Amaral Martins, no final de 1977. Assim, se fez necessária a convocação de uma convenção extraordinária para 15 de janeiro de 1978, visando à eleição de uma nova Executiva municipal. Na convenção, o ex-prefeito Guaracy Barroso Marinho foi eleito presidente do diretório municipal do MDB, cuja nova Comissão Executiva ficou assim constituída:

Quadro 39

Comissão Executiva do MDB de Passo Fundo (eleita em janeiro de 1978)

Presidente	Guaracy Barroso Marinho (ex-prefeito)
Vice-Presidente	Pedro Monteiro da Costa (vereador suplente)
Secretário	Demosthenes Marques
Tesoureiro	Azir Trucolo

Fonte: O Nacional, 16 jan. 1978, p. 6; Diário da Manhã, 17 jan. 1978, p. 6.

Dessa forma, dois membros da antiga Executiva permaneceram na nova: o próprio Guaracy Barroso Marinho, que ascendeu de vice-presidente a presidente, e Pedro Monteiro da Costa, que passou de secretário a vice-presidente.

4.8. As reformas políticas de 1978 e o fim do AI-5

Pressionado por significativos setores da sociedade civil, o general-presidente Ernesto Geisel precisou rever o projeto inicial de distensão política, no qual ele não pretendia abrir mão do AI-5[233]. Desse modo, após as negociações empreendidas com repre-

[233] Em 1º de dezembro de 1977, em cerimônia no Palácio da Alvorada aos políticos arenistas, Ernesto Geisel fez um pronunciamento prevendo o fim do AI-5 e a sua substituição pelas "salvaguardas constitucionais". Cf. *Gazeta do Povo*, 2 dez. 1977, p. 9.

sentantes da sociedade civil por meio da "Missão Portela", o governo encaminhou ao Congresso, no final de junho de 1978, um projeto de emenda constitucional que propunha: a restauração do *habeas corpus*; a revogação do AI-5 e de outros Atos Institucionais e Complementares decretados a partir de 1968, limitando os poderes excepcionais ao qual o presidente poderia recorrer; inviolabilidade para o mandato parlamentar; garantias constitucionais para a magistratura; o retorno do Estado de sítio; a criação do Estado de emergência para condições especiais; a elegibilidade dos políticos cassados; e o estabelecimento do pluripartidarismo[234]. O senador José Sarney (ARENA/MA) foi escolhido por Geisel para ser o relator do projeto.

Embora atendesse algumas das reinvindicações da sociedade civil, o projeto – que foi amplamente criticado pelo MDB – ainda estava longe de introduzir mudanças substanciais no regime, pois no lugar do AI-5 seriam introduzidas as "salvaguardas do regime", assegurando ao presidente o uso de mecanismos constitucionais para combater "ações subversivas, rebeliões e de ameaças à segurança nacional" (KINZO, 1988, p.195-196). Denominada pela oposição de "entulho autoritário", as "salvaguardas do regime" previam:

> [...] além do Estado de sítio, que só poderia ser decretado com a aprovação do Congresso, criava-se o recurso do Estado de emergência [em substituição ao AI-5]. Ignorando a necessidade de consultas prévias ao Congresso, o Estado de emergência poderia ser decretado pelo presidente da República, o qual teria que simplesmente consultar o Conselho Constitucional – um novo órgão composto do presidente, vice-presidente, os presidentes do Senado e da Câmara Federal, além dos ministros da Justiça e das Forças Armadas. O Estado de emergência poderia durar até 90 dias e ser pro-

[234] Cf. *Gazeta do Povo*, 24 jun. 1978, p. 1.

> longado por mais 90 dias, durante os quais as imunidades parlamentares ficariam suspensas. Quanto a esta questão, o projeto do Executivo também foi limitado: não restabelecia total imunidade parlamentar já que "crimes contra a segurança nacional" seriam considerados casos excepcionais. Assim, embora o presidente da República não mais pudesse cassar arbitrariamente mandatos e suspender direitos políticos, os parlamentares ainda podiam estar sujeitos a esta punição através de processo judicial (KINZO, 1988, p. 196).

No Congresso, o MDB, por meio de uma emenda de autoria do senador Franco Montoro (MDB/SP), tentou introduzir as eleições diretas a governador e senador ainda em 1978 (Emenda Montoro). Outras propostas de emendas do MDB tratavam da revogação dos atos institucionais e complementares e da Lei Falcão, da convocação de uma Assembleia Constituinte a partir de 1979, a anistia política e a eliminação das medidas restritivas (o Estado de emergência) do projeto governamental[235]. No entanto, todas as propostas de emendas do MDB foram rechaçadas pelo governo.

Em 20 e 21 de setembro de 1978, depois de quase três meses de negociações, o projeto de emenda constitucional que tratava das reformas políticas foi aprovado no Congresso, recebendo, na votação em primeiro turno, 241 votos contra 145 da oposição. No segundo turno, ele foi aprovado por 227 votos, tendo o MDB abandonado o plenário, abstendo-se de votar (KINZO, 1988, p. 197). Após a aprovação das reformas políticas, o general-presidente Ernesto Geisel declarou à imprensa que o país comemorava "a primavera da democracia"[236].

As reformas políticas – que passariam a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1979 – foram promulgadas no dia 13 de outubro de

[235] Cf. *Gazeta do Povo*, 3 ago. 1978, p. 9.

[236] Cf. *Gazeta do Povo*, 22 set. 1978, p. 8.

1978, por meio da Emenda Constitucional nº 11. Desse modo, o AI-5 seria extinto após 10 anos de vigência. No entanto, manteve-se uma série de medidas restritivas (as "salvaguardas do regime"), acrescida de uma nova Lei de Segurança Nacional, que foram encaminhadas pelo governo ao Congresso em outubro. Se, por um lado, a proposta previa o fim das penas de morte, prisão perpétua e banimento, por outro previa enquadrar como crimes, por exemplo, a reorganização de partidos políticos ou associações dissolvidas (consideradas "ações subversivas") e realizações de greves, comícios, etc. (consideradas "ameaças à segurança nacional"). A nova Lei de Segurança Nacional foi aprovada no final de novembro de 1978 e passou a vigorar no final de dezembro de 1978[237].

Portanto, com as reformas políticas de 1978, o general-presidente Geisel "institucionalizava o regime", integrando à Constituição as "salvaguardas" que evitariam o uso dos atos de exceção. Entretanto, os temas do retorno do pluripartidarismo e da anistia política foram deixados para o futuro general-presidente, João Batista Figueiredo.

4.9. A crise sucessória e a eleição indireta de João Baptista Figueiredo

Além do crescimento do movimento oposicionista dos diversos setores da sociedade civil pela redemocratização, o general-presidente Ernesto Geisel precisou enfrentar uma crise militar, catalisada pela sucessão presidencial.

Para a "segunda linha dura", o projeto de distensão política de Geisel-Golbery era uma "traição aos ideais da Revolução", pois pretendia levar o país ao comunismo. Nesse sentido, as mobiliza-

[237] A nova Lei de Segurança Nacional – Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978 – passou a vigorar a partir de 20 de dezembro de 1978, data em que foi publicada no Diário Oficial. Cf. *Gazeta do Povo*, 29 dez. 1978, p. 7.

ções da sociedade civil e do clero progressista pelo retorno à democracia, assim como os movimentos sociais, eram interpretadas pela extrema-direita militar como uma prova da progressão do comunismo no país, incentivada pelo governo Geisel. Tal posição era compartilhada pelo general Sylvio Frota, ministro do Exército, que ambicionava a sucessão presidencial.

Anticomunista convicto, o general Sylvio Frota não escondia suas críticas ao governo Geisel, feitas em qualquer evento público onde comparecia como ministro e, virtualmente, como candidato. Defensor dos órgãos de repressão contra as "calúnias da mídia" e contrário ao projeto de distensão política, Frota se cacifava para concorrer à sucessão presidencial como mantenedor do "espírito de 1964", supostamente ameaçado pela "infiltração" de comunistas e subversivos no governo e pelo projeto de distensão. Inclusive, até no Congresso, em maio de 1977, esboçou-se uma articulação para a campanha de Frota à presidência da República, que contou com o apoio de aproximadamente 90 parlamentares da ARENA (NAPOLITANO, 2014, p. 269).

Além de Sylvio Frota, os principais nomes especulados à sucessão presidencial em 1977 eram o do general João Batista Figueiredo (chefe do SNI), do general reservista Euler Bentes Monteiro e do senador José de Magalhães Pinto (ARENA/MG), que se autoproclamava líder civil da "Revolução de 1964" e candidato da "conciliação nacional".

Contudo, o ministro Sylvio Frota procurava fortalecer-se junto aos quartéis, fazendo campanha no Exército (e também nos meios políticos civis), procurando repetir, assim, o que Costa e Silva havia feito com Castelo Branco. Em reação, o general-presidente Ernesto Geisel demitiu Sylvio Frota do Ministério do Exército, em 12 de outubro de 1977, e o general Hugo de Andrade Abreu (Chefe do Gabinete Militar) teve uma importante atuação, neutralizando possíveis reações de unidades militares solidárias a Sylvio Frota.

Acerca da crise militar de outubro de 1977, Marcos Napolitano (2014, p. 269-271) diz:

> As tensões culminaram na crise de 12 de outubro, com cheiro de golpe de Estado. Frota já esperava sua demissão, mas acreditou que boa parte do Exército ficaria ao seu lado, a julgar pelo apoio que tinha da oficialidade da ativa, de alguns generais da reserva, e mesmo dos políticos civis que apoiavam o regime. Logo pela manhã, foi comunicado do seu afastamento pelo presidente, mas não se fez de rogado. Foi ao seu gabinete disposto a lutar. Redigiu, ou desengavetou, um longo manifesto de oito páginas no qual denunciava o governo como sendo "complacente com o comunismo" e, portanto, ferindo o espírito da "Revolução". Distribuiu o manifesto à imprensa e a todos os comandantes militares, na esperança de que fosse redistribuído aos quartéis e provocasse um levante militar contra o governo. Para selar o golpe, convocou uma reunião de emergência do alto-comando do Exército […].
> Mas no xadrez da política, o xeque-mate foi do presidente Geisel, em uma operação que entrou para os anais da história da política palaciana do Brasil. Antes de demitir Frota, Geisel e Golbery neutralizaram os eventuais apoios dos comandos do Exército a Frota, além de deixar todo o ritual burocrático da demissão devidamente preparado, com direito a decreto e edição extra do *Diário Oficial*. O dia da demissão foi escolhido a dedo […]. O feriado fazia de Brasília uma cidade vazia e fantasma, ao menos de repartições públicas e expedientes burocráticos que poderiam se agitar […]. Como o manifesto de Frota não chegara aos quarteis, estes permaneceram calmos nas horas fatais. […] Uma curta nota pública foi lida pelo ministro Hugo Abreu dizendo que a demissão de Frota tinha sido por questões de ordem pessoal "sem qualquer vinculação com a questão da sucessão presidencial". Por via das dúvidas, caso toda essa contra operação política não funcionas-

> se e as armas falassem mais alto, as tropas mais fiéis ao presidente estavam em regime de prontidão.
> Restava, entretanto, uma porta aberta para o golpe: a reunião do alto-comando. Caso conseguisse se reunir com os generais, Frota poderia reverter a situação desfavorável, mobilizando os quartéis. Mas, novamente, a ação política da Presidência foi mais ágil, convocando os generais para irem ao Palácio do Planalto, e não ao Ministério do Exército. Chegando ao aeroporto, os generais foram virtualmente "sequestrados" pelos agentes do Planalto, antes de chegarem aos emissários de Frota, que os esperavam. Com o decreto publicado na edição "extra" do *Diário Oficial*, Frota já não tinha mais o cargo. Para o seu lugar, Geisel espertamente nomeou Fernando Belfort Bethlem, um "ex-duro". A sua nomeação foi acompanhada pela troca de comando de dezenas de batalhões para tirar da frente das armas qualquer simpatizante do "frotismo". A caneta do poder havia falado mais forte do que as armas da força.

Após a demissão de Sylvio Frota, Ernesto Geisel, no início de janeiro de 1978, anunciou oficialmente a escolha do general João Batista Figueiredo para sucedê-lo. Insatisfeito com a forma que Geisel tratou a sucessão presidencial – sem consultar o Alto Comando do Exército – e com a escolha do general Figueiredo, o general Hugo Abreu rompeu com o general-presidente e demitiu-se do governo no mesmo dia em que Geisel anunciou a escolha de Figueiredo. Posteriormente, o general Hugo Abreu passou a articular com os militares insatisfeitos, buscando um líder militar que pudesse concorrer contra o general Figueiredo. Desse modo, se aproximou do general Euler Bentes Monteiro, que, embora na reserva, desfrutava de prestígio na corporação militar (KINZO, 1988, p. 198).

Com as suas ambições frustradas com a indicação de Figueiredo, Magalhães Pinto continuou articulando a sua candidatura à

presidência, lançando, no dia 28 de fevereiro de 1978, um manifesto com a sua plataforma de governo, na qual defendia a revogação dos atos institucionais e do Pacote de Abril, a anistia parcial, o voto livre, o pluripartidarismo, a desestatização da economia, entre outras propostas. Em março, Magalhães Pinto anunciou o ex-ministro Severo Gomes como vice-presidente da sua chapa. Contudo, percebendo que as suas chances eram praticamente nulas dentro da ARENA, Magalhães Pinto criticou duramente o processo político e a convenção arenista, dizendo que se recusava a participar dessa "cerimonia vazia, destinada a sagrar uma escolha ditada pelo presidente da República".

De fato, Magalhães Pinto não participou da convenção Nacional da ARENA, realizada nos dias 8 e 9 de abril de 1978, que homologou as candidaturas do general João Batista Figueiredo – que havia sido promovido à quarta estrela no final de março – e Antônio Aureliano Chaves de Mendonça (então governador de Minas Gerais) à presidência e vice-presidência da República, respectivamente, recebendo 775 votos contra 25 em branco e dois votos nulos[238].

Após a homologação da candidatura do general Figueiredo pela ARENA, o senador Magalhães Pinto manteve a sua candidatura presidencial e declarou que pretendia lançar-se como candidato independente, esperando contar com o apoio do MDB e dos dissidentes arenistas. Assim, Magalhães Pinto lançou a Frente Nacional de Redemocratização no dia 12 de maio de 1978, em Recife, reafirmando a sua candidatura presidencial. No final de maio, Magalhães Pinto e o general Euler Bentes chegaram a um acordo, no qual se comprometiam a colaborarem juntos no mesmo movimento e ambos assinaram uma nota afirmando que a Frente Nacional de Redemocratização visava a congregar todas as forças políticas comprometidas com o fim do arbítrio e o restabelecimento do Es-

[238] Cf. *Gazeta do Povo*, 9 abr. 1978, p. 1 e 7.

tado de direito democrático no país. Na mesma nota também conclamavam o MDB a integrar à Frente (KINZO, 1988, p. 198-199).

Se, por um lado, Magalhães Pinto buscava o apoio do MDB para a sua candidatura, por outro, o MDB encontrava-se dividido quanto à participação ou não na Frente e sobre a posição a ser adotada pelo partido na sucessão presidencial. De acordo com Maria Kinzo (1988, p. 199):

> [...] A ideia de que o MDB deveria participar das eleições presidenciais indiretas com um candidato militar havia sido defendida por alguns elementos do MDB já em meados de 1977. Esta estratégia e o nome de Euler Bentes eram defendidos particularmente por alguns parlamentares do grupo autêntico, que viam nesta candidatura a possibilidade de atrair para a oposição o setor democrático e nacionalista das Forças Armadas. Além disso, seria uma forma de fraccionar o Exército. [...]
> Mas, no MDB, havia também aqueles que preferiam não tocar, de forma alguma, na questão militar. Dentre os elementos mais moderados, a preferência era pelo apoio à candidatura de Magalhães Pinto, com base no argumento de que, além de representar uma alternativa civil, ela possivelmente seria mais capaz de atrair o apoio de elementos insatisfeitos da ARENA – uma condição indispensável para que a candidatura presidencial do MDB tivesse alguma chance de sucesso. Ademais, a liderança moderada do partido via com muita cautela a ideia de adotar a candidatura do general Euler Bentes devido às consequências imprevisíveis que poderia provocar, particularmente diante das articulações empreendidas pelo general Hugo Abreu em sua tentativa de mobilizar militares dissidentes.

Posteriormente, no final de junho, o diretório nacional do MDB decidiu pela adesão à Frente e a candidatura do general Euler Bentes fortaleceu-se dentro do partido, recebendo, inclusive,

o apoio de políticos moderados. Enfraquecido, Magalhães Pinto desistiu da sua candidatura e deixou a Frente em agosto, enquanto o general Euler Bentes filiou-se ao MDB e teve a sua candidatura à presidência homologada na convenção nacional do partido, realizada no dia 23 de agosto de 1978. A chapa formada pelo general Euler Bentes e pelo senador Paulo Brossard (MDB/RS, candidato à vice-presidência) recebeu 340 votos de um total de 497, contra 107 votos em branco e 25 nulos[239].

Conforme observou Maria Kinzo (1988, p. 200), a campanha desenvolvida pela Frente Nacional de Redemocratização teve uma presença mais destacada no cenário político do que a campanha da Constituinte, com as reuniões realizadas em diversas capitais que reuniram de duas a três mil pessoas. No entanto, o seu impacto foi limitado em virtude do governo ter proibido qualquer menção no rádio e na televisão das atividades da Frente.

Para garantir a vitória do general Figueiredo na eleição indireta de 15 de outubro de 1978, o governo determinou que a ARENA fizesse uso da lei de fidelidade partidária para obrigar os seus membros a votarem no candidato oficial. Além disso, para impedir qualquer tentativa de ação por parte de algum grupo militar dissidente, o general Hugo Abreu foi detido no dia 2 de outubro, permanecendo preso por 20 dias (KINZO, 1988, p. 200). A prisão disciplinar de Hugo Abreu deve-se à acusação de transgressão do regulamento militar ao enviar a outros generais uma carta onde explicava o motivo da sua demissão do Gabinete Militar, criticando o general-presidente Geisel e a candidatura de Figueiredo e defendendo a candidatura de Euler Bentes, além de também acusar integrantes do governo de corrupção e abuso de poder[240].

Como era previsto, no dia 15 de outubro de 1978, o general João Batista Figueiredo foi eleito indiretamente presidente da

[239] Cf. *Gazeta do Povo*, 24 ago. 1978, p. 1.

[240] Ver a íntegra da carta em CHAGAS (1985, p. 292-298).

República, recebendo 355 votos da ARENA, enquanto o general Euler Bentes recebeu 226 votos do MDB. Houve ainda oito abstenções, dentre elas dos senadores arenistas dissidentes Magalhães Pinto, Accioly Filho e Teotônio Vilela[241]. No entanto, convém ressaltar que a derrota do "general do MDB" não foi tão acachapante se comparada com a eleição anterior: se em 1974 Geisel obteve 84% dos votos do Colégio Eleitoral, em 1978 Figueiredo venceu com 61% (CHIRIO, 2012, p. 207).

4.10. A sucessão estadual no Rio Grande do Sul e as eleições parlamentares de 1978

A escolha dos candidatos aos governos estaduais era uma decisão do general-presidente Ernesto Geisel e do general João Batista Figueiredo, o seu sucessor. Assim, no Rio Grande do Sul o então vice-governador José Augusto Amaral de Souza foi escolhido por Geisel e Figueiredo como próximo governador. Posteriormente, o deputado federal Otávio Germano foi indicado a vice-governador e o senador Tarso Dutra (que concorreria à reeleição) indicado a "senador biônico". Posteriormente, nas eleições indiretas, realizadas no dia 1º de setembro de 1978, o colégio eleitoral elegeu, respectivamente, José Amaral de Souza e Otávio Germano governador e vice-governador do Rio Grande do Sul e Tarso Dutra foi eleito indiretamente senador.

A outra vaga para a senatoria sul-rio-grandense seria decidida no pleito de 15 de novembro de 1978. Enquanto o MDB optou em concorrer com apenas um candidato, o deputado estadual Pedro Simon, presidente do MDB do Rio Grande do Sul, a ARENA homologou três candidatos: Mário Bernardino Ramos, José Mariano

[241] Cf. *Gazeta do Povo*, 16 out. 1978, p. 5 e 6.

da Rocha Filho e Fernando Affonso Gay da Fonseca. No entanto, os três candidatos arenistas somados não alcançaram a votação de Pedro Simon, que se elegeu senador[242]. Desse modo, o MDB sul-rio-grandense passaria a ter dois senadores (Pedro Simon e Paulo Brossard – eleito em 1974).

Em nível nacional, a ARENA elegeu 15 senadores contra oito do MDB[243] e obteve 55% da representação na Câmara Federal. Além disso, a ARENA também já havia garantido um terço do Senado por meio das eleições indiretas (os "senadores biônicos", eleitos em setembro), o que garantiu ao governo a maioria no Congresso. Entretanto, o MDB confirmou novamente a sua força nas urnas: se compararmos a votação total dos dois partidos, o MDB venceu a ARENA nas eleições senatoriais por uma diferença de 4,4 milhões de votos e nas eleições para a Câmara dos Deputados sua votação não diferiu da obtida pela ARENA (KINZO, 1988, p. 201-202).

Quadro 40

Desempenho eleitoral da ARENA e do MDB nas eleições para o Senado e Câmara dos Deputados (1966-1978)

Eleição/ano	Senado			Câmara dos Deputados	
	ARENA	MDB		ARENA	MDB
1966	18 (81,8%)	4 (18,2%)		277 (67,7%)	132 (32,2%)
1970	41 (89,1%)	5 (10,9%)		223 (71,9%)	87 (28,1%)
1974	6 (27,3%)	16 (72,7%)		204 (56%)	160 (44%)
1978	15 (65,2%)	8 (34,8%)		231 (55%)	189 (45%)

Fonte: KINZO, 1988, p. 74.

[242] Pedro Simon obteve 1.751.469 votos, contra 620.405 de Mário Ramos, 329.982 de José Mariano da Rocha Filho e 140.744 de Fernando Gay da Fonseca (Fonte: TRE/RS).

[243] Além do Rio Grande do Sul, o MDB venceu as eleições para o Senado em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Goiás e Paraíba (KINZO, 1988, p. 202).

Especificamente no Rio Grande do Sul, o MDB demonstrou a sua força, vencendo também as eleições para a Câmara dos Deputados e para a Assembleia Legislativa, elegendo 18 deputados federais e 31 deputados estaduais.

Quadro 41

Composição da bancada sul-rio-grandense na Câmara dos Deputados (1966-1978)

	1966 (Pós-AI-2)	1966	1970	1974	1978
ARENA	13 (44,8%)	14 (48,3%)	14 (53,8%)	13 (40,6%)	14 (43,75%)
MDB	15 (51,7%)	15 (51,7%)	12 (46,2%)	19 (59,4%)	18 (56,25%)
Não Filiados	1 (3,5%)	---	---	---	---
Total	29 (100%)	29 (100%)	26 (100%)	32 (100%)	32 (100%)

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Quadro 42

Composição da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1966-1978)

	1966 (Pós-AI-2)	1966	1970	1974	1978
ARENA	28 (50,9%)	27 (49,1%)	27 (54%)	23 (41,1%)	25 (44,6%)
MDB	27 (49,1%)	28 (50,9%)	23 (46%)	33 (58,9%)	31 (55,4%)
Total	55 (100%)	55 (100%)	50 (100%)	56 (100%)	56 (100%)

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

No pleito de 1978, o emedebista Alceu Collares foi novamente o deputado federal mais votado no estado, seguido do arenista

Cláudio Ênio Strassburguer. Por sua vez, o deputado estadual mais votado no Rio Grande do Sul foi o emedebista José Alberto Fogaça de Medeiros, seguido do arenista Airton Santos Vargas.

Em 1978, dois candidatos de Passo Fundo concorreram à Câmara dos Deputados: o deputado federal arenista Justiniano Augusto de Araújo Trein foi reeleito, enquanto o vereador emedebista Ernesto Félix Scortegagna não obteve êxito (DAMIAN, 2010, p. 150).

Para a Assembleia Legislativa concorreram seis candidatos de Passo Fundo, sendo eleito o ex-vereador Romeu Martinelli, da ARENA, enquanto o emedebista Jorge Alberto Pilar Bandarra não conseguiu a reeleição. Os outros candidatos que também não obtiveram êxito foram o ex-vereador Paulo Roberto Sandri Pires e o vereador Adirbal da Silva Corralo, ambos da ARENA, e Éden José Rodrigues Pedroso e o vereador Delmo Alves Xavier, ambos do MDB (DAMIAN, 2010, p. 163).

2.11. A Revolta dos Motoqueiros[244]

Em 5 de fevereiro de 1979, Passo Fundo vivenciou um episódio marcante, que ganhou repercussão nacional, com a eclosão de uma grande manifestação popular em virtude do assassinato de Clodoaldo Teixeira, um jovem motociclista de 17 anos, morto por um policial militar, com um tiro nas costas, ao cometer uma infração de trânsito. A morte de Clodoaldo Teixeira promoveu uma comoção na cidade e uma grande manifestação popular, sobretudo de motoqueiros[245]. No dia seguinte, após o sepultamento de Clodoaldo Teixeira, que foi acompanhado por milhares de pessoas, a população protestou contra a Brigada Militar, com uma viatura sen-

[244] Sobre a Revolta dos Motoqueiros, ver José Ernani de Almeida (2006) e o artigo de Alex Antônio Vanin e Roberto Biluczyk (2020).

[245] Cf. *O Nacional*, 6 fev. 1979, p. 1.

do incendiada em frente à Praça Marechal Floriano e a ocorrência de um confronto entre os policiais militares e os manifestantes – em frente do CPA/3, na Avenida Brasil –, resultando na morte de Adão Faustino – de 19 anos, morto com um tiro no pescoço – e em ferimentos em Joceli Joaquim Macedo – de 17 anos, que levou um tiro no tórax e viria a falecer alguns dias depois – e Pedro Carlos dos Santos – de 24 anos, ferido com um tiro nas nádegas[246] (ALMEIDA, 2006, p. 286).

Posteriormente, as manifestações foram controladas por meio da intervenção do Exército. No entanto, o episódio, que ficou conhecido como a Revolta dos Motoqueiros, marcou a história de Passo Fundo, sendo considerada uma das maiores manifestações populares ocorridas na cidade e interpretada por jornalistas e historiadores como uma manifestação contra a ditadura militar. Porém, talvez seja necessário relativizar tal interpretação, uma vez que os manifestantes protestavam, sobretudo, contra violência policial praticada contra os motociclistas na cidade.

[246] Cf. *O Nacional,* 7 fev. 1979, p. 1.

Capítulo V

O retorno do pluripartidarismo (1979-1982)

Ao assumir a presidência da República, em 15 de março de 1979, o general João Batista Figueiredo deu continuidade ao projeto de distensão política lenta, gradual e segura. A composição inicial do novo governo demonstrava mais continuidade do que mudanças em relação ao governo Geisel, com a manutenção do general Golbery do Couto e Silva na Casa Civil da Presidência e as nomeações do senador Petrônio Portella Nunes[247] para o Ministério da Justiça e do economista Mário Henrique Simonsen[248] (anteriormente ministro da Fazenda) para o Ministério do Planejamento, em um novo superministério econômico[249] (SKIDMORE, 1988, p. 410-412).

---

[247] Petrônio Portella Nunes faleceu em janeiro de 1980, sendo substituído na pasta por Ibrahim Abi-Ackel.

[248] Mário Simonsen foi substituído na pasta, em agosto de 1979, por Antônio Delfim Netto.

[249] Os demais ministérios do governo Figueiredo ficaram assim distribuídos: Karlos Heinz Rischbieter (próximo de Ney Braga) no Ministério da Fazenda (sendo substituído na pasta, em janeiro de 1980, por Ernane Galvêas); Antônio Delfim Netto no Ministério da Agricultura (sendo substituído, em agosto de 1979, por Ângelo Amaury Stabile); o general Walter Pires de Carvalho e Albuquerque no Ministério do Exército; o almirante Maximiano Eduardo da Silva Fonseca no Ministério da Marinha; o tenente-brigadeiro Délio Jardim de Mattos no Ministério da Aeronáutica; o general Danilo Venturini na Casa Militar; o coronel Mário David Andreazza (ex-ministro dos Transportes entre 1967 a 1974) no Ministério do Interior; o banqueiro Murillo Macedo no Ministério do Trabalho; o crítico literário Eduardo Mattos Portella no Ministério da Educação e Cultura (sendo substituído, em novembro de 1980, por Rubem Carlos Ludwig); Mário Augusto Jorge de Castro Lima no Ministério da Saúde; João Camilo

No seu discurso de posse, Figueiredo "comprometeu-se em fazer do país uma democracia plena[250]" e o processo de liberalização limitada e controlada (chamado de distensão), iniciado no governo Geisel, passou a ser chamado de "abertura". No entanto, convém ressaltar que, no começo do governo Figueiredo, a ditadura ainda não tinha data para acabar e o general-presidente declarou à imprensa que era contrário ao retorno das eleições diretas à presidência da República[251].

Durante o processo de distensão política, grupos de extrema-direita praticaram dezenas de atentados a bomba e ações de violência contra pessoas, instituições, associações e órgãos da imprensa identificados com a oposição, considerados pelos extremistas como "inimigos da Revolução" e comunistas. A série de atentados, iniciados em 1976, se multiplicaram entre 1978 e 1981, no final do governo Geisel e início do governo Figueiredo (considerado pela extrema-direita o maior "traidor da Revolução"). Nesse período nasce ou renasce inúmeros grupos paramilitares que irão perpetrar inúmeros atentados e ações de violência, como os conhecidos Comando de Caça aos Comunistas (CCC)[252] e Movimento

---

Penna no Ministério da Indústria e Comércio; Jair de Oliveira Soares no Ministério da Previdência e Assistência Social; Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro no Ministério das Relações Exteriores; César Cals de Oliveira Filho no Ministério das Minas e Energia; Eliseu Resende no Ministério dos Transportes; Haroldo Corrêa de Mattos para o Ministério das Comunicações, e o general Otávio Aguiar de Medeiros no SNI. Cf. SKIDMORE, 1988, p. 410-412.

250 Cf. *Gazeta do Povo*, 16 mar. 1979, p. 1 e 7.

251 O general-presidente João Batista Figueiredo declarou que, se dependesse dele, jamais seriam reestabelecidas no Brasil as eleições diretas à presidência da República, devendo ser eternizado o sistema de eleições indiretas. Cf. *Gazeta do Povo*, 9 nov. 1979, p. 1.

252 Em Passo Fundo, o CCC enviou uma série de cartas anônimas em 1980, ameaçando o padre Alcides Guareschi (vice-reitor da Universidade de Passo Fundo), o vereador Argeu Santarém (líder do PDT na Câmara municipal), o vereador Ernesto Scortegagna (PDT), o advogado Ney Menna Barreto (presidente provisório do diretório do PDT de Passo Fundo), o jornalista Ivaldino Tasca (do *O Nacional*), o médico Rudah Jorge (diretor do Hospital São Vicente de Paulo e vinculado ao PDT), a líder estudantil Maria Isabel Torres e o estudante Vasco Parreira Duarte Júnior (ex-presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina), além de duas revisteiras: a Revisteira Central (de propriedade de Aldrian Ramirez) e a Revisteira Nosleg (de propriedade de Arno Endres). Cf. *O Nacional*, 8 ago. 1980, p. 1.

Anticomunista (MAC) – que agiam desde a década de 1960 – e os novos grupos, como o Comando Delta, a Falange Pátria Nova e as Brigadas Moralistas (CHIRIO, 2012, p. 188). Todos esses grupos paramilitares de extrema-direita se consideravam "defensores da Revolução de 1964 e combatentes do inimigo comunista".

A "direita explosiva" foi responsável por dezenas de atentados entre 1978 e 1981, com o objetivo de criar pânico e enviar recados aos oposicionistas e ao próprio governo. Um desses atentados vitimou a secretária da OAB, no Rio de Janeiro, Lyda Monteiro da Silva, em agosto de 1980. Outro alvo dos extremistas foram as bancas que vendiam jornais alternativos: dezenas de bancas em várias cidades do país foram atacadas durante a noite. Outro recurso comum dos grupos de extrema-direita era o sequestro de pessoas ligadas à oposição, muitos submetidos a espancamentos. Embora o general-presidente tenha reagido com fortes discursos, na prática houve pouco esforço da ditadura em investigar efetivamente os atentados e em punir os envolvidos, sinalizando para a impunidade da "direita explosiva", como ficou explícito no atentado no Riocentro, em 1981[253]. O acobertamento do caso contribuiu para o desgaste do governo (NAPOLITANO, 2014, p. 294-295).

Outro fator que contribuiu fortemente para o desgaste da ditadura militar foi a grave crise socioeconômica e inflacionária, que catalisou a eclosão de inúmeras greves em todo o país, como a greve geral dos metalúrgicos na região do ABC paulista, iniciada no dia 13 de março de 1979, dois dias antes da posse do general-presidente. Liderados por Luís Inácio Lula da Silva, cerca de 180 mil metalúrgicos aderiram ao movimento paredista, que durou 14 dias, após impasses nas negociações salariais e a repressão policial e

[253] Na noite de 30 de abril de 1981, dois agentes do DOI-CODI, do Rio de Janeiro, planejaram um atentado no Riocentro, onde ocorria um show de MPB com artistas símbolos da oposição (como Chico Buarque), que reuniu milhares de jovens. Porém, uma das bombas explodiu dentro do carro dos agentes quando era preparada, matando o sargento Guilherme Ferreira do Rosário e ferindo o capitão Wilson Luís Chaves Machado.

a intervenção nos sindicatos. Apesar das poucas conquistas efetivas, o movimento e a suas lideranças saíram prestigiadas, contando com o apoio de setores da Igreja católica, do MDB, de estudantes, intelectuais e demais setores da classe trabalhadora (NAPOLITANO, 2014, p. 286-287).

Além da crise econômica e inflacionária e a eclosão de inúmeras greves[254] pelo país, os primeiros meses do governo Figueiredo foram marcados pelos debates acerca da anistia política e da reforma político-partidária que determinaria o fim do bipartidarismo e a extinção da ARENA e do MDB. Tais temas serão abordados no presente capítulo, que visa a analisar o epílogo da ARENA e do MDB no Rio Grande do Sul e em Passo Fundo, o retorno do pluripartidarismo e as eleições de 1982.

5.1. A Lei de Anistia e os seus limites[255]

Liderado pela advogada Therezinha Godoy Zerbini, o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) foi organizado 1975, em São Paulo, por mães, esposas e filhas de presos políticos, desaparecidos e exilados. Contando com o apoio do arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, o MFPA criou, em 1975, núcleos em algumas cidades do país, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Londrina (RODEGHERO, 2011, p. 29-30). Entre 1975 e 1977, o MFPA buscou apoio do MDB, de setores da Igreja católica, da OAB, do movimento estudantil e, inclusive, houve uma tentativa de sensibilizar o governo norte-americano de Jimmy Carter.

[254] Em 1979 ocorreram 246 greves no Brasil; em 1980, ocorreram 144, apesar da repressão e do enquadramento dos grevistas na Lei de Segurança Nacional; em 1981, ocorreram 150 greves no país; em 1982, eclodiram 144 movimentos paredistas; em 1983, houve 347 greves; em 1984, o número de movimentos grevistas no país chegou a 492 (CODATO, 2005, p. 96).

[255] Mais detalhes sobre a Lei de Anistia, ver os trabalhos de Carla Simone Rodeghero (2011 e 2014) e Renato Luís do Couto Neto e Lemos (2018).

Dessa forma, a anistia integrou o conjunto das liberdades democráticas que se buscava reconquistar: à luta pelo fim do AI-5, o fim da censura, as liberdades de expressão, reunião e manifestação se mesclaram à luta pela anistia (RODEGHERO, 2014, p. 178-179).

Contudo, o movimento pela anistia ganhou força a partir de 1977, com o apoio da CNBB, do MDB e do movimento estudantil, que organizou manifestações em diversas cidades do país. Assim, surgiram os Dias Nacionais de Protesto e Luta pela Anistia e formaram-se os Comitês Primeiro de Maio pela Anistia. Posteriormente, em fevereiro de 1978, formou-se, no Rio de Janeiro, o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) (FICO, 2015, p. 96). Entre os fundadores do CBA estavam o general Pery Bevilacqua, ex-ministro do Superior Tribunal Militar, cassado em 1969 pelo AI-5.

O Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), apoiado pela Igreja e por setores da esquerda, organizou uma campanha em âmbito nacional reivindicando anistia ampla, geral e irrestrita[256] (KINZO, 1988, p. 188). Foram fundados seções do CBA nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul[257], Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso e Distrito Federal. No exterior, foram fundados comitês em Berlim, Bruxelas, Lausanne, Londres, Paris e Roma. Portanto, os CBAs desempenharam um papel decisivo na mobilização da opinião pública e por terem estabelecido ligações com a imprensa internacional e com organizações internacionais de defesa dos direitos humanos. (LEMOS, 2018, p. 284-285).

No entanto, dentro do CBA e do MDB a proposta de uma anistia ampla, geral e irrestrita não era unanimidade, pois havia integrantes da campanha que admitiam uma anistia recíproca, isto é,

---

[256] Ampla: para todas as manifestações de oposição ao regime; Geral: para todas as vítimas da repressão; Irrestrita: sem discriminações ou restrições (RODEGHERO, 2011, p. 146).

[257] Em Passo Fundo, a vereadora Heloísa Almeida (MDB) foi uma das principais representantes do Comitê Brasileiro pela Anistia, lançando, em abril de 1978, a campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita no município. Cf. *O Nacional,* 15 abr. 1978, p. 6.

o perdão aos presos políticos e exilados e também aos agentes da repressão (FICO, 2015, p. 97).

No Congresso, o MDB procurou incluir o tema da anistia política no debate das reformas políticas de 1978. No entanto, a anistia foi postergada pelo general-presidente Ernesto Geisel, que negou inseri-la nas reformas de 1978. Porém, no final do governo Geisel já se pensava na possibilidade da ditadura conceder uma anistia parcial (que excluísse os presos políticos e exilados considerados "terroristas") e recíproca (que abrangesse também os agentes da repressão) (RODEGHERO, 2014, p. 180). O objetivo da ditadura era evitar o "revanchismo", isto é, evitar o julgamento de militares e civis acusados por violações de direitos humanos e assassinatos.

Conforme Carla Rodeghero (2014, p. 180-181), a luta pela anistia também esteve presente nas prisões de várias cidades do país, onde ações como greves de fome pressionavam as autoridades para que reconhecessem a condição dos presos políticos, tratados como "terroristas" e submetidos a maus-tratos.

Pressionado por setores da sociedade e da opinião pública, o general-presidente João Batista Figueiredo, após assumir o governo em março de 1979, incluiu o tema da anistia no projeto de distensão política (agora chamado de "abertura"), encaminhando um projeto de lei ao Congresso no dia 27 de junho de 1979:

> [...] O projeto definia que seriam anistiados os que cometeram crimes políticos e conexos, e que tivessem sido punidos com base nos Atos Institucionais e Complementares, com exclusão dos que foram condenados por terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal. A medida abrangia também os que perderam direitos políticos, os funcionários públicos e líderes sindicais que haviam sido afastados em decorrência da mesma legislação. A reintegração ao serviço público seria condicionada à existência de vagas e ao interesse da administração, sendo que os funcionários civis e

> militares afastados teriam seus requerimentos avaliados por comissões ligadas aos respectivos ministérios (RODEGHERO, 2014, p. 181).

Além de propor uma anistia parcial, o projeto imposto pela ditadura procurou também incluir os agentes da repressão no projeto de anistia, o que catalisou fortes críticas de setores do MDB, do Comitê Brasileiro pela Anistia, da OAB, de sindicatos, do movimento estudantil, entre outros setores da sociedade. No Congresso, as tentativas do MDB de inserir emendas ao projeto foram derrotadas, em virtude da maioria de parlamentares governistas.

O projeto de anistia restrita e recíproca foi votado no dia 22 de agosto de 1979, sendo aprovado por uma pequena diferença de votos após uma longa, tensa e tumultuada sessão no Congresso. De acordo com Carlos Fico (2015, p. 98):

> A votação do projeto foi conturbada: na tarde do dia 21 de agosto, um ato público em favor da anistia, na rampa do edifício do Congresso Nacional, foi dissolvido com bombas de gás lacrimogêneo. As galerias, na sessão do dia 22 de agosto, foram ocupadas, logo cedo, por recrutas à paisana – uma tentativa governista de evitar protestos contra os arenistas. A manobra falhou porque, denunciada, resultou na retirada dos soldados. Vaiados por manifestantes que, afinal, conseguiram ocupar as galerias, alguns arenistas tentaram ocultar-se no fundo do plenário, mas seus pronunciamentos eram recebidos com gritos e acusações.

No dia 28 de agosto, a lei foi sancionada pelo general-presidente Figueiredo. As avaliações sobre a Lei de Anistia foram marcadas pela meia vitória conquistada e a meia derrota sofrida, com críticas às limitações do projeto e denúncias do uso da expressão "crimes conexos", entendido como uma autoanistia, isto é, uma es-

tratégia para garantir a impunidade aos agentes da repressão (RODEGHERO, 2014, p. 182).

Portanto, a Lei de Anistia (Lei nº 6.683/79) incluía a possibilidade legal de anistiar torturadores e assassinos a serviço do aparelho repressivo do Estado, além de não anistiar os presos políticos que pegaram em armas contra a ditadura (chamados genericamente de "terroristas"), que na época totalizava 195 pessoas. No entanto, na prática, estes presos políticos acabaram sendo libertados por outros recursos jurídicos, como revisões de pena e indultos (NAPOLITANO, 2014, p. 299).

Em novembro de 1979, o general-presidente regulamentou a Lei de Anistia. A partir de então, tornou-se massivo o retorno dos exilados, os presos políticos remanescentes são libertados e as pessoas que viviam na clandestinidade retornam à vida normal. O último preso político do país, José Sales de Oliveira, foi libertado em outubro de 1980 (LEMOS, 2018, p. 463-465).

Contudo, a luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita e pela punição dos agentes da repressão (torturadores e assassinos) não foi encerrada com a Lei de Anistia de 1979. Porém, com o tempo, a luta pela justiça acabou ficando restrita a entidades de direitos humanos e aos familiares dos mortos e desaparecidos políticos (NAPOLITANO, 2014, p. 299).

5.2. A reforma político-partidária de 1979 e o fim do bipartidarismo

Desde a vitória eleitoral do MDB em 1974, a ditadura militar preocupava-se em deter o crescimento eleitoral do partido oposicionista. Assim, a Lei Falcão, de 1976, e a invenção do "senador biônico", por meio do Pacote de Abril de 1977, revelaram-se medidas casuísticas que asseguraram ao governo, por meio da ARENA, garantir a maioria parlamentar nas eleições de 1978. Por outro

lado, tais medidas não impediram o crescimento eleitoral do MDB nas eleições de 1978, partido que aglutinava a oposição e angariava a simpatia popular.

Dessa forma, uma reforma político-partidária que possibilitasse o retorno do pluripartidarismo e, assim, fragmentasse a oposição reunida no MDB passou a ser uma estratégia vislumbrada pelo governo, que, antes das eleições de 1978, estimulou o debate sobre a reforma político-partidária visando a provocar dissensões dentro do MDB, tentando, assim, prejudicá-lo eleitoralmente. Inclusive, o governo chegou a tocar na questão político-partidária – diminuindo as exigências para a criação de novos partidos[258] – no conjunto de propostas da emenda constitucional encaminhada em julho de 1978 e aprovadas em setembro de 1978 no Congresso (KINZO, 1988, p. 206).

Entretanto, uma reforma que decretasse o fim do bipartidarismo não ameaçaria apenas desintegrar o MDB, mas também a própria ARENA, uma vez que o partido governista estava longe de ser unido e coeso. Desse modo, a ditadura procurou concentrar seus esforços em garantir que o partido governista não se fragmentasse, preservando a sua base parlamentar. Sob este aspecto, a escolha dos governadores indiretos em 1978 objetivou também criar condições para uma futura reforma político-partidária, pois, além da lealdade ao governo central, os escolhidos deveriam ter prestígio político e serem capazes de criar uma base forte para a reorganização do partido governista (KINZO, 1988, p. 205-206).

Contudo, o fato da ARENA ter garantido a maioria parlamentar nas eleições de novembro de 1978 possibilitou ao governo adiar a reforma político-partidária e trabalhar para o fortalecimento do parti-

[258] De acordo com Maria Kinzo (1988, p. 206), a emenda encaminhada pelo governo não propiciava normas claras e definidas acerca da reforma político-partidária. Além de diminuir as exigências para a criação de novos partidos, a emenda também possibilitava que parlamentares migrassem do MDB para ARENA, e vice-versa, visando a criar uma alternativa para o governo caso o MDB obtivesse a maioria na Câmara Federal.

do, que enfrentava dificuldades criadas pelos dissidentes (capitaneados pelo senador José de Magalhães Pinto), que pretendiam fundar um novo partido menos submisso ao governo (KINZO, 1988, p. 207).

No MDB, por sua vez, embora o governo não tenha obtido êxito na tentativa de fragmentá-lo em 1978, contribuiu para o agravamento dos conflitos internos do partido, então dividido entre "autênticos", "moderados" e "adesistas[259]". Conforme observou Maria Kinzo (1988, p. 207):

> [...] Entre 1978 e 1979, enquanto o MDB denunciava persistentemente o governo por usar a questão partidária para enfraquecer a oposição, um número considerável de emedebistas trabalhava abertamente para a criação de outros partidos. Assim, 1979 iniciava-se com o MDB dividido entre os que defendiam a abertura do leque partidário e os que estavam determinados a dar continuidade ao MDB como única frente oposicionista. Estes últimos, liderados pelo presidente nacional do partido, Ulysses Guimarães, argumentavam que a criação de outros partidos oposicionistas iria, na verdade, ajudar o governo em sua estratégia de dividir a oposição e, ao mesmo tempo, manteria inalterada a natureza do regime.

Embora os emedebistas denunciassem o caráter casuístico da reforma político-partidária, que visava a fragmentar a oposição, as notícias da possibilidade do retorno ao pluripartidarismo resultaram nas articulações para a reorganização do PTB[260], ameaçando provocar fissuras dentro do MDB.

---

[259] Maria Kinzo (1988, p. 207) lembra que a maioria dos "adesistas", que poderiam ter migrado para a ARENA após a permissão de troca de legendas com a reforma de 1978, preferiu esperar pela definição das regras do futuro quadro partidário antes de deixar o MDB.

[260] As articulações para a reorganização do PTB foram lideradas por Ivete Vargas, Doutel de Andrade (ex-deputados federais cassados em 1969 pelo AI-5) e Leonel Brizola, que ainda se encontrava no exílio. Em abril de 1979, com 109 assinaturas, o PTB solicitou o seu registro junto ao TSE.

A partir de maio de 1979, o general-presidente João Batista Figueiredo, Petrônio Portella (ministro da Justiça) e o senador José Sarney (presidente nacional da ARENA[261]) passaram a articular para que a reforma político-partidária previsse a extinção dos dois partidos existentes, sem causar nenhum efeito negativo ao governo, que garantiria a maioria parlamentar com a formação de um novo partido governista (inicialmente chamado de "ARENÃO")[262]. A medida visivelmente visava a fragilizar o MDB, que reagiu com veementes protestos contra as manobras do governo e contra a sua extinção.

Como a extinção da ARENA e do MDB era considerado um fato praticamente consumado nos círculos políticos, José Sarney foi incumbido da missão de organizar o novo partido governista (o "ARENÃO"), deixando explícito que o governo priorizava a formação de um único e forte partido que lhe garantisse a maioria parlamentar. Além do "ARENÃO", o governo esperava a formação de um partido independente (que aglutinasse os dissidentes arenistas e os setores liberais e moderados do MDB) e dois partidos oposicionistas (MDB e PTB), que dividiriam e, assim, enfraqueceriam a oposição. Quanto ao PCB, o governo posicionava-se contra a sua legalização[263].

Também convém lembrar que, com o retorno ao pluripartidarismo, a organização de um Partido dos Trabalhadores começou a ser discutida no final de 1978, sendo que, no início de 1979, a proposta voltou a ser debatida durante um congresso de trabalhadores metalúrgicos, realizado em Lins/SP[264]. Nos meses seguintes,

---

[261] Indicado pelo general-presidente João Batista Figueiredo, o senador José Sarney foi eleito presidente nacional da ARENA em 31 de janeiro de 1979, após Francelino Pereira dos Santos renunciar à presidência da Executiva nacional do partido para assumir o governo de Minas Gerais. Cf. *Gazeta do Povo*, 19 jan. 1979, p. 7.

[262] Cf. *Gazeta do Povo*, 15 maio 1979, p. 7.

[263] Cf. *Gazeta do Povo*, 22 jul. 1979, p. 7.

[264] Cf. *Gazeta do Povo*, 26 jan. 1979, p. 7.

a criação do novo partido político foi articulada por líderes sindicais em todo o país, sob a liderança do metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva.

Contudo, em 1979 estavam previstas as eleições dos novos diretórios municipais, estaduais e nacionais dos partidos políticos. No entanto, em virtude da reforma político-partidária e da sua provável extinção, a ARENA optou em adiar as suas convenções municipais, estaduais e a convenção nacional por seis meses[265]. O MDB, por sua vez, optou em não adiar as convenções partidárias previstas para 1979, agendando as convenções municipais para agosto[266], as convenções estaduais[267] para outubro e a convenção nacional para o início de novembro.

Todavia, o projeto governamental de reforma político-partidária foi encaminhado no dia 18 de outubro de 1979 ao Congresso, contendo as novas normas para a organização dos partidos políticos, tornando obrigatória a inclusão da palavra "partido" na sua denominação (impossibilitando o retorno da sigla UDN e a manutenção da sigla MDB). Ademais, o projeto também previa o fim do bipartidarismo, a dissolução da ARENA e do MDB, a permissão para as coligações partidárias e a manutenção da sublegenda para as eleições para senador e prefeito[268].

O MDB reagiu contra a sua extinção, protestando a pedindo o apoio popular contra a reforma proposta pelo governo. A iminente extinção do partido e provável implosão da oposição propiciou que os parlamentares emedebistas defendessem a unidade oposicionista

---

[265] Em junho de 1979, o Congresso aprovou o projeto de lei do senador Antônio Mendes Canale (ARENA/MS), que facultava aos partidos políticos adiar por seis meses as suas convenções partidárias. Cf. *Gazeta do Povo*, 6 jun. 1979, p. 7; *Gazeta do Povo*, 10 jun. 1979, p. 6.

[266] Em agosto de 1979, o vereador Odilon Soares de Lima foi eleito presidente do diretório do MDB de Passo Fundo. Também integraram a última Comissão Executiva do MDB passo-fundense: o vereador suplente Pedro Monteiro da Costa (vice-presidente); o vereador Ivo Pacheco (secretário); e Florisbelo Ferreira (tesoureiro). Cf. *O Nacional*, 27 ago. 1979, p. 1.

[267] Em outubro de 1979, Pedro Simon foi reeleito presidente do MDB do Rio Grande do Sul.

[268] Cf. *Gazeta do Povo*, 19 out. 1979, p. 7.

no Congresso, inclusive com a divulgação de um manifesto cujos signatários se comprometiam em permanecer em um mesmo partido.

No dia 4 de novembro de 1979 ocorreu a última convenção nacional do MDB. Na tentativa de manter a unidade do partido, "autênticos" e "moderados" formaram uma chapa única, denominada "Harmonia", que reelegeu o deputado Ulysses Guimarães na presidência da Executiva nacional do partido[269].

Apesar dos protestos do MDB, o projeto de reforma político-partidária foi aprovado no dia 22 de novembro de 1979, após uma tumultuada sessão no Congresso, recebendo 229 votos de deputados e 41 votos de senadores, contra 117 votos de deputados e 25 votos de senadores. Desse modo, ARENA e MDB deixaram de existir como organizações políticas após 13 anos de limitada e turbulenta participação no sistema político implantado pela ditadura militar (KINZO, 1988, p. 208).

De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2008, p. 105):

> [...] A reforma partidária não surgiu da derrocada do regime militar, mas de uma tentativa de reciclá-lo e prolongá-lo. Os estrategistas governamentais visavam, além de enfraquecer a oposição, diminuir a tensão política com uma concessão de natureza democrática. Ao fim e ao cabo o retorno do pluripartidarismo era uma tentativa de reduzir as pressões sobre o Estado militar, com o objetivo de garantir-lhe a permanência.

Com o fim do bipartidarismo e o retorno ao pluripartidarismo foram organizados novos partidos políticos em 1980, como o Partido Democrático Social (PDS), sucedâneo da ARENA, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), herdeiro do MDB, o Partido Popular (PP), organizado por emedebistas "moderados" e dissidentes da ARENA, o Partido Trabalhista Brasileiro

[269] Cf. *Gazeta do Povo*, 5 nov. 1979, p. 7.

(PTB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), de Leonel Brizola, e o Partido dos Trabalhadores (PT), liderado pelo líder sindical Luís Inácio Lula da Silva.

5.3. O retorno do pluripartidarismo no Rio Grande do Sul

O PDS surgiu como uma continuidade da ARENA, extinta com a reforma político-partidária de 1979. A nova nomenclatura do partido governista foi uma estratégia eleitoral que visava a distanciar-se da já desgastada e impopular ARENA, além de dar ao eleitor a impressão de que o PDS era um partido diferente e moderno, preocupado com as demandas sociais e democráticas da sociedade civil (MOTTA, 2008, p. 105).

Liderada pelo senador José Sarney, a Comissão Nacional provisória do PDS lançou, no dia 25 de janeiro de 1980, o manifesto de criação do "novo" partido governista[270], que foi oficialmente fundado no dia 31 de janeiro de 1980[271]. As articulações para a criação do PDS garantiram a maioria parlamentar ao governo no Congresso, com 215 (51,2%) cadeiras na Câmara dos Deputados e 39 (58,2%) cadeiras no Senado.

No Rio Grande do Sul, todos os parlamentares vinculados à ARENA (14 deputados federais, um senador e 25 deputados estaduais) migraram para o PDS, garantindo ao "novo" partido governista a maioria dos parlamentares na Assembleia Legislativa, uma vez que ocorreu a esperada fragmentação da oposição no estado, com o ingresso dos ex-emedebistas no PMDB e no PDT de Leonel Brizola.

Após a extinção do MDB, os esforços em manter unida a oposição resultaram na criação do Partido do Movimento Democrático

[270] Cf. *Gazeta do Povo*, 26 jan. 1980, p. 7.

[271] Cf. *Gazeta do Povo*, 1º fev. 1980, p. 1 e 7.

Brasileiro (PMDB), que procurou conservar a popularidade e o capital político da antiga sigla (MDB) apenas acrescentando a palavra "Partido" para atender às exigências da nova lei. Desse modo, a sigla PMDB possibilitou que o eleitorado o reconhecesse como uma continuidade do extinto MDB na luta contra o autoritarismo e pelo restabelecimento da democracia (MOTTA, 2008, p. 105-106).

No seu manifesto de criação, de dezembro de 1979, o PMDB reiterou a luta contra o autoritarismo, enfatizando os objetivos de organizar um partido para todos os trabalhadores e conquistar uma maior participação política ligada aos movimentos sociais da sociedade civil (KINZO, 1988, p. 210). O PMDB foi oficialmente fundado no dia 15 de janeiro de 1980, após uma reunião realizada na Câmara dos Deputados, com o deputado Ulysses Guimarães sendo escolhido presidente provisório do novo partido[272], cujo registro foi reconhecido pelo TSE no dia 9 de junho de 1980 (PALMEIRA, 2017, p. 67). No Rio Grande do Sul, o senador Pedro Simon (presidente do MDB-RS desde 1969) foi eleito o primeiro presidente do PMDB sul-rio-grandense.

No entanto, a esperada fragmentação das oposições atingiu significativamente o MDB/PMDB, que perderia 80 deputados federais, o equivalente a 42,3% dos 189 deputados eleitos pelo MDB em 1978[273]. Dessa forma, o PMDB possuía 115 deputados (109 oriundos do MDB e seis da ARENA) ou 27,9% das cadeiras contra 215 deputados (51,2%) do PDS (KINZO, 1988, p. 209).

---

[272] Ulysses Guimarães foi efetivado presidente nacional do PMDB na convenção nacional do partido, realizada nos dias 6 e 7 de dezembro de 1980. Na convenção, o ex-deputado José Alencar Furtado foi eleito terceiro vice-presidente. Cf. *Gazeta do Povo*, 7 dez. 1980, p. 7; *Gazeta do Povo*, 8 dez. 1980, p. 7.

[273] Em nível nacional, a maioria dos parlamentares que deixaram o MDB/PMDB optou em ingressar no partido organizado pela ala moderada do MDB (liderada pelo senador Tancredo Neves) e pela ala dissidente da ARENA (liderada pelo deputado José de Magalhães Pinto): o Partido Popular (PP), que recebeu a adesão de 41 deputados oriundos do antigo MDB até janeiro de 1982. Além do PP, também houve o ingresso de 22 ex-emedebistas no PDS, 10 no PDT, cinco no PT, um no PTB e um indeciso (KINZO, 1988, p. 209).

No Rio Grande do Sul, a forte tradição trabalhista e a liderança de Leonel Brizola, que, após a anistia, retornou ao Brasil em setembro de 1979, após 15 anos no exílio, foram determinantes para a fragmentação da oposição no estado. De fato, a volta de Brizola ao país impulsionou o processo de reorganização do PTB, recebendo a adesão de muitos emedebistas vinculados politicamente e ideologicamente ao trabalhismo.

Entretanto, durante o seu processo de reorganização, a mítica sigla do PTB (com o seu capital político e simbólico vinculado ao getulismo e ao trabalhismo) passou a ser ferrenhamente disputada entre Leonel Brizola e Ivete Vargas. Após a aprovação da reforma político-partidária, em novembro de 1979, a disputa entre ambos foi para a esfera jurídica, se estendendo por alguns meses. Contudo, em virtude da influência do general Golbery do Couto e Silva, então chefe da Casa Civil, em 12 de maio de 1980, o TSE decidiu dar ganho de causa à Ivete Vargas, que passou a deter o comando da histórica sigla do PTB. A partir de então, o PTB, que também recebeu a adesão do ex-presidente Jânio Quadros, buscou fazer uso sistemático do capital político e simbólico de Getúlio Vargas, transformou-se em um partido essencialmente fisiológico, distanciando-se da ideologia reformista e trabalhista. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2008, p. 108-109):

> […] Apesar de muitos de seus fundadores terem vindo do MDB é difícil caracterizá-lo como oposicionista, principalmente considerando o apoio do governo na disputa pelo registro da sigla PTB. O grupo coordenado pela deputada Ivete Vargas, líder da organização no primeiro momento, contou ao que tudo indica com auxílio do governo para derrotar os seguidores de Brizola na batalha jurídica pela posse do nome do partido. Em sua prática parlamentar, o novo PTB pouco se assemelhou ao antigo, a não ser na voracidade por cargos públicos.

Abalado com a decisão do TSE, coube a Brizola e a seus seguidores, além do consolo do reconhecimento público da herança trabalhista, fundar uma nova sigla: o Partido Democrático Trabalhista (PDT), que seguiu as diretrizes da *Carta de Lisboa*[274] e incorporou a rosa vermelha socialista estampada como símbolo do partido, cuja proposta de um novo trabalhismo fundamentava-se no tripé democracia, socialismo e nacionalismo. Segundo João Trajano Sento-Sé (2007, p. 440-442):

> Democracia: o PDT era incondicionalmente comprometido com a democracia não gratuitamente, pois muitos de seus militantes sofreram perseguições e tiveram que exilar-se durante o período ditatorial.
> Nacionalismo: uma das marcas do antigo PTB, no novo trabalhismo o nacionalismo não se restringia apenas à ordem econômica (defesa das riquezas nacionais dos espoliadores internacionais), mas também nos âmbitos cultural, social e político. Em outras palavras, tratava-se de forjar um projeto nacional que promovesse as genuínas tradições culturais do povo brasileiro, que incluísse as massas excluídas à sociedade formal e que suscitasse a integração regional, pondo fim às enormes desigualdades de todas as ordens [...].
> Socialismo: a associação do trabalhismo ao socialismo

[274] Em junho de 1979 ocorreu o evento fundador do novo trabalhismo: o Encontro de Lisboa, ocorrido nos dias 15, 16 e 17 de junho, na sede do Partido Socialista Português, que reuniu antigos trabalhistas e lideranças de várias tendências de esquerda exiladas com o objetivo de reorganizar o PTB, sob a liderança de Leonel Brizola. A principal resolução desse encontro foi a *Carta de Lisboa*, um documento que sintetizaria as principais ideias do novo trabalhismo, comprometido com os valores democráticos e socialistas, mas que também defendia a retomada das antigas bandeiras reformista e nacionalista. Contudo, um dos pontos inovadores do novo trabalhismo estava na atenção especial às massas marginalizadas: atualizado com os movimentos sociais do final da década de 1970, comprometia-se à defesa dos afro-brasileiros, dos indígenas, dos nordestinos, das crianças e das mulheres. Dessa forma, o novo trabalhismo lutaria pelos direitos de outros segmentos sociais e não apenas dos trabalhadores, como era explicitado no programa do antigo PTB. Nesse sentido, conforme observou Ronaldo Vainfas (2007, p. 493), "embora adotasse uma postura de esquerda, o novo partido se propunha como um grande partido de massas, e não apenas como representante da classe operária, inclusive, desprovendo-se de bandeiras marxista ou sindicalista".

> reafirmava o novo partido trabalhista como uma força de esquerda. Porém, não se tratava de uma mera estratégia retórica, uma vez que havia no grupo que fundou o PDT vários egressos do PSB. Muitos trabalhistas julgavam que o trabalhismo era um socialismo à brasileira. Esse socialismo representava, em linhas gerais, um programa radical de reformas políticas, sociais e econômicas, mas sem a exclusão da propriedade privada, que seria realizado de forma democrática, e não através da revolução, diferenciando-se, assim, do regime soviético, naquele momento rejeitado por diversos setores da sociedade brasileira.

No Rio Grande do Sul, sob a liderança de Leonel Brizola, o PDT fortaleceu-se como partido político, uma vez que o partido trabalhista contou com a adesão de oito deputados federais e 13 deputados estaduais oriundos do MDB. Por sua vez, o PTB, sob a liderança de Ivete Vargas, foi significativamente desmobilizado no estado, uma vez que os trabalhistas sul-rio-grandenses se identificavam com a liderança de Brizola, reconhecido entre os sul-rio-grandenses como o legítimo herdeiro do trabalhismo.

Quadro 43

Realinhamento partidário dos parlamentares do Rio Grande do Sul (1978-1980)

	ARENA	PDS	MDB	PMDB	PDT
Senadores	1	1	2	2	---
Deputados Federais	14	14	18	10	8
Deputados Estaduais	25	25	31	18	13

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Portanto, observa-se que a oposição no Rio Grande do Sul fragmentou-se principalmente em torno do PMDB e do PDT e das respectivas lideranças de Pedro Simon e Leonel Brizola, que

entraram em rota de colisão. Assim, dos 18 deputados federais eleitos pelo MDB em 1978, 10 ingressaram no PMDB e oito no PDT, enquanto dos 31 deputados estaduais emedebistas, 18 ingressaram no PMDB e 13 no PDT.

Por outro lado, convém destacar que o Partido Popular (PP), que foi organizado no Rio Grande do Sul pelos ex-arenistas João Dentice[275] e Sinval Guazzelli, não obteve grande repercussão no estado, não conseguindo a adesão de nenhum parlamentar. Dessa forma, o PP no Rio Grande do Sul foi um partido sem grande expressão política, ao contrário de outros estados.

Organizado pelo senador Tancredo Neves (da ala "moderada" do MDB) e pelo deputado José de Magalhães Pinto (da ala dissidente da ARENA), o PP pretendia ser um partido independente e liberal-conservador. Além de Tancredo Neves e Magalhães Pinto, aderiram ao PP o governador do Rio de Janeiro Antônio Chagas Freitas (ex-MDB), os ex-governadores arenistas Sinval Guazzelli (Rio Grande do Sul), Jayme Canet Júnior (Paraná), Paulo Egydio Martins (São Paulo) e Roberto Santos (Bahia), os senadores Teotônio Brandão Vilela (ex-ARENA/AL) e Afonso Alves de Camargo Neto (ex-ARENA/PR), os deputados Miro Teixeira (ex-MDB/RJ) e Tales Ramalho (ex-MDB/PE), entre outros. Até janeiro de 1982, o PP obteve a adesão de 69 deputados federais (41 provenientes do MDB e 28 da ARENA), tornando-se a terceira maior bancada na Câmara dos Deputados (KINZO, 1988, p. 209). Contudo, em virtude da grande adesão de empresários e banqueiros (como o próprio Magalhães Pinto, proprietário do Banco Nacional), o PP foi pejorativamente chamado de "partido dos banqueiros".

No entanto, em 25 de novembro de 1981, o governo enviou ao Congresso um casuístico projeto de lei sobre a reforma eleitoral (conhecido como "Pacote de Novembro"), proibindo as coligações

[275] João Dentice faleceu em agosto de 1981.

partidárias e impondo o voto vinculado, obrigando os eleitores a votarem em candidatos do mesmo partido em todos os cargos em disputa, em nível nacional, estadual e municipal. Desse modo, a nova lei eleitoral, que visava a favorecer o PDS e a fragmentar o voto oposicionista, também reduziu as chances de êxito eleitoral dos partidos menores, que estavam em processo de organização e estruturação e não teriam condições de apresentar candidatos para todos os cargos.

A partir do "Pacote de Novembro", Tancredo Neves passou a defender a fusão de todas as correntes oposicionistas em uma só legenda. Entretanto, a proposta foi acolhida apenas pela maioria dos membros do PP e do PMDB. Desse modo, em dezembro de 1981, as negociações visando à incorporação do PP ao PMDB se intensificaram. Posteriormente, em 14 de fevereiro de 1982, uma convenção conjunta dos dois partidos concretizou a incorporação do PP ao PMDB[276]. Embora a maioria dos pepistas tenha ingressado no PMDB, alguns não aceitaram a incorporação e optaram por vincular-se ao PDS, como Magalhães Pinto e Tales Ramalho. Em suma, a incorporação do PP ao PMDB foi uma reação contra o "Pacote de Novembro", fortalecendo o PMDB, que ampliou consideravelmente o número de parlamentares federais.

Acerca do Partido dos Trabalhadores (PT), a sua organização começou a ser discutida por líderes sindicais da região do ABC paulista no final de 1978. No início de 1979, a proposta voltou a ser debatida durante um congresso de trabalhadores metalúrgicos, realizado em Lins/SP. Nos meses seguintes, a criação do novo partido político foi articulada por líderes sindicais em todo o país, sob a liderança do metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo/SP.

[276] Durante a convenção, Ulysses Guimarães foi reeleito presidente nacional do PMDB. Por sua vez, Tancredo Neves foi eleito primeiro vice-presidente da Executiva Nacional do partido. Cf. *Gazeta do Povo*, 15 fev. 1982, p. 1 e 7.

De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2008, p. 107-108):

> [...] As bases sociais do partido se originaram fundamentalmente de três setores: líderes do sindicalismo em ascensão, com destaque para Luís Inácio Lula da Silva; intelectuais e pequenos grupos marxistas; e militantes populares ligados ao trabalho pastoral da Igreja Católica. A originalidade advém exatamente desta mistura – por sinal não isenta de conflitos –, responsável pela união de católicos, marxistas, intelectuais e operários numa mesma entidade. Tratou-se igualmente de um dos raros casos na história brasileira de um partido criado fora do universo das elites e do Estado.

No dia 1º de dezembro de 1979, o PT inaugurou a sua primeira sede, na cidade de São Bernardo do Campo[277]. Contudo, o PT foi oficialmente criado no dia 10 de fevereiro de 1980, com o lançamento do *Manifesto do Partido dos Trabalhadores*, após um encontro realizado em São Paulo, do qual participaram lideranças sindicais, intelectuais, militantes de grupos marxistas e militantes ligados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica, vinculados à Teologia da Libertação (REIS, 2007, p. 505).

O PT inicialmente contou com a adesão de seis deputados federais[278]. No dia 1º de junho de 1980, em São Paulo, ocorreu a primeira convenção nacional do partido, na qual foi aprovado o programa partidário e Luís Inácio Lula da Silva eleito presidente da Comissão Executiva nacional provisória[279]. No Rio Grande do Sul, o processo de organização do PT foi liderado por Olívio de Oliveira Dutra, líder sindical bancário em Porto Alegre e integrante da comissão nacional do partido.

---

[277] Cf. *Gazeta do Povo*, 2 dez. 1979, p. 7.

[278] Cf. *Gazeta do Povo*, 12 mar. 1980, p. 7.

[279] Cf. *Gazeta do Povo*, 2 jun. 1980, p. 26.

5.4. O retorno do pluripartidarismo e a reorganização partidária em Passo Fundo

Em Passo Fundo, o processo de reorganização partidária, após o fim do bipartidarismo, não destoou do ocorrido em nível estadual, isto é, todos os vereadores e principais lideranças políticas da ARENA ingressam no PDS, enquanto a oposição reunida no MDB se fragmentou entre o PMDB e o PDT, o que possibilitou ao PDS passar a deter a maioria no legislativo municipal, com nove vereadores. Por sua vez, entre os 12 vereadores eleitos em 1976 pelo MDB, sete ingressaram no PMDB e cinco no PDT. No que tange à prefeitura municipal, o prefeito em exercício Firmino da Silva Duro[280] ingressou no PMDB.

Quadro 44

Composição partidária da Câmara de Vereadores de Passo Fundo (1980)

Partido	Vereadores (em ordem alfabética)
PDS (9)	Adirbal da Silva Corralo; Anoel Simplício Portella; Antônio Albery dos Santos; Antonio Lourenço Pires de Oliveira; Cândido Guarany Camargo de Rezende; Fidêncio Garibaldi Franciosi; Hildo Wolmann; José Mário Lima Cruz; Nelson Rossetto.
PMDB (7)	Delmo Alves Xavier; Heloísa Goelzer Almeida; Ivo Francisco Ferrão; Ivo Pacheco; Miguel Lopes dos Santos; Nervilho Piovesan; Odilon Soares de Lima.
PDT (5)	Argeu Rigo Santarém; Ernesto Félix Scortegagna; Leopoldino Rosa; Ulisses Vieira Camargo; Wilson Corrêa Garay[281].

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir das pesquisas nos jornais O Nacional e Diário da Manhã.

[280] O prefeito Wolmar Antônio Salton sofreu um acidente vascular cerebral em maio de 1980. Em virtude do seu frágil estado de saúde, os familiares de Wolmar Salton declaram a sua incapacidade de retornar à prefeitura municipal. Dessa forma, Firmino da Silva Duro foi efetivado como prefeito de Passo Fundo em janeiro de 1981 (Cf. *O Nacional*, 8 jan. 1981, p. 1; *O Nacional*, 17 jan. 1981, p. 1). Wolmar Salton faleceu em setembro de 1984.

[281] Em abril de 1981, Wilson Garay deixou o PDT e ingressou no PTB.

Em março de 1980, os ex-arenistas de Passo Fundo intensificaram o processo de organização do diretório municipal do PDS, sendo eleito como presidente da comissão provisória o ex-prefeito Edu Villa de Azambuja[282]. Posteriormente, em outubro de 1980, Edu Villa de Azambuja foi eleito o primeiro presidente do PDS passo-fundense.

Quadro 45

Primeira Comissão Executiva do PDS de Passo Fundo (eleita em outubro de 1980)

Presidente	Edu Villa de Azambuja (ex-prefeito)
Vice-Presidente	Ruy Carlos Donadussi
Secretário	Antonio Lourenço Pires de Oliveira (vereador)
Tesoureiro	Adair Rosso

Fonte: O Nacional, 11 out. 1980, p. 1.

Por sua vez, o processo de organização do diretório do PMDB em Passo Fundo foi liderado pelo ex-prefeito Guaracy Barroso Marinho, presidente da comissão provisória do partido. Em outubro de 1980, Guaracy Marinho foi eleito o primeiro presidente do PMDB passo-fundense.

Quadro 46

Primeira Executiva do PMDB de Passo Fundo (eleita em outubro de 1980)

Presidente	Guaracy Barroso Marinho (ex-prefeito e ex-presidente do MDB)
Vice-Presidente	Bernardino Bartolomeu S. Guimarães
Secretário	Welci Nascimento
Tesoureiro	Ubirajara Morsch

Fonte: O Nacional, 13 out. 1980, p. 1.

[282] Cf. *O Nacional*, 14 ago. 1980, p. 6.

O fim do bipartidarismo catalisou a mobilização dos trabalhistas em Passo Fundo, que passaram a organizar o retorno do PTB. Além dos vereadores Argeu Santarém, Ernesto Scortegagna, Leopoldino Rosa, Ulisses Camargo e Wilson Garay, também integraram o grupo o ex-vereador Ney Menna Barreto (coordenador da comissão provisória) e o ex-prefeito Daniel Dipp, entre outros. No entanto, os trabalhistas de Passo Fundo não reconheciam a liderança de Ivete Vargas e, seguindo Leonel Brizola, organizaram o diretório municipal do PDT, sob a presidência provisória de Ney Menna Barreto.

O diretório do PT em Passo Fundo foi organizado por trabalhadores, lideranças sindicais e estudantes, tendo como presidente da comissão provisória do partido o escriturário Clóvis de Figueiredo. Também integravam a comissão provisória o bancário Paulo César Rigo, o estudante Edgar Luiz Bierende e o metalúrgico Josseli Pedro Souza[283].

O quinto diretório partidário a ser organizado em Passo Fundo foi o do Partido Popular (PP), sob a liderança do advogado Flávio Benvegnú (presidente da comissão provisória) e do ex-vereador Arthur Culmann Canfield[284]. No entanto, após o processo de incorporação do PP ao PMDB, a maioria dos pepistas de Passo Fundo optou em ingressar no PDS[285].

O último diretório a ser organizado em Passo Fundo foi o do PTB, liderado pelo vereador Wilson Corrêa Garay, que em abril de 1981 deixou o PDT[286]. Posteriormente, Wilson Garay foi eleito presidente do diretório do PTB de Passo Fundo.

---

283 Cf. *O Nacional*, 29 out. 1980, p. 1.

284 Cf. *O Nacional*, 13 nov. 1980, p. 1; *O Nacional*, 20 nov. 1980, p. 1; *O Nacional*, 28 nov. 1980, p. 1; *O Nacional*, 29 nov. 1980, p. 1.

285 Cf. *O Nacional,* 23 mar. 1982, p. 1.

286 Cf. *O Nacional*, 29 abr. 1981, p. 1.

5.5. As eleições de 1982 no Rio Grande do Sul

As primeiras eleições após o fim do bipartidarismo estavam previstas para 15 de novembro de 1980, quando seriam realizadas as eleições municipais. No entanto, em setembro de 1980, de forma casuística, a ditadura adiou para 1982 as eleições municipais, prorrogando os mandatos dos prefeitos e vereadores (cuja maioria estava vinculada ao PDS). Embora o governo tenha utilizado o argumento de que adiamento era indispensável em virtude da recente reformulação partidária, convém ressaltar que a ditadura temia uma derrota eleitoral em 1980, uma vez que o país enfrentava uma grave crise econômica e inflacionária.

Em novembro de 1980, foi aprovada, por unanimidade, no Congresso uma emenda governamental que restabeleceu as eleições diretas para os governos estaduais em 1982 e extinguiu a votação indireta ao Senado[287]. Contudo, visando a garantir o êxito nas eleições de 1982, a ditadura, em 25 de novembro de 1981, enviou ao Congresso um casuístico projeto de lei sobre a reforma eleitoral (conhecido como "Pacote de Novembro"), proibindo as coligações partidárias e impondo o voto vinculado, obrigando os eleitores a votarem em candidatos do mesmo partido em todos os cargos em disputa, em nível nacional, estadual e municipal[288]. Desse modo, a nova lei eleitoral, que visava a favorecer o PDS e a fragmentar o voto oposicionista, também reduziu as chances de êxito eleitoral dos partidos menores (PP, PTB, PDT e PT), que estavam em processo de organização e estruturação e não teriam condições de apresentar candidatos para todos os cargos.

A partir do "Pacote de Novembro", Tancredo Neves passou a defender a fusão de todas as correntes oposicionistas em uma

---

[287] Cf. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 14 nov. 1980, p. 1 e 7.

[288] Em 1982 ocorreram eleições diretas para governadores, senadores, deputados federais, deputados estaduais, prefeitos (exceto das capitais e dos municípios considerados áreas de segurança nacional) e vereadores.

só legenda. Entretanto, a proposta foi rechaçada por PTB, PDT e PT, sendo acolhida apenas pela maioria dos membros do PP e do PMDB. Assim, em dezembro de 1981, as negociações visando à incorporação do PP ao PMDB se intensificaram. Posteriormente, em 14 de fevereiro de 1982, uma convenção conjunta dos dois partidos concretizou a incorporação do PP ao PMDB.

No entanto, as manobras casuísticas da ditadura visando a controlar o processo político e garantir o êxito nas eleições de 1982 não se restringiram ao "Pacote de Novembro". Em maio de 1982, temendo que as oposições conquistassem a maioria no Congresso, o governo restabeleceu a exigência da maioria dos dois terços para a aprovação de emendas constitucionais, além de alterar o critério para a composição do Colégio Eleitoral para as eleições presidenciais[289] (KINZO, 1988, p. 213).

Como estavam em processo de estruturação e organização, PTB, PDT e PT enfrentaram grandes dificuldades em 1982 devido às suas limitações. Assim, em quase todo o país o pleito acabou polarizando-se entre PDS e PMDB. As exceções foram os estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, onde a forte tradição trabalhista e o brizolismo impulsionaram o PDT à disputa eleitoral.

Na disputa pela eleição direta ao governo do Rio Grande do Sul, o PDS lançou a candidatura do deputado federal Jair de Oliveira Soares (ministro da Previdência e Assistência Social do governo Figueiredo), o PMDB a candidatura do senador Pedro Jorge Simon, o PDT concorreu com o deputado federal Alceu de Deus Collares e o PT lançou o líder sindical Olívio de Oliveira Dutra. Entretanto, o voto vinculado e, sobretudo, a fragmentação do voto oposicio-

[289] De acordo com Maria Kinzo (1988, p. 213): "[...] ao invés do processo anterior, que determinava o número de delegados por estado proporcional à população, a nova regra estabelecia um número fixo de seis delegados por estado, escolhidos entre os membros do partido que tivesse a maioria no Legislativo estadual. Como a oposição era particularmente forte nos estados mais populosos do sudeste, o governo reduziu as chances da oposição de reunir um número maior de delegados para o Colégio Eleitoral".

nista entre o PMDB, o PDT e o PT foram fatores decisivos para a apertada vitória eleitoral do PDS no Rio Grande do Sul. Além das eleições de Jair Soares ao governo estadual e de Carlos Alberto Gomes Chiarelli ao Senado[290], o PDS também elegeu a maioria dos parlamentares (13 deputados federais e 23 deputados estaduais) em 1982, além da também conquistar a maioria das prefeituras municipais[291] e eleger o maior número de vereadores no estado.

Quadro 47

Resultado das eleições para governador e senador no Rio Grande do Sul em 1982

Governador		Senador	
Candidato	Nº de votos	Candidato	Nº de votos
Jair de Oliveira Soares (PDS)	1.294.962	Carlos Alberto G. Chiarelli (PDS)	1.271.572
Pedro Jorge Simon (PMDB)	1.272.319	Paulo Brossard (PMDB)	1.209.432
Alceu de Deus Collares (PDT)	775.546	Getúlio Pereira Dias (PDT)	730.869
Olívio de Oliveira Dutra (PT)	50.713	Raul Jorge Anglada Pont (PT)	47.234

Fonte: TRE-RS.

[290] Carlos Alberto Gomes Chiarelli derrotou o pemedebista Paulo Brossard de Souza Pinto, que não conseguiu se reeleger. Assim, o PDS passou a deter a maioria da senatoria do Rio Grande do Sul, com Carlos Alberto Chiarelli e Tarso Dutra ("senador biônico" eleito indiretamente em 1978), enquanto o PMDB contava com Pedro Simon.

[291] Em 1982 não ocorreram as eleições para prefeitos municipais em Porto Alegre, nos 25 municípios considerados áreas de segurança nacional (Alecrim, Bagé, Canoas, Crissiumal, Dom Pedrito, Erval, Horizontina, Itaqui, Jaguarão, Osório, Porto Lucena, Porto Xavier, Quaraí, Rio Grande, Roque Gonzales, Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento, São Borja, São Nicolau, Tenente Portela, Tramandaí, Três Passos, Tucunduva, Tuparendi e Uruguaiana) e nos dois municípios considerados estâncias hidrominerais (Iraí e Vicente Dutra). Desse modo, os prefeitos destes 28 municípios continuaram sendo nomeados pelo governador.

Quadro 48

Composição das bancadas dos parlamentares do Rio Grande do Sul (1980-1982)

Câmara dos Deputados			Assembleia Legislativa		
Partido	1980*	1982	Partido	1980*	1982
PDS	14	13	PDS	25	23
PMDB	10	12	PMDB	18	21
PDT	8	7	PDT	13	12
PT	---	---	PT	---	---
Total	32	32	Total	56	56

** Realinhamento partidário após o fim do bipartidarismo. Fonte: TRE-RS.*

No pleito de 1982, o deputado federal mais votado no Rio Grande do Sul foi Nelson Marchezan, do PDS, seguido do ex-governador e agora pemedebista Sinval Guazzelli. Para a Assembleia Legislativa, Adylson Martins Motta, do PDS, foi o deputado estadual mais votado, seguido de Ricardo Leonidas Ribas, também do PDS[292].

Em 1982, novamente dois candidatos de Passo Fundo concorreram à Câmara dos Deputados: Justiniano Augusto de Araújo Trein (PDS) foi reeleito para a terceira legislatura, enquanto o vereador Ernesto Félix Scortegagna (PDT), assim como ocorreu em 1978, novamente não obteve êxito (DAMIAN, 2010, p. 151).

Para a Assembleia Legislativa concorreram quatro candidatos de Passo Fundo, sendo reeleito Romeu Martinelli (PDS). Por sua vez, o ex-prefeito Guaracy Barroso Marinho (presidente do diretório do PMDB de Passo Fundo), Éden José Rodrigues Pedroso (PDT) e o ex-vereador Paulo Roberto Sandri Pires (PDS) não foram eleitos (DAMIAN, 2010, p. 163).

Em nível nacional, no pleito, realizado no dia 15 de novembro

[292] Cf. TRE/RS.

de 1982, o PDS elegeu 12 governadores e senadores[293], enquanto o PMDB elegeu nove[294] e o PDT venceu com Leonel Brizola no Rio de Janeiro. No Senado, o PDS garantiu a manutenção da maioria parlamentar, porém perderia a maioria na Câmara dos Deputados. Embora o PDS tenha elegido 235 deputados contra 200 do PMDB, as oposições unidas somavam 244 parlamentares. Nos estados, o PDS ainda conquistou a maioria parlamentar em 13 assembleias estaduais (KINZO, 1988, p. 213).

Quadro 49

Resultados nacionais das eleições de 1982

	Governadores eleitos	Senadores eleitos	Deputados eleitos
PDS	12	12	235 (49,07%)
PMDB	9	9	200 (41,75%)
PDT	1	1	23 (4,80%)
PTB	---	---	13 (2,71%)
PT	---	---	8 (1,67%)
Total	22[295]	22	479 (100%)

FONTE: KINZO, 1988, p. 214.

No que tange à eleição municipal de 1982 em Passo Fundo, o PDS lançou as candidaturas de Fernando Machado Carrion e Juarez Paulo Zílio, que já haviam concorrido à prefeitura em 1976 pela ARENA. Por sua vez, o PMDB optou em concorrer com três

[293] O PDS elegeu os governadores e senadores no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso e nos nove estados do nordeste.

[294] Em 1982, o desgaste da ditadura militar e a grave crise econômica e inflacionária foram importantes fatores que contribuíram para a vitória da oposição em vários estados do país. Desse modo, o PMDB elegeu os governadores e senadores em São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Amazonas e Acre.

[295] Dos 23 estados brasileiros, o único em que não ocorreram eleições em 1982 foi em Rondônia, estado criado em dezembro de 1981 e cujo governador havia sido nomeado pelo general-presidente João Batista Figueiredo.

candidatos: o ex-exilado político João Carlos Bona Garcia[296], o ex--vice-prefeito Sinval Bernardon e a professora Helena Lorenzatto (a primeira mulher a concorrer à prefeitura de Passo Fundo). Os outros candidatos foram o médico Rudah Jorge (PDT) e o escriturário Clóvis de Figueiredo (PT).

Embora o pedetista Rudah Jorge tenha sido o candidato mais votado com 13.084 votos, Fernando Machado Carrion foi eleito pelo sistema de sublegendas, uma vez que os dois candidatos do PDS somaram juntos 22.340 votos, enquanto os três candidatos pemedebistas somaram 15.016 votos (DAMIAN, 2010, p. 66). Ademais, o PDS também elegeu a maioria dos vereadores de Passo Fundo em 1982, conquistando dez cadeiras. O vereador mais votado em Passo Fundo foi Adirbal da Silva Corralo, do PDS.

[296] João Carlos Bona Garcia foi líder estudantil em 1968 em Passo Fundo. Posteriormente, integrou a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), sendo preso e torturado no DOPS de Porto Alegre. Em 1971, foi um dos 70 presos políticos trocados pelo embaixador da Suíça – sequestrado em dezembro de 1970 pela VPR –, que foram banidos e se exilaram no Chile. Após o golpe de Estado no Chile, em 1973, Bona Garcia esteve na Argentina e, posteriormente, se exilou na Argélia e na França, retornando ao Brasil no final de 1979, após a anistia. Mais detalhes, ver: https://www.sul21.com.br/entrevistas-2/2014/03/bona-garcia-sinto--orgulho-de-ter-feito-algo-de-nao-ter-sido-omisso-alienado/

Quadro 50

Eleição para prefeito em Passo Fundo (1982)

Partido	Prefeito / vice-prefeito	Número de votos
PDS	Fernando Machado Carrion / Antonio Lourenço Pires de Oliveira	11.465
PDS	Juarez Paulo Zílio / Antoly Fauth Mello	10.875
	Total de votos do PDS	22.340
PMDB	João Carlos Bona Garcia / Welcy Nascimento	8.837
PMDB	Sinval Bernardon / Gilberto Tubino da Silva	4.834
PMDB	Helena Lorenzatto / Antônio Augusto Meirelles Duarte	1.345
	Total de votos do PMDB	15.016
PDT	Rudah Jorge / João Luiz Stery	13.084
PT	Clóvis de Figueiredo / João Luiz do Prado Silva	642

Fonte: DAMIAN, 2010, p. 66.

Quadro 51

Câmara de Vereador de Passo Fundo (1965-1982)

	Bipartidarismo (1965-1979)				Pluripartidarismo (1980-1982)	
Partido	Após o AI-2	1968	1972	1976	1980*	1982
MDB	8 (53,3%)	9 (60%)	9 (47,4%)	12 (57,1%)	PMDB: 7 (33,3%)	6 (28,6%)
ARENA	7 (46,7%)	6 (40%)	10 (52,6%)	9 (42,9%)	PDS: 9 (42,9%)	10 (47,6%)
					PDT: 5 (23,8%)	5 (23,8%)
Total	15 (100%)	15 (100%)	19 (100%)	21 (100%)	21 (100%)	21 (100%)

** Realinhamento partidário após o fim do bipartidarismo. Fonte: Tabela elaborada pelo autor.*

Quadro 52

relação de vereadores eleitos em Passo Fundo (1982)

Partido	Relação de Vereadores eleitos (em ordem de votação)
PDS	Adirbal da Silva Corralo: advogado. Em 1982, foi reeleito para a terceira legislatura (eleito em 1972 e 1976 pela ARENA e em 1982 pelo PDS). Nasceu em 1943, em Espumoso/RS.
	Adair Rosso: técnico contábil. Nasceu em 1948, em Passo Fundo.
	Alberto Poltronieri: advogado. Nasceu em 1944, em Guaporé/RS.
	Afrânio Peixoto Alves dos Santos: advogado. Nasceu em 1947, em Araranguá/SC.
	Anoel Simplício Portella: advogado e funcionário público. Em 1982, foi reeleito para a segunda legislatura (eleito em 1976 pela ARENA e em 1982 pelo PDS). Nasceu em 1942, em Passo Fundo.
	Fidêncio Garibaldi Franciosi: proprietário rural. Em 1982, foi eleito para a quarta legislatura (eleito em 1959 e 1963 pelo PSD, em 1976 pela ARENA e em 1982 pelo PDS). Nasceu em 1922, em Não-Me-Toque/RS.
	Jaime Debastiani: médico. Nasceu em 1953, em Marau/RS.
	Cândido Guarany Camargo de Rezende: técnico em contabilidade. Em 1982, foi reeleito para a terceira legislatura (eleito em 1972 e 1976 pela ARENA e em 1982 pelo PDS). Nasceu em 1928, em Passo Fundo.
	Nelson Rossetto: comerciante. Formado em Administração. Em 1982, foi reeleito para a terceira legislatura (eleito em 1972 e 1976 pela ARENA e em 1982 pelo PDS). Nasceu em 1938, em Passo Fundo.
	Hildo Wolmann: funcionário público e advogado. Em 1982, foi reeleito para a segunda legislatura (eleito em 1976 pela ARENA e em 1982 pelo PDS). Nasceu em 1932, em Candelária/RS.

Partido	Relação de Vereadores eleitos (em ordem de votação)
PMDB	Ivo Francisco Ferrão: operário (auxiliar industrial). Em 1982, foi reeleito para a segunda legislatura (eleito em 1976 pelo MDB e em 1982 pelo PMDB). Nasceu em 1931, em Campos Novos/SC.
	Irineu Gehlen: advogado. Nasceu em 1941, em Palmeira das Missões/RS.
	Edu Finardi Pimentel: economista e professor. Nasceu em 1942, em Passo Fundo.
	Delmo Alves Xavier: funcionário público municipal e empresário. Em 1982, foi reeleito para a quinta legislatura (eleito em 1963 pelo PTB, em 1968, 1972 e 1976 pelo MDB e em 1982 pelo PMDB). Nasceu em 1927, em Passo Fundo.
	Miguel Lopes dos Santos: funcionário público municipal e comerciante. Em 1982, foi reeleito para a terceira legislatura (eleito em 1972 e 1976 pelo MDB e em 1982 pelo PMDB). Nasceu em 1938, em Cruz Alta/RS.
	Ivo Pacheco: empresário. Em 1982, foi reeleito para a terceira legislatura (eleito em 1972 e 1976 pelo MDB e em 1982 pelo PMDB). Nasceu em 1936, em Passo Fundo.
PDT	João Salles: enfermeiro e militar da reserva. Nasceu em 1933, em Passo Fundo.
	Genécio Cansi: comerciário. Nasceu em 1948, em Guaporé/RS.
	Antonio José Jorge: professor da rede estadual de ensino, formado em Educação Física. Nasceu em 1942, em Passo Fundo.
	Leopoldino Rosa: radialista. Em 1982, foi reeleito para a quarta legislatura (eleito em 1968, 1972 e 1976 pelo MDB e em 1982 pelo PDT). Nasceu em 1935, em Passo Fundo.
	Tadeu Karckzeski: funcionário público. Nasceu em 1951, em Seberi/RS.

Fonte: DAMIAN, 2010, p. 67-69; CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO, 1988.

Observa-se que ocorreu uma renovação significativa na Câmara municipal de Passo Fundo em 1982, uma vez que dez (47,6%) vereadores foram eleitos pela primeira vez. Entre os vereadores estreantes, quatro eram do PDT, quatro do PDS e dois do PMDB.

Portanto, a fragmentação do voto oposicionista no Rio Grande do Sul, e especificamente em Passo Fundo, foi o fator determinante para a vitória eleitoral do PDS nas eleições de 1982.

Considerações finais

A polarização PTB/anti-PTB, que marcou o período pluripartidário de 1945 a 1965 no Rio Grande do Sul e em Passo Fundo, resultou que, durante a vigência do bipartidarismo (1965-1979), o MDB e a ARENA fossem desaguadouros naturais dos grupos políticos anteriormente consolidados. Desse modo, o MDB pode ser considerado como uma espécie de continuação do PTB no Rio Grande do Sul e em Passo Fundo, enquanto a ARENA aglutinou os grupos anti-trabalhistas.

Uma das principais características que marcou o bipartidarismo no Rio Grande do Sul foi o equilíbrio eleitoral entre MDB e ARENA, inclusive com o MDB obtendo significativos êxitos eleitorais nas eleições parlamentares. Tal situação de equilíbrio e polarização também se verificou em Passo Fundo, com o MDB vencendo as eleições municipais de 1968 e 1976, enquanto a ARENA venceu o pleito de 1972.

Em suma, ao longo do presente trabalho, procuramos analisar a gênese e a trajetória do MDB e da ARENA em Passo Fundo, articulando com o contexto estadual e nacional, na conjuntura da ditadura militar.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, José Ernani de. *Denuncismo & censura nos meios de comunicação de Passo Fundo – 1964/1978*. Passo Fundo: Méritos, 2006.

ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. *O que é sindicalismo*. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro; RIDENTI, Marcelo S. Operários e estudantes contra a ditadura: 68 no Brasil. *Mediações*. Londrina, v. 12, n. 2, jul./dez. 2007, p. 78-89.

ARGOLO, José Argolo; RIBEIRO, Kátia; FORTUNATO, Luiz Alberto. A *direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de. A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930-1964): declínio ou permanência? *Revista Esboços*. Florianópolis, vol. 15, n. 20, 2008a, p. 245-273.

ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de; MARI, Richard. Guerra revolucionária: afinidades eletivas entre oficiais brasileiros e a ideologia francesa (1957-1972). In: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Samuel Alves; MATHIAS, Suzeley Kalil (Orgs.). *Defesa, segurança internacional e Formas Armadas*. Campinas: Mercado de Letras, 2008b, p. 189-204.

AZEVEDO, Débora B. de; RABAT, Márcio Nuno. *Parlamento mutilado*: deputados federais cassados pela ditadura de 1964. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart*: as lutas sociais no Brasil (1961-1964). 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BATISTELLA, Alessandro. O movimento queremista em Passo Fundo/RS: a sua institucionalização e a formação do PTB local. *Textura*. Canoas, n. 15, 2007, p. 100-118.

BAUER, Carolina Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar*: Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BAUER, Carolina Silveira. *Um estudo comparativo de práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de política de memória em ambos os países*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre; Universitat de Barcelona, Barcelona, 2011.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo*: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981a.

BENEVIDES, Maria Victoria. A União Democrática Nacional. In: FLEISCHER, David V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981b, v. 1.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Jânio Quadros*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BENEVIDES, Maria Vitória. *O PTB e o trabalhismo*: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964). São Paulo: Brasiliense, 1989.

BENVEGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder*: o PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

BERTOL, Sônia; FROSI, Fabíola. O surgimento da mídia impressa no município de Passo Fundo: os primeiros 50 anos. In: BATISTELLA,

Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BONASSO, Miguel. Prefácio. In: PIETERSE, Jan et al. *Terrorismo de Estado. El papel internacional de EEUU*. Navarra: Txalaparta, 1990.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano:* o tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4, p. 13-42.

BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946*: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998, v. 1.

BRANDALISE, Carla; BOMBARDELLI, Maura (Orgs.). 2013. *Fernando Ferrari*: perfil biográfico, discursos no Parlamento Gaúcho e imagens. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013 (Série Perfis Parlamentares, nº 12).

BRANCO, Carlos Castello. *Os militares no poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, v. 2.

BRASIL. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL, Clarissa. *O brado de alerta para o despertar das consciências*: uma análise sobre o Comando de Caça aos Comunistas, Brasil, 1968-1981. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. *Galeria de ex-vereadores*: de 1947 a 1988. Passo Fundo: Berthier, 1988.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política*: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965). Porto Alegre: UFRGS, 2005.

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. Memória de 68: terror e interdição do passado. *Tempo Social*. São Paulo. São Paulo, v. 2, n. 2, 1990, p. 101-112.

CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares: aprendiz de feiti-

ceiro. In: D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EDUERJ/FGV, 1999, p. 55-82.

CATTO, Guilherme. *"E o que é mais importante, está salvo o Brasil!"*. Perfil e atuação dos deputados da Assembleia Legislativa do RS no Golpe Civil-Militar de 1964. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*: discurso e práxis do seu programa. 2. ed. Brasília: UnB, 1985.

CHAGAS, Carlos. *A guerra das estrelas (1964-1984)*: os bastidores das sucessões presidenciais. 4. ed. Porto Alegre: L&PM, 1985.

CHIRIO, Maud. *A política nos quarteis*: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CODATO, Adriano Nervo. *Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64*. São Paulo: Hucitec, 1997.

CODATO, Adriano Nervo. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. *História: Questões & Debates*. Curitiba, n. 40, 2004, p. 11-36.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n. 25, nov. 2005, p. 83-106.

CODATO, Adriano; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 271-302.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia de segurança nacional*: o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS et. al. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

CORTÉS, Carlos E. *Política gaúcha (1930-1964)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

DAMIAN, Marco Antonio. *Eleições em Passo Fundo*: dados históricos. Passo Fundo: Berthier, 2010.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma & poder*: o PTB de 1945-1965. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB*: do getulismo ao reformismo (1945-1964). São Paulo: Marco Zero, 1989.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história:* debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 167-204.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano:* o tempo da experiência democrática (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, Jorge: REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil*: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2, p. 357-376.

DELGADO, Márcio de Paiva. *A Frente Ampla de oposição ao regime militar (1966-1968)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

DEMASI, Carlos. Un repaso a la teoría de los dos demonios. In: MARCHESI, Aldo; MARKARIAN, Vania; RICO, Álvaro; YAFFÉ, Jaime (Comps.). *El presente de la dictadura. Estudios y reflexiones a 30 años del golpe de Estado en Uruguay.* Montevideo: Trilce, 2004.

DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano*: o tempo da experiência democrática (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a, v. 3.

FERREIRA, Jorge. Crise da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano*: o tempo da experiência democrática (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b, v. 3, p. 301-342.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano*: o tempo da experiência democrática (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003c, v. 3, p. 343-404.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 181-212.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart*: uma biografia. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antítese*. Londrina, v. 2, n. 4, 2009a, p. 831-856.

FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira*: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009b.

FERNANDES, Ananda Simões. *Burocratas da dor*: as conexões repressivas entre os órgãos de informações das ditaduras brasileira e uruguaia (1973-1985). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo*: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano:* o tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4, p. 167-206.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 29-60.

FICO, Carlos. *O grande irmão*: da operação brother Sam aos anos de chumbo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FICO, Carlos. *O golpe de 1964*: momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FICO, Carlos. *História do Brasil contemporâneo*: da morte de Vargas aos

dias atuais. São Paulo: Contexto, 2015.

FLEISCHER, David V. Dimensões do recrutamento partidário. In: FLEISCHER, David V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981, v. 1, p. 45-63.

FRANDOLOSO, Hérica de Matos. "Não nos calemos; Ergamo-nos unidos!": o movimento estudantil de Passo Fundo em 1968. In: VANIN, Alex Antônio; CARVALHO, Djiovan Vinícius (Orgs.). *Passo Fundo*: estudos históricos (volume I). Passo Fundo: Acervus, 2019, p. 363-398.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Angela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge: REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2.

GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório*: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GUIMARÃES, Gustavo Henrique Kunsler. *A trajetória política de Siegfried Emanuel Heuser (1950-1986)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019.

HEINZ, Flávio M. (Org.). *O Parlamento em tempos interessantes*: breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados (1947 a 1982). Porto Alegre: CORAG, 2005.

HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas*: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KINZO, Maria D'Alva Gil. *Oposição e autoritarismo*: gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vértice, 1988.

KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel. Campanha da Legalidade, luta de classes e o golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964). *Anos 90*. Porto Alegre, v. 18, n. 33, 2011, p. 67-98.

KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel. O golpe civil-militar de 1964 e o Rio Grande do Sul: história e historiografia. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *O golpe civil-militar de 1964 no sul do Brasil*. Chapecó: Argos, 2014, p. 19-96

LAMEIRA, Rafael Fantinel. *O golpe civil-militar de 1964 no Rio Grande do Sul*: a ação política liberal-conservadora. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. *Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MADEIRA, Rafael Machado. *ARENA ou ARENAs?* A coesão partidária da legenda do regime em três estados brasileiros. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

MARANHÃO, Ricardo. *O governo Juscelino Kubitschek*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARTINS, Roberto R. *Segurança nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna*: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). São Carlos: EDUFSCar, 1995.

MARTINS FILHO, João Roberto. Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a contra-insurreição. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n. 12, jun. 1999, p. 67-82.

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano*: o tempo da experiência democrática (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 97-126.

MARTINS FILHO, João Roberto. *A educação dos golpistas*: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964. Paper apresentado no Internacional Symposium "The cultures dictatoryship: Historical reflections on the Brazilian golpe of 1964". Maryland, University of Maryland, 2004.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 23, n. 67, jun. 2008, p. 39-50.

MARTINS FILHO, João Roberto. Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina de *guerre révolutionnaire* (1959-1974). In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Orgs.). *Desarquivando a ditadura*: memória e justiça no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009, v. 2, p. 179-202.

MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e sociedade*: a trajetória do MDB. Ouro Preto: UFOP, 1997.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "Perigo Vermelho"*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as esquerdas. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil*: revolução e democracia (1964-...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3, p. 283-303.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 38, n. 79, 2018, p. 195-216.

MÜLLER, Angélica. *O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. *1964*: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NERY, Sebastião. *As 16 derrotas que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélgio. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul*: 1823-2002. Porto Alegre: UFGRS, 2004.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira de. *"O preço da liberdade é a eterna vigilância"*: a UDN no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em

História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira de. *O PSD no Rio Grande do Sul*: o diretório mais dissidente do país nas "páginas" do *Diário de Notícias*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional, Uruguai (1968-1985)*: do *Pachecato* à ditadura civil-militar. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. In: GALLO, Carlos Arthur; RUBERT, Silvania (Orgs.). *Entre a memória e o esquecimento*: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil. Porto Alegre: Deriva, 2014, p. 13-36.

PADRÓS, Enrique Serra; LAMEIRA, Rafael Fantinel. O Rio Grande do Sul no olho do furação. In: PADRÓS, Enrique Serra et. al. (Orgs.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)*: história e memória. 2. ed. Porto Alegre: CORAG, 2010, p. 33-50. (Volume I: Da Campanha da Legalidade ao golpe de 1964).

PALMEIRA, André Franklin. *O Partido do Brasil*: uma história do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (1980-2016). Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

PEREIRA, André de Souza. Passo Fundo na Campanha da Legalidade: a mobilização popular através da imprensa. In: VANIN, Alex Antônio; CARVALHO, Djiovan Vinícius (Orgs.). *Passo Fundo*: estudos históricos (volume I). Passo Fundo: Acervus, 2019, p. 303-330.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano:* o tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4, p. 207-242.

REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. . In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão

(Orgs.). *As esquerdas no Brasil*: revolução e democracia (1964-...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3, p. 503-540.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

RIDENTI, Marcelo. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil*: revolução e democracia (1964-...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3, p. 21-52.

RODEGUERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel; TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita*: história de uma luta inconclusa. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

RODEGUERO, Carla Simone. A anistia de 1979 e os seus significados, ontem e hoje. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil*: 50 anos do golpe de 1964. Rio de janeiro: Zahar, 2014, p. 172-185.

RODRIGUES, Márcio Soares. *Assimetrias na travessia*: a cisão do emedebismo gaúcho. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano:* o tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4, p. 43-92.

SAMPAIO, Regina. O Partido Social Progressista em São Paulo. In: FLEISCHER, David V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981, v. 1.

SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano:* o tempo da experiência democrática (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3.

SENTO-SÉ, João Trajano. Um encontro em Lisboa. O novo trabalhismo do PDT. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil*: revolução e democracia (1964-...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3, p. 429-450.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o pro-

cesso de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano:* o tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4, p. 243-282.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil*: de Getúlio a Castelo (1930-1964). 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil*: de Castelo a Tancredo. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Gláucio A. D. Formação dos partidos nacionais. In: FLEISCHER, David V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981, v. 1.

SUENAGA, Cláudio Tsuyoshi. *A dialética do real e do imaginário*: uma proposta de interpretação do fenômeno OVNI. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1999.

TAUFER, Paulo Roberto. *Partido Libertador*: formação e atuação política. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VAINFAS, Ronaldo. A luz própria de Leonel Brizola: do trabalhismo getulista ao *socialismo moreno*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil*: revolução e democracia (1964-...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3, p. 479-502.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968*: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2008.

VANIN, Alex Antônio; BILUCZYK, Roberto. A contestação sobre rodas: os "agitadores" e a Revolta dos Motoqueiros no contexto da abertura política da ditadura militar em Passo Fundo. *Oficina do Historiador*. Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 1-10, 2020.

VENTURA, Zuenir. *1968*: o ano que não terminou. 3. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

VIANNA, Luiz Werneck. O sistema partidário e o Partido Democrata Cristão. In: FLEISCHER, David V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*.

Brasília: UnB, 1981, p. 131-171, v. I.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A primavera árabe*: entre a democracia e a geopolítica do petróleo. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

WASSERMAN, Cláudia. O Golpe de 1964: Rio Grande do Sul, "celeiro" do Brasil. In: PADRÓS, Enrique Serra et. al. (Orgs.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)*: história e memória. 2. ed. Porto Alegre: CORAG, 2010, p. 51-70. (Volume I: Da Campanha da Legalidade ao golpe de 1964).

XAUSA, Leônidas; FERRAZ, Francisco. O surgimento do bipartidarismo no Rio Grande do Sul nas eleições de 1966. In: FLEISCHER, David (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981, p. 145-189, v. II.

ZARDO, Murilo. O golpe de 1964 no Rio Grande do Sul: da conspiração à "Operação Farroupilha". In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *O golpe civil-militar de 1964 no sul do Brasil*. Chapecó: Argos, 2014, p. 97-134.

Jornais Pesquisados

- *Diário da Manhã*. Passo Fundo/RS.
- *Gazeta do Povo*. Curitiba/PR.
- *O Nacional*. Passo Fundo/RS.

os partidos políticos existentes e o próprio sistema pluripartidário. Como não cairia bem proibir a existência de partidos políticos e nem implantar o modelo de partido único (associado às ditaduras monopartidárias), a alternativa adotada foi o bipartidarismo, com a organização do partido governista, denominado de Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e o partido oposicionista, denominado Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Alessandro Batistella é Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professor do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF).

Se, por um lado, interessava à ditadura militar criar um forte partido de apoio ao regime, que lhe garantisse uma base parlamentar sólida, por outro, também era interessante permitir a criação de um pequeno, fraco, dócil e "bem comportado" partido oposicionista. Desse modo, foram organizados o partido governista, denominado de Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e o partido oposicionista, denominado Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

UPF

PPGH
Programa de Pós-Graduação em História

IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

FAPERGS

CAPES

ISBN 978-65860039-9